**"O SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (SELA):
INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(1975-1991)"**

Luis E. R. Estenssoro

Orientador

Prof. Dr. Paulo César Milone

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Integração da
América Latina
1994**

**"O SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (SELA):
INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(1975-1991)"**

Luis E. R. Estenssoro

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Integração da América Latina (PROLAM) da
Universidade de São Paulo (USP), sob a Orientação do
Professor Doutor Paulo César Milone**

**SÃO PAULO
JUNHO, 1994**

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

I - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- 1) Sistema Internacional**
- 2) Contexto Internacional**
 - A. A Ordem do Pós-guerra**
 - B. Crise na Ordem Internacional**
 - C. Nova Ordem Econômica Internacional**

II - INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

- 1) O Subsistema Regional e o SELA**
- 2) Os Esquemas de Integração da América Latina**
 - A. ALALC**
 - B. ALADI**
 - C. MCCA**
 - D. GRAN**
 - E. CARICOM**
 - F. MERCOSUL**
- 3) Análise dos Processos de Integração**

III - CRIAÇÃO E ESTRUTURA DO SELA

- 1) Surgimento do SELA**
- 2) Expectativas que Gerou**
- 3) Convênio do Panamá**
 - A. Natureza e Princípios**
 - B. Propósitos**
 - C. Objetivos**
 - D. Estrutura Orgânica**
 - i. Conselho Latino-Americano**
 - ii. Secretaria Permanente**
 - iii. Comitês de Ação**
 - iv. Comentário**
- 4) Diálogo de Chanceleres**

IV - ASPECTOS DA ATUAÇÃO DO SELA

1) Seguridade Econômica Coletiva e Integral

A. Dívida Externa

B. Crise das Malvinas

2) Desenvolvimento Econômico

A. Industrialização

B. Tecnologia

V - O SELA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA REGIÃO

1) Posição do SELA

2) Estados Unidos

3) União Européia

4) Japão

5) Diálogo Norte-Sul

A. GATT

B. UNCTAD.

VI - O SELA: UMA AVALIAÇÃO

NOTAS

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

1) Livros

2) Artigos

3) Documentos

ANEXOS

1) Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados

2) Convênio do Panamá

3) “Bases para uma Estrategia de Seguridad e Independência Económica de América Latina”

4) “Declaración y Plan de Acción de Quito”

5) “Propuesta de América Latina y Caribe para una solución del problema de su deuda externa”

Meus agradecimentos àqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para tornar possível este trabalho:

- * Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP);
- * Fundo Ryoichi Sasakawa de “Bolsas para Líderes Jovens”;
- * Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e seus funcionários;
- * Centro de Estudos do Terceiro Mundo da FFLCH-USP;
- * Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada do Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP;
- * Núcleo de Análise Interdisciplinar de Política e Estratégia (NAIPPE-USP) e seus participantes;
- * Professores Araminta Mercadante, Eliana Cardoso, Maria Lígia Coelho Prado, Osvaldo Coggiola, Fernando Mourão, Shiguenoli Miyamoto, José Roberto Franco da Fonseca, Sedi Hirano (Coordenador do PROLAM) e Paulo César Milone (Orientador).
- * Meus familiares Blanca, Enrique e Thereza; e
- * Companheiro Juan Cristián Ruiz-Parrá.
- * Digitação: Marli González de Souza e Ari Salles.
- * Revisão: Mirian Senra.

“Todavia um dos anciãos me disse:
Não chores: eis que o Leão da Tribo
de Judá, a Raiz de Davi, venceu para
abrir o livro e os seus sete selos”
Apocalipse 5.5

À minha irmã Amalia.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho começa com um panorama teórico (Sistema Internacional) e a seguir histórico (contexto internacional) das relações internacionais do pós-guerra. O objetivo é estabelecer um marco conceitual no qual enquadraremos os processos de integração da América Latina, que se somam na intenção de criar um subsistema regional do qual o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) é o principal articulador. Porém, para entender melhor as dificuldades desta tarefa histórica, o nosso trabalho expõe as características da criação e estrutura do SELA e suas diferenças com os outros mecanismos de integração da região. A seguir analisamos as posições e atuação do SELA quanto à “Seguridade Econômica Coletiva e Integral” (que compreende a Dívida Externa e a Crise das Malvinas) e quanto ao desenvolvimento econômico, no que tange à industrialização e tecnologia. Estes têm sido os assuntos que se destacam na trajetória do SELA. As relações que a América Latina estabelece com os Estados Unidos, União Européia e Japão, bem como as questões relativas ao Diálogo Norte-Sul (marcadamente as relações com o GATT e UNCTAD), são também objeto de atenção do nosso estudo. Finalmente, fazemos uma avaliação do SELA com relação aos seus objetivos básicos, enunciados no Convênio do Panamá, que são a integração e promoção da cooperação entre os países da América Latina, e a constituição de um sistema permanente de consulta e coordenação dos 26 Estados Membros. O trabalho visa estas questões na perspectiva da fusão entre as abordagens política e econômica como tendência natural da própria evolução das concepções e da realidade das relações internacionais. A pergunta que nos fizemos desde o início do estudo foi em que medida o SELA contribui para a autonomia da América Latina diante do Sistema Internacional, por um lado, e, por outro, até que ponto o SELA possibilita um processo de mudança social interna, isto é, em que medida as transformações no plano internacional vinculam-se com as do plano interno. Tendo em vista isto, pontuamos no

decorrer do trabalho as limitações externas e internas ao SELA que o impediriam de cumprir os seus mandatos e transformar-se num pólo aglutinador de um Sistema Latino-Americano que promova o desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida e expansão da cidadania da população da região. Afinal, esta é, de fato, a questão principal. Em anexo colocamos os principais documentos que marcaram a atuação do SELA.

O período estudado por este trabalho começa na criação do SELA em 1975, compreende a gestão de quatro Secretários Permanentes (Jaime Moncayo, equatoriano; Carlos Alzamora, peruano; Sebastián Alegrètt, venezuelano; e Carlos Pérez del Castillo, uruguaio) e termina em 1991 com a posse do atual Secretário Permanente Salvador Arriola, mexicano.

CAPÍTULO I - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1) Sistema Internacional

O período de expansão econômica do segundo pós-guerra (1945-1967) é o maior da história e consolida a penetração do capitalismo na periferia do sistema, assim como nas áreas devastadas pela guerra. Como fenômenos únicos que proporcionaram esta expansão capitalista nesse período, Sunkel (1) aponta: o crescimento da força de trabalho nos países desenvolvidos como fruto da explosão demográfica; a retomada, logo depois da guerra, dos investimentos em recursos minerais, agrícolas e energéticos; o desmantelamento dos impérios coloniais, que abriu as ex-colônias aos investimentos estrangeiros; e a extraordinária expansão da demanda global que incorporou os fatores produtivos ociosos ao processo econômico.

Além disso, contribuíram também para essa expansão capitalista a Guerra Fria, que ocasiona a retomada da corrida armamentista, o Plano Marshall para a reconstrução dos países europeus, a criação do Mercado Comum Europeu, as políticas de pleno emprego e redistribuição de renda do “Welfare State”, e a generalização dos padrões de consumo e produção do “american way of life” em todo o mundo. Este desenvolvimento somente foi possível pelo baixo preço do petróleo, matriz energética predominante na economia do pós-guerra.

Na periferia, o capitalismo se manifesta com outras características, a saber:

- a) o modo de produção na periferia é determinado pela dinâmica dos centros da economia mundial;
- b) coexistem relações sociais de produção e formas de organização do trabalho pertencentes a diferentes modos de produção, ao que se denomina heterogeneidade estrutural;
- c) a dependência se reproduz tanto por meio do sistema de dominação interna dos países periféricos como pela dominação imperialista.

Por isso o crescimento econômico na periferia não superou as contradições internas nem a dependência destas economias às flutuações do mercado mundial, mesmo

porque até o processo de substituição de importações estava inserido nas mudanças da divisão internacional do trabalho.

Essas transformações radicais do pós-guerra que levaram à atual configuração social, política, econômica e tecnológica provocaram um aumento dos atores e interações no plano internacional, acompanhados do surgimento de novos problemas igualmente globais, e resultaram numa evolução das próprias concepções das relações internacionais, em especial do paradigma realista que dominou a teoria nesta área desde o século XVII: o Estado e o poder deixam de ser os referenciais absolutos para a análise das relações internacionais. A análise diplomático-estratégica do paradigma tradicional dá lugar a paradigmas alternativos que se referem a economia, tecnologia e cultura da sociedade internacional. Assim, segundo Arenal (2), existem três paradigmas hoje em dia:

- a) o paradigma tradicional, realista ou “estatocêntrico”;
- b) o paradigma da sociedade global, transnacional ou da interdependência, que apresenta diversas formulações; e
- c) o paradigma da dependência, também chamado neo-marxista ou estruturalista, segundo a ênfase da formulação, cuja origem está em Marx, mas se faz presente no campo das relações internacionais apenas a partir dos anos sessenta.

O paradigma realista se rege basicamente por três postulados: a) existe uma rígida separação entre política interna e política internacional; b) os Estados são os atores fundamentais das relações internacionais; e c) as relações internacionais são pela sua natureza essencialmente conflitivas, sendo, assim, uma luta pelo poder e pela paz. O poder e a segurança são os fatores fundamentais.

O paradigma da sociedade global, que sofre influência de Kant, tal como formulado por Keohane e Nye, nega que as relações internacionais sejam por natureza essencialmente conflitivas e possam ser interpretadas exclusivamente em termos de luta pelo poder. As relações internacionais teriam também um caráter cooperativo. Assim: a) o mundo, diante das grandes transformações de século XX, está caracterizado pelo crescente fenômeno da interdependência e da cooperação; b) uma das mais importantes transformações foi o debilitamento do Estado como entidade soberana e como estrutura

capaz de garantir bem-estar e segurança para os seus cidadãos. A ação dos novos atores intergovernamentais, não governamentais e privados tende a limitar a autonomia dos Estados; e c) conseqüentemente, desaparece a tradicional separação entre a esfera interna e a esfera internacional da política, da economia e da sociedade. Desta forma o comportamento internacional dos Estados já não pode mais ser explicado em termos exclusivamente políticos ou militares.

O paradigma da dependência tem também como centro de atenção as relações econômicas internacionais, mas, em vez de interpretá-las em termos de interdependência como os globalistas, prefere o enfoque da desigualdade e da dominação, isto é, da dependência. Neste sentido, este paradigma tem uma visão da interdependência como assimétrica e por isso negativa. Apesar das referências à teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo e Lênin, o paradigma da dependência guarda diferenças importantes quanto ao marxismo clássico. Suas características mais relevantes são: a) há no mundo um único sistema econômico, dominado pelo capitalismo transnacional. A natureza do sistema internacional é, portanto, conflitiva - mas não afirma que a causa está na natureza humana, como o realismo, mas sim no sistema capitalista mundial. A característica fundamental desse sistema é a desigualdade econômica global e o intercâmbio desigual entre o centro e a periferia; b) a unidade de análise principal é o próprio sistema capitalista mundial, pois todos os processos e relações se produzem nesse meio e são determinados por esse sistema global. Embora se assuma a posição marxista de que o Estado é uma superestrutura e de que os atores reais são as classes e grupos sócio-econômicos, se afirma também o papel decisivo do Estado nas relações de exploração e dominação que caracterizam o sistema; e c) finalmente, a dinâmica e os processos do sistema se caracterizam em termos de conflito e sobretudo de exploração e dominação, com a criação de laços de dependência entre Norte e Sul e centro e periferia. Isto supõe a negação da existência de valores, interesses e objetivos comuns e globais em nível de sistema e atores.

Ainda segundo Arenal (3), “Cada uno de los paradigmas estudiados se basa en una dimensión, importante de las relaciones internacionales, pero tiende a olvidar otras dimensiones igualmente importantes. En este sentido, los distintos paradigmas serían en la realidad más complementarios que opuestos, pues mostrarían las distintas dimensiones de

una sola y única realidad, que es a la vez cooperación y conflicto, interdependencia y dependencia, continuidad y cambio”. Assim, apesar das diferenças ideológicas dificilmente compatíveis, devemos aceitar o fato de que a complexidade, a globalidade e o caráter multidimensional das relações internacionais não podem ser apreendidos exclusivamente por meio de um só paradigma existente atualmente.

Sabendo que a interdependência provoca a reforma total dos paradigmas realistas, podemos acrescentar que: a) as relações internacionais na atualidade não obedecem a uma lógica única; b) cada processo constitui um embrião de regime internacional próprio; c) os processos de interdependência têm autonomia em relação aos Estados (ex: euromercado); d) por um lado, a interdependência entre as nações força a cooperação, o que é positivo, mas, por outro lado, esta realidade gera possibilidades de uso negativo do poder.

Este último ponto pode ser observado em dois fenômenos transnacionais, que como qualquer transação internacional (idéias, pessoas, mercadorias, capitais) tende a fugir do controle governamental - o Direito Internacional, criado pelos Estados e concebido para os Estados, praticamente os ignora -, a saber: as organizações não-governamentais (ONG), organismos sem fins lucrativos e que não têm estatuto jurídico no sentido estrito; e as empresas transnacionais, organismos internacionais que fixam como objetivo o lucro e são tratadas segundo as regras dos diferentes direitos nacionais.

Portanto, são atores das relações internacionais: a) os Estados; b) as organizações intergovernamentais (OIG); e c) as forças transnacionais, que se subdividem em dois grupos principais: as ONG e as empresas transnacionais. Os indivíduos são tratados como sujeitos das relações internacionais somente nas suas manifestações coletivas.

As ONG são movimentos ou associações surgidos espontaneamente nos países e que pela solidariedade internacional permitem às pessoas participarem ativamente da dinâmica da sociedade internacional. Na verdade, as ONG refletem mais freqüentemente a existência de solidariedades preestabelecidas, e sua criação é uma prova a favor da internacionalização dos problemas. Por isso é que a proliferação das ONG interessa a quase todos os setores de sociedade, pois elas criam canais de militância e participação que se intercomunicam por redes internacionais e dão consistência à sociedade internacional.

Já a expansão das empresas transnacionais tem sido no sentido de reforçar as características do sistema econômico liberal: unificação crescente de um mercado mundial e tendência à concentração das empresas. "Las firmas multinacionales son la ilustración más característica del desarrollo de la economía capitalista. Por encima de la división política del espacio en unidades independientes, tienden a realizar la unidad del mercado mundial. Movidas por la búsqueda del máximo beneficio, también persiguen un modo de explotación y de distribución de los recursos basado en una racionalidad global. Por ese motivo, constituyen un poderoso agente de transformación de las estructuras (económicas, sociales y también políticas) en cuyo interior penetran, ya creando nuevos polos de desarrollo, ya favoreciendo el advenimiento de un nuevo tipo de división del trabajo a escala mundial, ya acelerando la tendencia a la concentración de las empresas y a la formación de monopolios o de oligopolios" (4). Merle acrescenta que o fundamental para evidenciar a dominação é saber quem efetivamente exerce o poder de decisão na empresa, e conclui: "únicamente una acción política, al nivel de las estructuras y del ordenamiento del poder internacional, puede conducir a domeñar el desarrollo de un fenómeno como el de las firmas multinacionales"(5).

Da análise precedente pode-se inferir a seguinte: a) a economia mundial está organizada segundo padrões que ultrapassam e englobam cada unidade política; b) a economia não pode ser pensada separadamente da política; e c) não se pode pensar em redistribuição dos recursos em escala mundial sem tocar nas estruturas do poder (político e econômico).

Cada vez mais se requer mecanismos coletivos de tomada de decisão entre os Estados como complemento indispensável da sua ação individual e bilateral. De fato, o multilateralismo se impõe porque a escala nacional é inadequada para responder às necessidades econômicas e de segurança da população de qualquer Estado. Segundo Ianni (6), a globalização da economia capitalista, compreendendo a formação de centros decisórios extra e supranacionais, debilita ou mesmo anula possibilidades de estratégias nacionais, uma vez que o motor de crescimento deixa de ser a formação de mercado interno para ser a integração com a economia internacional. No entanto, a célula estatal continua sendo um elemento insubstituível na estrutura internacional e um instrumento privilegiado

das relações internacionais. "Por débil que se haya hecho el consenso en el interior de muchos Estados-Naciones, es más fuerte que la solidaridad transnacional o internacional. Puesto que, al menos, en el interior de las sociedades nacionales existe un 'acuerdo sobre los desacuerdos', cuyo equivalente no se encuentra fácilmente en las relaciones internacionales o transnacionales. Mientras no se encuentre un punto de apoyo para implantar nuevas estructuras, el mundo permanecerá dividido en Estados-Naciones" (7).

Desta forma, a função dos Estados se revela na sua prática de escolher algumas das solidariedades existentes entre as muitas que lhe são oferecidas pelo Sistema Internacional, e também no seu papel de mediador entre as sociedades nacionais e a sociedade global, que emerge de fatores que escapam ao controle dos Estados.

Toda organização intergovernamental (OIG) lida com dois tipos de contexto: a) o meio externo e seus fatores (Estados, OIG, ONG, etc.) que atuam conforme a realidade sócio-econômica e político-estratégica; e b) o contexto interno constituído pelos Estados-Membros da OIG. Ora, no meio externo as OIG se deparam com situações de força que geram desigualdades, bem como situações de dominação, mas no meio interno as relações se baseiam nas regras do direito, que valorizam o princípio de igualdade soberana entre os Estados-Membros. Do contraste entre estes dois contextos surge a dinâmica própria das instituições internacionais. Por isso, Merle (8) diz que não devemos nos indignar se as OIG estão submetidas à pressão dos contextos externo e interno e não têm condições de transformá-los. Na verdade, não há porquê pensar que as OIG se destinam a transformar o meio numa direção contrária à vontade dos Estados. As OIG são, às vezes, a maior garantia de defesa dos Estados-Membros, pela sua utilidade como fóruns permanentes e pela sua contribuição para consolidar os fundamentos da ordem política internacional. "Podría añadirse que la presencia de las OIG también constituye verosíilmente la única posibilidad de que se realice esta mutación [transformações no meio] necesaria sin graves alteraciones, es decir, sin recurso a la violencia" (9).

Na maioria dos casos as OIG têm como capacidade de decisão apenas um poder de "recomendação". Quando há um poder de decisão que lhes foi concedido, ele se revela fictício, pois depende de um acordo entre os Estados envolvidos no órgão máximo da organização. Mas as OIG não estão desprovidas de meios de ação, pois o fato de existir um

corpo permanente de funcionários internacionais exerce uma função moderadora dos debates e uma certa continuidade na elaboração de projetos. Dificilmente os Estados poderiam prescindir das OIG para manter suas relações. Na verdade, a capacidade das OIG para modificar o contexto em que se encontram, isto é, sua influência real, já não depende dos mecanismos de decisão, mas do jogo de relações de força no qual estão implicadas. "En el mejor de los casos se les podría atribuir el calificativo de actores secundarios, a condición de precisar que con este término designamos a unos repetidores aptos para convertir y para redistribuir la energía recibida, más que a unos centros de impulsión dotados de un dinamismo propio" (10). Assim é o SELA.

Na verdade, o fenômeno transnacional hoje em dia coloca em questão a teoria do estado de natureza e a primazia dos Estados enquanto atores do Sistema Internacional. Evidencia-se a crescente complexidade das relações internacionais, como consequência do surgimento de novos temas (agendas), cenários, recursos e atores (agentes) na política e na economia mundial. A emergência de problemas globais tais como a estagflação, meio ambiente, energia, pobreza, dívida externa, paz, AIDS etc., tende a abolir a distinção entre o público e o privado, o econômico e o político, o nacional e o internacional. Assim, todos os temas adquirem um *status* público e ultrapassam a distinção entre política interna e política externa. O Sistema Internacional deixa de ser baseado exclusivamente nas relações entre Estados soberanos, além do que as ações dos governantes passam a ser entendidas como uma combinação de múltiplas influências, o que não elimina a regra de que por trás delas se escondem fenômenos de dominação.

A obra de Merle resulta apropriada como marco geral para esta situação.

Por Sistema Internacional entende-se um conjunto de relações entre atores situados num meio específico e submetidos a um modo de regulação determinado. São elementos interdependentes que estão em contato com o meio em transformação por "inputs" e "outputs". O meio internacional é então o contexto do Sistema. Como se rejeita a hipótese do meio ambiente manter vínculos de causalidade com os comportamentos internacionais, o contexto (meio) do Sistema é definido como interno ao próprio Sistema Internacional. A dimensão do Sistema é, portanto, global.

Pode-se dizer que o Sistema Internacional passa a ter a partir da Segunda Guerra Mundial as seguintes características:

- a) evolução de uma rede de instituições internacionais permanentes ou universais, das quais os Estados participam igualitariamente;
- b) intensificação dos intercâmbios econômicos no marco de um mercado mundial;
- c) aceleração e aumento do volume das informações, das comunicações e do deslocamento de pessoas; e
- d) constituição de um campo estratégico unificado.

"Lo importante es que por primera vez en la historia todos los actores internacionales se hallan enfrentados conjuntamente al mismo tipo de problemas y sometidos al mismo tipo de coacciones; comenzando por la que resulta de la interdependencia creciente entre sus respectivas posiciones"(11). Os "inputs" que afetam o sistema partem de pontos situados no interior do mesmo, enquanto os "outputs", as reações do sistema, não podem mais ser exportadas.

Além de global, o sistema é fechado: é um sistema que se estende até o limite topográfico da Terra e que está ocupado no seu espaço por coletividades políticas independentes. É um espaço física e politicamente bloqueado, o que traz consequências econômicas.

Na sua consistência, o sistema internacional se caracteriza pela heterogeneidade dos seus elementos constitutivos: sociedade internacional complexa, duzentas unidades políticas diferentes em tamanho e poder, regiões mais ou menos desenvolvidas, diversidade de tipos de atores, enfim, tensões e solidariedades das mais diversas ordens que cruzam fronteiras e podem romper a coesão de coletividades. Os vários tipos de solidariedade atravessam a cena política interna dos Estados e permitem que um mesmo ator participe em vários tipos de solidariedade internacional." (...) Por lo tanto, es obligado admitir la heterogeneidad de los componentes del sistema internacional que comprende, a la vez, Estados (de dimensión y poder muy variados), actores no estatales y grupos (de Estados y de actores no estatales) constituidos en torno a múltiples polos de solidaridad" (12).

Na sua estrutura o sistema carece de uma regulação adequada: o modo de regulação que era assegurado pela bipolaridade (EUA X URSS) desapareceu e deu lugar a

uma multipolaridade invertebrada. Hoje há uma multiplicidade de coalizões que variam segundo o objeto, suas circunstâncias, e segundo o tempo e o espaço. A sociedade internacional está coberta por uma rede cada vez mais densa de organizações internacionais, o que não significa transferências de competência por parte dos Estados, nem que estas consigam organizar os fenômenos econômicos em nível do conjunto do sistema. Não se pode contar com estas instituições para assumir as funções econômicas que os Estados exercem na ordem interna.

Como vimos, segundo a teoria de Merle, um sistema internacional se define por três elementos, Dimensão, Consistência e Estrutura, a saber:

- a) relações com o contexto (o atual sistema é desprovido de contexto externo);
- b) consistência dos seus elementos (é constituído por elementos heterogêneos); e
- c) modo determinado de regulação (não tem um modo adequado de regulação).

Assim, quanto mais cresce a interdependência, mais se acumulam as contradições em nível dos Estados, reduzindo a liberdade de ação dos governos. A interdependência é um fator de prosperidade, mas, ao mesmo tempo, um obstáculo ao exercício da independência, que supõe autonomia de decisão. Ao mesmo tempo a sociedade civil passa a procurar a satisfação dos seus interesses internos também no plano internacional, fazendo com que o Estado deixe de monopolizar a agenda internacional, que se torna menos hierarquizada e mais complexa. Esses novos agentes da sociedade civil passam a participar de circuitos transnacionalizados, fato que não elimina o conflito nem a assimetria nas relações internacionais, apenas as complicam.

Devido ao avanço da biotecnologia, genética, robotização, informatização, mudanças nas estruturas empresariais, internacionalização dos investimentos, dos fluxos financeiros e dos circuitos produtivos, novas formas de produção, além da substituição dos materiais, os recursos naturais e a mão-de-obra barata estão perdendo a significação como determinantes de vantagens comparativas. Todas estas transformações se dão num período difícil para a economia mundial, que não representa apenas uma fase de depressão de um ciclo econômico, mas o esgotamento do padrão vigente de reprodução econômica.

Segundo Marini (13), estamos assistindo "à transição da economia mundial a uma etapa superior, marcada pelo predomínio das manufaturas e serviços ligados às novas

tecnologias, que privilegiam o saber (...) A transição da economia mundial para uma nova etapa se realiza por meio de dois movimentos contraditórios, que visam a um só propósito: garantir aos centros industriais o espaço econômico necessário para a circulação dos bens e serviços produzidos sobre a base da modernização tecnológica. O primeiro movimento se relaciona com a modificação dos campos de forças que configuram a economia mundial e seu resultado é a emergência de novos blocos geoeconômicos (regionalização). O segundo se refere à transformação das relações jurídicas que regem o fluxo internacional de bens e serviços, e o seu objetivo é tornar mais livre a circulação de mercadorias e capitais no conjunto do Sistema (globalização)".

O conceito de globalização tenta traduzir a crescente interpenetração dos mercados. Suas características principais são um crescimento mais rápido das variáveis econômicas internacionais do que das nacionais e uma elevação do nível de intercâmbio tecnológico nos centros principais. "Nestas últimas décadas, um rápido processo de internacionalização da economia mundial está ganhando ímpeto, com o investimento direto estrangeiro (IDE) sendo mais dinâmico do que a formação do capital doméstico agregado, e o crescimento dos fluxos financeiros internacionais tendo superado em muito as variáveis financeiras nacionais" (14). Dois fatores aceleraram a tendência de aumento da internacionalização: a tecnologia, que possibilita aos serviços financeiros tornarem-se comercializáveis além das fronteiras (este comércio excedeu a expansão da produção, do comércio de mercadorias e dos IDE); e a desregulamentação financeira, que pressupõe o compromisso de retirar os controles do câmbio, restringindo conseqüentemente a capacidade dos governos de controlar os movimentos de capital, de administrar a taxa de câmbio e de conduzir políticas financeiras internacionais (15). Se, por um lado, a globalização tornou-se um imperativo para os países periféricos, por outro, está claro que existe uma contradição entre as necessidades de desenvolvimento desses países e as tendências das políticas implícitas na globalização. "Do ponto de vista dos processos sócio-econômicos e políticos intensifica-se o conflito entre aquelas empresas e forças econômicas que perseguem a transnacionalização, os intercâmbios e a mobilidade plena do capital, e aqueles setores econômicos e políticos que, no âmbito dos Estados, procuram manter um certo controle sobre aspectos críticos da economia no plano nacional" (16).

A interdependência é global, porém desigual. É entre os três pólos dinâmicos da economia mundial (EUA, União Européia (UE) e Japão) que se desenvolvem as principais correntes de comércio interindustrial, de transferências tecnológicas, de fluxos financeiros e de serviços; e é precisamente ao redor deles que se configuram os espaços econômicos que darão lugar aos processos de regionalização. (UE, Europa Oriental e países da África, Caribe e Pacífico (ACP); EUA, Canadá, América Latina e Caribe via NAFTA e Iniciativa para as Américas; Japão, Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Países Asiáticos de Recente Industrialização (PARI) e China). Para Moneta (17), a formação de blocos econômicos regionais não é um grande obstáculo ao livre comércio mundial, antes, os fenômenos de regionalização são uma resposta das empresas transnacionais às mudanças estruturais observadas no mundo produtivo, nos investimentos e no intercâmbio.

Para Lechner (18), “os países latino-americanos defrontam-se com o seguinte dilema: por um lado, seu desenvolvimento sócio-econômico depende de uma inserção competitiva nos campos mais dinâmicos do mercado mundial. Independentemente das crises inevitáveis, tornaram-se totalmente ilusórias as pretensões a um caminho de desenvolvimento autônomo, à margem do capitalismo mundial. (...) Por outro lado, a abertura ao exterior aprofunda ainda mais as já graves desigualdades sociais no interior da sociedade latino-americana. Esta se segmenta drasticamente segundo o grau diferencial de inserção de cada setor nos processos de globalização. Um terço da população latino-americana está excluída do desenvolvimento e relegada a situações de pobreza”. Assim, à uma globalização econômica corresponde uma fragmentação entre os países e no interior de cada país da periferia, que nada mais é do que uma decomposição social. A questão central para a América Latina passa a ser: como compatibilizar democracia política com desenvolvimento, isto é, com crescimento econômico e equidade social? Como compatibilizar integração na economia mundial com integração social? Lechner (19) nos faz notar que: “1) nem o mercado nem o Estado são capazes, por si só, de compatibilizar as exigências do desenvolvimento sócio-econômico e as condições para uma consolidação democrática; e 2) tampouco existe uma divisão de funções que atribua ao Estado a integração nacional e ao mercado a inserção internacional [...pois] se o mercado é um motor insuficiente para a inserção econômica internacional, é um mecanismo ainda mais limitado

em relação à integração social [...] o Estado encontra crescentes dificuldades não só para dar conta da complexidade da globalização como igualmente para assumir o que sempre foi uma das suas funções primordiais, a coesão social”. Trata-se de verificar que a economia de mercado e o Estado Nacional estão sujeitos a uma ordem social com um espaço e tempo globais, onde nada garante que as relações de interdependência sejam caracterizadas pelo benefício mútuo. São, portanto, relações de interdependência assimétrica no marco do capitalismo transnacional.

Neste contexto, e diante da crise do sistema de Bretton Woods, busca-se uma ordem, entendida como um padrão previsível de relações. Como nos diz Lafer (20), “a ação norte-americana em conjunto com outras grandes potências industriais, no âmbito do mercado mundial, não se tem traduzido em um poder suficiente para impor ou assegurar, em escala internacional, através de um condomínio oligárquico, uma ordem baseada na dominação ou hegemonia [...Isto] significa que, dadas as redistribuições de poder que se verificam no sistema internacional, novas demandas e novos interesses têm que ser levados em conta”. O que não significa afirmar que os países centrais desejem ou permitam que estas novas pressões vindas do Terceiro Mundo passem a ter uma maior penetração nos mecanismos de decisão e nas entidades intergovernamentais do Sistema Internacional.

2) Contexto Internacional

A. A Ordem do Pós-guerra

A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas de 1944, conhecida como Conferência de Bretton Woods, foi convocada para estabelecer regras e instituições entre as nações no sentido de criar uma ordem econômica internacional liberal e multilateral em oposição às restrições e ao bilateralismo dos anos trinta (21). A União Soviética participou da Conferência, mas o bloco comunista como um todo não se integrou a este ordenamento liberal.

O plano de se criar uma Organização Internacional do Comércio (OIC) não foi aceito pelo Congresso dos EUA, de modo que as instituições resultantes da Conferência de

Bretton Woods, que tinham a atribuição de supervisionar esta ordem econômica, restringiram-se às seguintes: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O primeiro oferece financiamento a longo prazo para impulsionar o desenvolvimento, e o segundo supervisiona a ordem monetária internacional. Além disso, foi criado em 1947 o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que é um tratado para limitar a imposição de mais restrições em bases multilaterais, permitindo o desenvolvimento do comércio sob um regime liberal.

Com o sistema de Bretton Woods os custos das transações baixaram, e o mercado de capitais e o volume do comércio mundial expandiram-se. Neste período, os componentes dinâmicos do comércio internacional foram: o intercâmbio de produtos manufaturados entre os países desenvolvidos, estimulados pela liberalização do comércio regional, especialmente da Comunidade Econômica Européia (CEE), e pela redução das tarifas negociadas nas Conferências do GATT; também contribuiu o baixo preço da exportação de petróleo, controlada por grandes empresas transnacionais (22).

Até a derrota do nazismo eram três os sistemas que caracterizavam a heterogeneidade do sistema internacional: fascismo, capitalismo e comunismo. Depois da Segunda Guerra Mundial, o sistema se torna bipolar - a rivalidade entre EUA e URSS ultrapassa todas as outras e obriga todos os Estados a aderirem a um dos campos - e demonstra que a Guerra Fria tem sua origem em 1917 e não em 1945.

Por outro lado, a Segunda Guerra ligou definitivamente as economias da América Latina aos interesses dos EUA, que em 1945 têm mais de 50% do PIB mundial e todas as condições para exercer seu poder imperial. Isto se traduz em dois instrumentos de enquadramento da América Latina a essa política bipolar das relações internacionais: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), firmado em 1947 no Rio de Janeiro, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em Bogotá em 1948. Juntamente com isso ocorre a padronização dos exércitos e a fixação das bases da dependência militar. As organizações criadas nessa época têm finalidades políticas de cooperação e entendimento, mas passam a ser instrumento de pressão econômica, política e militar em favor de interesses norte-americanos. Desfaz-se assim a política de “boa vizinhança” iniciada pelo presidente Franklin Roosevelt em 1933, quando o interesse era

aumentar o comércio com a América Latina e ter uma política antibelicista para diferenciarse da Alemanha nazista. Desta forma, acaba a era do Panamericanismo iniciado pela doutrina Monroe (1889-1945) e inicia-se um sistema interamericano institucionalizado de acordo com a doutrina Truman de 1947, que é uma política de auxílio para os países europeus onde a questão principal é a Segurança Nacional e a contenção do comunismo internacional. De 1945 a 1952 foram transferidos para a Europa mais de US\$ 40 bilhões em empréstimos, ajuda e investimentos dentro do Programa de Recuperação Europeu (Plano Marshall) (23). Cabe notar que os pedidos de países latino-americanos para estender a cooperação hemisférica ao campo econômico e social foram rejeitados pelos EUA, que se interessavam apenas pela questão da segurança na região (24).

O Estado na América Latina, segundo Rouquié (25), se constrói no momento em que a economia nacional se integra ao mercado mundial como produtor de bens primários. O Estado é o meio de inserção na economia mundial pois permite o crescimento econômico extrovertido, permite a produção exportável e assegura a sua rentabilidade. Além disso, o Estado tem outras responsabilidades: unifica o espaço nacional e garante a disponibilidade de mão-de-obra e também, nas economias abandonadas às flutuações do mercado internacional, a sua intervenção é indispensável para a fixação de preços e controle do crédito. Mais ainda, é o Estado que harmoniza os interesses divergentes das classes possuidoras locais e das burguesias estrangeiras, é nele que se dão as transações. Ora, esta evolução do Estado na periferia é diferente da registrada nos países centrais, onde a evolução do Estado foi paralela à evolução da economia.

Para H. Sonntag (26), no período do pós-guerra o papel do Estado foi mais importante do que em qualquer outro período, pois desempenhou, além das funções tradicionais - garantir as condições de produção e reprodução das relações do capital e ser o eixo dinâmico de organização da vida humana em sociedades capitalistas -, novas funções que demandaram grande expansão do Estado: intervencionismo, pois o Estado passa a ser um poderoso agente econômico, e novos mecanismos de integração e controle dos cidadãos, estabelecendo a paz e a segurança externa e interna. Para desempenhar estas funções o Estado precisou de novos mecanismos de legitimação, linguagem e comunicação necessários para, ao promover a penetração ideológica do Estado na sociedade, camuflar a

militarização e todo o complexo industrial militar que surge com a redefinição do conceito de segurança interna, nas bases de doutrina de Segurança Nacional e do confronto entre EUA e URSS. Em suma, a expansão do Estado na América Latina assegurou que as relações de produção capitalistas se tornassem dominantes na maioria das formações sociais.

Como nos diz Furtado (27), em nível internacional o fator mais importante na conformação atual do sistema capitalista é o processo de unificação do espaço econômico, isto é, o processo de integração crescente dos sistemas econômicos nacionais. Configura-se então um sistema global com a unificação do espaço econômico no centro do sistema capitalista e com a intensificação da concentração do capital com a preeminência da grande empresa. Mas é a abertura para o exterior que permite obter um rápido crescimento com um mínimo de tensões estruturais, isto é, permite conciliar a aceleração da acumulação com a reprodução da estrutura social existente. Por isso a “substituição das importações” dá lugar à “promoção das exportações”.

B. Crise na Ordem Internacional

O sistema estabelecido na Conferência de Bretton Woods, baseado nas paridades cambiais fixas e na conversibilidade das moedas de maneira a tornar os sistemas monetários e comerciais estáveis, nunca conseguiu impor o seu ordenamento de forma irreversível. Pelo contrário, num momento em que os fluxos financeiros são cada vez mais autônomos e se desvinculam dos fluxos comerciais, tornando-se mais importantes que eles, o sistema de Bretton Woods passa a ser um subsistema de um sistema informal, mais amplo, onde os Estados deixam de ser reguladores para se transformarem em atores juntamente com o sistema privado. Chega-se ao ponto, como veremos, em que a inexistência de uma política internacional inviabiliza as políticas domésticas, pois existe um mercado internacional e uma interdependência econômica.

A etapa recessiva iniciada em 1967 que produz a chamada “estagflação”, com a diminuição do ritmo de crescimento das economias industrializadas e inflação generalizada, além de aumento do desemprego, põe em xeque as políticas convencionais. Como principal causa da situação é apontada a expansão do déficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos, na qual têm peso os gastos públicos, sobretudo militares (guerra do Vietnã) e, a partir de 1968, também o déficit da balança comercial norte-americana, com grandes superávits por parte da Alemanha e do Japão. Neste momento, os Estados Unidos passam a financiar seu déficit emitindo mais moeda, o que provoca um aumento da massa de dólares no chamado euromercado (mercado europeu de divisas em dólares). Justamente nesta época, o euromercado admite fazer empréstimos a países de “segunda linha” (Terceiro Mundo) que queriam promover seu desenvolvimento.

O dólar perde valor frente ao ouro, demonstra-se a instabilidade das paridades monetárias européias, e, em 1971, o presidente Nixon suspende a conversibilidade do padrão dólar-ouro. Passa a haver uma oscilação grande nos mercados cambiais e instabilidade no mercado internacional. O euromercado funciona cada vez mais como uma câmara de compensação dos desequilíbrios internacionais, ocupando o papel do FMI, que tem exigências que o euromercado não tem. Além disso, com taxas de câmbio variáveis, um contexto inflacionário e a desarmonia na estrutura de ativo e passivo dos bancos, estes vão se sentir muito à vontade para emprestar a taxas de juros flutuantes, fator que iria aumentar enormemente a dívida externa do Tercero Mundo num futuro próximo.

Como dizíamos, o abandono da paridade dólar-ouro pelos EUA em 1971 e o abandono das taxas de câmbio fixas em favor das taxas flutuantes em 1973 praticamente representam o fim da ordem monetária supervisionada pelo FMI. Após algumas tentativas, é reconhecido o desaparecimento de qualquer sistema e desiste-se de sujeitar os países a obrigações ou impor uma ordem, como fez o padrão-ouro de Bretton Woods. Deixa de existir uma ordem financeira internacional, se por isto se entende um mínimo de estabilidade e previsibilidade dos acontecimentos.

Em 1973 fala-se em um “não-sistema” (28), pois as taxas de câmbio variam livremente pelo mercado e não há regras combinadas de conduta monetária internacional.

Além disso, a existência do euromercado inviabiliza tanto as políticas européias como a norte-americana. O desaparecimento de qualquer sistema foi legalizado pelas decisões da Comissão Provisória para supervisionar o FMI na Jamaica em 1976.

Antes disso, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) criada em 1960 consegue reverter o quadro de baixa remuneração dos produtores de petróleo, imposto pelas empresas transnacionais, que mantinham o controle sobre a exploração e comercialização do produto, quando em 1972 consagra o princípio da participação na propriedade das concessões, bem como o direito dos Estados de nacionalizar o recurso. A partir de 1973, a OPEP reivindica o direito dos países de fixar o valor da sua receita por barril de petróleo e, por extensão, os preços de exportação do mesmo. Após a guerra árabe-israelense em 1973 a OPEP aumenta o preço do barril de 2,80 dólares para 11,65 dólares (29).

O aumento dos preços do petróleo revela toda a intensidade da crise das economias desenvolvidas, afetando também os países em desenvolvimento, porém, não foi a causa da crise. O quadro era de aumento da inflação e do desemprego, queda na produção dos países industrializados e distorção nos preços relativos. Fica claro que a economia mundial tem desajustes de caráter estrutural e não somente transitório. O modelo de rápido crescimento baseado em parte na disponibilidade crescente de matérias-primas de fornecimento seguro e aparentemente inesgotáveis havia chegado ao fim.

Tamames (30) faz uma análise da “crise de 1973” dizendo que não é uma crise causada por problemas energéticos, antes foi a deteriorização da situação monetária internacional fator mais importante. A crise não resolvida do sistema monetário internacional se sobrepõe à crise energética. Na verdade, é uma crise longa (alguns autores a associam com a curva descendente de um ciclo longo na economia) que tem três fases:

- a) crise energética causada em 1973 pela guerra árabe-israelense, que teve desdobramentos em 1979 com o “segundo choque do petróleo”;
- b) crise industrial caracterizada pela queda da demanda de produtos industriais e pela inoperância de medidas keynesianas de curto prazo. Há necessidade de reajustes mais profundos, isto é, uma reconversão industrial;

- c) crise financeira causada pela impossibilidade de continuar financiando permanentemente as indústrias dos países centrais sem que elas se reestruturassem e, por outro lado, causada também pela escassez de petrodólares e pela crise de 1982 (México), que interrompe o fluxo de créditos para os países do Terceiro Mundo.

Tamames analisa também a natureza da crise de 1973 e destaca cinco características inexistentes na crise de 1929:

- a) a estagflação, ou seja, crescimento lento ou recessão associada a um aumento continuado dos preços, isto é, inflação em nível mundial, cujo estopim foi o fim da convertibilidade dólar-ouro em 1971;
- b) revolução tecnológica: a necessidade de competir no comércio internacional para manter as posições acentuou a busca de aumentos de produtividade cada vez maiores em cada economia, desenvolvendo a tecnologia em ritmo crescente;
- c) amortizadores da crise, que evitam que se repita o desemprego em massa que ocorreu em 1929. Estes amortizadores podem ser tanto investimentos públicos para sustentar a demanda global como a economia informal;
- d) o Terceiro Mundo: os países colonizados se transformam em nações independentes politicamente com altas taxas de crescimento demográfico e com demandas de se tornarem países auto-suficientes também economicamente;
- e) os limites do crescimento também se evidenciam, pois é impossível manter um crescimento infinito com recursos finitos. Além da solidariedade Norte—Sul passa-se a pensar na solidariedade com as gerações futuras.

Vemos assim que o choque do petróleo apenas agrava a crise iniciada em 1967, que encerra um período de trinta anos marcado por um ritmo de crescimento econômico sem precedentes na história do mundo industrial contemporâneo (5% ao ano em média). Desde fins dos anos sessenta as economias dos países industrializados registraram um estancamento ou desaceleração no ritmo de crescimento do produto, da produtividade, do

investimento, da inovação tecnológica, do emprego e da rentabilidade das empresas (31). Existem mais complicadores ainda.

Para Furtado (32) “os recursos que transitam pelo mercado financeiro internacional, e que escapam ao poder de quaisquer autoridades monetárias, somam centenas de bilhões de dólares. Existe, portanto, uma esfera de decisões que não se confunde com os quadros institucionais controlados pelos Estados Nacionais (...) Em síntese: dentro do quadro institucional, os governos não têm a possibilidade de coordenar a ação que todo um conjunto de poderosos agentes exerce no sistema capitalista [...Assim,] a situação presente é distinta: os focos de instabilidade surgem naquilo que chamamos de nova dimensão transnacional do sistema capitalista”.

Essas instabilidades assumem a forma de flutuações de preços, isto é, de modificações nos termos de intercâmbio e, portanto, de transferência internacional de ativos líquidos. Trata-se, portanto, de tensões no nível das estruturas do sistema, sem qualquer semelhança com a crise de tipo tradicional. Nessas condições estruturais, além de haver um fluxo permanente de recursos da periferia para o centro, ampliando o fosso entre este e a periferia, existe um processo de concentração da renda dentro de cada país na periferia.

Neste contexto, “a evolução dos países do Terceiro Mundo no sentido de reduzir a situação de dependência em que se encontram depende em primeiro lugar da ativação das forças sociais que se empenham em modificar o modo de desenvolvimento, visando impor prioridades sociais na utilização dos recursos escassos. Contudo essa evolução não é separável do quadro internacional, o qual somente se modifica mediante a aglutinação de recursos de poder capazes de alterar a relação de forças Norte—Sul. O avanço neste segundo plano é, em muitos casos, condição necessária para que ocorram modificações internas no sentido de mudar o modo de desenvolvimento”(33).

C. Nova Ordem Econômica Internacional

Com a crise de 1973 e ante as evidentes diferenças de desenvolvimento e qualidade de vida entre países do Norte e do Sul, cresceram as correntes de pensamento na América Latina que queriam reduzir e até eliminar a dependência e a vulnerabilidade externas, passando a controlar recursos naturais, promovendo a industrialização, o desenvolvimento tecnológico e a cooperação entre os países em desenvolvimento. Moncayo (34) nos fala de um “consenso” em relação ao exterior com respeito à necessidade de transformar as condições de funcionamento da economia mundial e de reduzir a dependência em relação aos países industrializados.

Estão em jogo as relações de Poder (Norte—Sul, privado-público), as transferências reais de recursos, a distribuição de renda e o controle das decisões numa economia internacionalizada. Fala-se numa Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Os países latino-americanos participaram desse movimento de denúncia do ordenamento internacional desigual que se estabelece no pós-guerra. Movimento que se desdobrou na criação de instrumentos como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Grupo dos 77. O primeiro, um órgão permanente da ONU criado em 1964, cujo objetivo é acelerar a taxa de crescimento econômico dos países menos desenvolvidos. O segundo é um grupo de pressão formado inicialmente dentro da UNCTAD por países do Terceiro Mundo. Foi o Grupo dos 77 que propôs abertamente nos anos setenta a necessidade de estabelecer uma Nova Ordem Internacional com base num conjunto de princípios e reivindicações formuladas principalmente na UNCTAD. A cooperação entre os países em desenvolvimento, denominada “horizontal”, converteu-se no elemento primordial do Grupo dos 77 (35).

Por sua vez o Movimento dos Países Não-Alinhados, fundado em 1961, fez importantes contribuições conceituais e de princípios para promover a paz, a cooperação e o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

As concepções que, segundo Moncayo, têm influência direta das novas orientações da cooperação latino-americana que se manifestam na formação do SELA são a “confiança no próprio esforço” e a “confiança coletiva”(36). O primeiro se fundamenta na necessidade dos países em desenvolvimento elaborarem e aplicarem as suas políticas de desenvolvimento de acordo com suas necessidades, problemas e experiências, em vez de adotarem mecanicamente esquemas aplicados nos países industrializados. Mas também adverte para a necessidade de transformar a estrutura do comércio, a cooperação econômica, a transferência de tecnologia, que se constituem em instrumento de dominação dos países desenvolvidos. Tudo isso com o propósito de estabelecer uma “interdependência internacional equitativa”. A “confiança no esforço próprio” não implica uma busca de autarquia, pelo contrário, se manifesta numa vontade de participação na economia internacional em condições justas. Isto pressupõe uma maior colaboração e solidariedade entre os países do Terceiro Mundo sob o conceito de “confiança coletiva”, fundamentada na cooperação, defesa de interesses comuns e maior capacidade de utilização dos seus recursos.

O Presidente do México, Luis Echeverría, teve a iniciativa de apresentar na III Conferência da UNCTAD, em Santiago do Chile, em 1972, uma proposta para “desprender a cooperação econômica do âmbito da boa vontade para instalá-la no campo do direito”(37). Era uma tentativa de adotar um instrumento obrigatório para a proteção dos países economicamente mais fracos. Após negociações o projeto foi apresentado com o apoio da totalidade dos países em desenvolvimento e dos países socialistas na Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU). Contudo, seis países industrializados votaram contra e outros dez se abstiveram. Assim, a proposta perdeu o seu caráter obrigatório e foi adotada como uma Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados em 1974.

Entre os Direitos incorporados nesta Carta da ONU destacam-se os seguintes: regulamentar e exercer autoridade sobre os investimentos estrangeiros; controlar e supervisionar as atividades de empresas transnacionais; nacionalizar, expropriar ou transferir a propriedade de bens estrangeiros pagando uma compensação apropriada de acordo com as leis de cada Estado; associar-se em organizações de produtores de matérias-primas.

Entre os Deveres dos Estados destacam-se a responsabilidade de cada Estado de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural do seu povo; praticar o comércio internacional e a cooperação econômica independentemente das diferenças de sistemas políticos, econômicos e sociais; buscar relações internacionais mais amplas e equitativas; fomentar as transformações estruturais no contexto de uma economia mundial equilibrada; promover a cooperação internacional em ciência e tecnologia; não empregar medidas econômicas, políticas ou quaisquer outras para coagir outro Estado. A Carta consagra, enfim, que a Nova Ordem Internacional deve basear-se no Direito e no reconhecimento dos interesses dos países em desenvolvimento (38).

Também em 1974, em sessões da Assembléia Geral da ONU convocadas por iniciativa da Argélia adotou-se a Declaração e o Programa de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Os princípios são basicamente os mesmos que os da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, mas coloca-se uma nova dimensão: parte-se da necessidade de transformação da ordem existente. O Programa de Ação destaca a confiança coletiva, o esforço próprio e a cooperação entre os países em desenvolvimento como elementos da nova ordem econômica e menciona algumas medidas que os países devem tomar nesse sentido: defesa dos seus produtos de exportação, proteção dos recursos naturais, promoção e fortalecimento da integração regional e sub-regional, e incremento do comércio entre os países em desenvolvimento. (39)

Devido a isso, cresce a percepção entre os países latino-americanos da necessidade de intensificar a cooperação e promover a ação conjunta entre si e no plano internacional. Dentro desse espírito nasce o SELA, tendo como inspiração a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados e a Declaração e o Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional da Organização das Nações Unidas.

Em sua Resolução de 1974 a Assembléia Geral das Nações Unidas apresentou quatro perspectivas principais da NOEI (40):

- a) necessidade de apoiar o esforço de desenvolvimento dos países pobres em todas as áreas, modificando para isto as regras vigentes, em especial o regime de

comércio e o sistema monetário internacional, por entender que ambos discriminam os países menos desenvolvidos;

- b) conveniência de aumentar a participação dos países menos desenvolvidos na produção mundial, tanto industrial como agrícola, propiciando a expansão de suas atividades comerciais, de transporte e de comunicação;
- c) possibilidade de modificar os padrões convencionais de evolução do comércio e dos fluxos de tecnologia, desde a sua orientação hegemônica Norte—Sul para outra de intercâmbio mais equitativo;
- d) exigência aos Estados de que se comportem decentemente uns com os outros, segundo o estabelecido nas normas de conduta da “Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados”.

Esses quatro pontos da Convocatória da reunião na qual se aprovou a NOEI, pautaram toda a movimentação que desencadeou uma série de negociações, entre as quais se incluem: as Conferências gerais da UNCTAD em Nairóbi, em 1976, e Manila, em 1979; da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) em Lima, em 1975; e a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, realizada em Paris entre 1975 e 1977; além de outras reuniões internacionais. Foi realizada também uma reunião de cúpula Norte—Sul em Cancun, México, em 1981, com a presença de chefes de Estado e de governo de 22 nações, mas que não trouxe nenhuma luz à discussão.

Na verdade, como diz Sato (41), “as proposições aglutinadas em torno da UNCTAD, sob a denominação de Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), jamais foram transformadas em programas articulados de políticas oficiais pelas organizações internacionais, agências bilaterais de desenvolvimento e pelos governos (nem mesmo pela maioria dos países periféricos). As razões são mais ou menos óbvias: para os países industriais as propostas da NOEI significariam muito mais do que uma simples revisão de políticas comerciais e de investimentos, significariam profundas mudanças em princípios básicos sobre as quais se assentavam as relações econômicas afetando não apenas os padrões de distribuição da riqueza mas até mesmo as bases do poder dentro do sistema internacional; para os países em desenvolvimento havia, no mínimo, a grande dificuldade

de se manter uma certa coesão no plano econômico e político entre os seus participantes, o que significaria a harmonização de interesses de quase uma centena de países (ou pelo menos duas dezenas dos mais importantes) já que a NOEI, em última instância, deveria representar uma estratégia de ‘confrontação pacífica’ com os países industrialmente avançados de economia de mercado nas negociações internacionais”.

Antes da primeira Conferência da UNCTAD em 1964, a CEPAL e os governos da América Latina reuniram-se em Alta Gracia para fixar as linhas de uma política unificada de comércio exterior que haveriam de sustentar naquela reunião. A Carta de Alta Gracia reclamava um tratamento preferencial, generalizado e não discriminatório em favor dos países em desenvolvimento, e foi adotada como documento de trabalho pelo Grupo dos 77. Em decorrência da reunião de Alta Gracia criou-se em Buenos Aires a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), como mecanismo de coordenação e consulta puramente latino-americano, mas sem a participação de Cuba. É o primeiro passo para uma política conjunta e coerente no que diz respeito às relações externas da região. A CECLA é um antecedente do SELA no que se refere às relações de América Latina com o resto do mundo. Em 1969 a CECLA adota o “Consenso de Vinã del Mar”, documento que contém as aspirações conjuntas dos países latino-americanos no tocante às relações econômicas com os Estados Unidos, qualificadas de insatisfatórias e injustas. Nele constavam também propostas de solução que poderiam servir a uma eventual negociação, mas não foram objeto de atenção por parte dos Estados Unidos. Isto, somado à inoperância da Organização dos Estados Americanos (OEA) com existência desde 1948 e cuja Comissão Especial de Consulta e Negociação criada em 1971 defraudou as expectativas ao seu redor, levou a um aumento de tensão existente entre Estados Unidos e América Latina.

Na reunião de Chanceleres da OEA em Tlatelolco, México, em 1974, os Estados Unidos propuseram um “novo diálogo” à América Latina. Como nos descreve Moncayo, “la Reunión de Tlatelolco evidenció la falta de fundamento para insistir en el concepto de una ‘relación especial’ entre América Latina y Estados Unidos, así como la incapacidad de la relación hemisférica para aportar soluciones y mejorar en forma apreciable las condiciones en que se desenvolvían tanto el comercio, como el financiamiento y la cooperación tecnológica interamericanas. Puso de manifiesto, asimismo, el interés de

Estados Unidos en afianzar las relaciones de carácter bilateral, particularmente con algunos países de la región, y de remitir las cuestiones y planteamientos de conjunto a los foros internacionales y mundiales, en los cuales no se estaban registrando progresos significativos. Ante la crisis económica, los Estados Unidos rehuía cualquier compromiso que pudiera aliviar el impacto de la crisis para los países latinoamericanos. Buscaba un compás de espera, sobre la base de intereses comunes no evidentes y de una interpretación de interdependencia que inducía a dedicar los esfuerzos al servicio de la recuperación económica de ese país [EUA], como la mejor forma de lograr el mejoramiento para los demás países del continente” (42).

No mesmo ano o Congresso norte-americano aprovou a Lei do Comércio Internacional, com claros critérios protecionistas que, além de manter o bloqueio comercial contra Cuba imposto em 1962, também discriminou a Venezuela e o Equador por serem membros da OPEP. Com a oposição de todos os países latino-americanos a estas medidas, a reunião prevista como continuação de Tlatelolco para promover o “novo diálogo” foi suspensa.

Como vimos, podemos citar como motivos diretos para criação do SELA:

- a) os desafios apresentados pela evolução da economia internacional e o movimento político dos países do Terceiro Mundo pela sua transformação;
- b) a crise do sistema interamericano e a posição dos Estados Unidos frente à América Latina;
- c) as dificuldades de desenvolvimento dos esquemas de integração econômica da América Latina. Estas dificuldades vamos analisar no capítulo seguinte, onde veremos que a integração econômica da América Latina atravessava um período de desequilíbrio e estancamento. O SELA nasce como um catalisador de esforços comuns dos países da região para fortalecer a solidariedade política latino-americana.

CAPÍTULO II - INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

1) O Subsistema Regional e o SELA

As diversas formas de cooperação e integração da América Latina são antes de tudo respostas aos requerimentos e efeitos da divisão internacional do trabalho e da interdependência assimétrica existente nas relações internacionais, onde cabe ao nosso continente uma posição subalterna, que limita a autonomia econômica e política, nos marcos de um "capitalismo periférico". O verdadeiro desafio gira em torno da capacidade de decisão autônoma sobre a orientação e os modos de uso dos recursos e investimentos, bem como da escolha das prioridades e dos setores beneficiados. Nesse contexto, os pré-requisitos para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos são a sua concertação, a integração e a cooperação, nos três planos que se reforçam mutuamente: desenvolvimento nacional, cooperação regional e relações internacionais.

Mais ainda, a vinculação entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido é evidente, apesar de serem realidades distintas e contrapostas. A teoria da CEPAL de que o subdesenvolvimento seria um atraso no caminho do crescimento econômico e que na medida em que os países subdesenvolvidos se integrassem no mercado mundial se beneficiariam dos frutos da prosperidade demonstrou-se equivocada. "O subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; nesse sentido, ele corresponde a uma forma específica de capitalismo, que se apura em função do próprio desenvolvimento do capitalismo" (1). Esta tese descarta a possibilidade de um capitalismo autônomo, pois não vê possibilidade da superação da dependência nos marcos do capitalismo.

Não surpreende, portanto, que no campo da integração nenhuma das experiências regionais e sub-regionais tenha tido êxito no objetivo de formar um grande espaço econômico, com livre circulação de mercadorias e fatores de produção, embora tenha havido um crescimento do intercâmbio comercial e um estabelecimento de uma rede de mecanismos e instituições de cooperação. O que há é uma série de obstáculos, internos e externos, que impedem o avanço da integração regional e que pode ser sintetizado, como

faz Marini (2), no "imperialismo [que] permeia toda a economia e a sociedade dependentes, representando um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas, de seu Estado, de sua cultura".

Por isso, Saavedra (3) aponta uma necessária reorientação do processo de integração segundo os critérios abaixo:

- a) aceitar que os projetos de integração são sobretudo projetos políticos;
- b) reiterar que o seu propósito central é o desenvolvimento econômico e social dos países participantes;
- c) reafirmar que suas políticas e mecanismos devem reduzir as diferenças de grau de desenvolvimento entre os países da região (o que seria o mínimo de coerência necessária para quem reivindica o mesmo no plano mundial).

É nesse sentido que marcha a articulação iniciada em 1974 entre países do Terceiro Mundo, representados politicamente pelo Movimento dos Países Não-Alinhados e economicamente pelo Grupo dos 77, em torno da estratégia de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), e que supõe uma homogeneidade do Sul, uma confrontação com o Norte e propõe uma cooperação Sul—Sul.

As etapas que a cooperação regional latino-americana atravessou foram assim classificadas por Tomassini (4):

- a) estabelecimento de esquemas formais de integração que visavam programas ambiciosos de complementação econômica. É a época do MCCA e ALALC, por volta de 1960;
- b) surgimento de novas formas de cooperação orientadas a certos setores ou ações específicas, flexibilizando os antigos esquemas de integração e com experiências de complementação econômica mais limitadas porém mais concretas. É a época da criação do SELA em 1975; e
- c) finalmente, o surgimento de novas formas de diplomacia multilateral de concertação direta entre os governos latino-americanos. São experiências com um corte mais informal e evolutivo, como as de Contadora (1984) e do Grupo dos Oito (1986).

Ao comparar as diferentes concepções, Tomassini diz que é natural que, ao transformar-se a natureza dos problemas centrais da região, também se transformem as modalidades de cooperação entre esses países. Às vezes, acrescenta, "el grado de formalidad de las organizaciones sirve para enmascarar la falta de voluntad política de utilizarlas efectivamente"(5). Mas isso não impede que utilizemos a noção de que todas as experiências de integração, cooperação e concertação (conceitos que tendem a se fundir) da América Latina façam parte de uma continuidade que gerou de formas diversas o processo de interdependência regional. Mesmo porque hoje essas experiências coexistem no tempo e se articulam entre si.

Assim, a evolução do processo de cooperação regional ganha sentido na medida em que essas experiências sejam vistas como um conjunto de aproximações para a formação de um subsistema regional latino-americano em que as relações de cooperação predominem sobre as de conflito. Isto em contraposição à retórica de um "nacionalismo latino-americano" como forma de criar uma "nação latino-americana". A integração da América Latina deve ser compreendida como uma articulação que tenta reverter as conseqüências de uma interdependência assimétrica existente no Sistema Internacional. O internacionalismo contido nesse processo, embora não seja um modo de negação do fato e do conceito de nação, é um modo de superação do mesmo. Não cabe portanto a "mística" de um nacionalismo regional, porque, assim colocado, como oposição o algo externo, tende a diluir as diferenças entre os setores, grupos e classes de cada nação. Isto é muito diferente de uma solidariedade política que reconheça que a América Latina, ainda que subordinada, está integrada à economia mundial (o que descarta a hipótese de "capitalismo latino-americano"), e que a real luta deve ser pela democratização do Sistema Internacional, tanto nas estruturas como na tomada de decisões (econômicas inclusivas), visando a transformação das relações sociais e de poder. No interior de cada sociedade a preocupação deve ser a mesma.

É preciso ter em conta a dimensão temporal prolongada dessa empresa histórica de desenvolvimento econômico, social e político. A própria unidade histórica da América Latina não é um fato. A região é apenas uma noção política que, na medida em que se viabilize e realize politicamente, pode vir a ser uma unidade histórica. Mais ainda, os

esquemas formais de integração, que são parte do desenvolvimento da interdependência regional, só englobam parte da realidade do relacionamento intralatino-americano. Do subsistema da América Latina, assim como dos outros subsistemas existentes no mundo, fazem parte, como vimos, múltiplos planos, dimensões e organizações que também constroem a realidade histórica da região e a sua inserção externa nas relações internacionais.

Na gestão de 1987-1991 do SELA foram adotados quatro diretrizes básicas para orientar a sua ação, chamadas de "idéias-força", a saber:

- a) integração regional, concebida como um projeto político dos latino-americanos;
- b) organização e exercício de um poder de negociação regional no âmbito internacional;
- c) enfoque unificado para as ações no campo da integração e cooperação regionais com aquelas que se realizam na área da coordenação e consultas externas; e
- d) constituição de um Sistema Latino-Americano.

As duas primeiras idéias-força têm um caráter mais conceitual e as outras são de caráter mais operativo, no entanto, entre as quatro "existe una relación simbiótica que las hace inseparables" (6).

a) Segundo Pérez del Castillo, Secretário Permanente do SELA (1987-1991), somente uma persistente vontade política de "concertación" regional pode reorientar a estratégia interna e internacional da América Latina no sentido de evitar uma irreversível marginalização na divisão mundial do poder e bem-estar, retomar o progresso, consolidar a democracia e constituir sociedades mais justas e participativas. A atuação dos políticos é tida como indispensável para estruturar políticas nacionais cada vez mais interdependentes e integradas ao conjunto. A integração regional, como projeto político estratégico, sustenta um "nuevo enfoque de desarrollo regional" que inclui: "la reestructuración de su aparato productivo y su actualización tecnológica para lograr una inserción cualitativamente distinta en la economía mundial; la incorporación de las masas, hasta ahora marginadas, a la actividad económica y a mayores grados de justicia social; la aplicación de políticas económicas orientadas al crecimiento con equidad"(7). Mas reconhece que esse esforço

próprio de desenvolvimento econômico-social não é suficiente, é necessário ainda a eliminação de barreiras protecionistas nos países industrializados, um "alívio real y permanente" na dívida externa e a correção dos desequilíbrios macroeconômicos dos países industrializados que afetam a economia mundial.

Como nenhuma destas propostas - tanto internas como externas - acontecerá espontaneamente é preciso um grande esforço de entendimento ("concertación") político que busque reverter a tendência negativa que agrava os problemas já existentes na América Latina. Nesse sentido, o Secretário Permanente do SELA frisa que o reconhecimento da necessidade de atuar conjuntamente não só é o eixo de uma solução possível, como também é um desafio à nossa maturidade como Estados Soberanos. Uma "concertación política" que viabilize a cooperação e a integração regionais deve superar a visão estreita da integração puramente comercial, orientando-a para a "creación de interdependencias reales y permanentes"(8). Pérez del Castillo aponta o paradoxo existente quando se defende a soberania e a proteção a setores produtivos nacionais, quando a própria autonomia e capacidade de ação dos Estados Nacionais estão ameaçados. Assim propõe que a integração seja adotada como eixo das políticas nacionais de desenvolvimento como forma de reunir esforços na criação de um Sistema Latino-Americano, no qual o SELA tem o papel fundamental de promover esse esforço conjuntamente com todas as manifestações de "concertación política" e cooperação regionais e todos os organismos econômicos de integração e de cooperação que a América Latina e o Caribe dispõem. O SELA, apesar de não ser um organismo de integração regional, tem características que lhe permitem ser um instrumento eficaz para contribuir com o esforço de integração da região. Além de ser o foro que reúne 26 países da região que participam de todos os esquemas de integração (e também países que não pertencem a nenhum), o SELA tem uma Secretaria Permanente capaz de promover o funcionamento do Sistema Latino-Americano com visão global política e técnica que supera a problemática concreta de cada esquema e pode ir além dos marcos tradicionais, sempre com o objetivo de fortalecer e complementar os processos, tratados e instituições de integração, e sempre sob supervisão dos governos dos Estados Membros (os quais, por decisão do Conselho Latino-Americano, habilitam o SELA a ter um papel relevante em matéria de integração regional) (9).

b) Como poder de negociação regional, entende-se tanto o originado do poder de compra dos países como o que deriva que outras possibilidades de ação coletiva. Para organizá-lo e exercê-lo é preciso juntar ações na órbita da cooperação regional com as iniciativas de consulta e coordenação, focalizando alguns temas prioritários, a saber: comércio e negociações comerciais (dentro e fora do GATT) e dívida externa. No primeiro ponto o SELA se mostrou um foro eficaz para coordenar as posições da região e apoiar os Estados-Membros nas negociações da Rodada Uruguai. No segundo, os Estados membros realizaram uma Conferência Regional sobre Dívida Externa e elaboraram uma proposta conjunta, porém esse esforço de "concertación política regional no se ha expresado orgánicamente frente a los acreedores" (10). Além desses pontos, são citadas a Conferência sobre Industrialização, o Foro Latino-Americano e Caribenho sobre Propriedade Intelectual, constituído no marco do SELA, e a discussão conjunta sobre a Iniciativa para as Américas.

c) O enfoque unificado entre a cooperação regional ("unidad regional") e a coordenação e consulta ("presencia internacional") foi a marca da gestão 1987-1991. Segundo esta visão, a capacidade de ação regional deve considerar simultaneamente a unidade interna e a presença internacional como partes complementares de uma estratégia de desenvolvimento regional. O êxito da integração e cooperação da América Latina certamente terá um impacto favorável sobre o poder de negociação frente a terceiros.

d) A concepção de um Sistema Latino-Americano, que pretende agrupar toda a institucionalidade regional para formar um conjunto que evolua harmônica e articuladamente, dá ao SELA um papel peculiar nesse contexto, mesmo porque as suas atribuições não são de um organismo internacional "clássico".

As partes componentes do Sistema seriam (11):

- a) os Estados-Membros, que teriam de comprometer politicamente sua vontade de ação, implementando as decisões do Conselho Latino-Americano;
- b) os organismos regionais, que deveriam converter-se em atores reais do sistema, dentro dos limites de suas competências;
- c) as manifestações de vontade política dos governos, como por exemplo o G-Rio;

- d) as manifestações concretas de cooperação regional entre as quais estão as geradas no marco do SELA (Comitês de Ação, comissões, empresas e outros organismos permanentes), que deveriam se articular como conjunto; e
- e) finalmente, os atores da chamada sociedade civil (trabalhadores, empresários, partidos políticos, parlamentares, universidades, intelectuais, etc.).

Trata-se de conceber a região, na sua diversidade, como um sistema que deve funcionar de maneira coerente e articulada, para fortalecer institucionalmente a América Latina e transformar a vontade política dos governos em realidade.

2. Os Esquemas de Integração da América Latina

Os primeiros esquemas de integração da América Latina são: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), cujo Tratado Constitutivo data de 1960, e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), cujo Tratado Geral de Integração Centro-Americano é também de 1960. Em 1968 criou-se a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), que se transformou em 1973, ampliando-se, no Mercado Comum da Comunidade do Caribe (CARICOM). Em 1969 entra em vigor o Acordo de Integração Sub-regional Andina (Grupo Andino). Em 1980 criou-se a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), continuando a personalidade jurídica da ALALC. Finalmente, em 1991 firma-se o Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL.

Países Participantes en los Esquemas de Integración

ALADI/ ALALC	Grupo Andino (GRAN)	Mercado Común Centroamericano (MCCA)	Comunidad Económica del Caribe (CARICOM)	Mercado Común del Sur (MERCOSUR)
Argentina	Bolivia	Costa Rica	Bahamas	Argentina
Bolivia	Ecuador	El Salvador	Barbados	Brasil
Brasil	Colombia	Guatemala	Guyana	Paraguay
Chile	Perú	Honduras	Jamaica	Uruguay
Colombia	Venezuela	Nicaragua	Trinidad y Tobago	
Ecuador			Antigua y Barbuda	
México			Belice/ Dominica	
Paraguay			Granada/ Montserrat	
Perú			San Cristóbal-Nieves	
Uruguay			Santa Lucía	
Venezuela			San Vicente y Las Granadinas	

Fonte : SELA. "La Nueva Etapa de la Integración Regional": Caracas, SELA, 1992. p. 159

A. Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)

A ALALC era integrada por onze países e foi instituída pelo Tratado de Montevideu de 1960. Embora de inspiração Cepalina, o tratado sofreu pressões das diversas partes interessadas, que modificaram a intenção inicial de formar paulatinamente um mercado comum tendo como base uma zona preferencial de comércio constituída por acordos de complementação ou integração industrial e também agrícola, conforme um programa automático e gradual de redução de tarifas alfandegárias. O Tratado de Montevideu se afastou destas recomendações, principalmente quanto ao automatismo das reduções alfandegárias, preferindo seguir um cauteloso procedimento de negociações coletivas. Os países do continente não adotaram a fórmula sugerida pela CEPAL (zona preferencial) tendo em vista a "cláusula da nação favorecida" do GATT e a posição dos EUA, que indicavam a criação de uma zona de livre comércio como a única fórmula possível para não ferir o princípio da cláusula da nação mais favorecida, que estipula que qualquer concessão que um país outorga a outro seja estendida automaticamente aos outros membros do GATT. Já o FMI teve uma posição contrária às iniciativas de estabelecer um sistema de pagamentos e créditos para facilitar a liquidação multilateral de pagamentos entre os países da América Latina que não fosse a compensação em moedas livremente conversíveis. Foi assim que o FMI rejeitou a proposta do Comitê do Comércio da CEPAL no Panamá de liquidação multilateral dos saldos bilaterais de comércio, visando algo semelhante à União Européia de pagamentos. Por sua vez, as empresas transnacionais tiveram inicialmente a preocupação que um mercado comum latino-americano ou mesmo um comércio inter-regional maior pudesse diminuir as exportações dos Estados Unidos, mas logo perceberam as vantagens que os instrumentos da ALALC, particularmente os acordos de complementação industrial, poderiam lhes proporcionar.

Os objetivos da ALALC eram (12):

- a) liberar gradualmente o essencial do comércio recíproco (Artigo 3);
- b) expandir e diversificar o intercâmbio e promover a progressiva complementação das economias (Artigo 10);

- c) coordenar as políticas de desenvolvimento agrícola e intercâmbio de produtos agropecuários (Artigos 27 a 29); e
- d) estabelecer gradual e progressivamente um mercado comum latino-americano (Artigo 54).

Para atingi-los a ALALC usou três instrumentos (13):

- a) os programas de liberação do comércio, com Listas Nacionais, Listas Comuns, além do princípio de reciprocidade e da cláusula de salvaguarda;
 - b) os acordos de complementação por setores industriais; e
 - c) as medidas em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo (PMDER).
-
- a) O programa era estabelecer uma zona de livre comércio que se aperfeiçoaria em doze anos por meio de negociações periódicas entre os países-membros, baseando-se na reciprocidade das concessões, que deveriam resultar em Listas Nacionais e Comuns. Cada país deveria elaborar uma Lista Nacional concedendo aos restantes reduções de tarifas até chegar à eliminação destas para o essencial das suas importações da zona de livre comércio. As negociações eram produto a produto e as concessões não seriam definitivas. A Lista Comum era constituída pelos produtos cujas tarifas alfandegárias seriam eliminadas integralmente para o Comércio intrazonal em até doze anos, prazo posteriormente alterado para 1980. Mas as concessões outorgadas nestas listas eram irrevogáveis, definitivas. As negociações se baseavam no princípio da reciprocidade (vantagens mútuas entre os membros) e pontuavam que as concessões não deveriam ocasionar uma redução de comércio.
 - b) Os acordos de complementação por setores industriais visavam facilitar a integração das economias dos países da ALALC, e se constituíam em mecanismos complementares às Listas Nacionais e Comum, uma vez que adotavam o mesmo método de redução de tarifas produto a produto, ainda que concentrados num determinado setor industrial e entre uma quantidade menor

de países. Esses acordos podiam estabelecer um programa de liberação para determinado setor industrial, podendo conter cláusulas para harmonizar os tratamentos aplicados às matérias-primas dos produtos desse setor.

- c) Com relação aos países de menor desenvolvimento econômico relativo (Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai) estabeleceram-se vantagens tarifárias que não eram extensivas aos outros países, e que constituíam as Listas de Vantagens não Extensivas. O Tratado de Montevideu também autorizava os PMDER a cumprir o programa de liberação de comércio com um cronograma diferente e com proteção especial para os produtos de importância básica para o país em questão.

Os principais órgãos da ALALC eram (14):

- a) a Conferência das Partes Contratantes, órgão máximo da ALALC;
- b) o Comitê Executivo Permanente (CEP), que representava a ALALC;
- c) a Secretaria do CEP, que não chegava a ser um órgão da ALALC, mas formava parte da estrutura do Comitê. Era constituída por pessoal técnico e administrativo e dirigida por um Secretário Executivo eleito pela Conferência a cada três anos;
- d) as Comissões Consultivas, que eram estabelecidas pelo Comitê com representantes dos diversos setores da economia de cada país. Foram criadas a Comissão Consultiva de Assuntos Trabalhistas e a de Assuntos Empresariais. Foram também criados Conselhos de Políticas e Comissões Assessoras em diversas matérias;
- e) o Conselho de Ministros de Relações Exteriores foi criado depois, e entrou em vigência em 1975 com a atribuição de concentrar a "direção política superior" da ALALC (15).

O Programa de liberalização de comércio do Tratado de 1960 teve um desenvolvimento considerável nos primeiros três anos para depois estagnar-se a partir dos anos setenta. As concessões tarifárias das Listas Nacionais ultrapassaram a casa das 11.000

até 1979, mas 98% destas foram concedidas nos primeiros nove anos (até 1970). Quanto às Listas Comuns, foi aprovado em 1964 o primeiro acordo de 25% do valor global do comércio intrazonal, mas as negociações sobre o segundo acordo de 50% ficaram estagnadas. A explicação desta paralisia é dada pela inclusão nas Listas Nacionais, nos primeiros anos, de produtos que já eram objeto do comércio intrazonal sobre a base de antigos acordos bilaterais. Porém quando foi necessário a inclusão de bens que levariam necessariamente a uma competição em cada mercado nacional de produtos similares as negociações se tornaram mais difíceis. Os acordos de complementação por setores industriais passam para o primeiro plano das negociações da ALALC devido à perda do dinamismo das Listas Nacionais. Assim, até 1978 firmam-se 25 acordos de complementação industrial envolvendo 1.447 produtos e 3.500 concessões.

"La significación de los acuerdos de complementación ha sido objeto de interpretaciones polémicas. Por una parte se señala que sirven para acelerar el proceso de liberación del comercio intrazonal para concertar sectores nuevos y poco desarrollados, para acentuar las políticas de inversiones, cambios tecnológicos, integración y ampliación de los complejos industriales. Inclusive se llega a afirmar que estos acuerdos abren el camino hacia la armonización de los regímenes de exportación así como los tratamientos aplicables a los capitales, bienes y servicios procedentes de fuera de la Zona. En cambio, hay quienes expresan que los acuerdos de complementación han sido los instrumentos de los que se han valido las empresas transnacionales con radicación de subsidiarias en varios países de la Zona, quienes habrían sido - para los que así opinan - las únicas beneficiarias del esquema de ALALC" (16). Se é verdade que os acordos de complementação se concentraram em setores industriais mais dinâmicos, basicamente em empresas transnacionais, também é verdade que alguns países se beneficiaram com esses acordos, embora o volume do comércio gerado por eles fosse menor que o das Listas Nacionais.

Para os PMDER havia dois mecanismos compensatórios: as Listas de Vantagens não Extensivas, que conseguiram compensar o déficit da balança comercial registrados nos itens das Listas Nacionais, e a resolução 99 da IV Conferência, que estabeleceu que aqueles países que não participassem de um acordo de complementação não se beneficiariam das concessões do mesmo, exceto para os PMDER que não precisariam conceder compensação

alguma. Porém, como esses acordos eram em relação a indústrias de ponta, os PMDER não os aproveitaram por falta de oferta.

Segundo o IFEDEC, "Existe consenso en el sentido de atribuir al sistema institucional de la ALALC una parte de la responsabilidad por los fracasos y las limitaciones del proceso de integración. El tratado no otorgó a los órganos de la ALALC los poderes de iniciativa necesarios para incluir progresivamente nuevos campos y aspectos en el proceso de integración" (17). Mas aponta-se como uma das principais conquistas da ALALC o incremento do fluxo comercial e sua diversificação (o volume de comércio intrazonal medido em exportação aumentou entre 1961 e 1980 em 2.144% contra um aumento de 89% no resto do mundo durante o mesmo período). Há uma participação crescente dos manufaturados nesse comércio, embora concentrada entre Argentina, Brasil e México. Outra conquista foi a harmonização de técnicas alfandegárias, normas de qualidade e origem e o estabelecimento de nomenclatura tarifária uniforme (NABALALC), o que facilita as operações comerciais. Além disso, os países da ALALC criaram um mecanismo chamado Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos com a participação dos Bancos Centrais de todos os países da Zona. Por esse sistema, cada par de países se outorga linhas de crédito recíproco cujos saldos são apresentados ao final de cada período de quatro meses e compensados pelo banco agente do sistema. O saldo líquido se paga em dólares.

As razões para o estancamento e a crise da ALALC são, segundo Vacchino (18): a) a fórmula empregada, que era a lenta e tortuosa negociação produto a produto; b) o fato da ALALC não ter se utilizado suficientemente de outros mecanismos de integração, como a harmonização e a coordenação de políticas econômicas e o estabelecimento de acordos de complementação industrial; c) a falta de uma cláusula evolutiva no Tratado que outorgasse aos órgãos da ALALC os poderes de iniciativa necessários para incluir progressivamente novos campos e aspectos no processo de integração; e d) a má distribuição dos frutos da integração, pois não se cumpriram as condições básicas para a integração, a saber: o desenvolvimento equilibrado, a participação equitativa nos benefícios da integração e a reciprocidade, entendida como equivalência nas correntes de comércio.

“Concebido basicamente como um mecanismo de liberação de comércio para Argentina, Brasil e México, o TM-60 [Tratado de Montevideu de 1960] era percebido pelos

países de desenvolvimento intermédio e de menor desenvolvimento relativo como um instrumento para complementar suas economias, pela reciprocidade de benefícios, e para impulsionar o desenvolvimento pela distribuição de indústria e investimentos. Essa diferenciação de enfoque entre ‘comercialistas’ e ‘desenvolvimentistas’ está na origem da gestação e formação de um primeiro subgrupo regional” (19) isto é, o Acordo de Cartagena (Pacto Andino), em 1969, que vem a ser uma fratura no Tratado de Montevidéu de 1960. Após estender o término do período de constituição da zona de livre comércio pelo Protocolo de Caracas de 1969, os países membros da ALALC decidiram a sua extinção em 1980, substituindo-a pela ALADI.

B. Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

A ALADI, criada pelo Tratado de Montevidéu de 1980, é composta pelos mesmos países da ALALC. Porém, "el Tratado de Montevideo de 1980 abandona el objetivo concreto de establecer una zona de libre comercio y eliminar los compromisos que pudieran atar a metas cuantitativas y temporales. Al mismo tiempo, abre paso a la concertación de una variada gama de acciones parciales entre pares y grupos de países, considerando que por esa vía ha de facilitarse la dinamización de la integración económica de los países miembros en las circunstancias que caracterizan a la realidad regional” (20). Ao adotar esse sistema pragmático e flexível, ainda que mantendo o objetivo de longo prazo de consolidar um mercado comum, a ALADI tem um instrumental jurídico e econômico que não parece conduzir além de uma zona de preferências econômicas, forma permitida pelas normas do GATT.

Os objetivos do Tratado são (21):

- a) promover o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado da região e estabelecer de forma gradual e progressiva um mercado comum latino-americano, a longo prazo (Artigo 1); e

- b) promover e regular o comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento de ações de cooperação econômica no sentido de ampliar mercados (Artigo 2).

Os instrumentos com que a ALADI conta tendem a estabelecer mais uma zona de preferências econômicas do que uma zona de livre comércio. São os seguintes (22):

- a) a Preferência Tarifária Regional, que consiste num rebaixamento multilateral de determinada porcentagem que se outorgam os países-membros com relação ao nível de tarifas que é observado para terceiros países;
- b) os Acordos de Alcance Regional, que podem ser comerciais, de complementação econômica, agropecuários, de promoção de comércio, e eventualmente em outros campos, como cooperação científica e tecnológica, promoção do turismo e preservação do meio ambiente;
- c) os Acordos de Alcance Parcial, dos quais não participam todos os membros da ALADI mas que tendem a aprofundar o processo de integração regional mediante uma progressiva multilateralização;
- d) o Sistema de Apoio aos PMDER, classificando os Estados-membros em PMDER: Bolívia, Equador e Paraguai; países de desenvolvimento intermediário: Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela; e outros países: Argentina, Brasil e México.

Os órgãos institucionais da ALADI são quatro (23):

- a) Conselho de Ministros de Relações Exteriores, que responde pela conduta política superior do processo de integração e é convocado pelo Comitê de Representantes.
- b) A Conferência de Avaliação e Convergência, que tem a função de acompanhar e negociar o aprofundamento do processo de integração e é constituída de plenipotenciários que se reúnem a cada três anos.

- c) O Comitê de Representantes, órgão permanente da ALADI constituído por um representante de cada país-membro e que tem a incumbência de gerir o processo de integração.
- d) A Secretaria Geral, órgão técnico com funções e atribuições de proposição, gestão e controle.

Sobre o funcionamento da ALADI diz-se que "En realidad la ALADI es una fórmula eclética, para que cada país marche al ritmo y con la intensidad que desee hacia grados crecientes de integración, a través de la multilateralización de concesiones bilaterales y acuerdos"(24). As concessões outorgadas nas listas e nos acordos da ALALC foram incorporadas à ALADI. Porém, esse "patrimônio histórico" da ALALC sofreu um processo de renegociação das concessões, mediante atualização, enriquecimento ou eliminação, que só terminou em 1983.

A crise econômica dos anos oitenta afetou profundamente o comércio dos países latino-americanos e conseqüentemente os intercâmbios dentro da ALADI, revertendo a partir de 1981 as tendências expansivas do comércio intra-regional. As importações globais dos países da ALADI caíram 40% entre 1981 e 1985, e a porcentagem de exportações destinadas à ALADI pelos países-membros em relação às exportações globais reduziu-se de 14% para 9%.

Em 1980 firmou-se o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, mantendo os objetivos fundamentais do acordo do mesmo tipo da ALALC no sentido de reduzir a utilização de divisas conversíveis no comércio intrazonal e reduzir a participação de bancos extra-regionais nas operações comerciais regionais. Em 1985, apesar da crise, esse sistema era responsável por 98% das operações do comércio intra-regional.

Além disso, a ALADI tem se empenhado em criar uma Rodada Regional de Negociações que procura superar a brecha existente entre a "concertación política" e a negociação econômica. Segundo o IFEDEC, "Se trata de movilizar a la administración pública de los países y a los agentes económicos a fin de que la acción política actúe como palanca que destrabe las complicaciones administrativas y contribuya a la concreción de entendimientos tendientes a crear en el marco de la ALADI un centro de comercio, pagos y financiamientos, abierto a todos los países de la región"(25).

Nesse quadro, colocam-se três objetivos fundamentais a curto prazo, a saber:

- a) dinamizar o comércio intra-regional;
- b) fazer funcionar uma ordem progressiva, de alcance geral e caráter preferencial, do intercâmbio e dos pagamentos intra-regionais;
- c) aprofundar os mecanismos que possibilitam uma participação equitativa de todos os países-membros no processo de integração.

A experiência da ALADI mostra uma flexibilidade grande nos compromissos em um conjunto heterogêneo de países latino-americanos, o que possibilita a subgrupos de países avançarem em iniciativas de integração sub-regional, como nos casos do Pacto Andino e dos protocolos entre Brasil e Argentina, início do Mercosul. Porém aponta-se que há uma excessiva bilateralização do processo e que não se conseguiu ainda um bom grau de multilateralização dos acordos parciais. Segundo o IFEDEC, os países-membros da ALADI mantêm duas principais limitações que afetam a possibilidade de desenvolvimento do esquema (26):

- a) a negativa de qualquer transferência de poder de decisão nacional a órgãos comunitários; e
- b) o fato de a integração ainda manter um papel marginal nas estratégias de desenvolvimento nacional.

A ALADI, tentando superar os problemas da ALALC, colocou em segundo plano a visão comunitária e reforçou a supremacia dos interesses individuais dos países-membros. Limitaram-se os compromissos multilaterais a fim de que os países pudessem conservar seu poder de decisão para continuar a privilegiar as relações com os países desenvolvidos. Essa estratégia, juntamente com a crise econômica, impossibilitou recuperar até 1990 o valor alcançado pelo intercâmbio regional em 1981 (US\$ 24 bilhões) – nível mais elevado da história do continente.

C. Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)

O MCCA é composto por cinco países e difere um pouco dos outros esquemas de integração porque pretende promover, além de integração econômica, também uma união

política entre os membros, restabelecendo uma unidade que existiu de fato no passado como Capitania Geral de Guatemala até 1824 e como Federação de Estados Centro-Americanos a partir da independência em 1824 até 1838, quando se fracionou.

Em 1951 cria-se a Organização de Estados Centro-Americanos (ODECA) com características similares às Comunidades Européias, mas que não funcionou a contento.

Em 1958 é assinado o Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Centro-Americana entre outros tratados. Mas é em 1960 que é instituído o instrumento jurídico mais importante: o Tratado Geral de Integração Econômica de Manágua. Esse tratado não é como o anterior que procurava compensar as diferenças de desenvolvimento relativo entre os países por meio de uma programação de desenvolvimento industrial. Ao contrário, o Tratado de Manágua se preocupa com o livre comércio, a união aduaneira, a tarifa externa comum e um sistema de pagamentos. Assim, os objetivos do Tratado de Manágua são: acelerar a integração econômica unificando as economias e impulsionando o desenvolvimento, além de estabelecer um mercado comum, uma união aduaneira e aperfeiçoar uma Zona Centro-Americana de Livre Comércio, adotando uma tarifa centro-americana uniforme.

Os organismos do esquema centro-americano de integração são (27)

- a) Conselho Econômico Centro-Americano, órgão máximo, integrado por Ministros de Economia dos países-membros;
- b) Conselho Executivo, que administra o Tratado; e
- c) A Secretaria Permanente do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA), que secretaria os dois Conselhos e tem personalidade jurídica própria.

Há também outros organismos vinculados ao processo de integração, a saber: Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-Americano (órgão da CEPAL); o Instituto Centro-Americano de Investigação e Tecnologia Industrial (ICAITI), criado em 1955; o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), criado em 1960; a Câmara de Compensação Centro-Americana, funcionando desde 1964; e o Fundo Centro-Americano de Estabilização Monetária, criado em 1969.

Nos primeiros vinte anos do MCCA o comércio inter-regional teve um importante crescimento quantitativo, a indústria também cresceu, inclusive na sua porcentagem do PIB, o sistema de compensação de pagamentos funcionou bem, as tarifas de importação foram equiparadas, criou-se uma importante infra-estrutura de caráter centro-americano (energia, transportes, comunicações), ampliou-se a rede de vínculos e interesses comuns entre os agentes econômicos sociais e culturais centro-americanos que, ao lado da flexibilidade e força do MCCA, impediu que algumas circunstâncias difíceis (“Guerra de Futebol” entre El Salvador e Honduras em 1969) dissolvessem o processo de integração. O saldo é positivo para todos os países apesar da desigualdade na distribuição dos custos. Mas a maior conquista da integração Centro-Americana foi o grande impulso ao livre comércio (28)

Na década de 80 o MCCA passou por uma crise de duas faces: fatores políticos, nos quais a Nicarágua tem o papel principal, e fatores econômicos, em que a dívida externa é o maior problema. O resultado disso foi a queda no comércio intra-regional e um aumento de sub-emprego, desemprego e pobreza, além dos refugiados e da violência política. É reconhecido que o MCCA também carece de uma participação mais ampla, especialmente nos campos político e social, o que lhe tira parte do respaldo popular do processo. Assim, o MCCA mantém-se vigente, embora debilitado. Segundo o IFEDEC "Esse proceso es uno de los ejemplos más claros y dramáticos de la profunda interrelación y causación circular cumulativa entre democracia, paz, integración y desarrollo"(29).

D. Grupo Andino (GRAN)

O Grupo Andino é composto atualmente por cinco países e foi constituído pelo Acordo de Integração Sub-Regional Andina ou Acordo de Cartagena de 1969, com a participação do Chile que se retirou em 1976 e ainda sem a Venezuela que entrou em 1973. O Grupo Andino nasce da constatação de que o esquema da ALALC beneficiava apenas aos três maiores países. Retomando as teses originais da CEPAL formou-se um movimento que tinha por finalidade constituir um grupo sub-regional da ALALC, com um sistema de integração mais ágil que liberalizasse o intercâmbio, coordenasse a política de desenvolvimento industrial, promovesse a substituição de importações e criasse a

Corporación Andina de Fomento. Em 1967 é assinada em Punta del Este uma declaração de compatibilidade da ALALC com o Pacto Andino.

Os Instrumentos previstos no Acordo de Cartagena são os seguintes (30):

- a) harmonização de políticas econômicas e sociais e aproximação de legislações nacionais;
- b) intensificação do processo de industrialização;
- c) programa de liberação do comércio mais acelerado do que o da ALALC;
- d) tarifas externas comuns;
- e) programa para o desenvolvimento agropecuário;
- f) canalização de recursos internos e externos para os investimentos necessários ao processo de integração;
- g) integração física; e
- h) tratamento preferencial a favor de Bolívia e Equador.

As instituições do Grupo Andino são (31):

- a) a Comissão, autoridade máxima e órgão político, constituída por um representante plenipotenciário de cada um dos países-membros;
- b) Junta do Acordo de Cartagena (JUNAC) órgão técnico que cumpre os mandatos da Comissão;
- c) os órgãos auxiliares: Comitê Consultivo, Comitê Assessor Econômico e Social e os Conselhos.

Em 1979, início do segundo decênio do Acordo de Cartagena, criaram-se (32):

- a) o Tribunal de Justiça do Arcordo de Cartagena, que é independente dos governos dos países-membros e dos demais órgãos comunitários. Integrado por cinco magistrados, tem sua sede em Quito e começou a funcionar em 1985. Com o Tribunal de Justiça a integração andina adota os meios necessários para ter interpretação uniforme do direito comunitário e para possibilitar a solução de controvérsias;

- b) o Parlamento Andino, órgão político que supervisiona o processo de integração. Após dez anos da sua criação os seus membros serão eleitos por sufrágio universal e direto, até lá eles serão designados pelos Congressos Nacionais; e
- c) o Conselho Andino, órgão político de coordenação e formulação de políticas gerais, cujas principais atribuições são: formular a política externa conjunta dos países-membros e contribuir para a formulação da política geral do processo de integração. É constituído pelos Ministros das Relações Exteriores.

Além disso, pode-se incluir a Corporación Andina de Fomento (CAF criada em 1968, antes do Acordo de Cartagena), cujo objetivo é acelerar o processo de integração regional, identificando oportunidades de investimento, ajudando na preparação e na execução de projetos multinacionais e até organizando ou modernizando empresas.

Há também o Fundo Andino de Reservas (FAR), criado em 1976 como previsto no Acordo de Cartagena e funcionando desde 1978, e os convênios Andrés Bello (integração educativa, científica e cultural), Hipólito Unanue (voltado para a área da saúde), Simón Rodrigues (melhoramento das condições de vida e trabalho) e o Sistema José Celestino Mutis (sobre agricultura, seguridade alimentária e conservação do meio ambiente).

Os primeiros anos de funcionamento do Acordo de Cartagena foram de grande dinamismo. A Comissão aprovou o Programa de Liberalização Comercial, a reserva para programas setoriais de desenvolvimento industrial, a tarifa externa comum, a Nomenclatura Preferencial para Bolívia e Equador e o regime comum de tratamento para os capitais estrangeiros.

As mudanças nas políticas econômicas dos países, principalmente do neoliberalismo chileno, impediram que fosse adiante o projeto ambicioso do Grupo Andino, pois esse requeria uma plataforma política comum para assegurar um mínimo de coerência às políticas nacionais. Houve também uma série de compromissos não cumpridos por parte dos países-membros, além de conflitos políticos e territoriais entre os governos. Por tudo isso o Grupo Andino entrou num período de inércia a partir da metade dos anos setenta. Na década de oitenta o processo de integração andina paralisou-se devido à deterioração dos termos de troca, à crise da dívida externa, às políticas de ajuste e à queda do comércio externo. Além disso, o Acordo de Cartagena se filia a uma linha "estruturalista", que tende

a conciliar planejamento e mercado, e que, devido às causas externas acima mencionadas e à falta de experiência dos agentes econômicos e dos órgãos do Acordo, não funcionou a contento naqueles pontos centrais do Grupo Andino, como é o caso dos Programas Setoriais de Desenvolvimento Industrial (PSDI) (33).

E. Comunidade do Caribe (CARICOM)

Criou-se inicialmente a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA) em 1968 e em 1970, o Banco de Desenvolvimento do Caribe (CARIBANK). Paralelamente Antigua, Dominica, Grenada, Monserrat, St. Kitts-Navis, St. Lucia e St. Vicent criaram o Mercado Comum do Caribe Oriental (MCCO) em 1968. Finalmente, em 1973 firmou-se o Tratado de Chaguaramas que cria a Comunidade do Caribe (CARICOM) e o Mercado Comum do Caribe. A Comunidade do Caribe (CARICOM) é composta de treze países de língua inglesa, as Bahamas incorporam-se em 1983. Discutem-se as vantagens de incorporar a República Dominicana, o Haiti e o Suriname na comunidade.

Os objetivos do Tratado são:

- a) integração econômica por meio do estabelecimento de um Mercado Comum;
- b) a coordenação das políticas exteriores e das políticas econômicas dos países—membros; e
- c) a cooperação funcional.

O Tratado estabelece duas organizações: a Comunidade do Caribe e a Organização do Mercado Comum. As Bahamas, por exemplo, são membros da Comunidade mas não do Mercado Comum.

São órgãos da Comunidade:

- a) Conferência dos Chefes de Governo, órgão supremo do CARICOM;
- b) Conselho do Mercado Comum, composto por ministros de governo, e
- c) A Secretaria da Comunidade, órgão administrativo.

A estrutura institucional do CARICOM tem as características de uma organização intergovernamental clássica: não existe nenhuma autoridade independente, supranacional.

O Tratado de Chaguaramas incorpora no substancial o regime de liberalização do comércio da CARIFTA. Fatores políticos domésticos, bem como a crise econômica internacional, têm impedido um melhor desempenho dos países da área no seu processo de integração econômica e concertação política.

F. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Para Flores Neto (34), “do ponto de vista político, a transposição da Guerra Fria para o continente latino-americano criou situações de instabilidade que resultaram na instauração de regimes de força em todos os países do Cone Sul. No Brasil e na Argentina, o substrato ideológico de fundo geopolítico desses regimes restaurou velhas desconfianças e aguçou a concepção da rivalidade e da competição recíproca.

“Com o advento da transição democrática na Argentina e no Brasil, respectivamente em 1983 e 1985, suas políticas exteriores passaram a voltar-se mais para a América Latina. Vale destacar, a propósito, o que determina a Constituição Brasileira (de 1988), no seu Artigo 4º, parágrafo único: ‘o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações’. Nesse contexto, pode-se reconhecer o caráter estrutural e permanente das relações de cooperação entre o Brasil e a Argentina como parte essencial dos seus próprios interesses nacionais, o que fundamentou a decisão histórica dos dois Governos pela integração bilateral”.

Porém, foi ainda durante o regime militar (1979) que se alcançou um entendimento que pôs fim à controvérsia iniciada em 1966, o Acordo Tripartite – Brasil, Argentina e Paraguai - de Cooperação Técnico-Operativa entre Itaipu e Corpus. Ainda em 1980 assinou-se o Acordo sobre Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, e, durante a Guerra das Malvinas, consolidou-se o mecanismo de consulta política permanente entre os Ministros de Relações Exteriores, em vigor desde 1980.

Mas a origem imediata do processo de integração Brasil-Argentina encontra-se na Declaração de Iguaçu, de 1985, que cria uma Comissão Mista de alto nível, presidida pelos Chanceleres, com o objetivo de programar a integração econômica. Graças ao trabalho

desses negociadores chega-se, em 1986, à Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, que estabeleceu o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), composto inicialmente por 12 Protocolos e que, em 1989, totalizariam 24. Esses Protocolos traduzem nitidamente a preocupação em aglutinar, nos mais diferentes campos, as potencialidades das duas maiores economias da América do Sul.

Segundo Flores Neto (35), “o bom encaminhamento do processo de integração Brasil-Argentina, diferentemente das experiências anteriores de integração latino-americana, resulta do realismo e do pragmatismo que inspiram sua concepção”. Desde o início adotaram-se como princípios básicos o gradualismo, a flexibilidade, o equilíbrio e a seletividade. Além disso, colocou-se em marcha o diálogo com os vários segmentos das duas sociedades, como entidades de classe, empresas e sindicatos.

Com o objetivo de consolidar a irreversibilidade do processo, os dois Governos decidiram assinar em 1988 o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que prevê um espaço econômico comum, em dez anos, com a redução gradual de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio bilateral de bens e serviços, bem como a harmonização gradual das políticas macroeconômicas necessárias para a concretização do mercado comum entre ambos os Estados. Em 1990 foi assinada a Ata de Buenos Aires que antecipa para 1994 (31/12) o prazo para a conformação do Mercado Comum Brasil-Argentina. Para isso criou-se um órgão técnico, o Grupo Mercado Comum (GMC), integrado por representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Economia e dos Bancos Centrais dos dois países, e que se subdividiu em vários subgrupos de trabalho e tem sede em Montevideú.

Inspirado nesse processo, o Tratado de Assunção, assinado em 1991 pelos Presidentes do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, é o instrumento que deverá constituir até 1994 um Mercado Comum entre os seus signatários. O Tratado prevê a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, uma tarifa externa comum, uma política comercial única e a harmonização de políticas macroeconômicas e setoriais. “A iniciativa não pretende construir um bloco econômico excludente, fechado ao exterior. Nesse sentido, permite a adesão de outros países da região mediante o cumprimento de determinados requisitos. A prioridade atribuída à consolidação do processo de integração no Cone Sul é

vista, assim, como etapa precedente e necessária para a integração da América Latina e não deve comprometer, mas sim reforçar as ações multilaterais no âmbito da ALADI e do Grupo do Rio” (36).

3) Análise dos Processos de Integração

Na segunda metade da década de 80 os processos de cooperação e integração da América Latina, iniciados a mais de trinta anos, sofreram os mais duros golpes da conjuntura internacional. A isso somaram-se as dificuldades de crescimento das economias nacionais e o debilitamento das instituições de integração, para configurar um "balance negativo"(37), de franco estancamento e até retrocesso em alguns casos.

Os fatores externos apontados pela Secretaria Permanente do SELA são: elevado serviço da dívida externa; contração das fontes de financiamento externo para o desenvolvimento; queda contínua e acelerada dos fluxos de investimento direto externo; intensa deterioração dos termos de troca; e recrudescimento e institucionalização do protecionismo comercial dos países desenvolvidos, entre outros fatores. A isso acrescenta-se a definição de um esquema econômico mundial caracterizado pelo surgimento e consolidação de blocos liderados por países industrializados.

Neste quadro a América Latina tem "prácticamente paralizadas sus posibilidades de desarrollo y mermada su participación relativa en la economía mundial" (38). O que provocou grande queda dos níveis de vida, aumento da pobreza e incremento explosivo da inflação e desemprego. Como resposta, a partir de 1982, a região quase na sua totalidade realizou um forte ajuste cuja opção política foi a recessão interna. "La política económica, atendiendo al objetivo - declarado como prioritario - del pago de la deuda externa, privilegió la rápida consecución de fuertes superávit comerciales, lo cual trajo como consecuencia lógica la recesión industrial y un mayor deterioro de las condiciones para reiniciar cualquier proceso de reactivación"(39).

Esses fatos debilitaram os processos de integração, tanto como idéia-força quanto nos seus mecanismos formais que praticamente se estagnaram com o não cumprimento das metas de liberação comercial, investimentos e coordenação de políticas.

Neste contexto, a Secretaria Permanente do SELA reafirmou a integração "como el instrumento más eficaz a nuestro alcance para reactivar nuestras economías y retomar el camino del desarrollo sostenido" e posicionou assim o papel desta instituição: "Ciertamente, el SELA no es organismo de integración, en tanto no es ese su cometido específico. Pero además del propósito fundamental de promover la cooperación intrarregional, el Convenio de Panamá asignó al SELA el objetivo de apoyar los procesos de integración de la región y propiciar acciones coordinadas de éstos y de éstos con Estados Miembros del SELA, especialmente aquellas que tienden a su armonización y convergencia, respetando los compromisos asumidos en el marco de tales procesos" (40).

A partir desta concepção a Secretaria Permanente destaca três pontos basilares para a integração no momento atual (41):

- a) A modernização do aparelho produtivo regional e uma melhoria importante da participação da América Latina na economia internacional passam por uma efetiva integração, entendida como aceitação e geração de interdependências reais e permanentes entre os países. Isso significa um esforço cooperativo de projetos produtivos conjuntos voltados para prioridades globais, e na própria formulação das políticas econômicas.
- b) A convicção de que a integração deve realizar-se como projeto político central das políticas nacionais de desenvolvimento, com a participação ativa de todos os setores da sociedade. "Esta concepción significa privilegiar en las decisiones la visión del mediano plazo sobre la conyuntura, articulando equilibradamente el interés regional con el nacional. Un proceso de esa naturaleza aportaría grandes beneficios pero también costos, significando aceptar, en algunos aspectos por lo menos, una cierta limitación de soberanía nacional"(42). Um bloco de nações "unidas e solidárias", com marcos institucionais "ágeis e flexíveis", levaria à diminuição da dependência e vulnerabilidade que hoje sofrem individualmente todos os países da região.
- c) A "reconversão produtiva" dos países latino-americanos deve apoiar-se na incorporação e difusão do progresso técnico, obtendo desta forma ganhos reais de produtividade que permitam alcançar ao mesmo tempo o crescimento

econômico e a equidade distributiva. A uma maior abertura comercial deve combinar-se uma estrutura de proteção e promoção "gradual, selectiva y temporaria, para producir dinámicamente nuevas ventajas competitivas". Nesta estratégia, são consideradas importantes as "políticas industriales activas que promuevan una pauta de especialización intrasectorial y permitan aprovechar potenciales externalidades y economias de escala (...)" (43).

"Un efectivo mercado ampliado regional, con márgenes de preferencia ciertos - cuyo nivel depende de la situación de los sectores y debe irse definiendo dinámicamente - condiciones de competencia homogéneas y un razonable grado de coordinación y convergencia de las políticas macroeconómicas y sectoriales, puede ser una herramienta poderosa para obtener ganancias de productividad en sectores maduros y crear condiciones de mayor eficiencia en la implantación de nuevas actividades"(44). Esta é a posição da Secretaria Permanente do SELA.

O desempenho comercial dos esquemas de integração econômica da América Latina desde 1960 até 1989 pode ser visto no quadro da página seguinte (45).

América Latina y el Caribe:
Exportaciones Totales por Esquemas Subregionales de Integración.

	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1989
ALADI							
Porcentaje exportaciones							
Intra ALADI	7,7%	8,9%	9,9%	13,5%	13,6%	8,3%	10,6%
Grupo Andino (a)							
Porcentaje exportaciones							
Intra G. Andino	0,7%	1,2%	1,8%	3,7%	3,7%	3,2%	4,3%
Mercado Comum Centro-Americano.							
Porcentaje exportaciones							
Intra MCCA	7,0%	17,4%	26,0%	23,4%	24,4%	13,7%	12,6%
CARICOM (b)							
Porcentaje exportaciones							
Intra CARICOM	3,9%	3,7%	4,2%	7,2%	6,4%	8,3%	7,9%
América Latina y el Caribe (c) Porcentaje intrarregional Total	8,8%	11,4%	12,8%	16,0%	15,6%	11,1%	13,0%

Fuente Cepal, Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 1990.

a) Excluye Chile.

b) Sólo incluye Barbados, Guyana, Jamaica y Trinidad y Tobago.

c) Incluye once países de la ALADI, cuatro de CARICOM, Bahamas, Haití, Panamá, República Dominicana y Surinam.

Barbosa divide a evolução do processo de integração latino-americano entre as fases “romântica” e “pragmática”: “Na fase romântica, as ações e políticas relacionadas com a integração e com o objetivo último de alcançar o mercado comum latino-americano foram baseadas em um voluntarismo generalizado, expresso em declarações retóricas de intenções e em ações quase conspiratórias da burocracia governamental e multilateral, nem sempre prestando a devida atenção às realidades internas de cada um dos países ou às circunstâncias prevaletentes no panorama internacional” (46). Porém, com as transformações do cenário internacional e com o perigo de uma marginalização ainda maior da América Latina, uma vez que as tentativas de integração anteriores não funcionaram, propõe-se uma “interdependência ativa” entre os países da região, num contexto de crescente abertura internacional e de liberalização econômica interna. Parte-se para uma

estratégia de integração diferente: paulatina, com grande dose de realismo, e partindo de esforços parciais, por grupos de países. “A superação do modelo de substituição de importações e a generalizada aplicação de princípios e políticas ‘neoliberais’ na totalidade dos países da região permitem uma convergência de ações voltadas para a integração regional. A abertura das economias pela reforma do sistema tarifário e pela substancial redução das restrições não tarifárias explica a radical mudança ocorrida e está na origem dos acordos firmados pelos subgrupos regionais (...) O próprio conceito de integração sofreu importante evolução. Diversificando-se e ampliando-se, a integração deixa de ser vista apenas pelo aspecto comercial e passa a incluir a preocupação com a cooperação econômica e a complementação industrial”(47).

Por um lado busca-se a inserção competitiva no mercado mundial, por outro, as próprias dificuldades antepostas a essa inserção levam a uma intensificação dos esquemas de concertação dentro da região. “Essas duas vertentes - a global e a regional - apresentam-se como aspectos complementares de um mesmo desafio: a ampliação dos mercados como plataforma para a modernização e o aumento da eficiência em um mundo cada vez mais competitivo. Nesse contexto, a justificativa para a integração passou por uma radical transformação. Originalmente pensada como instrumento para defender os países da região contra as adversidades surgidas no setor externo, hoje tende a conceber-se como um fator adicional para permitir uma melhor inserção internacional da América do Sul”(48)

De fato, apesar das dificuldades impostas pelo caráter dependente da economia latino-americana, e em contradição com a tendência ao imobilismo dos anos 80, pode-se notar uma maior predisposição dos governos da região em fortalecer os esquemas sub-regionais de integração - ALADI, GRAN, MCCA e CARICOM - e a adoção de compromissos para criar zonas de livre comércio ou mercados comuns - MERCOSUL, Grupo dos Três - e diversos acordos bilaterais. Não se pode negar a importância do processo de democratização da região como fator dinamizador da integração e concertação das nações latino-americanas. Assim, alguns dos pontos mais relevantes desse período são os seguintes (49):

- a) o aprofundamento da “Preferencia Arancelaria Regional” (PAR), único instrumento multilateral no marco da ALADI;

- b) o programa de estabelecimento de um mercado comum entre Argentina e Brasil e a redução progressiva de taxas alfandegárias até a sua eliminação final em 1994;
- c) a incorporação do Uruguai e do Paraguai a esse esquema, constituindo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), pelo qual se estabelecerá uma união aduaneira entre os quatro países a partir de 1995 e, logo, um mercado comum;
- d) a aceleração e o encurtamento dos prazos de liberalização do comércio no Grupo Andino a partir dos acordos de Galápagos (1989), Machu Pichu e La Paz (1990), mediante os quais se estabelece a liberalização total do comércio entre os países-membros em 1991 e um mercado comum sub-regional em 1994;
- e) a reativação dos compromissos de liberalização do comércio entre os, países-membros do Mercado Comum Centro-Americano, cujas metas implicam a plena incorporação de Honduras e a adoção de uma tarifa externa comum em fins de 1992;
- f) o fortalecimento dos programas de liberalização no CARICOM, que em 1994 terá um mercado único para seus treze países-membros;
- g) a constituição do Grupo dos Três, entre Colômbia, Venezuela e México, com a finalidade de estabelecer uma zona de livre comércio para os três países em 1995;
- h) a oferta do México e, posteriormente, do Grupo dos Três para conformar uma zona de livre comércio com os países centro-americanos;
- i) os compromissos de reduções parciais de tarifas e barreiras não tarifárias em um prazo de cinco anos para o comércio da Argentina com Chile, México e Venezuela; e
- j) os acordos similares do Chile com o México e a Venezuela.

A reativação dos processos de integração latino-americana nos últimos anos é interpretada pela Secretaria Permanente como um fenômeno relacionado em parte com a tendência da economia internacional de constituir blocos econômicos e comerciais e com a "nova fase" no processo de ajuste estrutural na região, com políticas comerciais e

cambiárias mais de acordo com o cumprimento e aprofundamento das metas estabelecidas nos programas de liberalização comercial na América Latina. Porém os obstáculos são grandes e reclamam medidas mais objetivas do que a simples convergência formal das reformas comerciais e cambiárias nacionais. A análise do SELA é a seguinte: "La política comercial aplicada define márgenes de preferencia bajas, inciertas y sumamente sensibles al nivel del tipo de cambio. Este, a su vez, está sometido a una doble presión: tiende a sobrevaluarse por exigencias de las políticas antiinflacionarias, con lo que 'desprotege' la apertura, y a sufrir fuertes oscilaciones de corto plazo en función de los movimientos autónomos de capital. En este marco, las condiciones de competencia dentro del mercado regional se modifican permanentemente. Esta situación produce un importante impacto sobre las corrientes de comercio en el corto plazo, pero es aún más sustancial su efecto negativo sobre las decisiones de inversión y reconversión a largo plazo"(50). Para superar esta situação o SELA ressalta a necessidade de haver um firme compromisso dos governos não somente no nível político mas também no nível operativo. Aponta também que as políticas de ajuste acentuaram um perfil de especialização baseado em vantagens estáticas, naturais ou de custo salarial, não geraram efeitos dinâmicos e aprofundaram a concentração de renda. Daí a proposta da Secretaria Permanente de retomar o desenvolvimento buscando ganhos de competitividade "genuína" que permitam incrementar a produtividade do conjunto da economia e, ao mesmo tempo, a renda real da população. Em outras palavras: crescimento sustentado com redistribuição mais equitativa da renda.

Esta proposta implica modificações nas políticas industriais e comerciais predominantes. A reformulação destas seria desejável segundo o SELA, no âmbito dos esforços de integração, "de tal modo que el mercado ampliado permita aprovechar las economias de escala, el dinamismo de la especialización y el intercambio intrasectorial, pero fundamentalmente en un contexto de estímulo al desarrollo tecnológico y de intensificación de la competencia. Así, la integración regional podría brindar un espacio de vinculación selectiva con el mercado internacional, favoreciendo a la vez el alcance de niveles de competitividad genuina y de desarrollo del mercado interno" (51).

Esta articulação possível entre as tarefas de integração regional e as de abertura em relação a terceiros países é estruturada da seguinte forma pelo SELA: os efeitos de

concorrência (melhorias de qualidade, preços e variedade dos bens) estariam associados à definição da política comercial para terceiros países; e os efeitos de complementação (aproveitamento de economias de escala e especialização, melhorias na alocação de recursos e desenvolvimento da especialização intra-industrial) estariam associados a uma efetiva definição de um mercado regional ampliado (52).

CAPÍTULO III - A CRIAÇÃO E ESTRUTURA DO SELA

1) Surgimento do SELA

O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) foi criado em 17 de outubro de 1975 com a assinatura do Instrumento Internacional Constitutivo "Convênio do Panamá" pela totalidade dos Estados soberanos da América Latina. A idéia nasceu em junho de 1974 do então Presidente do México, Luis Echeverría, que verificou a falta que fazia à América Latina um organismo próprio de consulta e cooperação econômica. Foi prontamente apoiada pelo Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, que co-patrocinou a iniciativa. Os dois mandatários subscreveram uma Declaração Conjunta em junho de 1974 na qual expressavam a necessidade de contar com um organismo regional permanente de cooperação e coordenação que respondesse às necessidades comuns dos países da América Latina. Dessa declaração surge a concepção do novo organismo como um mecanismo de ação (1).

O conceito de "sistema" surgiu da comissão mista criada pelos dois países para promover a idéia (2). Porém, todos os países da região contribuíram para a concepção e formação do SELA por meio de um amplo processo de consultas pelo qual se tentava pela primeira vez institucionalizar um foro permanente para analisar os problemas da América Latina e agir concretamente para resolvê-los. Em janeiro de 1975 reuniram-se em Caracas Ministros de Economia, Finanças e Planejamento da América Latina, convidados a título pessoal pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para examinar a iniciativa. Após consultas por meio de delegações, os presidentes Pérez e Echeverría convidaram os seus colegas latino-americanos para uma reunião em nível ministerial que teve lugar na Cidade do Panamá, de 31 de julho a 2 de agosto, e contou com a participação dos 25 países da região. Nela se chegou a um consenso sobre a criação do SELA, convocou-se uma reunião de especialistas para redigir o projeto do Convênio e marcou-se uma reunião de plenipotenciários para dentro de três meses.

Intensificaram-se então os contatos entre Chefes de Estado e conseguiu-se criar um clima favorável ao entendimento entre regimes de diversas orientações políticas e ideológicas. A partir de 15 de setembro, durante onze dias, reuniram-se especialistas de alto nível e elaboraram o projeto de Convênio, que foi aprovado, com modificações, pelos representantes em nível ministerial em 17 de outubro de 1975. Sem esperar a ratificação do Convênio pelos Estados-Membros, os plenipotenciários constituíram o Conselho Latino-Americano (órgão supremo do SELA) e elegeram, por consenso, o primeiro Secretário Permanente, que iniciou suas atividades no mesmo mês em Caracas, eleita por aclamação sede do Sistema.

Em junho de 1976 o Convênio do Panamá passou a ter plena vigência com a sua ratificação naquela data pela maioria (15) dos países latino-americanos.

2) Expectativas que Gerou

A criação do SELA é produto de um entendimento defensivo porém afirmativo dos países da região, frente a circunstâncias conjunturais adversas e cheias de incertezas. É uma busca por uma maior capacidade de ação autônoma frente à necessidade de transformação da ordem existente. Segundo o primeiro Secretário Permanente do SELA, Jaime Moncayo Garcia, o sentido de que era preciso uma urgente decisão política "da lugar a una correlación particular de fuerzas capaz de plantearse la cooperación, la acción conjunta, como viables y deseables, en medio de la diversidad, con tolerancia de las diferencias mediante aproximaciones sucesivas y parciales, para actuar sobre comunes denominadores mínimos" (3). Trata-se de um esforço de longo prazo, que tem como constante os objetivos e o dinamismo dos instrumentos criados pelo primeiro organismo regional latino-americano.

Ainda segundo Moncayo, o SELA nasce para "contribuir a crear una América Latina unida y solidaria, en medio de una innegable y exuberante diversidad, de la que pueden aprovecharse y acentuarse los elementos de unificación e identidad, si se cuenta con la voluntad política y los instrumentos necesarios para ello". Mas reconhece que "todavía el

SELA es poco conocido en los propios Estados miembros y no tiene, por tanto, todo el sustento que merece y requiere” (4).

Segundo Hurtado e Alejo, participantes da Comissão mista México-Venezuela para a criação do SELA, o primeiro passo positivo para reafirmar essa unidade e identidade da América Latina é a própria criação do Sistema Econômico Latino-Americano mediante um tratado internacional que abre grandes possibilidades para a ação. Identidade que está ameaçada pela fragmentação e pela dependência e se manifesta principalmente pela negação e por oposição (5). As experiências de integração dos Andes, Caribe e América Central teriam destacado pontos comuns de identidade em meio à diversidade do continente.

A evidência de uma maior interdependência econômica dos países da área reafirmaria a necessidade da integração. Assim, o prazo relativamente curto (16 meses) de constituição do SELA demonstraria que os homens com responsabilidade de governo haviam "interpretado fuerzas profundas de la realidad latinoamericana (...) Visto así el SELA es una iniciativa que permite explicitar e institucionalizar una realidad de interdependencia latinoamericana” (6).

Essa interdependência da região não é interpretada como tendo apenas uma base comercial. Pelo contrário, citam-se múltiplos esforços e projetos conjuntos em nível bilateral ou multinacional, e aponta-se a região como uma área importante de decisões na atualidade. Fala-se que os países estão conscientes que para sobreviver como sujeitos ativos do processo histórico devem produzir mercadorias, tecnologia e idéias (7). O interesse dos latino-americanos em si mesmos se traduz por alguns termos econômicos: escalas de produção, economias externas, mercados acessíveis, matérias-primas, tecnologia e capacidade empresarial. É a percepção de uma situação de dependência que está levando à formação de uma comunidade latino-americana. "La relación de dependencia es hoy en día captada en América Latina en una forma madura, que implica el rechazo a la tentación de transferir todas las culpas a factores externos y que tiende, por el contrario, a buscar en las propias estructuras sociales internas y en carencia de voluntad, las raíces de una debilidad por si sola generadora de atraso” (8). A avaliação é que a América Latina dispõe de recursos

de poder para influenciar política e economicamente as realidades própria e externa, mas ressentem-se da falta de consciência e de vontade política para mobilizar esses recursos.

A crise energética de outubro de 1973 é interpretada como um esgotamento do modelo de relações econômicas internacionais baseado no predomínio das grandes potências industriais do Ocidente. Vislumbra-se a possibilidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), construída com a participação dos países em desenvolvimento. A convergência externa latino-americana se insere e se explica no contexto dessa realidade. "Existe entonces una interdependencia latinoamericana que responde a realidades nacionales de los países de la región y a desafíos externos. Interdependencia que puede conducir tanto a una convergencia cooperativa y solidaria como a una divergencia conflictiva. (...) La convergencia latinoamericana ha sido y muy posiblemente seguirá siendo, una larga marcha de superación. La crisis de la ALALC lleva al Grupo Andino. La crisis de la idea de Mercado Común Latinoamericano, lleva a la búsqueda de fórmulas más pragmáticas. A la idea de un esquema global se contraponen la realidad de acciones conjuntas subregionales y sectoriales, la suma de acciones parciales" (9). Trata-se de organizar e administrar a interdependência regional sob as bases da cooperação, sem a limitação dos esquemas de integração demasiadamente ambiciosos e com o objetivo de estabelecer um marco de coerência nas ações conjuntas tanto internas como externas do sistema latino-americano.

Torna-se necessária a criação de um organismo pragmático que possa identificar interesses comuns por meio da confrontação de interesses aparentemente divergentes (dada a diversidade ideológica e a rotação constante da orientação política dos países), que resulte em acordos para os quais se requer vontade política permanente (10). Ou seja, busca-se um mecanismo que agregue vontades dentro de um marco de coerência e vise fortalecer o sistema, mas sem esperar uma harmonia geral de vontades políticas. Um organismo que, agindo dentro do espírito dos esquemas de integração e buscando a vinculação e convergência desses esquemas sub-regionais, não tenha a rigidez dos mesmos, e seja mais flexível.

O SELA tenta trilhar esse outro caminho que, sem contrapor-se institucionalmente às outras experiências de integração anteriores, difere delas por escolher formas de ação

radicalmente diversas: "Otra consideración en la que a pesar de las declaraciones hechas en contrario persistían dudas, es la relación del SELA con los esquemas de integración existentes. Surgía a veces la pregunta de si el SELA era o no un mecanismo de integración. Al respecto se hacía la consideración de que no lo era si por integración se entendían acuerdos vinculantes encaminados al establecimiento de formas más o menos rigurosas de mercado común. Pero que sí lo era si por integración se entendía un conjunto de acciones que lleven a la vinculación de mercados, intereses y bases productivas de los países del área y complementen los acuerdos vinculados ya mencionados" (11).

Além disso, alerta-se para uma interdependência orientada e dirigida pelos grandes centros de decisão alheios à região. Também prega-se a solidariedade dos países em desenvolvimento e a unidade do Terceiro Mundo, em particular da América Latina, como forma de enfrentar a situação de instabilidade e de crises nos sistemas econômicos e monetário internacional.

"Al unificar, a través del SELA, estos aspectos de la problemática latinoamericana, tan ligados entre si - la acción conjunta y la integración hacia adentro con la adopción de posiciones y estrategias comunes frente a terceros -, se pudo dar un gran paso adelante en la reafirmación de la identidad latinoamericana, en la obtención de un lugar en la comunidad internacional acorde a los más elementales principios de justicia, en la solidariedad del Tercer Mundo y en la posibilidad de que las decisiones propias de América Latina se transformen en mayor bienestar para sus pueblos"(12).

Ao se definir o âmbito de operação do SELA concordou-se que ele deveria incluir todos os países da região. Temia-se que com a entrada de Cuba outros países não desejassem incorporar-se ao organismo, mas prevaleceu a tese de que o único requisito para ser membro seria ser um Estado soberano latino-americano, pois partia-se do princípio de que se deveria aceitar o pluralismo ideológico. Com respeito à forma que teria o mecanismo, se enfatizou o caráter eminentemente pragmático e a necessidade de não criar um aparelho burocrático volumoso que fosse duplicar funções já exercidas por outros organismos da região. A preocupação com o custo reforçou a concepção de um organismo pequeno mas de alto nível e realmente eficiente. Temia-se que o SELA se tornasse um organismo supranacional que limitasse de alguma forma a soberania dos países-membros.

Mas logo ficou claro que o SELA se constituía num organismo multinacional que na prática seria somente aquilo que os seus membros quisessem que ele fosse (13).

Algumas agências de imprensa interpretaram a criação do SELA como uma tentativa de substituir a Organização dos Estados Americanos (OEA), atitude que estaria em conflito com os Estados Unidos da América. Mas os documentos demonstravam que o SELA não buscava confrontação alguma nem queria substituir a OEA, mas que, ao contrário, utilizaria a experiência e os recursos técnicos de outros organismos internacionais que atuassem na região.

O SELA caracteriza-se, portanto, como um organismo que tenta contornar os velhos obstáculos à integração e à cooperação na América Latina com novas formas de atuação. Se por um lado descarta a unanimidade obrigatória dos seus membros para os objetivos práticos de benefício imediato para as nações latino-americanas, por outro não toma decisões sem o consenso de todos os seus membros no que diz respeito às políticas gerais e regras do próprio SELA, como também no que se refere a posições e estratégias comuns sobre temas econômicos e sociais, tanto em organismos e foros internacionais como ante países ou grupos de países.

Para concluir: "Tanto la iniciativa como los impulsos determinantes para la creación del Sistema (SELA) surgieron del nivel político de los países, antes que de proposiciones de carácter técnico. Ello obedeció, entre otras razones, al reconocimiento de la politización de las relaciones económicas internacionales y al hecho de que los propósitos de unidad y de acción conjunta de la Región no constituyen un esfuerzo técnico-económico, sino esencialmente político. Pero conviene notar que no se trata de uniformidad, ni afinidad ideológica, sino de orientaciones y decisiones políticas fundamentadas en intereses comunes y en el desarrollo de la cooperación como elemento básico de las relaciones latinoamericanas, capaces de surgir aún en medio de la adversidad de regímenes y de orientaciones políticas prevalecientes en los países de la Región" (14). Apesar de chamar-se Sistema Econômico Latino-Americano, pode-se afirmar que o SELA corresponde a uma necessidade política dos Estados da região. Na sua mais ampla concepção, o SELA é um organismo que permite a expressão da realidade de interdependência latino-americana,

procurando promover a integração regional e defender os interesses das nações da América Latina e do Caribe.

3) Convênio do Panamá

Convênio do Panamá Constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)

"Os Estados da América Latina representados na Reunião Ministerial convocada para constituir o Sistema Econômico Latino-Americano, considerando:

“Que é necessário estabelecer um sistema permanente de cooperação econômica e social intra-regional e de consulta e coordenação das posições da América Latina, tanto nos organismos internacionais como ante terceiros países e grupos de países;

“Que a dinâmica atual das relações internacionais, nos campos econômico e social, torna igualmente necessário que os esforços e iniciativas realizados até o momento para alcançar a coordenação entre os países latino-americanos transformem-se num sistema permanente que pela primeira vez inclua a todos os Estados da região, responsabilize-se pelos acordos e princípios que até o momento foram adotados conjuntamente pela totalidade dos países da América Latina e assegure sua execução por meio de ações concertadas;

“Que tal cooperação deve realizar-se dentro do espírito da Declaração e do Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, de forma congruente com os compromissos de integração assumidos pela maioria dos países da América Latina;

“Que é imprescindível propiciar uma maior unidade dos países da América Latina, a fim de garantir ações solidárias no campo da cooperação econômica e social intra-regional, aumentar o poder de negociação da região e assegurar que a América Latina ocupe o lugar que legitimamente lhe cabe no seio da comunidade internacional;

“Que é necessário que as ações de um sistema permanente de coordenação intra-regional, de consulta e de cooperação da América Latina, se desenvolvam com base nos princípios de igualdade, soberania, independência dos Estados, solidariedade, não

intervenção nos assuntos internos, benefícios recíprocos, e não discriminação, e com base no pleno respeito aos sistemas econômicos e sociais livremente decididos pelos Estados;

“Que é conveniente fortalecer e complementar os diversos processos latino-americanos de integração, mediante a promoção conjunta de programas e projetos específicos de desenvolvimento;

“Que, em consequência, torna-se conveniente e oportuno criar um organismo regional para o cumprimento desses propósitos; e

“Que na Reunião do Panamá realizada de 31 de julho a 2 de agosto de 1975, se chegou a um consenso para criar o Sistema Econômico Latino-Americano.

"Concordam em celebrar o seguinte Convênio constitutivo:" (15).

A. Natureza e Princípios

"O SELA é um organismo regional de consulta, coordenação, cooperação e promoção econômica e social conjunta, de caráter permanente, com personalidade jurídica internacional, integrado por Estados soberanos latino-americanos (16).

"As ações do SELA se basearão nos princípios de igualdade, soberania e independência dos Estados, da solidariedade e de não intervenção nos assuntos internos, respeitando as diferenças de sistemas políticos, econômicos e sociais.

"As ações do SELA deverão respeitar ainda as características próprias dos diferentes processos de integração regional e sub-regional, assim como seus mecanismos fundamentais e sua estrutura jurídica" (17).

B. Propósitos

"São propósitos fundamentais do SELA:

- "a) promover a cooperação intra-regional, com o fim de acelerar o desenvolvimento econômico e social dos seus membros;
- "b) promover um sistema permanente de consulta e coordenação para a adoção de posições e estratégias comuns sobre temas econômicos e sociais, tanto nos

organismos e foros internacionais, como frente a terceiros países e grupos de países" (18).

C. Objetivos

"Os objetivos do SELA são:

"1. Promover a cooperação regional, com a finalidade de alcançar um desenvolvimento integral, auto-sustentado e independente, particularmente mediante ações destinadas a:

- a) propiciar a melhor utilização dos recursos naturais, humanos, técnicos e financeiros da região através do fomento a criação de empresas multinacionais latino-americanas. Tais empresas poderão estar constituídas com capitais estatais, paraestatais, privado ou misto, cujo caráter nacional seja garantido pelos respectivos Estados-Membros e cujas atividades estejam sujeitas à sua jurisdição e supervisão;
- b) estimular níveis satisfatórios de produção e fornecimento de produtos agrícolas, energéticos e outros produtos básicos, prestando especial atenção ao abastecimento de alimentos, e propiciar ações no sentido da coordenação de políticas nacionais de produção e fornecimento, com vistas a alcançar uma política latino-americana nessa matéria;
- c) estimular, na região, a transformação de matérias-primas dos Estados-Membros, a complementação industrial, o intercâmbio comercial intra-regional e a exportação de produtos manufaturados;
- d) planejar e reforçar mecanismos e formas de associação que permitam aos Estados-Membros obter preços remuneradores, assegurar mercados estáveis para exportação de seus produtos básicos e manufaturados e aumentar seu poder de negociação, sem prejuízo do apoio necessário aos sistemas e mecanismos de coordenação e defesa dos preços das matérias-primas aos quais já pertençam países da área;

- e) melhorar a capacidade de negociação para a aquisição e utilização de bens de capital e tecnologia;
- f) propiciar a canalização de recursos financeiros para projetos e programas que estimulem o desenvolvimento dos países da região;
- g) fomentar a cooperação latino-americana para a criação, desenvolvimento, adaptação e intercâmbio de tecnologia e informação científica, assim como o melhor aproveitamento dos recursos humanos, de educação, ciência e cultura;
- h) estudar e propor medidas para assegurar que as empresas transnacionais se sujeitem aos objetivos do desenvolvimento da região e aos interesses nacionais dos Estados-Membros, e intercambiar informações sobre as atividades de tais empresas;
- i) promover o desenvolvimento e coordenação dos transportes e das comunicações, especialmente no âmbito intra-regional;
- j) promover a cooperação em matéria de turismo entre os Países-Membros;
- k) estimular a cooperação para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;
- l) apoiar os esforços de ajuda aos países que enfrentem situações econômicas de emergência, assim como as que sejam provocadas por desastres naturais;
- m) quaisquer outras ações afins às anteriores que contribuam para atingir o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

“2. Apoiar os processos de integração da região e propiciar ações coordenadas entre eles, ou deles com os Estados-Membros do SELA ,e em especial aquelas ações que tendam à sua harmonização e convergência, respeitando os compromissos assumidos dentro desses processos.

“3. Promover a formulação e execução de programas e projetos econômicos e sociais de interesse para os Estados-Membros.

“4. Atuar como mecanismo de consulta e coordenação da América Latina para formulação de posições e estratégias comuns sobre temas econômicos e sociais frente terceiros países, grupos de países e em organismos e foros internacionais.

“5. Propiciar, no contexto dos objetivos de cooperação intra-regional do SELA, os meios para assegurar um tratamento preferencial para os países de menor desenvolvimento relativo e medidas especiais para os países de mercado limitado e para aqueles cuja condição mediterrânea influi no seu desenvolvimento, levando em conta as condições econômicas de cada um dos Estados–Membros” (19).

C. Estrutura Orgânica

São órgãos do SELA:

- i) o Conselho Latino-Americano;
- ii) a Secretaria Permanente; e
- iii) os Comitês de Ação.

i. O CONSELHO LATINO-AMERICANO

Características:

O Conselho Latino-Americano é o órgão supremo do SELA e está integrado por um representante com direito a voto por cada Estado–Membro. Reúne-se normalmente na sede da Secretaria Permanente em Caracas em reunião ordinária anual em nível ministerial precedida por uma reunião preparatória de alto nível, podendo também realizar reuniões extraordinárias em nível ministerial ou não ministerial.

Segundo os Artigos 18 e 19 do Convênio do Panamá, os acordos e projetos concretos e específicos que se referem à cooperação regional serão obrigatórios somente para os países que participarem deles, e, além disso, o Conselho Latino-Americano não adotará decisões que afetem as políticas nacionais dos Estados–Membros. Pelo Artigo 39 são idiomas oficiais do SELA o espanhol, o francês, o inglês e o português.

Atribuições:

Para as seguintes atribuições do Conselho Latino-Americano as decisões devem ser por consenso:

- a) Estabelecer as políticas gerais do SELA.
- b) Decidir sobre a interpretação do Convênio do Panamá.
- c) Aceitar emendas ao Convênio do Panamá.
- d) Apovar posições e estratégias comuns dos Estados–Membros sobre temas econômicos e sociais, tanto em organismos e foros internacionais como ante terceiros países ou grupos de países. Essa última atribuição pode ser exercida numa reunião não ministerial caso os Estados–Membros concordem.

Para as demais atribuições as decisões são tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes ou pela maioria absoluta dos Estados–Membros, qualquer que seja a maior. Essas atribuições são: eleger o Secretário Permanente e o Secretário Permanente Adjunto; considerar e aprovar os Regimentos do SELA, o Informe Anual da Secretaria Permanente, o programa de trabalho do SELA e o orçamento, além de fixar as quotas dos Estados–Membros; considerar os informes da Secretaria Permanente e dos Comitês de Ação; examinar, orientar e aprovar as atividades dos órgãos do SELA; decidir sobre a celebração e o lugar das reuniões extraordinárias; aprovar os acordos operativos com organismos e instituições internacionais encaminhadas pelo Secretário Permanente; adotar as medidas necessárias para a execução do Convênio do Panamá e examinar os resultados da sua aplicação; e decidir sobre os demais assuntos relacionados com os objetivos do SELA.

ii. A SECRETARIA PERMANENTE

Características:

A Secretaria Permanente é o órgão técnico-administrativo do SELA e tem sede em Caracas. O Secretário Permanente exerce a representação legal da Secretaria Permanente e, quando o Conselho Latino-Americano determinar, exercerá a representação legal do SELA. O Secretário Permanente tem voz mas não tem voto no Conselho Latino-Americano e é eleito por esse para um período de quatro anos. Pelo Artigo 30 do Convênio do Panamá o Secretário Permanente e o pessoal da Secretaria no desempenho das suas funções não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Governo ou organismos nacionais e

internacionais. Além disso, o SELA, seus órgãos e os funcionários da Secretaria Permanente e os Representantes Governamentais gozam de capacidade jurídica, privilégios e imunidades em função do acordo firmado com o Governo Venezuelano.

Atribuições:

“A Secretaria Permanente terá as seguintes atribuições:

“1. exercer as funções de que seja incumbida pelo Conselho Latino-Americano e, quando lhe couber, pôr em execução suas decisões;

“2. propiciar e realizar os estudos preliminares e tomar as providências necessárias para a identificação e promoção de projetos de interesse para dois ou mais Estados–Membros. Quando tais ações tiverem implicações orçamentárias, sua realização dependerá de disponibilidade de fundos para tais fins;

“3. facilitar o desenvolvimento das atividades dos Comitês de Ação e contribuir para a coordenação entre eles, incluindo ajuda para realizar os estudos correspondentes;

“4. propor ao Conselho, programas e projetos de interesse comum, sugerindo as formas de levá-los à prática e outras medidas, inclusive reuniões de técnicos, que possam contribuir para a melhor realização dos objetivos do SELA;

“5. elaborar e submeter à consideração dos Estados–Membros o projeto de agenda para as reuniões do Conselho e preparar e distribuir os documentos relacionados com a citada agenda;

“6. elaborar os projetos de orçamento e de programas de trabalho para submetê-los à aprovação do Conselho;

“7. submeter à consideração do Conselho, em sua Reunião Ordinária, os relatórios financeiros do SELA;

“8. mediante aprovação do Conselho, promover e concertar acordos para a realização de estudos, programas e projetos com organizações e instituições internacionais, especialmente os de caráter regional, e organizações nacionais de Estados–Membros e de terceiros países;

“9. formalizar a convocação das reuniões dos órgãos do SELA.

“10. arrecadar contribuições dos Estados–Membros, administrar o patrimônio e executar o orçamento do SELA;

“11. elaborar o relatório anual de suas atividades para submetê-lo à consideração do Conselho em sua reunião ordinária, e coordenar a apresentação dos relatórios anuais dos Comitês de Ação, sem prejuízo dos relatórios que esses apresentem diretamente ao Conselho;

“12. selecionar e contratar o pessoal técnico e administrativo da Secretaria" (20).

Repartições Orgânicas da Secretaria Permanente

Como vemos pelo primeiro organograma (21), a Secretaria Permanente do SELA é composta da Diretoria de Relações Econômicas, da Diretoria de Desenvolvimento, da Gerência de Finanças e Administração, da Gerência de Pessoal e Operações, da Chefia de Gabinete, de uma Oficina de Difusão e Comunicação e, finalmente, dos Assessores.

ORGANIGRAMA DE LA SECRETARIA PERMANENTE

Para o nosso trabalho interessam principalmente as Diretorias de Relações Econômicas e de Desenvolvimento, cujos organogramas vem a seguir, além dos Assessores. Em seguida tratamos das funções dessas repartições orgânicas da Secretaria Permanente, cuja função básica, além das aqui listadas, é preparar análises e as propostas correspondentes sobre temas prioritários que surjam dos mandatos do Conselho Latino-Americano.

As informações das páginas seguintes foram extraídas do "Manual de Organização da Secretaria Permanente".

a) Assessores

Os Assessores têm a função de assistir o Secretário Permanente na avaliação e instrumentação do Programa de Trabalho do SELA nas suas implicações financeiras. Além de formular análises e recomendações encomendadas pela Direção Superior e de analisar a eficiência e adequação da infra-estrutura institucional da Secretaria Permanente do SELA, os Assessores também fazem o acompanhamento da cooperação que a Secretaria Permanente desenvolve com as Nações Unidas e outros organismos internacionais. Cumprem também as funções de assessoria jurídica.

b) Diretoria de Relações Econômicas

A Diretoria de Relações Econômicas tem quatro unidades: de assuntos financeiros e monetários; de assuntos comerciais multilaterais; de relações externas da região; e de análises econômicas. As três primeiras têm a função de preparar nas respectivas áreas os elementos para promover a consulta e a coordenação da América Latina e do Caribe. As três últimas unidades têm em conjunto a função de formular propostas de estratégias regionais de negociação. A seguir, as funções de cada uma separadamente e o organograma da Diretoria (22).

ORGANIGRAMA DE LA DIRECCIÓN DE RELACIONES ECONÓMICAS

Unidade de Assuntos Financeiros e Monetários – Manter atualizado o diagnóstico sobre a situação financeira e monetária regional e internacional. Fazer o acompanhamento da evolução da dívida externa e suas conseqüências para a região e formular o desenvolvimento de um sistema regional de informação e assessoria sobre dívida externa. Formular análise e eventuais propostas sobre temas prioritários relacionados com dívidas externas, a saber: sistema financeiro e monetário internacionais; financiamento do desenvolvimento; financiamento do comércio; pagamentos; atividades dos organismos financeiros internacionais: BIRD, FMI, BID e outros; sistema de informação e assessoria sobre dívida para os países da região.

Unidade de Assuntos Comerciais Multilaterais – Manter atualizado um diagnóstico da situação do comércio internacional e das suas implicações para a América Latina e outro sobre a situação do comércio regional. Fazer a análise e o acompanhamento do estado das principais negociações comerciais multilaterais. Preparar análises e eventuais propostas sobre temas prioritários, a saber: Rodada de Negociações Comerciais Multilaterais; comércio de serviços; produtos básicos e Fundo Comum; e uma atenção especial ao GATT e UNCTAD. Estudar os elementos e magnitudes do poder de compra regional concebido como um instrumento de negociação externa.

Unidade de Relações Externas – Manter atualizado um diagnóstico sobre o estado das relações externas da região. Identificar as ações conjuntas, agendas e as prioridades dos países da região para desenvolver diálogos e eventuais negociações principalmente com os seguintes países ou grupos de países: EUA, CEE, Japão, CAME, Nórdicos e Canadá. Atender os elementos fundamentais da cooperação Sul–Sul em conformidade com os acordos alcançados nos foros correspondentes.

Unidade de Análises Econômicas – Realizar análises econômicas colaborando com as outras unidades das Diretorias de Relações Econômicas e de Desenvolvimento. Manter informação atualizada e formular apreciações globais sobre o estado da situação econômica internacional e sobre o estado da situação econômica da América Latina e do Caribe, coordenando sua atuação com organismos internacionais, regionais e sub-regionais. Desenvolver estudos relativos ao impacto social da crise econômica.

c) Diretoria de Desenvolvimento

A Diretoria de Desenvolvimento tem também quatro unidades: de cooperação e integração regionais, de industrialização, de ciência e tecnologia e propriedade intelectual, e de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento e para os organismos do SELA. A seguir as funções de cada uma e o organograma (23).

ORGANIGRAMA DE LA DIRECCIÓN DE DESARROLLO

Unidade para a Cooperação e Integração Regionais – Fortalecer o vínculo do SELA com os demais organismos de integração e cooperação da região com o fim de promover uma ação coordenada, e, em particular, organizar as reuniões periódicas com esses organismos. Manter permanentemente atualizado um sistema de informação relativo às atividades de cooperação que realizam os organismos regionais e sub-regionais da América Latina e do Caribe e dos organismos internacionais no que se refere à América Latina e ao Caribe. Preparar análises e eventuais propostas sobre a situação do processo de cooperação e integração regional de maneira a constituir um elemento político central para a orientação e promoção do desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe. Em colaboração com as outras unidades das duas Direções, preparar análises e eventuais propostas sobre novas oportunidades de cooperação. Atender à cooperação regional e à negociação com terceiros em matéria de serviços de engenharia e consultoria.

Unidade para a Industrialização – Manter atualizado um diagnóstico sobre as políticas de industrialização e de tecnologia industrial. Estudar o conteúdo e as formas que deverá adotar a cooperação regional e sub-regional - e da região ou suas sub-regiões com terceiros - e levar à Direção Superior recomendações sobre iniciativas concretas nessa matéria. Preparar análises e eventuais propostas sobre temas prioritários, em especial: os ramos de indústria e agro-indústria; o caráter e os efeitos da atividade das empresas transnacionais nessas áreas; e a promoção do entendimento dos agentes industriais e tecnológicos. As funções dessa unidade terão estreita relação com as funções que desempenham as unidades de Integração e Cooperação Regionais e de Ciência e Tecnologia.

Unidade de Ciência e Tecnologia e Propriedade Intelectual – Em colaboração com os organismos correspondentes, ocupar-se do acompanhamento dos aspectos fundamentais do avanço científico e tecnológico e em matéria de propriedade intelectual. Manter atualizada a informação sobre a cooperação latino-americana em matéria de ciência e tecnologia e de propriedade intelectual. Estudar e levar à Direção Superior recomendações

de iniciativas concretas sobre o conteúdo e as formas que deverá adotar a cooperação regional e sub-regional e da região ou sub-regiões com terceiros. Preparar os elementos necessários para promover e coordenar a ação dos países latino-americanos e caribenhos nas negociações internacionais sobre ciência, tecnologia e propriedade intelectual. Manter um acompanhamento permanente das atividades que nessa matéria desenvolvam os organismos internacionais. Atender do ponto de vista substantivo e organizativo as atividades do Foro Latino-Americano e do Caribe em matéria de políticas de propriedade intelectual.

Unidade para Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e para os Organismos do SELA – Manter atualizado um diagnóstico sobre o estado da CTPD, dos Comitês de Ação e outros organismos do SELA. Apoiar as atividades dos Comitês de Ação e dos outros organismos do SELA. Estabelecer relação de cooperação e apoio com outros organismos de cooperação latino-americanos e caribenhos. Promover e desenvolver a cooperação técnica entre países em desenvolvimento como uma modalidade complementar à cooperação Norte-Sul. Promover ações e projetos de CTPD nas áreas prioritárias dos Estados-Membros, desenvolvendo exercícios de negociação que envolvam de preferência mais de dois países. Identificar fontes de financiamento a projetos e atividades de CTPD e apoiar as gestões que se realizem nesse sentido ante os organismos internacionais e países desenvolvidos. Atuar como Secretaria Técnica para a coordenação de ações dos organismos internacionais e regionais que desenvolvam ações de CTPD na América Latina e no Caribe. Procurar a vinculação intra-regional para o fortalecimento e desenvolvimento da CTPD. Promover a consulta e coordenação de posições dos Estados-Membros ante os foros internacionais que tratam da CTPD.

iii. OS COMITÊS DE AÇÃO

Características

Segundo os Artigos 20 a 26 do Convênio do Panamá (24), os Comitês de Ação são constituídos por representantes de pelo menos dois Estados-Membros interessados na

realização de estudos, programas e projetos específicos, ou na preparação e adoção de posições negociadoras conjuntas. Os Comitês estarão abertos à participação de todos os Estados–Membros, e suas funções terminarão quando os mesmos tenham atingido o seu propósito. Os Comitês de Ação podem ser criados por proposta da Secretaria Permanente e decisão do Conselho Latino-Americano ou por decisão dos Estados–Membros. O financiamento dos Comitês de Ação está a cargo dos Estados–Membros que os integrarem, assim como os objetivos relativos à cooperação regional por meio dos Comitês de Ação somente são obrigatórios para os Estados–Membros que deles participarem. As atividades dos Comitês de Ação devem ajustar-se aos objetivos gerais do SELA, não devem ter efeitos discriminatórios nem criar situações de conflito em prejuízo de outro Estado-Membro. Cada Comitê de Ação terá sua própria secretaria, que, na medida do possível, será exercida por um funcionário da Secretaria Permanente e que enviará um Informe Anual de suas atividades ao Conselho Latino-Americano.

Os Comitês de Ação:

Desde a criação do SELA já se estabeleceram dezesseis Comitês de Ação. Em 1991 existiam quatro Comitês: CADESCA, CASAR, CACIEL e CARFIT. Na verdade, os mecanismos de cooperação regional de SELA não se restringem aos Comitês de Ação, pois existem ainda uma empresa multinacional (MULTIFERT) e cinco organismos permanentes (OLAVI, ILCATUR, ALASEI, RITLA, OLDEPESCA) originários de Comitês de Ação, além de um programa de informação (PLACIEX), outro de cooperação (PLACART), um tratado de assistência regional (TAREA) e duas comissões (COLCYT e COLTRAN).

A seguir vêm as informações básicas sobre os Comitês de Ação (25):

a) **Comitê de Ação de Apoio ao Programa de Reconstrução da Guatemala.**

Vigência: 1976-1978. Estados–Membros: 16. Objetivos: prestar cooperação e apoiar o Programa de Reconstrução da Guatemala. Resultado: tendo cumprido os seus objetivos, o comitê se extinguiu.

- b) **Comitê de Ação de Complementos Alimentícios de Alto Valor Nutritivo (C.A.C.A.).** Vigência: 1977-1980. Estados-Membros: 15. Objetivos: investigação, fabricação, comercialização e distribuição de complementos alimentícios de alto valor nutritivo. Resultado: demonstrada a inviabilidade dos seus objetivos o Comitê se dissolveu.
- c) **Comitê de Ação de Fertilizantes e Certas Matérias-Primas Básicas (CAFER).** Vigência: 1977-1980. Estados-Membros: 11. Objetivos: criar mecanismos operacionais para incrementar a produção de fertilizantes e melhorar a capacidade negociadora para a importação desses produtos mediante aquisição conjunta. Resultado: criação da MULTIFERT S/A.
- d) **Comitê de Ação sobre Promoção e Comercialização de Produtos Artesanais (SELART).** Vigência: 1977-1983. Estados-Membros: 16. Objetivos: promover o estabelecimento dos mecanismos necessários para impulsionar a cooperação na área de promoção e comercialização de produtos artesanais. Resultado: recomendou o estabelecimento do PLACART.
- e) **Comitê de Ação de Habitação e Edificações de Interesse Social (CAVEIS).** Vigência: 1977-1982. Estados-Membros: 11. Objetivos: estabelecer mecanismos para incrementar a cooperação em matéria de habitação e edificações de interesse social. Resultado: criação da OLAVI.
- f) **Comitê de Ação de Produtos do Mar e Água Doce (CAPMAD).** Vigência: 1977-1984. Estados-Membros: 16. Objetivos: estabelecer mecanismos e promover ações de cooperação orientadas a fortalecer a política alimentícia por meio do exercício soberano dos Estados-Membros sobre a exploração e adequação do aproveitamento dos seus recursos pesqueiros. Resultado: criação da OLDEPESCA.
- g) **Comitê de Ação para a Reconstrução da Nicarágua (CARN).** Vigência: 1979-1984. Estados-Membros: 19. Objetivos: coordenação de ações de cooperação regional para contribuir com a reconstrução da Nicarágua. Resultados: mobilização de 249 técnicos latino-americanos em ações de cooperação técnica, entre outros resultados.

- h) **Comitê de Ação para o Estabelecimento de uma Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA).** Vigência: 1979-1983. Estados–Membros: 8. Objetivos: estabelecer uma Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana. Resultado: criação da RITLA.
- i) **Comitê de Ação de Turismo (CATUR).** Vigência: 1974-1984. Estados–Membros: 12. Objetivos: promover o desenvolvimento do turismo e a consulta e coordenação nesse setor. Resultado: criação do ILCATUR.
- j) **Comitê de Ação dos Organismos Empresariais de Comércio Exterior de Caráter Governamental (OECEG).** Vigência: 1981-1983. Estados–Membros: 6. Objetivos: promover a racionalização de abastecimento regional de alimentos que são comercializados pelos Países–Membros. Resultados: projetos, entre outros, de criação de uma Oficina Latino-Americana de Intercâmbio Comercial de Alimentos (OLICA).
- k) **Comitê de Ação para o Estabelecimento da Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação (ALASEI).** Vigência: 1981-1983. Estados–Membros: 12. Objetivos: criar, organizar e por em funcionamento a ALASEI. Resultado: criação da ALASEI.
- l) **Comitê de Ação de Apoio à República Argentina (CAARA).** Vigência: 1982-1983. Estados–Membros: 20. Objetivo: compensar a imposição de medidas econômicas coercitivas contra a Argentina. Resultado: o Comitê se constituiu num importante instrumento multinacional de ajuda à Argentina e canalizou a solidariedade da região em favor desse Estado–Membro.
- m) **Comitê de Ação sobre Seguridade Alimentaria Regional (CASAR).** Vigência: 1983-. Estados–Membros: 14. Objetivos: desenvolver ações, estudos, programas e projetos que conduzam ao estabelecimento de um Sistema de Seguridade Alimentária Regional destinado a aumentar a produção e a produtividade, melhorando o abastecimento, atingindo a auto-suficiência alimentária e eliminando as deficiências nutricionais nos países da região. Resultados: o Comitê ainda está em operação mas se estuda uma suspensão das suas atividades juntamente com uma solicitação para que o Instituto Inter-

Americano de Cooperação para a Agricultura (IICA) assumiu a continuação do assessoramento aos Governos referente aos programas nacionais de alimentos. Do CASAR originou-se o Tratado de Assistência Regional para a Emergência Alimentária (TAREA).

- n) **Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA).** Vigência: 1983-. Estados-Membros: 20. Objetivos: contribuir ao desenvolvimento econômico e social da América Central, apoiar e fortalecer os mecanismos de integração e propiciar o crescimento e a diversificação do comércio na região. Resultados: o Comitê ainda está em operação, mas desde a sua criação colocou à disposição da América Central uma quantidade importante de recursos de cooperação técnica e financeira, sobretudo de caráter extra-regional, fato que foi a origem do seu reconhecimento e credibilidade frente aos Governos centro-americanos.
- o) **Comitê de Ação sobre a Cooperação e Entendimento em Matéria de Informática e Eletrônica (CACIEL).** Vigência: 1986-. Estados-Membros: n/d. Objetivos: no campo da cooperação científica e técnica, estabelecer a ligação dos centros e laboratórios para realizar projetos comuns, coordenar as atividades de pesquisa e progredir na formação de recursos humanos. Resultados: foram limitados até agora em função da falta de um orçamento próprio, uma vez que esse comitê funciona sobre a base da divisão dos trabalhos entre os Estados-Membros.
- p) **Comitê de Ação sobre a Cooperação e Entendimento Latino-Americano em matéria de Germoplasma Vegetal – Recursos Fitogenéticos (CARFIT).** Vigência: 1987-. Estados-Membros: 18. Objetivos: preservar e utilizar convenientemente os recursos fundamentais para a segurança alimentária e econômica da região; criar um programa de cooperação e de entendimento latino-americano em matéria de recursos fitogenéticos na América Latina e no Caribe. Resultados: esse Comitê também tem problemas financeiros, uma vez que funciona sem orçamento próprio e sob esquema de secretaria “pro tempore”.

A seguir vêm as informações básicas sobre as empresas multinacionais, organismos permanentes e comissões do SELA:

- a) **Empresa Multinacional Latino-Americana Comercializadora de Fertilizantes (MULTIFERT S/A).** Vigência: 1979-. Estados-Membros: 8. Objetivo: comercialização de fertilizantes e de matérias-primas básicas. Resultados: a empresa teve origem no (CAFER) e enfrentou problemas financeiros até 1984, quando conseguiu estabilizar sua situação. Nos últimos anos, a MULTIFERT se depara com situações em cada Estado-Membro que apontam para uma nova fase de erosão do capital acionário.
- b) **Organização Latino-Americana de Habitação e Desenvolvimento dos Assentamentos Humanos (OLAVI).** Vigência: 1982- . Estados-Membros: 9. Objetivo: cooperação e coordenação regional em matérias de habitação e desenvolvimento de assentamentos humanos. Resultados: ainda está em fase de consolidação. Sua origem foi o CAVEIS.
- c) **Instituto Latino-Americano de Capacitação Turística (ILCATUR).** Vigência: 1982 - . Estados-Membros: 12. Objetivos: capacitação de alto nível nos campos da gerência, administração, planificação e desenvolvimento do setor turístico. Resultados: desenvolve programas de pós-graduação em nível de mestrado. Sua origem foi o CATUR.
- d) **Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação (ALASEI).** Vigência: 1983-. Estados-Membros: 10. Objetivos: difusão de informação sobre o desenvolvimento, a integração e a identidade cultural da América-Latina e do Caribe melhorando o conhecimento dos latino-americanos entre si. Resultados: a ALASEI tem procurado estabelecer relações de cooperação com outras redes de informações e instituições especializadas da região de modo a contribuir na definição de uma nova ordem informativa no quadro da cooperação Sul-Sul e do diálogo Norte-Sul. A Agência conta com correspondentes nas principais capitais da região mas ainda sofre problemas de ordem financeira. Sua origem foi o Comitê de Ação ALASEI.

- e) **Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA)**. Vigência: 1983- . Estados–Membros: 5. Objetivos: apoiar o desenvolvimento de infraestrutura de informação tecnológica dos países da região para favorecer o processo de industrialização latino-americano e ajudar os Governos nas negociações de transferência de tecnologia que realizem. Resultado: a insuficiência de recursos financeiros não permitiu a realização de atividades. Sua origem é o Comitê de Ação RITLA.
- f) **Organização Latino-Americana de Desenvolvimento Pesqueiro (OLDEPESCA)**. Vigência: 1984- . Estados–Membros: 10. Objetivos: utilização do potencial pesqueiro da região com o fim de satisfazer as necessidades alimentares da América Latina e do Caribe. Contribuir para o ao desenvolvimento da pesca mediante a cooperação com organismos regionais e internacionais. Resultados: a OLDEPESCA conseguiu dar continuidade aos projetos do CAPMAD, sua origem, e se consolidar enquanto organização, apesar das dificuldades financeiras decorrentes dos atrasos no pagamento das quotas dos Estados–Membros.
- g) **Programa Latino-Americano e do Caribe de Informação Comercial e de Apoio ao Comércio Exterior (PLACIEX)**. Vigência: 1987-. Estados–Membros: 25. Objetivos: contribuir para aumentar o comércio intra-regional e as exportações ao exterior, por meio da implantação de um sistema regional informatizado que permita melhorar, difundir e trocar informação comercial, utilizando instrumentos específicos de apoio financeiro, comercial e técnico. Resultados: desenvolvimento de uma rede de telecomunicações por micro-computadores do Sistema de Informação Comercial Regional (SICR). Também promove estudos na área do comércio exterior, inclusive de perfis de mercado de determinados produtos, e tem desenvolvido laços com instituições nacionais ligadas à área, além de coordenar ações com organismos regionais e sub-regionais.

h) Programa Latino-Americano de Cooperação em Artesanato (PLACART).

Vigência: 1990-. Estados-Membros: 8. Objetivo: promover de forma permanente o desenvolvimento do setor artesanal na América Latina e no Caribe. Resultado: o PLACART está iniciando o seu funcionamento. Sua origem é o SELART.

i) Tratado de Assistência Regional de Emergência Alimentícia (TAREA).

Vigência: 1988-. Estados-Membros: 16. Objetivo: permitir a adoção de mecanismos apropriados de ajuda alimentar de emergência em caso de necessidade (doação, empréstimos em espécie ou em divisas, créditos, etc). O TAREA substituirá o CASAR para igualmente promover a seguridade alimentária. Resultados: qualquer país-membro pode invocar o tratado a partir do momento em que se confronta com uma situação de penúria alimentar de emergência. Um mecanismo semelhante foi anteriormente usado pelos países da região para compensar o bloqueio imposto à Argentina por ocasião da Guerra das Malvinas.

J) Comissão Latino-Americana de Transporte Marítimo (COLTRAM).

Vigência: 1986-. Estados-Membros: 15. Objetivos: contribuir ao exame completo do transporte marítimo da região, com o fim de identificar problemas relativos ao frete, tecnologia, legislação e protecionismo, e propor soluções para resolvê-los, por meio de adoção de posições comuns da América Latina e do Caribe; impulsionar o desenvolvimento das marinhas mercantes nacionais; estimular e coordenar atividades de cooperação em matérias de transporte marítimo entre os Estados-Membros e promover a participação crescente desses no transporte mundial. Resultados: além de contribuir no seu raio de ação, o COLTRAM tem feito gestões no sentido de recusar a aplicação de certas normas da Lei de Transporte Marítimo dos Estados Unidos, assinalando a disposição existente na região no sentido de estabelecer negociações entre EUA e América Latina e Caribe. Essa comissão também não dispõe de recursos próprios.

k) **Comissão Latino-Americana de Ciência e Tecnologia (COLCYT)**. Vigência: 1986- . Estados–Membros: 16. Objetivos: examinar e contribuir para o êxito dos objetivos gerais e específicos da estratégia científica e tecnológica da região; constituir-se como um sistema permanente de cooperação para o desenvolvimento científico e tecnológico, de consulta e coordenação para a adoção de posições comuns e como um promotor de programas, projetos e acordos nessa área. Resultados: a comissão está com recursos suficientes e promoveu em 1990 uma Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia da região (ou funcionários que exerçam a função correspondente ao setor) acompanhados de parlamentares que presidem comissões pertinentes nos congressos para analisar os temas da área, inclusive do ponto de vista político.

iv - COMENTÁRIO

O processo de cooperação regional impulsionado pelos Comitês de Ação e pelos Organismos Permanentes vem se desenvolvendo de maneira desigual. O principal fator que determina essa situação é a necessidade de um maior apoio a esses mecanismos por parte dos seus Estados–Membros. O respaldo político e financeiro manifestado no início dos diversos programas de cooperação não tem se mantido na etapa da execução das atividades. Levando em conta esses problemas, entre outros, dos mecanismos de cooperação no marco do SELA, a Secretaria Permanente recomendava aos Estados–Membros:

"Establecer mecanismos tendientes a lograr una coordinación más efectiva entre las distintas instituciones nacionales participantes en proyectos de cooperación regional y la contraparte oficial de los respectivos Estados Miembros, designada ante el Consejo Latino-americano, facilitándose así una visión integral y realista por parte de cada país sobre su participación en los programas de cooperación.

"Procurar incluir, urgentemente, dentro de los presupuestos nacionales respectivos las contribuciones de cada país a los mecanismos de cooperación y sus actividades, de manera que se asegure el cumplimiento de los compromisos asumidos.

"(...) tratar de incorporar efectivamente a las actividades de cooperación a los actores reales que deben participar en dichas iniciativas, sean éstos entidades o personas de la administración pública, de los sectores privados, u organismos regionales, sub-regionales e internacionales" (26).

No mesmo documento a Secretaria Permanente identificava dois fatores comuns que incidiam sobre o desenvolvimento dos mecanismos de cooperação: a vontade política e o financiamento.

"La voluntad política constituye una condición especial para el logro de resultados concretos. En los casos en que se ha contado con una clara y firme voluntad de participación y apoyo, las iniciativas han alcanzado satisfactoriamente sus objetivos. De ahí que la creación de Comités de Acción y la constitución de Organismos Permanentes debe sustentarse en la existencia de un compromiso real por parte de los países participantes.

"(...) Asimismo, como se ha mencionado en reiteradas oportunidades, el problema de la falta de recursos o de la falta de financiamiento, según el caso, es actualmente el que más incide sobre el cumplimiento eficiente de los objetivos concretos de cooperación. A pesar de las recomendaciones del Consejo Latinoamericano, los Estados Miembros, en su mayoría, continúan enfrentando problemas para cumplir con el pago oportuno de las cuotas asignadas. (...) Essa situação generalizada de incumplimiento se explica, comprensiblemente, por la crisis económica por la que atraviesan la mayor parte de los países de la región. Sin embargo, de no tomarse medidas adecuadas y urgentes, se corre el grave riesgo de continuar con la tendencia, ya comprobada, de que desaparezcan una serie de esfuerzos de cooperación regional que han demostrado ser útiles y viables" (27).

Nesses últimos anos a cooperação regional no marco do SELA perdeu muito de sua intensidade. A maioria dos Comitês de Ação foi criada na primeira metade desses dezesseis anos de existência do SELA.

4 . Diálogo de Chanceleres

Ministros e representantes da América Latina e do Caribe reuniram-se em 1985 na sede do SELA por ocasião da XI Reunião do Conselho Latino-Americano e emitiram a

Declaração de Caracas (28), na qual constatam que a flexibilidade institucional do SELA responde aos desafios que enfrenta a região e mantém válidos os seus objetivos; reiteram a vontade de fazer frente à crise de forma conjunta e solidária e pretendem pôr em prática os compromissos e ações de cooperação contidas na Declaração e Plano de Ação de Quito (ver anexo); e reafirmam o papel central do SELA no processo de fortalecimento do sistema econômico regional, da integração e da cooperação como formas de melhorar a qualidade de vida dos povos latino-americanos e chegar ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Esse foi o primeiro passo que deram os Chanceleres para constituir um diálogo entre si sem que estivessem numa reunião formal do Conselho Latino-Americano. Isso vai ocorrer novamente em 1986, quando no Comunicado de Lima (29) declaram-se convencidos de que esse diálogo tem grande valor operativo e político, e que desejam continuar esse esforço de análise da situação internacional e do modo de fortalecer a Unidade da América Latina. Em 1987 estabeleceram que o diálogo seria em nível de Ministros das Relações Exteriores, de maneira direta e informal, e se realizaria anualmente por ocasião das Reuniões Ordinárias do Conselho Latino-Americano do SELA, antes do Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas. Também criaram um Grupo de Seguimento formado pelos funcionários das embaixadas em Caracas. Concordaram também que os países que ainda não participam do SELA podem fazê-lo no Diálogo de Chanceleres. Esses países são: Antigua y Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, San Cristóbal y Nevis, Santa Lucia, San Vicente y Granadinas.

O Grupo de Seguimento decidiu que: a) o Diálogo não faz parte da estrutura do SELA estabelecida no Convênio do Panamá, embora receba deste o apoio logístico necessário; e b) o Diálogo é livre para abordar os temas que desejarem os Chanceleres, não obstante o Grupo de Seguimento tenha a obrigação de submeter um anteprojeto de agenda.

CAPÍTULO IV - ASPECTOS DA ATUAÇÃO DO SELA

1) Seguridade Econômica Coletiva e Integral

Diante dos problemas seculares da América Latina, o SELA se coloca como uma instituição que traz uma nova concepção do diagnóstico e do tratamento da problemática latino-americana, bem como da estratégia para resolvê-la, tendo em conta o destino comum da América Latina. O SELA nasceu com uma finalidade eminentemente política: buscava promover a unidade e a cooperação entre os países latino-americanos para conseguir um desenvolvimento integral, auto-sustentado e independente, acrescentar o poder de negociação da região e, como resultado, assegurar que a América Latina ocupe o lugar que legitimamente lhe corresponde no seio da Comunidade Internacional (1). A proposta do SELA estava de acordo com o momento histórico no qual se criavam grupos e blocos regionais e que portanto demandava o surgimento de um sistema permanente de coordenação intra-regional e de consulta e cooperação na América Latina. Isso ocorreu graças ao reconhecimento da politização das relações econômicas internacionais. Nesse contexto o conceito de seguridade era fundamental, posto que era ao mesmo tempo condição e finalidade do êxito desta caminhada para reduzir a dependência e a vulnerabilidade externas e promover a defesa comum de interesses mútuos. Assim, as ações que o SELA desenvolve visam o estabelecimento de condições de seguridade econômica que preservem a estabilidade e a independência dos processos de desenvolvimento dos Estados-Membros e a capacidade de autonomia da região. Porém o conceito de seguridade econômica somente toma corpo com o conflito das Malvinas, como veremos adiante. As iniciativas para consolidar a seguridade econômica estão em quatro áreas: a) seguridade energética; b) seguridade alimentária; c) seguridade financeira (dívida externa); e d) seguridade econômica coletiva e integral (2) (Crises das Malvinas).

a) Não obstante a América Latina fosse uma região auto-suficiente em recursos energéticos, não dispunha ainda de um mecanismo que permitisse fazer frente a uma situação de insegurança provocada pelas pressões de empresas transnacionais e pela crise internacional de 1979, quando o problema era o petróleo. As instituições já existentes,

como a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), criada em 1973, não poderiam enfrentar esta situação mais política do que técnica. Era preciso uma iniciativa que mobilizasse vontades políticas coordenadas numa ação conjunta de marco regional.

Na proposta apresentada pelo SELA, o conceito de seguridade estava sempre presente na garantia do abastecimento intra-regional, a ser realizado por canais estatais diretos, para reduzir a dependência para com as transnacionais e proteger a região das incertezas do cenário internacional. Porém os governos não adotaram posições de acordo com este pensamento e continuaram atuando sob impulsos derivados da conjuntura e não sob uma concepção global de caráter estratégico. A perspectiva do SELA era de que se a região pudesse promover um grau suficiente de seguridade e autonomia energética coletiva daria à América Latina uma importante vantagem competitiva e um novo potencial negociador no processo de reestruturação do poder mundial (3).

b) A seguridade alimentária é um conceito político definido como a garantia que cada país tem de dispor a qualquer momento de um abastecimento adequado de alimentos.

A América Latina inverteu a sua condição de exportador auto-suficiente de alimentos para ser hoje um forte importador. "Factores internos, tales como la distribución del ingreso rural y urbano, las políticas de tenencia de la tierra y de comercialización, se conjugaron con elementos externos como la acción de las transnacionales en la distorsión de los patrones de producción y consumo y las modalidades de inserción en la economía mundial en función del modelo de desarrollo hacia afuera, para deformar la agricultura latino-americana, orientándola a satisfacer preferentemente las necesidades del consumidor o la industria extranjeros en perjuicio de los requerimientos de la suficiencia alimentaria de la Región" (4).

O resultado é que mais da metade da dieta diária latino-americana provém de produtos básicos nos quais a região é deficitária. Assim mesmo, o SELA acrescentava que parte desse déficit poderia ser coberto se se passasse de um débil intercâmbio regional a uma ativa complementaridade comercial. "La lucha contra la vulnerabilidad alimentaria de la Región se plantea en dos planos: uno interno, el de la impulsión de la producción de alimentos, de responsabilidad esencialmente nacional en función de las políticas de incentivos; y otro, de alcance colectivo, el de la promoción del comercio intraregional de

productos agropecuarios, que requiere de decisiones y acciones conjuntas en el marco de una estrategia concertada de seguridad alimentaria" (5). Porém, neste campo também nota-se a falta de vontade política dos Estados–Membros do SELA que provocou a deterioração do coeficiente de auto-suficiência regional de produtos agrícolas. Uma reunião realizada no México em 1981, convocada pelo SELA, contou com a participação de dezenove Estados–Membros e de onze organismos regionais e internacionais e nas suas resoluções recomendou a criação de um Comitê de Ação nos marcos do SELA, o CASAR, que adotou como programas básicos: o apoio aos planos alimentares nacionais; a promoção e a cooperação entre os Estados–Membros; o impulso do comércio intra-regional de alimentos; e a atenção às emergências alimentárias da região.

Os itens c) e d) serão vistos a seguir com os exemplos da dívida externa (A) e da Crise das Malvinas (B)

A. Seguridad Financeira (Dívida Externa)

Dívida externa. A América Latina sempre se conformou com respostas conjunturais para esse problema que é inquestionavelmente estrutural. Talvez pela "carencia de foros y mecanismos adecuados que ofrecieran a América Latina la posibilidad de una concertación autonoma, en función exclusiva de sus intereses, para contraponer a la creciente organización y coordinación de sus contrapartes en el diálogo y la negociación económica-financiera, que la colocaban en desventaja" (6). Mas foi com esse objetivo que se realizou em 1980 em Lima a primeira reunião de Ministros de Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais dos Estados–Membros do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). A Secretaria Conjunta da Reunião era integrada pelo SELA, CEMLA, BID e ALIDE. Contudo, segundo Alzamora (7), a "tendência neo-liberal" prevaleceu nesta reunião e somente em 1984, na Conferência Econômica Latino-Americana de Quito, os presidentes da Região e seus representantes adotaram a tese latino-americanista então proposta pelos organismos técnicos da região, firmando a Declaração de Quito.

Mesmo assim, nessa reunião foram eliminados os considerandos da Secretaria Conjunta que mencionavam o fato de que "os fatores essencialmente externos foram

determinantes na acentuação dos déficits em conta corrente das balanças de pagamento" dos países latino-americanos e que "as restrições comerciais que enfrentam as exportações da América Latina nos mercados extra-regionais são um fator limitante da capacidade de pagamento dos países latino-americanos", bem como o projeto que considerava que "o intercâmbio de experiências e cooperação técnica entre os países contribui a melhorar as condições de negociação e renegociação da dívida externa" (8).

A Secretaria Permanente do SELA também apontava a necessidade evidente de "concertación" enquanto os governos latino-americanos continuavam empenhados na ficção da eficácia da ação individual, num jogo cujas regras não só a América Latina não estabeleceu como também não consegue fazer respeitar. Assim, o SELA se posicionou de maneira pioneira levantando a bandeira de inconformismo frente ao que dizia ser a imposição de termos e condições ilícitas e injustas dos devedores latino-americanos (9).

Foi na terceira Reunião de Organismos de Integração e Cooperação Econômica da América Latina, celebrada em Lima em 1982, que a Secretaria Permanente do SELA apresentou uma doutrina integral sobre o problema da dívida. Segundo o SELA: "os efeitos cumulativos de uma negociação tradicional e ortodoxa são incompatíveis com as necessidades de desenvolvimento econômico e o progresso econômico e social dos países do Terceiro Mundo" (10). Esta tese foi aceita pelos organismos presentes na reunião, que apontaram também a necessidade de articular uma estratégia latino-americana frente ao problema da dívida, pois ele transcende o âmbito nacional.

No ato da entrega do documento Bases para una Respuesta de América Latina a la Crisis Económica Internacional (11) apresentado em 1983, a Secretaria Permanente do SELA dizia:

"Las presiones derivadas del endeudamiento externo no pueden interferir con los propósitos permanentes del desarrollo regional, como no podemos seguir una política de solución del problema de la deuda confiada al altruismo de la banca internacional.

"El pago de la deuda requiere de condiciones justas y estamos convencidos de que América Latina tiene la capacidad conjunta para establecer esas condiciones si parte del principio inabdicable de que el primer compromiso de América Latina es consigo misma, con la seguridad de su desarrollo y con el bienestar de sus pueblos, y de que los sacrificios

que esta crisis le exija a esos pueblos tienen que estar destinados, antes que nada, a asegurar su propio futuro.

"En ese cuadro se inscribe la necesidad de una concertación entre los países latinoamericanos para plantear las condiciones para una renegociación de la deuda externa sobre bases nuevas, realistas y estables, que distribuyan equitativamente el costo del ajuste internacional, preserven el nivel de vida de la población latinoamericana, aseguren el proceso de desarrollo de América Latina, del que depende en último término su capacidad de pago, y salvaguardar la autonomía de las decisiones nacionales" (12).

O SELA defendia então uma urgente "concertación" latino-americana em nível político, em que as soluções individuais se apoiariam em mecanismos de caráter global, de tal forma que não se seguisse tratando cada caso como se fosse de uma série de crises financeiras isoladas, sem vinculação entre si nem com o contexto internacional que lhes deu origem.

A posição do SELA é no sentido de acomodar a dívida à capacidade de pagamento e não pretender o inverso. Para isso seria preciso uma renegociação com base em critérios que aliviem o peso da dívida em torno a três princípios básicos (13):

- a) que o custo da dívida seja compartilhado pelos países credores;
- b) que esse custo não recaia sobre as classes mais desfavorecidas da América Latina;
- c) que esse custo sirva fundamentalmente aos interesses dos países do continente, para consolidar o processo de desenvolvimento latino-americano.

Ou seja, que os sacrifícios relativos ao problema da dívida sirvam para salvaguardar o futuro da América Latina e não os interesses dos bancos credores. Neste ponto trata-se de resguardar a soberania, da qual derivam a seguridade e a autonomia, que são condições indispensáveis a todo desenvolvimento autêntico.

Na VI Reunião de Organismos Latino-Americanos de Integração e Cooperação Econômica, o SELA acrescentava o seguinte: "O argumento de que a diversidade e disparidade das dívidas impede aos países latino-americanos elaborar critérios comuns em defesa dos seus interesses, resulta inválido pelo fato de que esta mesma diversidade não

impediu os credores de se organizarem de todas as formas e em todos os níveis na defesa dos seus interesses” (14).

Tentou-se tratar o problema da dívida no foro interamericano da OEA, na comissão especial de comércio e financiamento dentro do CIES, mas logo se viu que uma solução de consenso fracassaria. Depois, a própria comissão se declararia como um foro inadequado para tratar o problema.

Segundo a Secretaria do SELA, a combinação dos aumentos unilaterais das taxas de juros, as quedas dos preços dos produtos primários da região, o aumento do custo das importações e a redução da receita de exportações por causa do protecionismo nos mercados industrializados leva à conclusão de que a dívida original está sendo paga várias vezes e de distintas formas, e que, apesar dos esforços e sacrifícios da América Latina, a dívida aumenta ao invés de diminuir (15).

Entre 1972 e 1981, a América Latina obteve em média 10 bilhões de dólares a mais por ano em novos empréstimos do que pagou de juros e de principal da dívida. Porém de 1981 a 1991 houve uma transferência líquida de recursos ao exterior na faixa de 25 bilhões de dólares ao ano. Apesar desse quadro, somente em 1990 conseguiu-se mobilizar os governos da região para elaborarem uma única Proposta da América Latina e Caribe.(16).

Proposta da América Latina e Caribe

Em conformidade com o estabelecido em decisões do Conselho Latino-Americano (órgão máximo do SELA) realizou-se em Caracas, nos dias 21 e 22 de junho de 1990, a Conferência Regional sobre Dívida Externa.

A convocatória da Conferência incluía um mandato para a Secretaria Permanente do SELA preparar, em consulta com os Estados-Membros e organismos regionais pertinentes (ALIDE, CARICOM, CEMLA, CEPAL, FAR, INTAL, JUNAC, OLADE, Parlamento Andino, PNUD, SIECA), as bases conceituais, técnicas e operativas para este encontro. O objetivo era conjugar denominadores comuns que unissem os países. Posteriormente se realizaram reuniões preparatórias de alto nível, e assim foi surgindo o marco de referência -

bases, princípios e diretrizes - que consolidou o projeto de proposta regional sobre dívida. Este foi submetido à fase técnica da Conferência, quando se deu um passo a mais aprovando a totalidade da Proposta que foi submetida à consideração dos presentes na Conferência.

Os principais méritos da Proposta são os seguintes, segundo Pérez del Castillo, Secretário Permanente do SELA (17): ser uma iniciativa própria da América Latina e do Caribe para abordar o tema da dívida externa regional; enfocar o problema referindo-se aos diferentes tipos de dívida de médio e longo prazo (com os bancos comerciais, com os governos credores, com os organismos financeiros multilaterais e, por último, a dívida inter-regional); conter princípios e elementos que constituem diretrizes concertadas de ação em matéria de dívida externa (mas este marco de referência comum não exclui que as diretrizes adotadas se apliquem a um contexto de negociação caso por caso); o fato de que a construção de um plano comum e sua aplicação generalizada tenta romper com a excessiva seletividade, voluntariedade, limitações e insuficiências que caracterizam as negociações da dívida; finalmente, ser uma proposta que tenta encontrar uma solução duradoura e equitativa ao problema da dívida, dentro de um espírito de co-responsabilidade.

Ainda segundo Pérez del Castillo, "Esta Conferencia abre una nueva etapa en la historia de América Latina y Caribe, al poner en marcha un mecanismo de acción colectiva regional sobre el tema de la deuda, principal obstáculo al desarrollo sostenido de nuestra región. (...) Tenemos en esta Conferencia la oportunidad de abandonar para siempre la fase declaratoria y pasar a la operativa. Dejemos de lado el mito del individualismo y la exclusiva bilateralidad del tratamiento de la deuda para buscar soluciones duraderas [...] rescatar nuestra capacidad propia de iniciativa y de acción conjunta" (18).

Segundo o documento Proposta de América Latina e Caribe para uma Solução do Problema da sua Dívida Externa (19) aprovado na Conferência, os governos da região não rejeitam a necessidade de ajustes e reformas estruturais nas suas economias e políticas de desenvolvimento. É preciso uma modernização do aparato produtivo da região visando inseri-la num mundo competitivo, corrigir os desequilíbrios macroeconômicos, controlar a inflação e reduzir os déficits fiscais. Mas os esforços que a América Latina fez nesse

sentido foram comprometidos ou anulados por um contexto econômico externo adverso e fora do controle da região.

"La presente Propuesta de América Latina y Caribe se basa principalmente en la premisa de que no hay solución al problema de la deuda externa de la región sin una reducción sustancial del monto de la deuda y su servicio, que lleve a una drástica disminución de la transferencia de recursos al exterior" (20).

O documento reitera o caráter político do tema e a necessidade de que, sobre a base do princípio da co-responsabilidade entre credores e devedores, se consiga uma solução justa, equitativa e duradoura. Além disso, tem como propósitos a redução significativa da transferência de recursos financeiros ao exterior, revertendo a tendência pela qual a região se tornou exportadora de capitais, e a correção da situação de altos níveis de endividamento externo, para conseguir a estabilidade econômica e financeira e retomar o desenvolvimento.

Entre os princípios do documento encontra-se a necessidade de que as economias latino-americanas voltem a crescer a uma média de 6% ao ano pelo menos.

Fala-se da necessidade de conseguir uma transferência líquida positiva de recursos para a região, incrementando a poupança interna, expandindo as exportações e o acesso a novos recursos financeiros dos bancos comerciais, organismos multilaterais, investimentos estrangeiros diretos e fundos de países industrializados superavitários, além, é claro, da redução significativa da dívida de cada país. Estes constituem critérios fundamentais para a solução duradoura do problema do endividamento externo, segundo a Proposta.

Para retomar a via do crescimento, diz o documento, é necessário reduzir as transferências regionais a uma quarta parte do total que atualmente se remete para o exterior, equivalente hoje em dia (1990) a 4% do PIB regional. Ou seja, é preciso reduzir 75% do total das transferências a título de serviço da dívida.

Dívida com os bancos comerciais - A proposta regional para reduzir significativamente a transferência de recursos ao exterior se baseia num conjunto de ações que diz respeito a: (a) uma diminuição do valor nominal do principal da dívida, tendo em conta o mercado secundário, os objetivos do desenvolvimento e a capacidade de pagamento dos países; (b) uma taxa de juros fixa inferior à do mercado; (c) uma substituição da totalidade da dívida de médio e longo prazo com os bancos comerciais, pela emissão de

novos instrumentos de longa maturação com valor garantido (bonus com prazos de vencimento de pelo menos 35 anos e garantidos por fundos constituídos pelos próprios países devedores); e d) a introdução de modificações nas regulações bancárias dos países credores para facilitar tais mecanismos, isto é, um tratamento contábil e fiscal que estimule a participação dos bancos comerciais.

Dívida com os governos credores.- O documento exige uma nova flexibilidade nas negociações no Clube de Paris que inclua reduções substanciais da dívida e reformule as excessivas exigências e requisitos de condicionalidade. Quer também que a Comunidade Internacional assegure automaticamente os mesmos termos de Toronto (conveniados na XIV Conferência de Cúpula dos Países Industrializados, celebrada em 1988, e oferecidas aos Países Africanos ao Sul do Sahara) aos Países da América Latina e do Caribe que se classifiquem para tal. Estas opções implicam: a) cancelamento contábil parcial das obrigações do valor nominal da dívida; b) taxa de juros de caráter concessionário; e c) período de reembolso mais longo.

Entre outros possíveis acordos adicionais que o documento cita está: a) o estabelecimento como critério para a reestruturação da dívida do comportamento das exportações dos países da América Latina e do Caribe para determinar a capacidade de pagamento; e b) o reestabelecimento da plena cobertura dos créditos à exportação.

Quanto à Assistência Oficial para o Desenvolvimento, sugere-se que os países credores substituam os empréstimos por doações.

Dívida com organismos financeiros multilaterais (BIRD e BID) - O documento sugere modificações substanciais nas políticas e procedimentos destas instituições a fim de que estas: a) assegurem um volume suficiente de novos desembolsos para conseguir transferências líquidas positivas de recursos aos países da região; b) assumam uma atitude positiva que permita estender na prática os vencimentos atuais; c) limitem-se à sua função de organismos promotores do desenvolvimento, evitando entrar no âmbito da exclusiva competência dos governos nacionais; e d) cooperem com os países devedores apoiando suas propostas na negociação com os bancos comerciais.

Além disso deveria corrigir-se a política operativa destas instituições com o fim de: a) aliviar os critérios de condicionalidade para o outorgamento de empréstimos; b) reduzir

substancialmente a comissão de compromisso; c) buscar fórmulas que evitem trabalhar com uma cesta de moedas que varia permanentemente no mercado mundial, entre outras medidas.

Já o FMI deveria considerar novas formas de financiamento aos países com severos problemas no balanço de pagamentos, o que os leva a incorrer em atrasos no pagamento de suas obrigações, para que possam abandonar a categoria de inelegíveis. Deveria destinar-se uma quantia extraordinária de Direitos Especiais de Saque para apoiar a redução da dívida dos países em desenvolvimento. É também necessário um aumento das quotas no FMI. Além disso, os critérios de condicionalidade do FMI deveriam orientar-se para a promoção do desenvolvimento.

Vínculo dívida-comércio.- "Debe definirse un conjunto de criterios que vinculen de manera efectiva la renegociación y reducción de la deuda con los resultados de negociaciones bilaterales y multilaterales de comercio, de tal forma que se establezca un vínculo práctico entre la deuda y el comercio, el cual incide en la capacidad de pago. En especial se debe evitar que medidas aplicadas por países desarrollados en las esferas monetarias y financieras anulen o menoscaben los beneficios comerciales, actuales o futuros derivados de negociaciones comerciales bilaterales y multilaterales, en especial en el marco de la Ronda Uruguay" (21).

Dívida intra-regional. – Os critérios para reduzir a dívida intra-regional são coincidentes com os expostos anteriormente. O documento apóia a aplicação dos mecanismos identificados no marco do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) que redundarão num substancial alívio da dívida intra-regional e seu serviço. São eles: I) redução do nível da dívida: a) compra de títulos da dívida com desconto; b) conversão de dívida em investimento; e c) conversão da dívida por moeda local; e II) redução do serviço: a) pagamento de juros com papel de dívida do país credor; b) compatibilidade entre o serviço da dívida e capacidade de pagamento do país devedor; c) concessão de prazos maiores ante a falta de pagamentos; d) pagamento com exportações; e e) liquidação da dívida com moeda local.

O resultado da Proposta repercutiu no Grupo dos 24, organismo de coordenação do Grupo dos 77 para assuntos monetários e financeiros que apoiou a Proposta do SELA sobre

Dívida Externa, repercutiu também na Assembléia Geral das Nações Unidas, bem como na IV Reunião Presidencial do Grupo do Rio (22).

No entanto, era de se esperar um maior peso político do documento. Uma vez que ele foi elaborado conjuntamente poderia ter sido usado em conjunto pelos governos latino-americanos para pressionar pelas propostas que lá estavam definidas. Não foi o que ocorreu.

B. Seguridade Econômica Coletiva e Integral (Crise das Malvinas)

Boersner (23) descreve assim o que ocorreu: “En el año de 1982 se desarrolló un breve conflicto bélico entre la República de Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, triunfando fácilmente la potencia europea. La guerra no sólo demostró la fragilidad de los presuntos lazos de solidaridad interamericana basados en la Doctrina Monroe, el Tratado de Rio (TIAR) y la Carta de la OEA, sino también produjo momentáneamente una fisura entre Iberoamérica y algunos países no ibéricos del Caribe. Por el otro lado, seguramente contribuyó a fortalecer el sentimiento latinoamericano en Argentina”. Embora a atitude do governo militar argentino tenha sido condenável nas suas motivações e métodos, além de equivocada (pois baseava-se na premissa de que os EUA apoiariam a ação), o direito da nação Argentina às Ilhas Malvinas é legítimo.

Foi com o episódio das Malvinas que a vulnerabilidade externa, a insegurança e a dependência da América Latina vieram à tona. Trata-se de um problema colonial, como o reconhece a própria ONU, e um problema fundamental de integridade territorial da América Latina que, no entanto, deve ser resolvido de forma pacífica.

Em 1982 a Comunidade Econômica Européia seguida dos governos da Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos decidiram adotar medidas para impedir toda importação procedente da Argentina, sendo que o Canadá também suspendeu os créditos a exportação para esse país.

A Secretaria Permanente considerou que "La aplicación de medidas coercitivas contra un país latinoamericano por parte de países extraregionales y en apoyo de intereses coloniales constituye un hecho de suma gravedad [...y que] debe servir para poner en marcha los mecanismos de defensa previstos por el SELA para casos como éste y que

contemplan, entre otras modalidades de acción conjunta, el tratamiento simétrico a las exportaciones procedentes de esos países".

Acrescenta que "esta situación se produce en circunstancias en que América Latina no cuenta con los mecanismos que le permitan enfrentar coordinada y colectivamente tal amenaza a su autonomía de acción y a la estabilidad de sus procesos de desarrollo, ni prestarse la ayuda recíproca que tal emergencia demanda.

"Y, en consecuencia, resulta indispensable el diseño y ejecución de una estrategia que permita a América Latina la defensa de sua seguridad económica, organizando su capacidad de respuesta frente a tales medidas de coerción económica y fortaleciendo su potencial conjunto de acción frente a tales emergencias, de modo de poder superarlas y evitar su repetición" (24).

Pensa-se numa estratégia ao mesmo tempo defensiva e dissuasiva que proteja a seguridade econômica de cada um e de todos os Estados-Membros. Trata-se de intensificar o intercâmbio comercial e a complementação econômica para poder reorientar as correntes comerciais em benefício do desenvolvimento e da integração da América Latina e também para fortalecer a capacidade de negociação e resposta da região.

O acordo aprovado na Reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível celebrada em Caracas em 1982, convocada pela Secretaria Permanente do SELA, argumentava que os atos de coerção econômica por parte de um poderoso grupo de países industrializados não tinham amparo no Direito Internacional e violavam a Carta das Nações Unidas, a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, e que portanto a América Latina não aceitaria a aplicação destas "medidas ilegais".

Para Alzamora, "dicho Acuerdo reviste incuestionablemente significación y transcendencia históricos para América Latina. Por primera vez los Estados latino-americanos condenan y rechazan unánimemente las acciones coercitivas del más poderoso grupo de países industrializados, denuncian ante la comunidad internacional la ilegalidad de esas acciones y dan a un mundo hasta entonces escéptico una tonificante lección de unidad y solidaridad latinoamericanas" (25).

Criou-se no âmbito do SELA um Comitê de Ação de Apoio à República Argentina (CAARA) que incluiu quase todos os Estados-Membros e cuidou de medidas e programas concretos de cooperação visando reduzir a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas em campos tais como comércio, financiamento externo, seguros, transporte internacional e tecnologia, bem como a auto-suficiência alimentária.

O documento Bases para una Estrategia de Seguridad e Independência Económica de América Latina (26), preparado pela Secretaria Permanente, alerta para o perigo que representa para a região o seu atual modo de inserção na economia mundial, pela conseqüente vulnerabilidade e dependência dos países latino-americanos, e propõe uma estratégia baseada, de um lado, no reforço da Seguridad Económica e, de outro, no programa de ação para dinamizar a cooperação e integração regionais. A conclusão fundamental do documento é que a América Latina não poderá resolver sua atual vulnerabilidade sem redefinir sua inserção na economia mundial. Para isso propõe uma ação conjunta de complementação e consolidação econômica intra-regional que reoriente o comércio da América Latina para a própria região e avance em todas as frentes de cooperação latino-americana.

O documento reconhece que a América Latina não conta com os instrumentos adequados para esta ação e propõe um mecanismo institucional de emergência que cuide da parte conjuntural da Seguridad Económica Regional.

Diante dessa proposta o Conselho Latino-Americano em 1982 lançou as bases jurídicas e políticas para sustentar a ação conjunta latino-americana. Qualifica as medidas econômicas de caráter coercitivo por parte dos países industrializados como atos unilaterais, ilegítimos e arbitrários que violam os instrumentos jurídicos internacionais, tais como o Artigo 32 da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, que diz que "Nenhum Estado poderá empregar medidas econômicas, políticas ou de qualquer índole, nem fomentar o emprego de tais medidas, com o objeto de coagir a outro Estado para obter deste a subordinação do exercício de seus direitos soberanos" (27). O Conselho Latino-Americano acrescentou que essas medidas ilegais e arbitrárias ocasionavam um sério retrocesso nas relações Norte-Sul e aprovou um mecanismo de emergência requerido na forma de uma Reunião Extraordinária de caráter urgente do próprio Conselho Latino-

Americano em Nível Ministerial, o que constitui para Alzamora um "avanço transcendental" para o SELA e para a organização de um "Sistema de Seguridade Econômica Regional" que confere à América Latina uma primeira capacidade de resposta conjunta.

A decisão do Conselho cria esse novo mecanismo de consulta, coordenação e ação no âmbito do próprio Conselho Latino-Americano, que permitirá aos Estados da Região exercer em sua solidariedade em forma rápida e efetiva no caso de que terceiros países tentem aplicar medidas coercitivas. A decisão também leva adiante a preparação de uma estratégia orientada ao fortalecimento da Seguridade Econômica Regional em vários campos, pois reconhece-se que a vulnerabilidade de América Latina não é só política e estratégica, mas também econômica.

2) Desenvolvimento Econômico

Discutiremos aqui apenas as questões da industrialização e da tecnologia na América Latina.

A. Industrialização

O período compreendido entre os anos quarenta e o início dos anos oitenta foi o de maior dinamismo para a economia da América Latina e foi quando os países da região adotaram políticas de industrialização sustentadas basicamente na sua demanda interna. O papel dos processos de integração foi limitado, pois a intenção de formar uma zona de livre comércio foi frustrada pela falta de vontade política dos governos. Além disso, a indústria latino-americana não chegou a consolidar-se em nenhum país como a base de um desenvolvimento estável e sustentado.

Embora o estancamento ou retrocesso nos coeficientes regionais de industrialização não deva ser atribuído à crise dos anos oitenta exclusivamente, é verdade que as políticas de endividamento seguidas durante os anos setenta (as adversas condições nas quais se concederam os créditos, a forma de negociação, a aplicação de programas de estabilização)

foram sem dúvida uma causa importante para a estagnação econômica. Nesse contexto, predominaram nas economias latino-americanas nos anos oitenta a instabilidade, a falta de continuidade nos processos de industrialização e as políticas macroeconômicas, financeiras e de curto prazo sobre as setoriais, as produtivas e de médio e longo prazo.

Houve assim uma perda de dinamismo, apontada no documento do SELA Los Procesos de Industrialización en América Latina de 1990: "Las principales fuentes de impulso económico de las tres décadas anteriores - un sector exportador expansivo, pero dependiente de recursos primarios, una industrialización apoyada fundamentalmente en la demanda interna, y un sostenido crecimiento de la inversión, sobre todo la pública - perdieron dinamismo" (28). Houve também uma gradual perda de posição relativa da região no comércio mundial (7,7% em 1960 para 3,9% em 1980). O investimento público também diminuiu marcadamente num quadro de desequilíbrios macroeconômicos (inflação, déficit público e balanço de pagamentos negativo).

O documento aponta o caráter regressivo do ajuste, cujo custo social recaiu predominantemente sobre os trabalhadores e estratos médios (particularmente empregados públicos). O desemprego em massa foi evitado parcialmente graças ao crescimento do mercado informal de trabalho. Mas nem por isso se evitou o aumento da pobreza, principalmente nas áreas urbanas.

Segundo o documento do SELA, "La ya de por sí inequitativa distribución de la riqueza y del ingreso se agudizaron practicamente em todos los países de la región. El poder económico y la liquidez parecen haberse concentrado también considerablemente como consecuencia de la inflación, de la disminución de la participación de los salarios en el PIB y del proceso de privatización iniciado al final de la década en varios de los países de la región"(29).

A recessão, a inflação e a dívida pública interna e externa fizeram com que os setores públicos dos países da região entrassem em crise. Optou-se então por reduzir drasticamente a participação do Estado na economia, reduzindo o investimento público e o gasto social e privatizando empresas.

"En los ochenta, el deterioro de los términos de intercambio y el servicio de la deuda externa, acompañado de una reducción en los ingresos externos de capital, redujeron de

manera importante los recursos disponibles para la inversión. El coeficiente de inversión neto de la región cayó de casi 23% em 1980 a 16,5% em 1988" (30). Tudo isto dentro de um contexto que fomentava a especulação e a fuga de capitais, com taxas reais de juros muito elevadas.

Além disso o setor industrial não gerou recursos suficientes para financiar o seu crescimento, hoje se apóia na poupança produzida por outros setores e depende de uma proteção elevada e de um esquema de preços relativos que o favorece em detrimento do setor primário. Isto gerou uma indústria pouco competitiva, com uma grande concentração regional, setorial e social, e com uma grande dependência das importações. O documento também afirma que o processo de industrialização latino-americano não deu uma maior independência às economias da região nem tampouco promoveu uma integração ou complementação regional.

Como principais causas do atraso industrial latino-americano são apontados pelo mesmo documento:

- a) o contexto internacional das duas últimas décadas: baixo crescimento e deterioração da demanda das economias industrializadas; queda dos preços das matérias-primas e deterioração dos termos de intercâmbio; diminuição da oferta de financiamento externo e crise da dívida; elevação da inflação mundial e altas taxas de juros; e aumento do protecionismo nas economias industrializadas;
- b) no contexto regional o documento aponta a falta de estabilidade institucional, isto é, de esquemas institucionais estáveis que possam organizar de maneira eficaz a participação dos diversos agentes produtivos e mobilizá-los coordenadamente no marco de uma estratégia de longo prazo. Além das instituições "obsoletas e ineficazes", o documento critica os governos, caracterizando-os como "instáveis e incapazes de exercer uma liderança efetiva durante longos períodos". O SELA também considera as relações entre o governo, o setor privado e os sindicatos como "cada vez mais complexas e viciadas", apontando a falta de um empresariado disposto a correr riscos e desenvolver tecnologias numa perspectiva competitiva a longo prazo, e o crescimento de um Estado empresário que concede subsídios, concessões e

privilégios sem um critério seletivo e eficaz, resultando apenas numa grande quantidade de leis, decretos, instrumentos e instituições que beneficiam apenas as grandes empresas sem uma preocupação com metas e objetivos nacionais e setoriais.

O SELA propõe então incorporar às políticas industriais um enfoque sistêmico que analise as fases produtivas de transformação, de distribuição e de comercialização de modo a permitir identificar onde se encontram os problemas de preços, qualidade e produtividade e onde estão as oportunidades e necessidades de desenvolvimento tecnológico.

"La especialización productiva y la competitividad internacional ya no se rigen por la doctrina de las ventajas comparativas estáticas y tampoco dependen de la dotación natural de factores. La posición relativa de los distintos países dependerá cada vez más de la conformación de sistemas organizados de eficiencia tecnológica y productiva. Es así como queda cuestionada la vigencia en el largo plazo de las ventajas de especialización basadas en mano de obra barata y recursos naturales[...En ese entorno] Tanto la visión de los acuerdos regionales como la realidad de mercados cerrados y segmentados a escala de varios países, así como la propuesta neoliberal de la integración como un proceso de armonización de las políticas de apertura, necesitarán ser revisadas y superadas" (31). Por isso o SELA defende a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento tecnológico (em nível de consumo, comércio e serviços e produção) e de uma estratégia adequada de comercialização e distribuição internacional.

O documento reconhece a importância das Empresas Transnacionais, pois são as primeiras criadoras, produtoras, distribuidoras e usuárias das tecnologias modernas e, ao mesmo tempo, dominam tradicionalmente os setores estratégicos e mais dinâmicos. Como o investimento externo flui para mercados em crescimento e estáveis, deve-se restabelecer as condições para o crescimento a longo prazo das economias latino-americanas ao mesmo tempo em que se promove a "liderança modernizadora" de empresas nacionais.

"Las inversiones extranjeras pueden constituir una importante fuente de capital adicional, tecnología moderna, desarrollo de recursos humanos y capacidades gerenciales y experiencia y capacidad exportadora. Sin embargo, para que esta promesa se haga realidad

será necesario orientarla hacia nuevas inversiones productivas, generadoras de empleos y exportaciones (...)" (32).

O grande desafio para os países latino-americanos é conciliar "pragmaticamente" os objetivos de recuperação do crescimento, transformação estrutural e maior equidade social com os objetivos de estabilização macroeconômica, baixando as taxas de inflação, reduzindo os saldos negativos em conta corrente e os desequilíbrios fiscais que impedem qualquer planejamento, investimento e crescimento. Portanto, são necessárias políticas econômicas de longo prazo que propiciem um crescimento sustentado e equilibrado do PIB e que aumentem "pouco a pouco mas em forma crescente" a renda *per capita*.

Segundo o SELA, "Es indispensable superar el falso dilema de crecimiento y equidad, a partir de un proceso de crecimiento cualitativamente distinto al del período reciente, que permita armonizar los esfuerzos de equidad con los de crecimiento, productividad y competitividad (...)Lo que en realidad conviene replantear a la luz de la experiencia de las últimas décadas es la forma de definir y promover ramas y proyectos prioritarios industriales" (33).

O SELA também aponta a necessidade de mobilizar consideráveis recursos financeiros para promover uma mudança estrutural na economia. Esses recursos dificilmente virão do exterior e por isso mesmo devem ser buscados nos estratos médio e alto de renda da população, por meio de programas de poupança forçada. É também preciso que os bancos de desenvolvimento continuem sua ação captadora de recursos a médio e longo prazo e que haja uma reforma nos bancos comerciais com o fim de modernizá-los. Deve-se igualmente investir em educação e capacitação porque constituem a longo prazo as mais importantes forças catalizadoras do progresso técnico, da competitividade e do desenvolvimento.

O documento lamenta que a industrialização na América Latina tenha sido incapaz de gerar um processo de desenvolvimento tecnológico próprio e sustentado. O que ocorreu foi o contrário: conforme se avançou no processo de substituição de importações a dependência tecnológica externa foi se aprofundando até converte-se num dos maiores obstáculos para a competitividade.

Para inserir os países latino-americanos eficazmente nos mercados internacionais é preciso reconhecer que, diz o documento, nenhum deles poderá de maneira isolada alcançar os níveis de produtividade, competitividade e eficiência tecnológica necessários para inserir-se nos segmentos mais dinâmicos do comércio internacional de manufaturas.

Assim, "La globalización de la producción y la cada vez mayor interdependencia económica son fenómenos irreversibles, por lo que cualquier acción que se tome para tratar de retrasar la participación de un país en esta corriente, irá en su propio detrimento (...) En este contexto, adquiere su importancia plena la integración económica de los países latinoamericanos y caribeños, sobre la base de un enfoque renovado que articule la integración con la producción y el cambio tecnológico" (34).

A Conferência Regional sobre Industrialização convocada pelo SELA e realizada em 1991, decidiu criar o Foro Regional sobre Política Industrial, no âmbito do SELA, com a finalidade de constituir uma instância periódica de exame e reflexão conjunta dos países latino-americanos, com apoio dos organismos regionais e internacionais da área, sobre os temas das políticas industriais e tecnológicas. A Conferência decidiu também pelo estabelecimento do Plano de Ação Regional sobre Industrialização, cujos propósitos são:

- “i) Contribuir al desarrollo industrial moderno en términos tecnológicos, de eficiencia, competitividad y sustentabilidad ambiental, que coadyuve al mejoramiento de la calidad de vida de los pueblos de América Latina y el Caribe.
- “ii) Consolidar los procesos de integración bilaterales, plurilaterales y sub regionales, con miras a la constitución en el futuro del Mercado Común Latinoamericano y del Caribe.
- “iii) Lograr una acción conjunta, concertada y cooperativa de los países de América y el Caribe, que permita enfrentar los retos que plantean las economías extrarregionales” (35).

B. Tecnologia

Quanto a este assunto a posição do SELA (36) é clara: “En nuestro criterio, la naturaleza de los cambios que ocurren en la fase actual del desenvolvimiento de las culturas contemporáneas en la dirección de una civilización planetaria, se debe definir a partir del papel nuevo y radicalmente distinto que el conocimiento científico ocupa en la organización de las actividades productivas. El concepto de la revolución científico-técnica permite articular los cambios en una visión integrada. (...) Se puede afirmar que, a partir de la Segunda Guerra Mundial, surgen ramas de producción totalmente dependientes del conocimiento científico. Es decir, ramas de producción, tecnologías, actividades productivas que son campos aplicados del conocimiento científico y no utilizaciones parciales de tal conocimiento. La energía nuclear, la aviación supersónica, la petroquímica, la informática, la electrónica son campos aplicados del conocimiento científico. La nueva ola de la alta tecnología, iniciada en la década de los años 70 y compuesta de los nuevos materiales, la biotecnología y la ingeniería genética, de la fusión nuclear, de la superconductividad, de los laser, de la tecnología científica. [acrescentaríamos à lista a informática, a microcomputação, a robótica e a telemática], está unida inherentemente a la evolución y la aplicación inmediata del conocimiento científico”.

Enfim, acredita-se numa nova etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas, cuja natureza se caracteriza por uma revolução científico-técnica. A siderurgia, a produção de bens de capital, a indústria automotriz e outras, outrora motores do crescimento, começam a apresentar capacidade ociosa enquanto surgem os novos setores líderes criados pela terceira revolução industrial. As consequências são muitas, como veremos a seguir.

Segundo Tomassini (37), “el patrón tecnológico emergente está cambiando fundamentalmente la organización de la producción, introduciendo una mayor flexibilidad en el uso de las plantas industriales y una mayor diversidad en los productos; abriendo nuevas trayectorias tecnológicas que amplían sustancialmente la gama de bienes y servicios disponibles; estimulando la descentralización de las empresas y la productividad de las unidades medianas y pequeñas y, al mismo tiempo, concibiéndolas como una cadena integrada en que desaparece la tradicional separación entre administración, producción y comercialización; la producción se adapta a la demanda al tener la posibilidad de recibir sus

señales en forma instantánea; el diseño, que antes tomaba años en convertirse en un producto y el llegar al mercado, ayudado por la computación, se integra al proceso productivo. Este, a su vez, se articula muy estrechamente con los servicios financieros y los sistemas de comercialización, internos y externos. Por su parte, los sistemas nacionales de ciencia y tecnología comienzan a abandonar su tradicional aislamiento para ponerse al servicio del sistema productivo”.

Configura-se dessa forma uma nova divisão internacional do trabalho, com conseqüências econômicas e sociais em escala mundial, derivada do motor da terceira revolução industrial que é o binômio ciência e tecnologia. Nesse novo cenário a tecnologia passa a ser fator definitivo da hegemonia no sistema internacional, aumentando a distância que separa o centro da periferia. Senão vejamos:

- a) A perda de importância relativa das matérias-primas e da mão-de-obra aponta para o aumento das desigualdades sócio-econômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A maior autonomia dos países do centro em relação aos insumos da periferia se reflete na tendência do aumento do comércio Norte–Norte em detrimento do fluxo Norte–Sul.
- b) “A competição em mercados de bens que incorporam tecnologia de ponta requer vários fatores, além de investimentos maciços como: longa maturação em pesquisa e desenvolvimento, dinamismo e capacitação empresariais que induzam à rápida absorção e à propagação das novas técnicas, e certa homogeneidade do campo social, que viabilize a sua assimilação. Ora, este é um segmento do comércio em que os principais países desenvolvidos detêm nítidas vantagens comparativas com relação ao resto do mundo” (38).
- c) “A revolução industrial do século XIX, que orientou o desenvolvimento mundial no presente século, teve como principais bases a máquina-a-vapor, o carvão, o aço e o petróleo.(...) Diferentemente da anterior, que usava intensivamente energia e matérias-primas, a revolução presente tende a depender, quase exclusivamente, do conhecimento para prosperar” (39). Ora, esse conhecimento está hoje concentrado em oligopólios e monopólios que investem em pesquisa e que, para preservar o controle de *Know-how* produtivo

e assegurar os seus lucros derivados da utilização deste, tomam iniciativas empresariais apoiadas por políticas nacionais dos países centrais estendidas em nível mundial visando proteger a sua “propriedade intelectual”. Esta estratégia inclui a mudança do foro de tratamento das questões da propriedade intelectual da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) para o foro do GATT, onde estas questões seriam tratadas em nível de governo, como solução de controvérsias entre Estados, diminuindo o papel dos tribunais locais.

- d) Outras consequências apontadas pelo SELA (40) são: a substituição do trabalho diretamente produtivo e o desenvolvimento de maquinarias, complexos industriais e sistemas de produção cada vez mais autônomos; a concentração e a centralização da produção que tende a assumir formas mais globais e universais; aparecimento e crescimento de “un tiempo laboral excedente, no necesariamente productivo, y de un tiempo libre en la sociedad”; a evolução do conhecimento científico leva também ao predomínio da ciência pura ou básica sobre a ciência aplicada, aumentando os recursos para a ciência, da qual depende a produção; modificações na estrutura do emprego, aumentando o número de trabalhadores no setor de serviços, particularmente aquele vinculado com a informação; e finalmente, a produção se torna mais sofisticada, em busca de uma diversificação crescente.

A seguir apresentaremos em tópicos a visão mais crítica de Katz (41):

- a) “El significado de una innovación tecnológica está dado indudablemente por el efecto que produce sobre la sociedad que la aplica. No basta medir la potencialidad de un invento en la experimentación del laboratorio. El verdadero problema es observar qué fuerzas facilitan o bloquean su utilización. La evolución de la ciencia y la tecnología están socialmente condicionadas por el dominio internacional del modo de producción capitalista” (42). Por isso não se consegue estender as melhorias tecnológicas a três quartos da população do planeta que vivem em condições de subsistência e que não conseguem resolver seus problemas elementares de alimentação, saúde e educação. Embora os

descobrimientos se multipliquen, cresce a distância entre as possibilidades que oferecem as novas tecnologias e sua efetiva instrumentação.

- b) Uma das conseqüências destas tecnologias, que na sua maior parte são motivadas e destinadas ao uso militar, é a “desindustrialização” da periferia. “Aunque las Nuevas Tecnologías enfrentan enormes barreras económicas y sociales para difundirse a escala masiva en los países avanzados su limitada aplicación ya tiene efectos dramáticos sobre las naciones latinoamericanas” (43).
- c) As novas tecnologias ao permitir uma maior internalização da produção, produzem um triplo efeito nocivo sobre os “países atrasados”: maior subordinação da estrutura produtiva às necessidades e prioridades das economias dominantes, incremento da desarticulação interior dos ramos industriais e ampliação do descontrole nacional sobre os processos de fabricação “Qué sentido tiene en estas condiciones hablar de ‘enganchar’ a América Latina e una ‘revolución informática’ Como se puede sostener que es urgente no ‘perder el tren de la historia’ ? En la era del imperialismo, con mercados monopolizados no existe ningún ‘enganche’ diferente al que han establecido las economías dependientes de la región” (44). As novas tecnologias não alteram as características centrais da economia mundial na “época do imperialismo”. As grandes corporações introduzem as novas tecnologias nos “países atrasados” sem transferi-las nem permitir sua assimilação local.
- d) A marginalização e o atraso da América Latina pode ser vista nos seguintes números: a região tem somente 1,3% dos autores científicos do mundo, 2,5% do número de pesquisadores, e 1,8% do gasto total em “Pesquisa e Desenvolvimento”. Destina entre 40 centavos e 2 dólares por habitante para essa atividade, enquanto os EUA destinam em média 115 dólares, e conta com 253 científicos por milhão de habitantes contra uma média de 847 nos “países avançados”. “En vez de un curso fructífero de desarrollo ‘endógeno’ ha predominado el impacto subordinador de los ciclos capitalistas sobre la región. El condicionamiento social del científico es más agudo en la región que en los

países avanzados en la medida que los recursos destinados a su actividad son insignificantes, y están acaparados por un reducido núcleo de empresas” (45). Nestas condições a “transferência de tecnologia” ou o desenvolvimento de uma “ciência nacional” são impossíveis. Mesmo com uma Nova Ordem Econômica Internacional, Katz não acredita no desenvolvimento científico e técnico ascendente da região (46).

CAPÍTULO V - O SELA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA REGIÃO

1. Posição do SELA

Este capítulo analisa o papel do SELA no fortalecimento dos mecanismos de consulta e coordenação da América Latina. O SELA procurou sempre superar a fase da mera coordenação dos Estados-Membros para alguma reunião técnica internacional, buscando aprofundar esta relação entre os Estados de modo a promover uma verdadeira "concertación" estreita e eficiente que desse à região a capacidade de negociação necessária para a proteção dos seus interesses. Mais ainda: "Y se trata de buscar, a través de la utilización concertada de nuestro potencial y nuestros recursos - es decir mediante la integración y la complementación económicas -, la autonomía y la dinámica propia de desarrollo capaces de superar la vulnerabilidad y la dependencia" (1).

Esse posicionamento da Secretaria Permanente é baseado numa visão integracionista que favorecia a composição dos conceitos de coordenação e cooperação e, conseqüentemente, a impossibilidade de separação entre o político e o econômico.

No campo da negociação internacional o SELA deu um primeiro passo incorporando-se como observador permanente na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1980. Logo seria aceito também nessa condição diante da Reunião Ministerial das Partes Contratantes do GATT. Esta política está dentro da visão que o SELA tem da ordem internacional, em cuja nova configuração o SELA quer ver os mecanismos multilaterais devidamente institucionalizados atuando num papel principal. No plano interno, a prioridade é o aprofundamento da integração regional.

O conceito de Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) popularizou-se a partir do primeiro choque do petróleo em 1973 e sintetiza a necessidade de um reordenamento das relações econômicas do Terceiro Mundo com os países desenvolvidos sob novas bases, mais justas e equilibradas em termos de distribuição de custos e benefícios, de solidariedade e justiça.

Nos anos noventa o quadro tornou-se mais complexo e multiforme, e nele se destacam alguns fenômenos, segundo o SELA (2):

- a) a crescente importância dos atores internacionais, transnacionais e não governamentais;
- b) o peso cada vez maior que adquirem as questões econômicas na Agenda de negociação global;
- c) o desalinhamento das fronteiras conceituais e práticas entre a esfera interna dos Estados e o âmbito internacional em virtude do rápido aumento de interações e situações de interdependência e o surgimento de questões que afetam os atores do sistema internacional independentemente da sua localização territorial (exemplo: meio ambiente);
- d) os fenômenos de transnacionalização da economia, particularmente dos setores financeiro e produtivo;
- e) o surgimento e a consolidação dos blocos econômicos;
- f) as tendências de reestruturação do papel do Estado; e
- g) além disso, o triunfo dos EUA e aliados na Guerra do Golfo Pérsico agrega a dissuasão militar aos componentes e processos de uma Nova Ordem Internacional.

Nesse contexto, é necessário definir melhor o papel do SELA no que se refere às relações internacionais.

No Convênio do Panamá de 1975, constitutivo do SELA, os Estados-Membros deram especial importância às relações internacionais da região. Segundo o Convênio era necessário estabelecer um sistema permanente de cooperação econômica e social inter-regional e de consulta e coordenação das posições da América Latina, tanto em organismos internacionais como ante terceiros países ou grupos de países. Segundo o SELA, esse esquema “debería permitir a nuestros países enfrentar las tendencias negativas que afectaban entonces, y continúan afectando hoy, a la región, tales como el proteccionismo, el deterioro de los términos del intercambio, las limitaciones en el acceso a los recursos financieros y tecnológicos, así como el tratamiento y la negociación e instrumentación de tales asuntos en el marco de los foros multilaterales. Las soluciones a estos problemas que afectan el desarrollo de nuestros países no dependen de acciones que puedan tomar por sí

misimos, pese a su voluntad y esfuerzo, aunque sí es posible influir en la generación de las mismas, a través de la organización y coordinación de las relaciones externas de la región. De ahí la relevancia del marco del SELA para contribuir a ese objetivo, mediante la promoción de la consulta, la concertación y la coordinación entre nuestros países" (3).

Além dessas atribuições o SELA tem um objetivo mais amplo que é o de promover a cooperação intra-regional, com a finalidade de acelerar o desenvolvimento econômico e social dos seus membros. Para materializar este objetivo, é preciso no plano externo utilizar o potencial poder de negociação que a América Latina tem no cenário político e econômico internacional e que, adequadamente organizado e exercido, pode permitir o diálogo construtivo com terceiros países.

Apesar de ter o papel fundamental de foro, sendo o âmbito apropriado para a consulta, coordenação e adoção de posições conjuntas, o SELA não tem o poder de substituir ou representar os governos dos países-membros no exercício das relações externas. A responsabilidade da Secretaria Permanente é portanto o de trazer os elementos capazes de contribuir para o concerto dos países da região.

A Secretaria Permanente tem como estratégia de relações econômicas externas o objetivo de permitir à América Latina e ao Caribe uma participação mais ativa na comunidade econômica mundial e uma melhor defesa de seus interesses, assegurando a Seguridade Econômica Regional. Para implementar essa estratégia, a última gestão da Secretaria Permanente adotou quatro critérios (4):

- a) a necessidade de que os estudos, as análises, a informação e as propostas desemboquem em ações concretas;
- b) mais que as considerações e análises globais sobre as relações econômicas externas da região, deve procurar-se a aplicação de um enfoque regional específico sobre cada região ou país de interesse;
- c) a região, segundo a Secretaria, deve estabelecer as condições nas quais aspira tomar parte do progresso da Comunidade Internacional, com uma concepção muito diferente da simples inserção num jogo cujas regras são fixadas apenas pelos demais atores;

- d) a Secretaria Permanente deve desenvolver uma função muito importante de informação e análise, funcional com os objetivos indicados.

Na América Latina e no Caribe gerou-se um clima de maior confiança mútua e também um maior grau de vinculação formal e informal entre os governos e países nos últimos anos. Destacam-se o Grupo do Rio, com suas reuniões em nível presidencial e ministerial (com a participação da Secretaria Permanente do SELA), e o Diálogo de Chanceleres, que se realiza anualmente na ocasião da reunião do Conselho Latino-Americano do SELA.

Segundo o SELA, apesar do seu caráter informal, "la creación del Diálogo de Cancilleres representó un paso intermedio entre la concepción de un SELA dedicado a la coordinación no solo económica sino política de los países de América Latina y Caribe, y la de un SELA limitado a sus actuales cometidos restringidos al área económica. No obstante, vista la estrecha interrelación entre estos dos aspectos sería importante que este 'híbrido' evolucione en el futuro hacia la consolidación de un nuevo SELA: Sistema de Estados Latino-Americanos" (5).

Para isso o SELA, segundo a sua Secretaria Permanente, deveria consolidar suas relações com outros organismos regionais e sub-regionais e mesmo com outras entidades como o Grupo do Rio e com os novos acordos de integração, como o MERCOSUL. Também teria de estreitar relações com os parlamentos de cada país e o Parlamento Latino-Americano, além de desenhar estratégias e mecanismos que contemplem uma eficiente participação dos setores empresarial, acadêmico e sindical na definição estratégica das relações econômicas externas da região.

Esforços nesse sentido já foram iniciados pela Secretaria Permanente do SELA.

2) Relações com os Estados Unidos da América (EUA)

Em 1981, pela primeira vez desde a Reunião de Viña del Mar de 1969, reúnem-se os Chanceleres latino-americanos para examinar as relações econômicas da região com os Estados Unidos. Esta Reunião de Consulta realizada no Panamá se depara com um quadro

de limitações e frustrações no trato bilateral e de colapso da cooperação interamericana. Como resultado, a Declaração do Panamá, aprovada na reunião, apenas buscará negociar a conciliação de interesses divergentes, perdendo as ilusões do Consenso de Viña del Mar sobre a cooperação interamericana. Há, portanto, uma mudança qualitativa de "cooperação" para "negociação".

A perspectiva do SELA sempre foi a de reivindicar uma relação econômica mais satisfatória da América Latina com os EUA, para esta não ser englobada juntamente com os outros países do Terceiro Mundo na ótica norte-americana. O SELA insistia também na necessidade de uma negociação multilateral (e não bilateral) como forma de haver um equilíbrio na relação América Latina – EUA. Parte-se do princípio que a América Latina é uma unidade e deve ser considerada no seu conjunto.

Sobre o papel dos Estados o SELA é claro: "Que la negociación y la cooperación internacionales deben permanecer en la esfera de la acción intergubernamental y multilateral, y que la responsabilidad eminentemente estatal de la articulación de las relaciones económicas entre los Estados no admite su abdicación en favor del sector privado" (6).

Nesse mesmo documento o SELA se apresenta como o instrumento regional adequado para a elaboração das posições comuns latino-americanas. Na “Declaração do Panamá”, a América Latina reafirma sua unidade na diversidade assim como os princípios fundamentais de (7):

- a) igualdade soberana dos Estados;
- b) respeito à autodeterminação dos povos;
- c) não discriminação por razão de sistemas, políticos ou sociais;
- d) soberania plena e permanente dos Estados sobre suas riquezas, seus recursos naturais e atividades econômicas; e
- e) o direito inalienável de todo Estado a eleger um sistema político, econômico, social e cultural, sem ingerência de nenhuma forma por parte de nenhum outro Estado.

Os ministros dos Estados-Membros do SELA se comprometem, pela Declaração, nos esforços para estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) com base na Declaração e Programa de ação da NOEI e da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados da ONU, afirmam que a atual estrutura do Sistema Internacional restringe as possibilidades de desenvolvimento e acesso a uma equitativa participação nos benefícios da economia mundial, asseguram que a integração e a cooperação intralatino-americana são o caminho para fortalecer a concertação regional e capacidade de negociação da América Latina, e apontam que o SELA é o instrumento regional adequado para esse propósito. No entanto, dizem que não buscam uma “relação especial” com os EUA, mas sim uma correção dos desequilíbrios existentes e que tendem a crescer, além de uma participação mais equitativa nos frutos do crescimento econômico. A estratégia comum da América Latina, anunciada na Declaração, compreende, entre outros itens, a diminuição da vulnerabilidade externa e a promoção de um desenvolvimento sustentado e autônomo; a defesa dos preços dos produtos latino-americanos e do acesso destes ao mercado dos EUA, livres de qualquer tipo de restrições, alfandegárias ou não; e a reforma dos regulamentos e práticas dos organismos financeiros internacionais. Listam a seguir uma série de ações comuns, a serem adotadas nos campos do comércio, produtos básicos, financiamento, empresas transnacionais, investimentos externos e transferência de tecnologia.

Com o fim da Guerra Fria, as transformações no leste europeu e a desintegração da URSS, os EUA puderam anunciar uma nova ordem internacional baseada em quatro elementos centrais: a paz, a segurança, a liberdade e o império da lei. Isto, no entanto, é insuficiente para o Terceiro Mundo pois não satisfaz as suas expectativas no que diz respeito à democratização das Relações Internacionais, ao desenvolvimento e à necessidade de incrementar quantitativa e qualitativamente a cooperação internacional como meio de diminuir a pobreza (8). O mesmo argumento se aplica para as relações hemisféricas EUA-América Latina, marcadas no pós-guerra por uma situação de dominação política e dependência econômica. Contra esta situação é que surge o SELA em 1975 como um organismo de caráter exclusivamente regional latino-americano, situado em uma linha de independência em relação aos EUA. “Além das condições excepcionais criadas pela crise internacional, a política latino-americanista é estimulada pela entrada em cena da social-

democracia européia - animada com o sucesso que está tendo sua intervenção em processos de tanta gravidade como a Revolução dos Cravos portuguesa e a substituição do regime franquista, na Espanha - assim como pela revisão da estratégia global norte-americana, que tem início com o governo Carter, a partir de 1977. A crítica à política de contra-insurgência, realizada pela nova elite intelectual, agrupada em torno de Zbigniew Brzezinski, secretário de Estado, em função da derrota do Vietnã, leva a revalorizar valores tradicionais da retórica norte-americana, como a democracia e os direitos humanos” (9). Um resultado concreto dessa política é o novo Tratado do Panamá, assinado com Torrijos, que estabelece a devolução do Canal até o fim do século.

Mas esse quadro internacional modifica-se totalmente com o início da década de oitenta. O segundo choque do petróleo em 1979 arrasta para a crise internacional também o Terceiro Mundo. Politicamente, o início do governo Reagan representa uma reviravolta da política externa dos EUA que objetiva impor a posição norte-americana no plano internacional, particularmente com relação aos países comunistas.

É nesse contexto que se inicia uma nova estratégia de concertação da América Latina a partir da formação, em 1983, do Grupo de Contadora (México, Venezuela, Colômbia e Panamá), que se propõe a encontrar solução para os conflitos na América Central; o Consenso de Cartagena, que buscava uma solução conjunta para o problema da dívida externa mas fracassou; o Grupo de Lima ou de Apoio a Contadora, formado em 1985 por Argentina, Brasil, Uruguai e Peru, que visava reforçar a atuação do Grupo de Contadora; e finalmente criou-se no Rio de Janeiro em 1986 o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação, chamado de Grupo dos 8 ou Grupo do Rio, que reúne os Grupos de Contadora e de Apoio, que mais tarde incorporou mais países e que tem amplos propósitos, entre eles o alento aos processos de integração regional. Paralelamente, como vimos, há uma série de processos de integração sendo reativados. Ou seja, esta reunião de esforços que coloca em primeiro plano a integração regional nasce como uma reação à crise internacional e à política norte-americana, principalmente sob os dois governos Reagan. Já ao presidente Bush coube a tarefa de reverter este distanciamento.

A relação dos EUA com a América Latina tem se incrementado nos últimos anos: em junho de 1990 os Presidentes dos Estados Unidos e do México anunciam o objetivo de

criar uma Área de Livre Comércio entre os dois países. Em 1991, juntamente com o Primeiro Ministro do Canadá, divulgam a intenção de criar a Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA/ALCAN) entre os três países, que seria o maior mercado do mundo, com 360 milhões de habitantes e um PIB aproximado de US\$ 6 trilhões.

Anteriormente, em junho de 1990 o Presidente Bush anunciou a Iniciativa para as Américas, um programa amplo que inclui propostas de comércio, investimentos, dívida externa e meio ambiente. Em matéria de comércio, pilar mais importante da Iniciativa, a proposta inclui quatro pontos principais:

- i) Cooperar para concluir satisfatoriamente a Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT e reduzir tarifas para produtos de interesse da região.
- ii) Promoção de acordos-marco bilaterais com países interessados ou grupos de países, para abrir mercados ao comércio e aos investimentos.
- iii) Oferta de negociar acordos de livre comércio com países ou grupos de países.
- iv) Eventual constituição de uma área de livre comércio no hemisfério ocidental.

Quanto à Rodada Uruguai existe uma convergência de interesses entre os EUA e alguns exportadores de alimentos da América Latina.

Quanto aos acordos-marco bilaterais pode-se dizer que os EUA subscreveram acordos com todos os países latino-americanos (exceto Cuba, Guatemala, Haiti, República Dominicana e Suriname), e também subscreveram um acordo-marco sobre comércio e investimentos com o MERCOSUL em junho de 1991, e outro com o CARICOM em julho do mesmo ano. Esses acordos-marco não são compromissos detalhados em matéria de política comercial, mas criam um contexto para canalizar as negociações.

Na verdade, esta proposta norte-americana “está condicionada a que los países involucrados demuestren un compromiso hacia la reforma económica, incluyendo la liberación de comercio y de los regímenes de inversión, y la aplicación de políticas macro-económicas ‘sanas’. El término reforma económica connota necesariamente un modelo

específico de desarrollo económico en el qual el setor privado adquire una posición privilegiada y la participación estatal se reduce en el contexto de economías abiertas” (10).

A promoção dos investimentos é o segundo pilar, e o que se propõe é tornar realidade as possibilidades de investimento, nacional e estrangeiro, para financiar um crescimento sustentado num mundo escasso de recursos. São duas as propostas: a) elaboração de um novo programa de crédito setorial para investimentos no seio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e b) estabelecer um fundo multilateral de investimentos, que em doações reuniria US\$ 100 milhões anuais dos EUA e mais US\$ 200 milhões da CEE, do Japão e do Canadá.

O terceiro pilar é a redução da dívida, como incentivo adicional para a reforma dos regimes de investimento. Duas são as propostas: a) expansão dos recursos para a redução da dívida com os bancos comerciais que se executam no marco do Plano Brady; e b) redução e utilização “criativa” da dívida oficial com o governo norte-americano. Também se planeja propor uma legislação que permita uma redução substancial e uma reestruturação da dívida da América Latina com diversos organismos do governo dos EUA que se calcula em US\$ 12 bilhões.

Mas para optar por esse programa os países latino-americanos deveriam cumprir três condições: a) negociar programa de reforma econômica com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; b) adotar medidas de reformas profundas nos seus programas de investimentos em conjunto com o BID ou outras instituições; e c) negociar um pacote financeiro a médio prazo para a redução da dívida com os bancos comerciais.

Juntamente com esses três pilares da Iniciativa, os aspectos ambientais constituem um elemento importante na proposta Bush e estão vinculados intimamente com as propostas sobre dívida. A intenção é preservar o meio ambiente mediante a constituição de fundos ambientais.

O interesse da América Latina pela Iniciativa para as Américas, segundo a Secretaria Permanente do SELA (11), deriva de que, em primeiro lugar, a Iniciativa propõe ações em três áreas chaves para o desenvolvimento da região: dívida externa, investimentos e relações comerciais; e, em segundo lugar, porque esta proposta pode indicar uma mudança em algumas linhas da política externa dos EUA. “La iniciativa para las Américas

no propone una estrategia para el desarrollo de la región, sino que constituye un mecanismo para acelerar las reformas económicas en curso, cuyos elementos principales han sido promovidos desde los organismos financieros multilaterales, con el apoyo del gobierno norteamericano” (12). Na verdade, a Iniciativa responde a necessidades econômicas e estratégias concretas dos Estados Unidos. Restaria à América Latina negociar para tornar a Iniciativa uma proposta de benefício mútuo (a proposta dos EUA de associação, “partnership”, presente na Iniciativa, não se traduz num projeto estratégico).

Pode-se dizer que Iniciativa para as Américas foi considerada uma declaração política e um progresso conceitual significativo nas relações entre os EUA e a região. O Conselho Latino-Americano do SELA convocou uma Reunião de Consulta, e o Grupo do Rio abordou o tema na “Declaração de Caracas”, onde respaldou a Iniciativa, agregando que esta deve ser congruente com os esforços de integração e cooperação latino-americanos e que deve contribuir para que as relações hemisféricas se desenvolvam sobre “bases equitativas”, o que é difícil de acreditar uma vez que a Iniciativa está baseada nas necessidades e estratégia dos EUA e foi planejada unilateralmente pelo governo norteamericano. O mesmo pode-se dizer da Iniciativa para o Caribe (ICC) datada de 1984 e com 24 países participantes, cujo prazo inicial de 12 anos tornou-se permanente; e da Iniciativa das Preferências Comerciais Andinas, cujo início foi em 1989.

3) Relações com a União Européia (UE)

A União Européia (13), nova denominação da Comunidade Européia (CE) a partir do Tratado de Maastricht, na Holanda, em 1991 (para entrar em vigor em 1993), integra as Comunidades Européias – Comunidade Económica (CEE), criada em 1957; Comunidade Européia de Energia Atômica (CEEa ou EURATOM), criada também em 1957; e Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951 – e integra igualmente as novas políticas comunitárias e formas de cooperação, a nova Política Externa e de Segurança Comum, e a Cooperação da Justiça e Negócios Interiores. Marca também uma nova etapa na evolução da integração europeia, que, além do Mercado Comum (baseado nas quatro liberdades fundamentais vigorando a partir de 1992: livre circulação de

mercadorias, pessoas, serviços e capitais), persegue agora os objetivos de uma União Econômica e Monetária (UEM) e de uma União Política (UP).

Assim, além de uma zona de livre comércio (ZLC), de uma tarifa externa comum (União Aduaneira) e da livre circulação dos fatores e harmonização de legislações fiscais, trabalhistas e sociais (Mercado Comum), a União Européia procura a adoção de regras e políticas econômica, financeira e monetária comuns sob uma autoridade também comum (União Econômica), a adoção de câmbios fixos e conversibilidade das moedas visando uma moeda única (União Monetária) e, finalmente, a cooperação política em termos de política externa comum (PEC) e política de segurança e de defesa (União Política). Pelo Tratado de Roma (1957) criou-se a União Aduaneira e quatro instituições (Parlamento Europeu, Conselho Ministerial, Comissão Européia e Tribunal de Justiça), além de órgãos auxiliares; com Ato Único Europeu (1986) acelerou-se o processo de formação do Mercado Comum para 1992 e criou-se o Conselho Europeu, composto por Chefes de Estado e de Governo; e pelo Tratado de Maastricht (1991) passou-se à etapa da União Européia, composta pela União Política e pela União Econômica e Monetária. Da UE participam: Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo (1957); Dinamarca, Irlanda e Reino Unido (1972); Grécia (1979); e Portugal e Espanha (1985).

“Por outro lado, a CE, ao longo dos últimos anos, estabeleceu todo um sistema de preferências comerciais e concessões econômicas com o objetivo de criar um bloco econômico alargado sob sua influência:

“*com países da EFTA (Áustria, Suíça, Suécia, Finlândia, Noruega, Islândia e Liechtenstein) através de um quase mercado comum com a CE, a chamada AEE - Área Econômica Européia, que inclui a livre circulação de mercadorias, pessoas, capitais e serviços, mas não inclui a área agrícola;

“* com os países da Europa Central (Hungria, Polônia e Repúblicas Tcheco e Eslovaca) através dos acordos Europeus, com abertura nas áreas de ferro e gusa, têxtil e produtos agrícolas principalmente;

“* com os países do Magreb e Mashreq do Norte da África, que objetiva um Acordo de Livre Comércio e se concentra nas áreas agrícola e têxtil;

“* com os países ACP (África, Caribe e Pacífico), ex-colônias européias, através dos Acordos de Lomé de cooperação comercial, econômica e financeira.

“Dentro desse quadro, é difícil acreditar que a CE possa conceder à América Latina mais do que acordos políticos, cheios de boas intenções, mas de fraco conteúdo econômico.”(14).

De fato, o diálogo existente entre o Grupo Latino-Americano (GRULA) de Bruxelas e a Comissão Européia tem tido um caráter informal de 1963 até 1971, quando a CECLA concordou em institucionalizá-lo. Mas somente em 1981 esse diálogo passa a ser considerado “auspicioso”. Porém, com a Guerra das Malvinas, ele é interrompido, para ser retomado em 1983 outra vez de maneira informal.

A Secretaria Permanente tem dedicado especial atenção à relação econômica com a UE, cujo processo de integração implica um crescente custo e se torna cada vez mais prejudicial para os interesses da América Latina. Esta situação é agravada pela contínua falta de atenção da Comunidade para com a região.

Os esforços da Secretaria Permanente têm se orientado no sentido de injetar no processo o ingrediente político e a previsão dos efeitos da situação a longo prazo. No plano interno a Secretaria Permanente tem procurado conscientizar os Estados da ineficácia das ações individuais, da ineficiência da atual capacidade de reação da região e da necessidade de elaborar uma estratégia que utilize efetivamente o potencial da região para conter a constante deterioração da posição comercial da América Latina. O que o SELA pretende é uma negociação de região à região, eliminando de vez a visão de que a América Latina seria o quintal dos EUA, e que, portanto, a União Européia não teria nenhuma responsabilidade na sua seguridade, evolução política ou desenvolvimento econômico-social. Embora tivesse saudado com entusiasmo o nascimento da UE, a América Latina é a região que mais alto preço paga pelo processo de ampliação da UE. Isto para não mencionar a adoção de medidas coercivas contra a Argentina durante a Guerra das Malvinas.

Houve um avanço nesse relacionamento: por Decisão do Conselho Latino-Americano foi aprovado um acordo entre a União Européia e o SELA. No marco desse Acordo se iniciou um projeto conjunto destinado a identificar quais são as áreas em que resulta possível conseguir termos mais adequados na relação bilateral.

O convênio entre o SELA e a UE colocou em marcha dois projetos conjuntos: um no campo da biotecnologia e outro orientado à análise do impacto do Ato Único Europeu sobre a América Latina. O Ato Único Europeu é o instrumento pelo qual se aprofunda a integração na UE e tem dois objetivos: construir o mercado interior europeu e ativar as políticas Comuns na UE.

Os países desenvolvidos tendem a achar que a América Latina não precisa de ajuda em termos de cooperação tanto quanto outras regiões, como por exemplo, a África. Mas a posição do SELA tem sido a de apontar que com a América Latina pode-se desenvolver uma cooperação qualitativamente diferente, orientada para promover esforços empresariais conjuntos, transferência de tecnologia e formação de recursos humanos que possibilitem o fortalecimento e a diversificação da estrutura produtiva, permitindo um maior vínculo econômico, comercial e financeiro com os países da UE.

Com a Reunião de Consulta sobre as relações UE – América Latina e Caribe, realizada em Caracas em 1989, reativou-se o contato entre as duas regiões, que prosseguiu com a intenção da Comissão da UE de trabalhar conjuntamente com o SELA na elaboração de uma agenda de temas de interesse conjunto, que poderia ser negociado com o Grupo Latino-Americano (GRULA) de Bruxelas, iniciando uma nova etapa na relação entre as duas regiões.

Naquela Reunião de Consulta de 1989 os países-membros do SELA concordaram a respeito das suas relações com a UE que têm sido sempre marginais. Os problemas essenciais não foram resolvidos e os mecanismos institucionais do diálogo e do relacionamento resultaram inadequados para permitir soluções mutuamente proveitosas.

O Conselho Latino-Americano identificou duas opções diferentes e complementárias para impulsionar o relacionamento entre as regiões (15):

- a) manter e aprofundar o diálogo de temas tradicionais tais como o Sistema Generalizado de Preferências (SGP), a situação de alguns produtos de interesse especial para a região, a Rodada Uruguai e a cooperação para o desenvolvimento; e
- b) incorporar novos temas, tais como a dívida externa, o processo de transformação do aparato produtivo, o desenvolvimento compartilhado de

iniciativas de interesse comum, o reforço de integração regional e uma presença maior dos países de América Latina na União Européia.

Tendo como marco de referência as diretrizes de ação estabelecidas pelo Conselho Latino-Americano do SELA, o Grupo Latino-Americano (GRULA) de Bruxelas intensificou e diversificou as relações com todas as instâncias institucionais da União Européia: Comitê dos Representantes Permanentes (COREPER, órgão auxiliar do Conselho), Comissão Européia, Parlamento Europeu, Comitê Econômico e Social e outros operadores comunitários governamentais e não governamentais. Isto continua e tem resultado na intensificação do diálogo político e na diversificação e no aprofundamento da temática do mesmo.

O diálogo entre os países latino-americanos, como conjunto, e os europeus também avança a partir das reuniões periódicas ministeriais entre o Grupo do Rio e a UE, principalmente depois da declaração assinada em Roma em 1990, que institucionalizou o diálogo político e estabeleceu uma ampla agenda para o futuro das relações entre as partes. Também são reconhecidos como interlocutores pela UE o Pacto Andino, a América Central e o MERCOSUL.

4) Relações com o Japão

O Japão é o maior investidor mundial, fato decorrente da estratégia de globalização das corporações nipônicas. Na América Latina a maior parte dessas inversões se concentrou em finanças e seguros nos países considerados "paraísos fiscais". As relativamente pequenas inversões em manufaturas se concentraram no Brasil e no México.

O Conselho Latino-Americano já encarregou a Secretaria Permanente do SELA de convocar uma Reunião de Consulta sobre as relações da América Latina e do Caribe com o Japão. Serão tratadas nessa reunião as questões do comércio, das inversões japonesas e também a progressiva consolidação das relações do Japão com o Sudeste Asiático.

Nos últimos anos o Japão adquiriu a condição de grande potência econômica, com avanços na indústria, comércio, tecnologia e finanças. Porém, segundo a Secretaria Permanente do SELA, "Los países latinoamericanos y del Caribe han apreciado, sin

embargo, que ese proceso de desarrollo no ha beneficiado a la región. En otras palabras, que la notable expansión de la economía japonesa no se ha reflejado en mayor comercio, más inversiones, incremento sustancial de la asistencia oficial para el desarrollo, soluciones concretas al grave problema del endeudamiento externo regional. Por el contrario, y más allá de la buena voluntad de las declaraciones oficiales y de los ofrecimientos, América Latina y el Caribe consideran que el Japon ha establecido prioridades estratégicas para su futuro que no consideran, em su debida importancia, a la región"(16).

O processo de desenvolvimento do Japão esteve sustentado pelo avanço tecnológico, pela conquista de mercados internacionais, pelo investimento financeiro dos seus excedentes e pelo desenvolvimento de uma estratégia geoeconômica na qual a América Latina esteve ausente. Apesar de alguns discursos mais avançados, o papel do Japão não se diferenciou substancialmente da posição adotada por outros países ou grupos de países altamente industrializados, pois tanto o setor privado como o governo sustentam que as nações latino-americanas devem aplicar programas de ajuste econômico nos termos estabelecidos pelo FMI para receber recursos financeiros, embora a experiência regional derivada da aplicação de programas nesta linha de ação tenha sido negativa.

Quanto ao comércio da região com o Japão pode-se dizer que houve uma importante diminuição da porcentagem da América Latina no total do comércio japonês; há uma situação geral de desequilíbrio desfavorável para a América Latina, que se reverteu nos anos oitenta devido à contração das importações latino-americanas em virtude da crise econômica; a composição do comércio demonstra que os produtos primários continuam ocupando a maior parte das exportações latino-americanas, apesar do crescimento nas exportações de manufaturas dos últimos anos. Ou seja, continua existindo uma divisão vertical do trabalho, com intercâmbio de manufaturas por matéria-primas, produtos intermediários e alimentos.

O investimento direto japonês na América Latina cresceu na década de oitenta, mas concentrou-se em 80% nos paraísos fiscais do Panamá, das Bahamas e das Ilhas Caimanes. Além disso, a participação latino-americana nos investimentos diretos japoneses no exterior tem diminuído nas últimas três décadas. A composição desses investimentos também se modificou, passando dos setores produtivos para as atividades financeiras.

Apesar destes fatos, o Japão continua sendo um importante investidor para a região, ficando em terceiro lugar, atrás dos EUA e da Alemanha.

"Partiendo de un hecho cierto - que América Latina continua siendo una región marginal en el esquema de globalización nipona, surgen importantes posibilidades en tres planos: i) asistencia financiera y contribución a la solución de los problemas de la deuda externa; ii) utilización intensiva de la cooperación tecnológica; iii) búsqueda de formas adecuadas, que respeten los intereses de los países de la región, en el pasaje que propone la estrategia japonesa, del centro de gravedad de su accionar de la 'asistencia' a la de convertirse en 'socio comercial'" (17).

5) O Diálogo Norte-Sul

Na questão da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), como vimos, há uma resistência dos países centrais a todo avanço significativo que contribua para a alteração da situação atual.

Em 1985, Alzamora avaliava assim o processo de negociações globais: "Porque lo que parece estar en juego - y ojalá nos equivoquemos - no es ya sólo una modalidad de la negociación internacional sino un cambio radical de la filosofía que la sustentaba, y que envolvía criterios políticos de responsabilidad y solidaridad asistenciales, para dar paso a una política de frío pragmatismo, que pretendería reemplazar el enfoque multilateral de los problemas de la cooperación y el desarrollo - y los foros que los tratan - por las conveniencias inmediatas de la relación bilateral o un descarnado tratamiento financiero y comercial en el marco de las instituciones especializadas respectivas (...) Si hubiéramos dedicado a la cooperación entre nosotros mismos el tiempo, los recursos, las energías y el aporte conceptual y político que hemos dedicado al objetivo siempre esquivo de la cooperación internacional, otra sería talvez la historia del mundo y la suerte de nuestros países. Pero aún estamos a tiempo" (18).

Alzamora sustenta ainda que este processo de negociações entrou em crise agora que se toca em questões vitais como o predomínio do foro político sobre os foros especializados e, conseqüentemente, no ponto chave para a reestruturação do poder

mundial. A própria natureza dessa negociação se dá em torno a realidades de poder e surge aí a questão: quem detém hoje o poder e a riqueza aceitará voluntariamente comparti-lo sem a presença de outro poder que assim o exija? "En esta perspectiva es indudable que el término 'confrontación' requiere también una revisión conceptual, pues ha sido habilmente satanizado en prejuicio de la posición negociadora de los países en desarrollo" (19).

Os países desenvolvidos estão sempre prontos a ceder à cooperação conjuntural, mas resistem quando se trata da cooperação para a mudança estrutural solicitada pelo Terceiro Mundo, daí a perspectiva de uma necessária confrontação.

Foi assim também durante o Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas dedicado à cooperação e ao desenvolvimento em 1990. O SELA enquadrou da seguinte forma o problema: "Si bien los temas de la cooperación y el desarrollo han sido tratados en las últimas décadas en diversos foros internacionales, no se ha podido lograr que los acuerdos adoptados hayan sido cumplidos y ejecutados. La experiencia multilateral ha estado caracterizada por fracasos en áreas esenciales como los productos básicos, la asistencia oficial al desarrollo, la liberalización del comercio, la transferencia neta de recursos financieros hacia los países industrializados, el impulso a los procesos de transformación y modernización industrial y el desarrollo científico y tecnológico de los países en desarrollo"(20).

Metas como a transferência de recursos num montante de 0,7% do produto interno bruto das nações industrializadas para os países em desenvolvimento a título de Assistência Oficial para o Desenvolvimento, ou o prazo de até o ano 2000 25% da conformação do produto industrial mundial estar localizado nos países em desenvolvimento, conforme decidido na ONUDI de 1975, estão sendo desrespeitados pelos países do Norte, que ignoram a situação de pobreza da maioria da população do Sul.

A seguir veremos os principais foros do diálogo Norte-Sul (GATT e UNCTAD) e a posição do SELA neles.

A) Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

O GATT é um acordo para a institucionalização entre as suas partes contratantes de três regras básicas (21): a) não aumentar as tarifas comerciais; b) não impor restrições quantitativas (cotas) ao comércio; e c) assegurar a condição de “nação mais favorecida” a todos os outros membros do GATT.

Cada um dos signatários do Acordo se compromete, portanto, a conceder aos demais um tratamento igual, sem discriminações, nas suas relações comerciais. O Acordo permite, no entanto, zonas de livre comércio ou uniões aduaneiras, além da negociação entre países menos desenvolvidos sem a extensão das preferências aos países industrializados.

O mecanismo básico de funcionamento do GATT e principal instrumento da liberalização comercial são as Conferências de Negociações de Tarifas. Elas aconteciam a cada três anos e seu procedimento era negociar bilateralmente produto a produto para sua posterior multilateralização, o que era muito difícil e trabalhoso.

A VI Conferência do GATT (Rodada Kennedy, 1964-1967) teve mais êxito e foi mais importante do que as cinco precedentes porque abrangeu mais produtos e conseguiu reduções maiores, graças à introdução do corte linear sobre todas as tarifas, reforçando dessa forma a natureza multilateral das negociações e acelerando a liberalização tarifária.

A VII Conferência do GATT (Rodada Tóquio, 1973-1979), que já comportava 99 países, foi a primeira a tratar das barreiras não tarifárias. Foi feito um inventário deste tipo de obstruções ao comércio agregando-as em cinco grandes categorias: medidas derivadas da participação dos poderes públicos no comércio exterior; formalidades aduaneiras; normas impostas aos produtos de importação; barreiras quantitativas, acordos bilaterais etc.; e normas relativas a níveis de preços etc.

A VIII Conferência do GATT (Rodada Uruguai, 1986-1994) foi a maior (105 países no início), mais longa e a última, pois decidiu-se pela auto-dissolução do GATT e pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. Nesta Rodada houve inovações importantes: a primeira é que os EUA e a UE reconheceram os países em vias de desenvolvimento de industrialização recente (NIC's) como parceiros necessários, deixando

de ser o GATT um fórum apenas para negociação entre países desenvolvidos. A outra inovação da Rodada Uruguai foi a proposta dos EUA de adotar uma concepção mais ampla do comércio: comércio de bens, mas também de serviços, propriedade intelectual e investimentos. Já não é só a liberalização do comércio que importa, cogita-se em “disciplinas internacionais que implicariam em congelamento das estruturas econômicas de poder” (22). Segundo Nogueira Batista (23), “a Rodada Uruguai tem duas grandes vertentes: uma no sentido Norte–Norte, com o contencioso entre EUA e a CEE a respeito dos subsídios agrícolas, e outra no sentido Norte–Sul em que se evidencia, sob a liderança dos EUA, o propósito de integrar os países em desenvolvimento numa economia mundial reorganizada de forma a preservar as vantagens competitivas de que goza o mundo desenvolvido em termos de capital e, sobretudo, tecnológicos”.

Sobre o conjunto de Conferências do GATT diz o mesmo autor (24): “Não obstante as diferenças que se evidenciaram de uma Rodada para outra, todas registram grandes linhas de continuidade cuja evocação pode ajudar a entender melhor as características da Rodada Uruguai ora em curso. São três essas linhas: a) a concentração sobre problemas tarifários; b) o foco sobre produtos industriais; e c) a virtual marginalização dos países em desenvolvimento. O grande sucesso do GATT na liberalização comercial, ao longo de três décadas, ficou, assim, por definição, restrito à redução das barreiras tarifárias dos países desenvolvidos para produtos manufaturados, o que se fez, vale ressaltar, a níveis muito baixos(...)”

Da mesma forma que o sistema financeiro e monetário internacional foi se desorganizando, o sistema comercial também sofreu a deterioração dos seus princípios e normas fundamentais. "Postulados básicos como la cláusula de la nación más favorecida, la no discriminación, el multilateralismo, la liberación de los intercambios y el trato preferencial no recíproco han venido siendo substituidos paulatinamente, conforme lo dictaba el interés de los países industrializados, por conceptos tales como condicionalidad, discriminación, graduación, comercio controlado, restricciones ‘voluntarias’, penetración ‘acceptable’ de mercados, medidas flexibles, bilaterales y unilaterales “ (25).

Na década de oitenta, graças aos processos de ajuste e às conseqüentes modificações nas políticas econômicas da região, nas quais se dava prioridade ao setor

externo das economias, particularmente à promoção das exportações para poder saldar o balanço de pagamentos desequilibrado pelo peso da dívida externa, a América Latina viu-se obrigada a reexaminar a inserção da região no comércio internacional e a sua posição negociadora nos foros pertinentes. Existe, portanto, uma estreita ligação entre as restrições comerciais dos países desenvolvidos e a capacidade de pagamento da dívida externa do Terceiro Mundo.

O papel do SELA nesse processo foi de um foro de consulta e coordenação regional no campo das negociações internacionais que se iniciaram em 1982 e se intensificaram em 1986 com o início da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais. A Secretaria Permanente do SELA se colocou como uma secretaria técnica a serviço dos governos dos Estados-Membros, estabelecendo uma simbiose que revelou o SELA como um foro útil e válido para se expressar interesses comuns da região ante a Comunidade Internacional, mesmo em foros como o GATT em que prevalece a ação nacional sobre a regional. A Secretaria Permanente desenvolveu o seu trabalho de preparação de documentos de base para as reuniões de consulta e coordenação, que além de análises continham propostas, e de elaboração de Informes Técnicos sobre a Rodada Uruguai. Graças a esse trabalho as divergências em matéria de serviços foram totalmente superadas, e estabeleceu-se uma plataforma comum da região neste assunto. Em agosto de 1989 o XV Conselho Latino-Americano aprovou uma Decisão na qual os Ministros adotam uma plataforma comum e fixam uma posição ante as principais matérias da Rodada Uruguai.

Quando as negociações se encaminhavam para uma crise e as potências comerciais se eximiam de qualquer responsabilidade, a América Latina e Caribe, atuando no marco do SELA, defendia o multilateralismo, no sentido de respaldar e reforçar o sistema de comércio multilateral mediante (26):

- a) o respeito irrestrito ao princípio de não discriminação;
- b) um efetivo trato diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento;

- c) a proscrição de todo acordo de repartição de mercados ou comércio administrado;
- d) a proibição de qualquer ação unilateral à margem do marco legal do Acordo Geral; e
- e) a manutenção de um sistema plenamente eficaz e reforçado para a solução de divergências.

Segundo a Secretaria Permanente, para os países da região não há uma opção viável a um sistema multilateral de comércio. Um fracasso da Rodada Uruguai implicaria um sério risco de quebra do consenso básico em torno a regras e disciplinas fundamentais do sistema multilateral de comércio, que seria substituído por um sistema baseado mais em relações de poder do que de direito. Para a Secretaria Permanente, "La opción del bilateralismo, de la integración regional y de la integración de la región y Estados Unidos, como prevista en la Iniciativa para las Américas, es complementaria a la opción multilateral y no podría ni debería ser considerada como una alternativa a un eventual fracaso de la Ronda Uruguay y el debilitamiento del sistema multilateral de comercio" (27).

Graças à unidade de pensamento e ação que a América Latina e o Caribe conquistaram no SELA, é possível dizer que houve uma mudança substantiva nas relações de poder, sendo hoje improvável que ocorram mudanças no sistema multilateral de comércio sem consulta aos países em desenvolvimento. Isto traz também uma maior responsabilidade para a região. Neste sentido o papel do SELA como foro de consulta e coordenação e como gerador de propostas torna-se mais importante.

B) Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD)

Em 1962 o Conselho Econômico e social das Nações Unidas convocou a primeira UNCTAD que se estruturou da seguinte forma (28):

- a) A Conferência, que decide por maioria de dois terços dos votos, e já aconteceu em oito ocasiões: Genebra, 1964; Delhi, 1968; Santiago, 1972; Nairobi, 1976;

Manila, 1979; Belgrado, 1983; Genebra, 1987; e Cartagena, 1992. Nela atua o Grupo dos 77, formado pelos países do Terceiro Mundo.

- b) A Junta de Comércio, que é o órgão permanente da Conferência.
- c) A Secretaria Permanente da Conferência, dirigida por um Secretário Geral, que entre 1964 e 1969 foi Raúl Prebisch.
- d) As Comissões da Conferência.

A primeira UNCTAD (1964) foi constitutiva.

Dentro da II UNCTAD (1968) surgiu a figura do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), que foi aceita pelo GATT em 1971, e que consiste num instrumento viável de política comercial para o estabelecimento de relações comerciais e econômicas mais equitativas entre o Norte e o Sul, pois concede aos países menos desenvolvidos o acesso aos mercados de manufaturas nos países industrializados.

Na III UNCTAD em Santiago (1972) foram aprovados a resolução da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados e a Comissão de trinta e um Estados para a elaboração da mesma, que foi aprovada em 1974 pela Assembléia Geral da ONU.

A IV UNCTAD (1976) aprovou um “Programa Integrado para Produtos Básicos” e a criação de um “Fundo Comum” destinado a financiar estoques internacionais.

Na V UNCTAD (1979) se decidiu avaliar periodicamente o grau de cumprimento por parte dos países industrializados do objetivo geral de 0,7% do PIB ao ano em forma de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, proposto na conferência anterior da UNCTAD.

A VI UNCTAD (1983) aprovou uma resolução sobre o “Fundo Comum”, mas que só entrará em vigor quando noventa Estados o ratificarem. Nesta Conferência a Secretaria Permanente do SELA propôs uma reestruturação integral da ordem financeira, monetária e comercial mundial por meio de uma Conferência Mundial sobre Comércio e Finanças sob a égide das Nações Unidas. Para isto o SELA defendia a necessidade de se elaborar uma estratégia do Sul, mais precisamente da América Latina, para mobilizar a sua capacidade conjunta de ação.

Em nível regional, o SELA defendia a organização de um mercado regional, inspirado o máximo possível no princípio da preferencialidade latino-americana em todos os seus setores de produção, intercâmbio financeiro e de pagamentos.

Dentro do Grupo dos 77 a proposta da Secretaria Permanente do SELA não foi aceita numa primeira instância, e foi posteriormente remodelada sob a forma de uma Conferência Monetária Mundial apenas, o que rompia a própria coerência da proposição. Assim, enquanto os países do Terceiro Mundo suavizavam o seu discurso, os países industrializados vinham com exigências de abertura de mercados, negociação de concessões de igual para igual e relegar o trato preferencial. Os países desenvolvidos escolheram o caminho da confrontação. Nas palavras de Alzamora: "Es una táctica para acorralarnos y también para paralizar la UNCTAD, pero que forma parte de una estrategia mayor que busca vaciar de contenido económico, y aún político, el sistema de Naciones Unidas y en general el esquema de relaciones multilaterales para restablecer la plenitud de una acción bilateral que permita ejercitar influencias y presiones directas, sin interferencias internacionales" (29).

Neste sentido a Secretaria Permanente apresentou ao GRULA de Genebra um documento expressando sua preocupação com a deterioração do foro da UNCTAD, que tanta importância tem para os países em desenvolvimento por tratar-se do único no qual podem apresentar-se globalmente os problemas referentes ao desenvolvimento.

Na VII UNCTAD (1987) o fato mais relevante foi a assinatura pela URSS do Convênio sobre o Fundo Comum de Produtos Básicos.

Na VIII UNCTAD em Cartagena (1992) discursou o novo Secretário Permanente do SELA, Salvador Arriola (30), que recordou o fato de ter sido Raúl Prebisch o idealizador dessa organização. Ela teve suas grandes conquistas nas primeiras conferências, quando estabeleceu uma porcentagem do PIB dos países industrializados para a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento, o Sistema Generalizado de Preferências, a adoção de ações em matéria de produtos básicos, o acordo sobre medidas especiais em favor dos países menos avançados e a inserção de novas tarefas no âmbito institucional. A partir de 1976, segundo Arriola, há uma crescente deterioração no clima da cooperação econômica internacional, o que afetou a UNCTAD. Por isso a principal tarefa que deve enfrentar esta VIII UNCTAD é a reforma institucional dela própria, mesmo porque poderia haver duplicação de funções com a Organização Mundial do Comércio. A seguir, um trecho do discurso de Arriola (31): "Reafirmamos que la UNCTAD sigue constituyendo el punto focal más apropiado para la

consideración integral por parte de la comunidad internacional de los problemas interrelacionados del comercio, las finanzas y la tecnología, y para la promoción de un sistema de comercio internacional orientado al desarrollo, que responde a los intereses de todos - y en particular a los de los países en desarrollo - asegurando una distribución equitativa de los beneficios de la especialización internacional. La complementariedad señalada con la nueva organización de comercio exige también, como condición necesaria, que en esta conferencia se materialice la idea latinoamericana y caribeña de lograr una revitalización de la UNCTAD, particularmente en cuanto a sus tres funciones básicas consistentes en el análisis y coordinación de políticas, negociación y asistencia técnica. En materia de análisis global y coordinación de políticas, debe reconocerse que el sistema de relaciones económicas internacionales vigente es particularmente deficiente en cuanto a la existencia de un foro de análisis global de las políticas económicas a escala mundial sobre los problemas del desarrollo, tarea que existe como mandato en las funciones originales de la UNCTAD. La importante función que ha venido realizando la UNCTAD en materia de apoyo técnico a los países en desarrollo, debiera ser objeto de un replanteamiento tanto en sus objetivos, dimensión y alcance, como en cuanto a las modalidades operativas para su instrumentación. La tercera función de la UNCTAD, relacionada con su mandato de foro de negociación en temas fundamentales de la cooperación económica internacional para el desarrollo, podría ser fortalecida mediante la intensificación de las conferencias y reuniones de tipo tradicional y otras modalidades consistentes en negociaciones sobre temas específicos, con objetivos más limitados y que no necesariamente sean del interés e impliquen la participación de todos los países (...)La UNCTAD debe entonces, ahora más que nunca, ser un foro de negociación de consensos básicos sobre el tratamiento del tema de los recursos para el desarrollo en los diversos organismos competentes del sistema económico internacional”.

CAPÍTULO VI - O SELA: UMA AVALIAÇÃO

Não é possível dizer que o SELA, como organismo internacional criado por iniciativa de governos latino-americanos num determinado contexto histórico, seja fruto de um projeto político coletivo de forças sociais da América Latina. A falta de vontade política permanente que lhe dê sustentação evidencia a ausência de um esquema político que articule os Estados latino-americanos, enquanto estrutura de poder político e econômico, frente a uma ordem internacional que se deseja transformar. Sim, porque o SELA nasce para influir na transformação desta ordem de modo a permitir uma inserção mais favorável da economia latino-americana no mercado mundial. Pode-se então dizer que o SELA deve a sua existência a alguns governos do continente mais preocupados com a vulnerabilidade externa desses países do Extremo-Ocidente. Ora, por uma primeira hipótese, o SELA nasceu numa conjuntura em que três países líderes do continente – Brasil Argentina e Chile – estavam sob regimes militares e cujas sociedades estavam sem a mínima liberdade democrática para poder mobilizar-se em torno de um projeto continental dessa envergadura. Esta situação coincidiu com o surgimento da Venezuela e do México como potências de vocação regional graças à estabilidade democrática dos seus sistemas políticos e ao auge do petróleo na década de 1970. É exatamente desses governos civis que nasce a iniciativa de criação do SELA. A falta de vontade política em apoio ao SELA pode estar ligada a este fato dele ter surgido sob a liderança “conjuntural” da Venezuela e do México, e não sob a liderança “estrutural” do Brasil, da Argentina e do Chile, o que demandaria um esforço adicional no sentido de motivar a participação ativa destes países nas funções do SELA.

Outra hipótese é a falta de visão de governos da região, que não teriam percebido a necessidade e a urgência de um manejo coletivo dos problemas internacionais. O Sistema Internacional liga as trajetórias de desenvolvimento nacional cada vez mais, e, ao mesmo tempo, os Estados periféricos não conseguem se estabelecer como mecanismos de representação nacional, pois experimentam uma constante perda da sua capacidade normativa sobre os processos econômicos e sociais. É possível dizer que a reestruturação da divisão internacional do trabalho, decorrente da utilização de novas tecnologias, está transformando a inserção internacional dos países latino-americanos nos planos econômico,

político, cultural, tecnológico e estratégico e que estes países permanecem, mais uma vez, desarticulados. Na verdade, eles não têm ou não criam possibilidades de influir na condução desse processo. Porém, no Terceiro Mundo, denominação genérica para os países da periferia do sistema produzido pela expansão do capitalismo, a necessidade de ação conjunta diante das várias formas de dependência e de dominação econômica, política e social não desapareceu. Neste estudo, tentamos mostrar em que medida o SELA contribuiu para a construção de políticas e mecanismos apropriados para a condução coletiva dos problemas econômicos, sociais e políticos das sociedades latino-americanas.

Como uma organização intergovernamental, é natural que o SELA priorize as suas ações no terreno da promoção da cooperação regional, do apoio à integração da região, da formulação e execução de programas e projetos econômicos e sociais e, finalmente, sua atuação como mecanismo de consulta e cooperação, tal como previsto no Convênio do Panamá. Mas isso não é suficiente para se conformar um Sistema Latino-Americano. É preciso a participação da sociedade nesse processo. O desenvolvimento deve ser entendido também como um fenômeno de poder, que requer participação política da sociedade nos mecanismos de decisão política e econômica. É o que na União Européia se discute como sendo o “déficit democrático”, que além de um problema institucional é um problema político. Toca na questão dos poderes de cada órgão e de sua legitimidade e eficácia. Hoje se quer que o Parlamento Europeu intervenha na negociação e nos acordos internacionais da UE para suprir esse “déficit”(1). No livro Propuestas del SELA para América Latina y el Caribe (2) se esboça um tipo de articulação com outras instituições (Grupo do Rio, parlamentos) e atores (empresários, trabalhadores e acadêmicos), como forma de encaminhar a questão. É claro, no entanto, que a percepção da necessidade e urgência de um manejo coletivo dos problemas internacionais da América Latina, da integração da região e do seu desenvolvimento, não significa que a proposta do SELA seja alterar as bases da estrutura de dominação na América Latina, isto é, da ordem política e das relações sociais excludentes, que, por sua vez, dependem da estrutura econômica internacional. O SELA, como organização internacional, pode até estar de acordo com um desenvolvimento econômico viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável, além de acompanhado de um processo de democratização das estruturas sociais, porém as transformações

propostas são transformações da ordem dentro da ordem, no máximo uma transformação real na dependência em direção à autonomia no sistema internacional. O SELA não é uma organização que reivindica mudanças sociais internas na América Latina que signifiquem para a sociedade civil um aumento da sua capacidade de decisão política e econômica em relação à estrutura do poder existente. Afinal, o SELA é uma organização internacional criada por essa estrutura, isto é, pelos Estados latino-americanos. Além disso, o Artigo 19 do Convênio do Panamá impede que se adotem decisões que afetem as políticas nacionais dos Estados-Membros. No entanto, como vimos, as propostas do SELA são muito mais avançadas do que o discurso e a própria prática desses Estados.

A criação do SELA é o ponto culminante do processo regional de concertação econômica externa, que passa pela CECLA e pelos GRULAS, e é a expressão maior da diplomacia multilateral latino-americana - embora a mais bem-sucedida experiência tenha sido a do Grupo de Contadora (1984) e a de maior alcance político seja a do Grupo dos Oito, criado no Rio de Janeiro em 1986. Por nascer como instituição com *status* político-jurídico não superior às tentativas precedentes e por incluir todos os países da região, com seus diversos tipos de regimes políticos e sistemas econômicos, o SELA impulsiona a cooperação na base do pluralismo e da diversidade.

Manigat (3) vislumbra as funções do SELA como sendo parecidas com as da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) no campo das relações econômicas entre os países latino-americanos e parecidas com as do grupo de países da África, Caribe e Pacífico (ACP) na área da coordenação frente a terceiros. O mesmo autor vê o SELA como embrião de um Regime Internacional, tal como definido por Keohane, Nye e Krasner: um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em relação ao qual convergem as expectativas dos atores de determinados setores das relações internacionais.

Analisando o SELA no campo de atuação que diz respeito à política internacional da região podemos dizer que:

- a) No que tange ao sistema permanente de consulta e coordenação (lado institucional) o SELA é, como organização internacional, apenas mais uma expressão do subsistema latino-americano no Sistema Internacional. Mas, como

organismo multilateral da América Latina, o SELA significa um avanço da região na sua auto-organização, no sentido da convergência de suas políticas exteriores e do alinhamento político das estruturas diplomáticas e organizações interestatais. A mera existência de um organismo, pequeno mas eficaz, que se preocupa em estabelecer um sistema permanente de consulta e coordenação entre Estados, prestando-lhes assessoria, já é uma vitória da região, principalmente pela dimensão democrática que o SELA manifesta desde a sua constituição.

- b) No que tange às relações externas da região (lado político), o SELA, como tentativa de criação de um espaço de poder na estrutura internacional, não tem se efetivado. Isto é, como projeto político de transformação da Ordem Internacional o SELA não se cristaliza. No entanto, tem se destacado como instituição que propõe uma confrontação moderada dentro do diálogo Norte-Sul, apontando para a democratização do Sistema Internacional, caracterizado pela interdependência assimétrica. Mas, sem poder de decisão em nível da Secretaria Permanente e sem vontade política unitária e permanente em nível do Conselho Latino-Americano, as propostas não têm o respaldo necessário para se efetivarem. Isto faz do SELA um organismo subutilizado. As questões e metas contidas no Convênio do Panamá são apenas em parte promovidas e realizadas. Não se concretiza uma ação política conjunta para superar os desafios sócio-econômicos da região ou para fazer do SELA um órgão mais atuante na transformação do Sistema Internacional rumo a uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Ao analisarmos o SELA no campo que diz respeito ao desenvolvimento econômico da América Latina, constatamos que as perspectivas são piores, uma vez que os Estados-Membros não se dispõem a ceder soberania ou então a trabalhar em conjunto pelos objetivos comuns, compartilhando de uma soberania coletiva. A ação comum e a coordenação de políticas são incompatíveis com a defesa intransigente da soberania. Assim, a formulação de estratégias sócio-econômicas no sentido de criar uma convergência de políticas econômicas não se efetiva e não sai do âmbito da Secretaria Permanente. A

presença dos objetivos de integração econômica nos planos de desenvolvimento nacional (quando existe) é praticamente nula. As ações de cooperação inter-regional promovidas por organizações estatais e privadas se multiplicam mas não são capazes de influir na evolução da ordem econômica dependente da América Latina. Mesmo os Comitês de Ação, que foram concebidos como motor do sistema no campo da cooperação regional, facilitando a ação conjunta dos Estados, têm a sua eficácia questionada. É preciso repensar os Comitês de Ação como o centro do projeto de um Sistema Latino-Americano e dar-lhe o necessário apoio político e financeiro, desde o início até a etapa de execução de suas atividades. Por outro lado, os governos nacionais também não contribuem para que estratégias como a de Seguridade Econômica Coletiva e Integral sejam implementadas nos países com apoio das instituições nacionais. Finalmente, o apelo do SELA para que os governos incluam a integração econômica regional nos planos de desenvolvimento nacional apenas começa a ser efetivado, não por causa do SELA mas pela pressão da realidade que mostrou que a América Latina pode realmente vir a ser mais marginalizada ainda do que já é no sistema econômico internacional. Somente agora estão chegando à população as preocupações que durante todos esses anos o SELA externou em foros regionais, sub-regionais e internacionais. Na verdade, esse problema não é só de falta de comunicação, mas, sim, uma dificuldade intrínseca ao trabalho de integração: unir entidades separadas num todo coerente, isto é, tornar inteiro um continente fragmentado cuja identidade está em todas as partes e não está em lugar nenhum é um trabalho que demandará muito esforço de todos os atores envolvidos, os quais, necessariamente, deverão entrar em sintonia ou “concertación”.

Kaplan (4) considera que o SELA tem encontrado limites para a sua ação, a saber:

- 1) Insuficiência de um papel autolimitado como mero receptor e coordenador de um consenso baseado em mínimos denominadores comuns.
- 2) Falta de capacidade real para criar, manter e operacionalizar um paralelismo entre a estratégia interna e a externa.
- 3) Falta de capacidade real para elaborar propostas próprias de posições latino-americanas com apoio efetivo dos Estados da região, bem como para a promoção da coordenação das políticas exteriores e das formas de cooperação.

- 4) Falta de diversificação e eficácia nas formas de participação do SELA que lhe dêem dinamismo, influência e eficácia nos esforços de reforma da atual ordem econômica e política internacional.

Quanto ao primeiro ponto (papel autolimitado), pode-se dizer que há uma omissão deliberada no SELA: não há órgãos com funções supranacionais, também não se previu nenhum órgão jurisdicional para solução de conflitos. Não há no SELA nenhuma disposição que estabeleça compromissos de obrigatoriedade para os Estados-Membros, salvo contribuir para o orçamento do SELA e engajar-se nas atividades que o próprio país escolheu participar. O consenso adotado pelo SELA como mecanismo de decisão, pode ser limitado porém é democrático. O problema é a falta de vontade política dos Estados.

Quanto ao segundo ponto (estratégia interna e externa), verifica-se que o SELA pode estar sendo subutilizado, mas mesmo assim representa o caminho latino-americano de concertação econômica externa iniciado em 1964 em Alta Gracia, continuado em 1969 em Viña del Mar por meio da CECLA e cristalizando-se na própria construção do SELA. Já a sintonia com as políticas internas deve ser cobrada dos próprios Estados-Membros.

Quanto à terceira questão (elaborar propostas próprias e coordenar as políticas externas), é possível dizer que, por sua capacidade de constituir-se num foro de negociação dos países da região, por meio das reuniões do Conselho Latino-Americano, o SELA caracteriza-se juridicamente como arena interestatal da região e, neste sentido, tem feito avanços substantivos. Já pela sua ação e reação diante dos estímulos do seu contexto (o Sistema Internacional), o SELA tem um papel de ator, representando os países da região, embora essa função esteja limitada à assessoria aos governos e à participação em reuniões e conferências internacionais, juntamente com os Grupos Latino-Americanos (GRULAS), presentes nos organismos internacionais. Na verdade, o projeto político da América Latina para a coordenação e consulta nas suas relações externas por meio do SELA ainda está em fase embrionária.

Quanto à quarta e última questão (esforços de reforma da atual ordem internacional), pode-se dizer que o SELA, sem força política suficiente, não se constitui ainda num centro de tomada de decisões políticas e econômicas em nível regional, nem num motor de transformação do Sistema Internacional rumo a uma Nova Ordem

Econômica e Política Internacional. A tentativa de ampliar o espaço político latino-americano no Sistema Internacional até agora não se consolidou. Por isso o SELA precisa democratizar-se e expor-se mais para incorporar a sociedade civil ao seu sistema. É justamente com novos atores (ONG, trabalhadores, empresários, partidos políticos, parlamentos nacionais e latino-americano) como membros ativos do subsistema latino-americano que o SELA pode fortalecer-se enquanto mecanismo, criando, por meio de uma redobrada vontade política, uma certa autonomia das decisões no atual quadro de dependência da América Latina. Isto pode dar condições para o desenvolvimento integral da região e para a incorporação à cidadania da massa de excluídos das nossas sociedades. É um imperativo hoje em dia a democracia nas suas dimensões social, econômica e política, pois não pode haver democracia com miséria. É preciso, portanto, avançar no sentido de uma distribuição de renda, riqueza e propriedade juntamente com uma democratização radical e constante do poder e da informação. A questão é melhorar a qualidade de vida da população da América Latina promovendo o desenvolvimento ao lado da expansão da cidadania.

Ao tomar posse, num momento em que os indicadores econômicos começavam a melhorar em alguns países da América Latina, em que a integração regional tomava um novo impulso, mas enquanto as condições econômicas internacionais continuavam a complicar a situação da região, o novo Secretário Permanente do SELA, Salvador Arriola (5), lembrou que a modernização das economias do continente deve vir acompanhada do melhoramento da equidade, isto é, deve-se promover o desenvolvimento social para diminuir a pobreza na América Latina. Afirmou que continuam vigentes os objetivos constantes no Convênio do Panamá de promoção da integração e da cooperação regional, e de um sistema permanente de consulta e coordenação para adoção de posições e estratégias comuns frente a terceiros. Estabeleceu como prioridade a convergência entre as ações de integração regional, sub-regional e bilateral, dentro da conformação de um Mercado Comum Latino-Americano e do desenvolvimento de um “Plano Integral de Convergência”, que promoveria ações coordenadas entre ALADI, JUNAC, CARICOM e SIECA. Conta para isso com o Projeto Estado de Situação da Cooperação Regional (PESICRE), que é um banco de dados sobre iniciativas de cooperação em todo o continente, criado e atualizado

pelo SELA. Defendeu também a vinculação entre os diversos organismos e foros regionais, como é o caso do SELA e do Grupo do Rio, que se beneficiaria do suporte técnico da Secretaria Permanente. Saudou o Comitê Ministerial da América Latina e Caribe sobre Dívida Externa, criado pela própria Conferência sobre Dívida, bem como o Foro Regional sobre Política Industrial, criado pela Conferência Regional sobre Industrialização. Propôs uma série de tarefas e propósitos a serem seguidos na sua administração e finalizou convocando os Estados-Membros a apoiarem o SELA da seguinte maneira: Utilizando-o.

CAPÍTULO I - NOTAS

- 1) SUNKEL, Osvaldo. “Pasado, Presente y Futuro de la Crisis Económica Internacional”. In: TOMASSINI, Luciano. (org) *Transnacionalización y Desarrollo Nacional en América Latina*. Buenos Aires, GEL, 1984, pp. 107 a 111
- 2) ARENAL, Celestino del. “La Teoría de las Relaciones Internacionales Hoy: Debates y Paradigmas”. *Estudios Internacionales*. Santiago, nº 86, abr.-jun. 1989, pp. 153 a 182.
- 3) *Op. cit.*, p. 179.
- 4) MERLE, Marcel. *Sociología de las Relaciones Internacionales*. Madrid, Alianza Editorial, 1986. p. 357.
- 5) *Op. cit.*, p. 379.
- 6) IANNI, Octávio. “Planetarização torna obsoleto o Estado-Nação”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de dezembro de 1993.
- 7) MERLE, Marcel. *Op. cit.*, p. 441.
- 8) *Idem*, p. 313
- 9) *Idem*, p. 331.
- 10) *Idem*, p. 332.
- 11) *Idem*, , p. 406.
- 12) *Idem*, , p. 414.
- 13) MARINI, Ruy Mauro. *América Latina. Dependência e Integração*. São Paulo, Ed. Página Aberta, 1992, pp. 47 a 49.
- 14) AGOSIN, Manuel R. e TUSSIE, Diana. “Globalização, Regionalização e Novos Dilemas da Política Comercial para o Desenvolvimento”. : *RBCE*. nº 35, abr.- mai.- jun. de 1993, p. 50.
- 15) *Op. cit.*, p. 52.
- 16) MONETA, Carlos Juan. “Alternativas da Integração no Contexto da Globalização”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol.15, nº 1, jan.-jun. 1993, p.98.
- 17) *Op. cit.*, p. 101.
- 18) LECHNER, Norbert. “Estado, Mercado e Desenvolvimento na América Latina”. *Lua Nova*. São Paulo, nº 28/29, 1993, pp. 237 a 248.
- 19) *Op. cit.*, pp. 243 e 244.
- 20) LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1982, p. 105.
- 21) WILLIAMSON, John. *A Economia Aberta e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 322.
- 22) *Op. cit.*, p. 10.
- 23) SATO, Eiiti. *O Papel dos Países Periféricos na Ordem Econômica Internacional: Percepções em Mudança*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 71.
- 24) TOMASSINI, Luciano. “La Cambiante Inserción Internacional de América Latina en la Década de los 80”. *Pensamiento Iberoamericano*. Madrid, nº 13, jan-jun 1988, p. 14.

- 25) ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente. Introdução à América Latina*. São Paulo, EDUSP, 1991.
- 26) SONNTAG, Heinz R. "Forms of State, Peace and Security in Latin America". In: MICHELENA, José Silva (org). *Latin America: Peace, Redemocratization and Economic Crisis*. Washington, United Nations University, 1988, pp. 79-88.
- 27) FURTADO, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 67-68.
- 28) WILLIAMSON, John. *Op. cit.*, pp. 333-337.
- 29) MONCAYO GARCÍA, Jaime. *El SELA. Un Nuevo Horizonte para América Latina. Análisis de su Formación y Puesta en Marcha*. Caracas, SELA, SP/CL/XIº/DI, nº 3, 1985, p. 18.
- 30) TAMAMES, Ramón. *Estructura Económica Internacional*. Madrid, Alianza Editorial, 1990, pp. 397-409.
- 31) TOMASSINI, Luciano. *Op. cit.*, p. 17.
- 32) FURTADO, Celso. *Op. cit.*, pp. 70 a 73.
- 33) *Idem*, p. 141.
- 34) MONCAYO GARCÍA, Jaime. *Op. cit.*, p. 18.
- 35) *Op. cit.*, p. 29.
- 36) *Idem*, p. 24.
- 37) Trecho do discurso de Luis Echeverría citado em MONCAYO GARCIA, Jaime. *Op. cit.*, p. 25.
- 38) ONU. "Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Resolução 3281 (Sessão XXIX), Dezembro 1974", Capítulo II, Artigo 1 a 5. In: WOLKMER, Antonio Carlos. *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo, Ática, 1989, pp. 68-74.
- 39) MONCAYO GARCÍA, Jaime. *Op. cit.*, p. 28.
- 40) TAMAMES, Ramón. *Op. cit.*, p. 181.
- 41) SATO, Eiiti. *Op. cit.*, p. 90.
- 42) MONCAYO GARCÍA, Jaime. *Op. cit.*, p. 32.

CAPÍTULO II - NOTAS

- 1) MARINI, Ruy Mauro. *América Latina. Dependência e Integração*. Ed. Página Aberta, São Paulo, 1992, p.88.
- 2) *Op. cit.*, p.90.
- 3) SAAVEDRA, Gustavo Fernandes. "La Reorientación y Reactivación del Proceso de Integración Latinoamericano. El Papel del SELA". In: INTAL. *El SELA: Presente y Futuro de la Cooperación Intralatinoamericana*. Buenos Aires, BID/INTAL, 1986, p.179.
- 4) TOMASSINI, Luciano. *Nuevas formas de Concertación Regional en América Latina*. Buenos Aires, GEL, 1990, p.17.
- 5) *Op. cit.*, p. 31.

- 6) PÉREZ Del CASTILLO, Carlos. “Los Retos de América Latina y el Caribe”. In: SECRETARÍA PERMANENTE. *Propuestas del SELA para América Latina y el Caribe*. SELA, Caracas, 1991, p.16.
- 7) *Op. cit.*, p. 17.
- 8) *Idem*, pp. 17-18.
- 9) *Idem*, pp. 19-20.
- 10) *Idem*, p. 21.
- 11) *Idem*, p. 23.
- 12) Tratado de Montevideu de 1960. In: BARBOSA, Rubens Antônio. *América Latina em Perspectiva: a Integração Regional da Retórica à Realidade*. São Paulo, Aduaneiras, 1991, pp. 123 a 137.
- 13) IFEDEC. *La Decisión. Aportes para la Integración Latinoamericana*. IFEDEC, Caracas, 1987, pp. 150 a 154.
- 14) *Op. cit.*, pp. 155 a 158.
- 15) Tratado de Montevideu de 1960. *Op. cit.* Artigo 34, p. 131.
- 16) IFEDEC *Op. cit.*, p. 161.
- 17) *Idem*, p. 164.
- 18) VACCHINO, Juan Mario. *Integración Económica Regional*. Caracas, UCV, 1981, pp. 473-475.
- 19) BARBOSA, Rubens Antonio. *Op. cit.* p. 60.
- 20) IFEDEC. *Op. cit.*, p. 175.
- 21) Tratado de Montevideu 1980. In: BARBOSA, Rubens Antônio. *Op. cit.*, p. 184.
- 22) IFEDEC *Op. cit.*, p. 177 a 182.
- 23) Tratado de Montevideu de 1980. In: BARBOSA, Rubens Antônio. *Op. cit.*, pp. 190 a 196.
- 24) IFEDEC. *Op. cit.*, p. 186.
- 25) *Idem*, p. 204.
- 26) *Idem*, p. 210.
- 27) VACCHINO, Juan Mario. *Op. cit.*, pp. 485 e 486.
- 28) *Op. cit.*, p. 499.
- 29) IFEDEC *Op. cit.*, p. 83.
- 30) *Idem*, pp. 196 e 297.
- 31) VACCHINO, Juan Mario. *Op. cit.*, pp. 539 e 540.
- 32) *Op. cit.*, p. 538.
- 33) IFEDEC. *Op. cit.*, pp. 322 a 324 e 336 a 338.
- 34) FLORES NETO, Francisco Thompson. *Integração Brasil-Argentina*. São Paulo, Política Internacional e Comparada - USP, Série Política Internacional e Comparada 3, junho 1991. pp. 3 e 4.
- 35) *Op. cit.*, pp. 11 e 12.
- 36) *Idem*, p. 21.
- 37) SECRETARÍA PERMANENTE. “Cooperación y Integración Regional”. In: SECRETARÍA PERMANENTE. *Propuestas de SELA para América Latina y el Caribe*. SELA, Caracas, 1991, p. 91.

- 38) *Op. cit.*, pp. 91-92.
- 39) *Idem*, p. 92.
- 40) *Idem*, p. 93.
- 41) *Idem*, pp. 93-95.
- 42) *Idem*, p. 94.
- 43) *Idem*, p. 95.
- 44) *Idem*, p. 95.
- 45) SECRETARÍA PERMANENTE. *La Nueva Etapa de la Integración*. Caracas, SELA, 1992, pp. 12 e 13.
- 46) BARBOSA, Rubens Antônio. *Op. cit.*, p. 58.
- 47) *Op. cit.*, pp. 72-73.
- 48) *Idem*, p. 74.
- 49) SECRETARÍA PERMANENTE (1992). *Op. cit.*, pp. 10-11.
- 50) SECRETARÍA PERMANENTE (1991). *Op. cit.*, p. 99.
- 51) *Op. cit.*, p. 100.
- 52) *Idem*, pp. 100-101.

CAPÍTULO III - NOTAS

- 1) ALEJO, Francisco Javier e HURTADO, Héctor. *El SELA. Un Mecanismo para la Acción*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976, p. 9.
- 2) MONCAYO GARCIA, Jaime. *El SELA. Un Nuevo Horizonte para América Latina. Analisis de su Formación y Puesta en Marcha*. Caracas, SELA, SP/CL/XI.O/ nº 3, 1985, p. 1.
- 3) *Op. cit.*, p. 15.
- 4) *Idem*, p. ii.
- 5) ALEJO, Francisco Javier e HURTADO, Héctor. *Op. cit.*, pp. 9-10.
- 6) *Idem*, p. 11.
- 7) *Idem*, p. 13.
- 8) *Idem*, p. 14.
- 9) *Idem*, pp. 16-17.
- 10) *Idem*, p. 18.
- 11) *Idem*, p. 27.
- 12) *Idem*, p. 21.
- 13) *Idem*, p. 25.
- 14) MONCAYO GARCIA, Jaime. *Op. cit.*, p. 43.
- 15) Convênio do Panamá. Decreto nº 78018, de 12 de julho de 1976, *In: Lex. Legislação Federal*, pp. 576 a 585.
- 16) *Op. cit.*, Artigo 2, p. 577.

- 17) *Idem*, Artigo 4, p. 577.
- 18) *Idem*, Artigo 3, p. 577.
- 19) *Idem*, Artigo. 5, p. 578.
- 20) *Idem*, Artigo 31, p. 582.
- 21) SECRETARÍA PERMANENTE. *Manual de Organización de la Secretaría Permanente*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.O./Di n° 9. Rev. 1, 1990, p. 7.
- 22) *Op. cit.*, p. 8.
- 23) *Idem*, p. 9.
- 24) Convênio do Panamá. *Op. cit.*, Artigos 20 a 26, pp. 581 a 582.
- 25) As informações sobre os Comitês de Ação foram extraídas das seguintes publicações:
 - A) SECRETARÍA PERMANENTE. *Notas para una Evaluación de las Actividades del Sistema Económico Latinoamericano*. Caracas, SELA, SP/CL/XI.O/Dt n° 5, 1985.
 - B) SEYMOUR, Jean. *Etudes du SELA, de ses mecanismes de cooperation regionale, des aspects sociaux du developpement en Amérique Latine et dans la Caraibe et evolution des relations CEE - Amérique Latine*. Rapport De Stage, Paris, Université de Paris- Sorbonne, 1990.
 - C) SECRETARÍA PERMANENTE. *Situación y Problemas de los Comités de Acción y Organismos Permanentes*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI. O/Dt n° 7, 1990.
 - D) SECRETARÍA PERMANENTE. *Informe de la Gerencia General de la Empresa Multinacional Latinoamericana de Comercialización de Fertilizantes, SA (MULTIFERT)*, Caracas, SELA, SP/CL/XVI. O/DS n° 8, 1990.
 - E) SECRETARÍA PERMANENTE. *Informe de la Gerencia General de la Agencia Latinoamericana de Servicios Especiales de Información (ALASEI)*. Caracas, SELA, SP/XVI.O/DS n° 7, 1990.
- 26) SECRETARÍA PERMANENTE. *Situación y Problemas...* SP/CL/XVI. O/ Dt n° 7. *Op. cit.*, p. 2.
- 27) *Idem.*, p. 3.
- 28) *Documentos Relacionados con el Diálogo de Cancilleres*. Caracas, SELA, s/d. p, 12.
- 20) *Op. cit.*, p. 7.

CAPÍTULO IV - NOTAS

- 1) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Por la Autonomia y la Seguridad de América Latina*. Caracas, SELA, 1985, p. 1.
- 2) *Op. cit.*, p. 3.
- 3) *Idem*, pp. 5 a 18.
- 4) *Idem*, p. 44.
- 5) *Idem*, p. 47.
- 6) *Idem*, p. 20.
- 7) *Idem*, p. 23.

- 8) *Idem*, pp. 24 e 25.
- 9) *Idem*, p. 28.
- 10) SECRETARÍA PERMANENTE. Discurso do Secretário Permanente na III Reunião de Organismos de Integração e Cooperação Econômica da América Latina, Lima, 1982. Citado em ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 29.
- 11) SELA/CEPAL. “Bases para una Respuesta de América Latina a la Crisis Económica Internacional”. *Capítulos del SELA*. Caracas, nº2, dezembro 1984, pp. 8-33.
- 12) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 34.
- 13) *Idem*, p. 36.
- 14) *Idem*, p. 37.
- 15) SECRETARÍA PERMANENTE. Discurso ante a Conferência Extraordinária Especializada sobre Financiamento da OEA, Setembro 1983. Citado em ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, pp. 40 e 41.
- 16) MOISÉS, José Álvaro (org.). *O Futuro do Brasil. A América Latina e o Fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 28.
- 17) PEREZ DEL CASTILLO, Carlos. Intervenção Durante a Inauguração da Etapa Ministerial da Conferência Regional sobre Dívida Externa. In: SECRETARÍA PERMANENTE. *Informe Final de la Conferencia Regional sobre Deuda Externa*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI. RO/Di nº 7, 1990, pp. 9 a 15.
- 18) *Op. cit.*, pp. 14 e 15
- 19) Propuesta de América Latina y el Caribe para una Solución del Problema de su Deuda Externa Adoptada en la Conferencia Regional sobre Deuda Externa. Caracas, 18 a 22 de junho de 1990. In: VVAA. *Deuda Externa y Alternativas de Crecimiento para América Latina y el Caribe*. Caracas. SELA, s/d, p. 71 a 89.
- 20) *Op. cit.*, p. 74.
- 21) *Idem*, p. 87.
- 22) SELA. *Propuestas del SELA para América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, 1991. p. 51.
- 23) BOERSNER, Demetrio. *Relaciones Internacionales de América Latina*. Caracas, Nueva Sociedad, 1990, p. 24.
- 24) Declarações da Secretaría Permanente do SELA em 14 e 15 de maio de 1982. Citado em: ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 55 e 57.
- 25) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 60.
- 26) SELA. “Bases para una Estrategia de Seguridad e Independencia Económica de América Latina”. *Capítulos del SELA*. nº 1, agosto de 1983, pp. 5 a 15.
- 27) ONU. “Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Resolução 3281 (sessão XXIX)” Artigo 32 In: WOLKMER, Antonio Carlos. *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo, Ática, 1989, p. 84.
- 28) SELA. *Los Procesos de Industrialización en América Latina*. Caracas, SELA, Serie Estudios sobre Desarrollo, ed/14, 1990, p. 10.

- 29) *Op. cit.*, p. 11.
- 30) *Idem*, p. 12.
- 31) *Idem*, p. 26.
- 32) *Idem*, p. 36.
- 33) *Idem*, pp. 40 a 44.
- 34) *Idem*, p. 56.
- 35) SELA. *Informe Final de la Conferencia Regional sobre Industrialización*. Caracas, SELA, RM/CRI/DF nº 1, 1991.
- 36) SELA. *América Latina y el Caribe en la Economía Mundial: Desafíos y opciones*. Caracas, SELA, Série de Estudios sobre Relaciones Económicas, ere/12, 1989, p. 5.
- 37) TOMASSINI, Luciano. "La Cambiante Inserción Internacional de América Latina en la Década de los 80". *Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, nº 13, jan-jun 1988, p. 27.
- 38) BARROS NETO, Sebastião do Rego. "Política externa e as questões de Alta Tecnologia" In: FONSECA JÚNIOR, Gelson e CARNEIRO LEÃO, Valdemar (orgs). *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília, Ática - IPRI, 1989, p. 55.
- 39) *Op. cit.*, p. 59.
- 40) SELA. "America Latina ..." *Op. cit.*, p.6.
- 41) KATZ, Claudio. "Nuevas y Viejas Tecnologías en América Latina". *Problemas del Desarrollo*, México, UNAM, Vol. XXII, nº 84, ene-mar.1991.
- 42) *Op. cit.*, p. 155.
- 43) *Idem*, p. 171.
- 44) *Idem*, p. 175.
- 45) *Idem*, pp. 180-181.
- 46) *Idem*, p. 188.

CAPÍTULO V - NOTAS

- 1) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Por la Autonomía y la Seguridad de América Latina*. Caracas, SELA, SP/CL/XI.O/Di nº 4, 1985, p. 92.
- 2) SELA. "Las Relaciones Económicas Externas". In: SELA. *Propuestas de SELA par América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, 1991, p. 150.
- 3) *Op. cit.*, p. 154.
- 4) *Idem*, pp. 157 a 160.
- 5) *Idem*, p. 171.
- 6) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 105.
- 7) SELA. *América Latina en la Economía Internacional. Relaciones com Estados Unidos*. Caracas, Monte Ávila, 1984, pp. 125-141.

- 8) SECRETARÍA PERMANENTE. *La Situación de la Relaciones Externas de América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, SP/CL/XVII. O/Dt nº 9, 1991, pp. 7 e 8.
- 9) MARINI, Ruy Mauro. *América Latina. Dependência e Integração*. São Paulo, Página Aberta, 1992, pp. 139-140.
- 10) SECRETARÍA PERMANENTE. *La Iniciativa Bush para las Américas: Analisis Preliminares de la Secretaría Permanente del SELA*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.O/DT nº 19, 1990, p. 4.
- 11) ____, *La Iniciativa para las Américas en el Contexto de Relaciones as de América Latina y el Caribe con los Estados Unidos*. Caracas, SELA, SP/RC-IA/DT nº 2, 1991.
- 12) *Op. cit.*, p. 7.
- 13) THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia. A Construção de uma Potência Econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- 14) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e THORSTENSEN, Vera. “Do MERCOSUL à Integração Americana”. *Política Externa*. São Paulo, vol. 1, nº 3, dez.-jan.-fev. 1992-93.
- 15) SECRETARÍA PERMANENTE. *Informe del Grupo Latinoamericano de Bruxelas sobre las Relaciones entre América Latina y la Comunidad Europea*. Caracas, SELA, SP/CL/XVII.O/Di nº, 1990, p.4.
- 16) SELA. *Japón: Prioridades Nacionales y Relaciones con América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, Série Estudios sobre Relaciones Económicas - ERE/3, 1989, p. 1.
- 17) *Op. cit.*, p. 34.
- 18) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 122.
- 19) *Idem*, p. 124.
- 20) SECRETARÍA PERMANENTE. *Situación y Perspectivas de la Cooperación Económica Internacional*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.RO/Di nº 7, 1990.
- 21) WILLIAMSON, John. *A Economia Aberta e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Campus, 1989,. p. 278.
- 22) BATISTA, Paulo Nogueira. “Perspectivas da Rodada Uruguai: implicações para o Brasil”. *Estudos Avançados* vol. 6, nº 16, set-dez. 1992, p. 42.
- 23) *Op. cit.*, p. 110.
- 24) *Idem*, p. 105.
- 25) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 125.
- 26) SELA. “La Ronda Uruguai”. In: *Propuestas del SELA para América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, 1991, pp. 77-78.
- 27) *Op. cit.*, p. 83.
- 28) TAMANES, Ramón. *Estructura Económica Internacional*. Madrid, Alianza Editorial, 1990, pp. 159 a 180.
- 29) ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Op. cit.*, p. 134-135.
- 30) ARRIOLA, Salvador. “Los Desafios de la Cooperación Económica Internacional”. *Nueva Sociedad*. no. 19, mayo-junio 1992, pp. 70 a 74.

31) *Op. cit.*, pp. 72-73.

CAPÍTULO VI - NOTAS

- 1) VILAÇA, José Luís da Cruz. “A Europa pós-Maastricht: implicações externas”. VVAA.*Europa-América Latina. A Convergência Natural*. Liboa, IEEI, 1993, p. 41.
- 2) SELA. *Propuesta del SELA para América Latina y el Caribe*. Caracas. , SELA, 1991, p. 171
- 2) MANIGAT, Leslie F. “El SELA y el porvenir de las relaciones políticas y económicas de América Latina y el Caribe”. In: INTAL.*El SELA: presente y futuro de la cooperación económica intralatinamericana*. Buenos Aires, INTAL, 1986, pp. 151-178.
- 4) KAPLAN, Marcos. “El Sistema de Relaciones Políticas y Económicas entre los Países Latinoamericanos: Tendencias y Evolución Futura”. In: INTAL *Op. cit.*, p. 128.
- 5) ARRIOLA, Salvador. “El papel del SELA y los Cambios Internacionales”. (Discurso de posse, 17/out/1991). In: _____. *Desafíos y Opciones de América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, 1991.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

1) Livros:

- ALEJO, Francisco Javier e HURTADO, Héctor. *El SELA un mecanismo para la Acción*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina en Perspectiva: A Integração Regional da Retórica à Realidade*. São Paulo, Aduaneiras, 1991.
- BOERSNER, Demetrio. *Relaciones Internacionales de America Latina*. Caracas, Nueva Sociedad, 1990.
- FONSECA JUNIOR, Gelson e CARNEIRO LEÃO, Valdemar (org.). *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília, IPRI, 1989.
- FURTADO, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- IFEDEC. *La Decisión. Aportes para la Integración Latinoamericana*. Caracas, IFEDEC, 1987.
- INTAL (org.). *El SELA: presente y futuro de la cooperación económica intralatinoamericana*. Buenos Aires, BID/INTAL, 1986.
- LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo, Ed. Página Aberta, 1992.
- MERLE, Marcel. *Sociologia de las Relaciones Internacionales*. Madrid, alianza Editorial, 1986.
- MOISÉS, José Álvaro (org.). *O Futuro do Brasil. A América Latina e o Fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- MÜLLER, Luis Días. *América Latina. Relaciones Internacionales y Derechos Humanos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente. Introdução à América Latina..* São Paulo, EDUSP, 1992.
- SATO, Eiiti. *O Papel dos Países Periféricos na Ordem Econômica Internacional: Percepções em Mudança*. São Paulo, FFLCH/USP, 1991.
- SELA. *América Latina en la Economía Internacional. Relaciones con Estados Unidos*. Caracas, Monte Avila, 1984.
- _____. *Propuestas de SELA para América Latina y Caribe*. Caracas. SELA, 1991
- _____. *La Nueva Etapa de la Integración Regional*. Caracas, SELA, 1992.
- SEYMOUR, Jean. *Etudes du SELA, de ses mecanismes de cooperation regionale, des aspects sociaux du developpement en Amérique Latine et dans la Caraibe et evolution des relations CEE - Amérique Latine*. Rapport De Stage, Paris, Université de Paris-Sorbonne, 1990.
- TAMAMES, Ramón. *Estructura Económica Internacional*. Madrid, alianza Editorial, 1990.
- THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia. A Construção de uma Potência Econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

- TOMASSINI, Luciano (org.). *Transnacionalización y Desarrollo Nacional en América Latina*. Buenos Aires, GEL, 1984.
- _____(org.). *Nuevas Formas de Concertación Regional en América Latina*. Buenos Aires, RIAL, 1990.
- TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina*. São Paulo, Unicamp, 1988.
- VACCHINO, Juan Mario. *Integración Económica Regional*. Caracas, UCV, 1981.
- VVAA. *Deuda Externa y Alternativas de Crecimiento para América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, 1990.
- VVAA. *Europa - América Latina. A Convergência Natural*. Lisboa, IEEI, 1993.
- WILLIAMSON, John. *A Economia Aberta e a Economia Mundial*. São Paulo, Ed. Campus, 1989.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo, Ática, 1989.

2) Artigos;

- AGOSIN, Manuel R. e TUSSIE, Diana. “Globalização, regionalização e novos dilemas da política comercial para o desenvolvimento”. *RBCE*, nº 35, abril- junho 1993, pp. 47-62.
- ARENAL, Celestino del. “La Teoría de las Relaciones Internacionales hoy: debates y paradigmas”. *Estudios Internacionales*, nº 86, abril-junio, 1989, pp. 153-182.
- ARRIOLA, Salvador. “Los desafíos de la Cooperación Económica Internacional”. *Nueva Sociedad*. nº 119, mayo-junio 1992, pp. 70 a 74.
- BATISTA, Paulo Nogueira. “Perspectivas da Rodada Uruguai: Implicações para o Brasil”. *Estudos Avançados*, São Paulo. vol. 6, nº 16, set/dez., 1992, pp. 103 - 116.
- ESTENSSORO, Luis Enrique R. “O Estado na América Latina no Segundo Pós-Guerra”. *Estudos*, São Paulo, nº 22, ago. 1991, pp. 3-5.
- _____. “A Crise Econômica Mundial e a América Latina”. *Estudos*, São Paulo, nº39-40, maio de 1994.
- FLORES NETO, Francisco Thompson. *Integração e Cooperação Brasil-Argentina*. São Paulo, Política Internacional e Comparada - USP, Série Política Internacional 3, jun. 1991.
- FONSECA JUNIOR, Gelson. “Aspectos da Multipolaridade Contemporânea (notas preliminares)”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, nº 11. jan-jun 1990, pp. 7-32.
- IANNI, Octavio. “Planarização tornou obsoleto o Estado-Nação”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo. 26 Dez. 1993.
- KATZ, Claudio. “América Latina en la Crisis Mundial”. In: KATZ, Claudio. *Economia Latinoamericana. De la Década Perdida a la Nueva Crisis*. Buenos Aires, Mimeo. s/d.
- _____. “Nuevas y Viejas Tecnologías en América Latina”. *Problemas Del Desarrollo*, México, Vol. XXII, nº 84, enero-marzo 1991, pp. 153-196.
- LECHNER, Norbert. “Estado, Mercado e Desenvolvimento na América Latina”. *Lua Nova*. São Paulo, nº 28/29, 1993, pp. 237 - 248.

- MONETA, Carlos J. "Alternativas da Integração no Contexto da Globalização". *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, Vl. 15, nº 1, jan-jun 1993. pp. 97-118.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e THORSTENSEN, Vera. "Do Mercosul à Integração Americana". *Política Externa*, São Paulo. Vol. 1, nº3 dez. 1992, pp. 122- 145.
- SONNTAG, Heinz R. "Forms of State, Peace and Security in Latin America". In: MICHELENA, José Silva (org.). *Latin America: Peace, Redemocratization and Economic Crisis*. Whashington, United Nations University, 1988.
- TOMASSINI, Luciano. "La Cambiante Inserción Internacional de América Latina en la Década de los 80". *Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, nº 13, jan-jun 1988, pp. 13- 29.

3) Documentos

- ALZAMORA TRAVERSO, Carlos. *Por la Autonomia y la Seguridad de América Latina*. Caracas, SELA, SP/CLXI.O/Di nº 4, 1985.
- ARRIOLA, Salvador. "El papel del SELA y los Cambios Internacionales" (Discurso de Posse, 17/out/1991). In: _____. *Desafíos y Opiciones de América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, 1991.
- MONCAYO GARCIA, Jaime. *El SELA. Un Nuevo Horizonte para América Latina. Analisis de su Formación y Puesta en Marcha*. Caracas, SELA, SP/CL/XI.O/Di nº3, 1985.
- SELA. *Notas para una Evaluación de las Actividades del Sistema Económico Latinoamericano*. Caracas, SELA, SP/CL/XI. ODT nº5, 1985.
- _____. *Japón: Prioridades Nacionales Y Relaciones con América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, Série Estudios sobre Relaciones Económicas-ere/3, mayo 1989.
- _____. *América Latina y el Caribe en la Economía Mundial: Desafios y Opciones*. Caracas, SELA, Série de Estudios sobre Relaciones Económicas - ere/12, junio 1989.
- _____. *Hacia donde Marcha la Integración Latinoamericana?* . Caracas, SELA, Série Estudios sobre Desarrollo - ED/11, agosto 1990.
- _____. *Los Procesos de Industrialización en América Latina*. Caracas, SELA, Série Estudios sobre Desarrollo - ED/14, Noviembre 1990.
- SECRETARÍA PERMANENTE. *Manual de Organización de la Secretaría Permanente*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.O/Di nº 9, Rev. 1, 1990.
- _____. *Situación de la Deuda Externa de América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, SP/CL//XVI.O/DT nº 13, 1990.
- _____. *Informe Final de la Conferencia Regional sobre Deuda Externa*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.RO/Di nº 17, 1990.
- _____. *Situación y Perspectivas de la Cooperación Económica Internacional*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.RO/Di nº 7, 1990.

- _____. *La Iniciativa Bush para las Américas; Analisis Preliminar de la Secretaría Permanente del SELA*". Caracas, SELA, SP/CL/XVI.O/Dt. n° 19, 1990.
- _____. *Informe del Grupo Latinoamericano de Bruselas sobre las Relaciones entre América Latina y la Comunidad Europea*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.RO/Di n° 18, 1990.
- _____. *Situación y Problemas de los Comites de Acción y Organismos Permanentes*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.O/DT n° 7, 1990.
- _____. *Informe de la Gerencia General de la Agencia Latinoamericana de Servicios Especiales de Información (ALASEI)*. Caracas, SELA, SP/CL/XVI.O/DS N° 7, 1990.
- _____. *Informe de la Gerencia General de la Empresa Multinacional latinoamericana de Comercialización de Fertilizantes, S.A. (MULTIFERT)*. Caracas, SELA, SP/CL/IVI.O/DS n° 8, 1990.
- _____. *Situación de la Deuda Externa de América Latina Y el Caribe*. Caracas, SELA, SP/CL/XVII.O/DT n° 5, 1991.
- _____. *La Situación de las Relaciones Externas de América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA, SP/CL/XII.O/DT n° 9, 1991.
- _____. *Informe Final de la Conferencia Regional sobre Industrialización*. Caracas, SELA, RM/CRI/DF, n° 1, 1991.
- _____. *La Iniciativa para las Américas en el Contexto de las Relaciones de América Latina y el Caribe con los Estados Unidos*. Caracas, SELA, SP/RC-IA/DT n° 2, 1991.
- *Documentos Relacionados con el Diálogo de Cancilleres*. Caracas, ELA, s/d.

Documentos Anexados:

— ONU. “Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Resolução 3281 (Sessão XXIX) Dezembro de 1974”. In: WOLKMER, Antonio Carlos. *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo, Ática, 1989.

— “Convênio do Panamá. Decreto nº 78018 de 12 de julho de 1976”. In: *Lex. Legislação Federal*, pp. 576 a 585.

— SELA. “Bases para una Estrategia de Seguridad e Independencia Económica de América Latina”. *Capítulos del SELA*. Caracas, nº 1, agosto 1983, pp. 5 a 15.

— “Declaración y Plan de Acción de Quito. Adoptado en la Conferencia Económica Latinoamericana. Quito, 12 e 13 de enero de 1984”. *Capítulos del SELA*. Caracas, febrero 1984, pp. 6 - 17.

— “Propuesta de América Latina y del Caribe para una Solución del Problema de su Deuda Externa. Adoptada en la Conferencia Regional sobre Deuda Externa. Caracas, 18 e 22 de junio de 1990”. In: VVAA. *Deuda Externa y Alternativas de Crecimiento para América Latina y el Caribe*. Caracas, SELA.s/d.

Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (ONU), Resolução 3281 (Sessão XXIX)

A Assembléia Geral,

Lembrando que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em sua Resolução 45 (III), de 18 de maio de 1972, afirmou a urgente necessidade de estabelecer normas obrigatórias que regulamentem de forma sistemática e universal as relações econômicas entre os Estados, bem como reconheceu que não é factível alcançar uma ordem internacional justa e nem um mundo estável enquanto não se concretizar a Carta que haverá de proteger devidamente os direitos de todos os países e em particular dos países em desenvolvimento.

Lembrando também que, na referida Resolução, decidiu se estabelecer um Grupo de Trabalho, de representantes governamentais, para elaborar o texto de um projeto de Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados que a Assembléia Geral, em sua Resolução 3037 (XXVII), de 19 de dezembro de 1972, decidiu que ficará integrado por quarenta Estados-Membros.

Tomando nota de que, em sua Resolução 3082 (XXVIII), de 6 de dezembro de 1973, reafirmou sua convicção da urgente necessidade de estabelecer ou acrescentar normas de aplicação universal para o desenvolvimento das relações econômicas internacionais sobre bases justas e equitativas, e solicitou ao Grupo de Trabalho sobre a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados que, como primeiro passo no trabalho de codificação e desenvolvimento da matéria, termine a elaboração de um projeto final da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados para ser examinado e aprovado durante o vigésimo nono período de sessões da Assembléia Geral.

Tendo em conta o espírito e a letra de suas Resoluções 3 201 (S-VI) e 3 202 (S-VI), de 1º de maio de 1974, que continham, respectivamente, a Declaração e o Programa de Ação sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional em que se salientava a importância vital de que a Carta fora adotada pela Assembléia Geral em seu vigésimo nono período de sessões, e insistia no fato de que a Carta constituiria um instrumento eficaz para criar um novo sistema de relações econômicas internacionais, baseado na equidade, igualdade soberana e interdependência dos interesses dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

Havendo examinando o informe do Grupo de Trabalho sobre a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, sobre seu quarto período de sessões, transmitido à Assembléia Geral pela Junta de Comércio e Desenvolvimento em seu décimo quarto período de sessões.

Expressando seu reconhecimento ao Grupo de Trabalho sobre a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, que, como resultado do trabalho realizado durante seus quatro períodos de sessões, celebrados entre fevereiro de 1973 e junho de 1974, reuniu os elementos necessários para concluir a elaboração e adotar a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, no vigésimo nono período de sessões da Assembléia Geral, assim como esta o havia recomendado previamente. Adota e proclama solenemente a seguinte Carta:

CARTA DOS DIREITOS E DEVERES ECONÔMICOS DOS ESTADOS PREÂMBULO

A Assembléia Geral,

Reafirmando os propósitos fundamentais das Nações Unidas, especialmente a preservação da paz e a segurança internacional, o estímulo das relações de amizade entre as nações e a realização da cooperação internacional na solução de problemas internacionais de caráter econômico e social.

Afirmando a necessidade de fortalecer a cooperação internacional nesses campos. Reiterando também a necessidade de consolidar a cooperação internacional para o desenvolvimento.

Declarando que um objetivo fundamental da presente Carta é promover o estabelecimento da nova ordem econômica internacional, baseada na equidade, na igualdade soberana, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre todos os Estados, sem distinção de sistema econômicos e sociais.

Desejando contribuir para a criação de condições favoráveis para:

- a) a obtenção de uma prosperidade mais ampla em todo os países e de níveis de vida mais elevados para todos os povos;
- b) a promoção, por toda a comunidade internacional, do progresso econômico e social de todos os países em desenvolvimento;
- c) o estímulo, sobre a base do proveito comum e benefícios equitativos para todos os Estados amantes da paz, desejosos de cumprir com as disposições desta Carta de Cooperação em matéria econômica, comercial, científica e técnica, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos ou sociais;
- d) a eliminação dos principais obstáculos ao progresso econômico dos países em desenvolvimento;
- e) a aceleração do crescimento econômico dos países em desenvolvimento com o objetivo de eliminar a brecha econômica entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos;
- f) a proteção, conservadora e melhoramento do meio ambiente.

Consciente da necessidade e manter uma ordem econômica e social que seja justa e eqüitativa mediante:

- a) a obtenção de relações econômicas internacionais mais racionais e eqüitativas e o aumento de mudanças estruturais na economia mundial;
- b) a criação de condições que permitam uma maior expansão do comércio e uma intensificação da cooperação econômica entre todas as nações;
- c) o fortalecimento da independência econômica dos países em desenvolvimento;
- d) o estabelecimento e promoção de relações econômicas internacionais, tendo presente as diferenças reconhecidas de crescimento dos países em desenvolvimento e suas necessidades específicas.

Decidida a promover a segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, particularmente, dos países em desenvolvimento, com restrito respeito da igualdade soberana de cada Estado e mediante a cooperação de toda a comunidade internacional.

Desejando que uma autêntica cooperação entre os Estados, baseada no exame em comum dos problemas econômicos internacionais e na ação conjunta a respeito dos mesmos, e essencial para cumprir o desejo de toda a comunidade internacional de alcançar um desenvolvimento justo e racional a nível mundial.

Sublinhando a importância de assegurar condições apropriadas para o exercício de relações econômicas normais entre todos os Estados, independentemente das diferenças de sistemas sociais e econômicos, assim como para o pleno respeito dos direitos de todos os povos, e a de fortalecer os instrumentos de cooperação econômica internacional como meios para consolidar a paz em benefício de todos.

Convencida da necessidade de desenvolver um sistema de relações econômicas internacionais sobre a base da igualdade soberana, em benefício mútuo e eqüitativo e da estreita inter-relação dos interesses de todos os Estados.

Reiterando que a cada país corresponde principalmente a responsabilidade de seu próprio desenvolvimento, embora uma cooperação internacional concomitante e efetiva seja um fator essencial para o sucesso cabal de seus próprios objetivos de desenvolvimento.

Firmemente convencida da urgente necessidade de elaborar um sistema de relações econômicas internacionais substancialmente melhorado.

Adota solenemente a presente Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

Capítulo I

Princípios Fundamentais das Relações Econômicas Internacionais

As relações econômicas, políticas e de outra índole entre os Estados serão regidas, entre outros, pelos seguintes princípios:

- a) soberania, integridade territorial e independência política dos Estados;
- b) igualdade soberana de todos os Estados;
- c) não-agressão;
- d) não-intervenção;
- e) benefício mútuo e eqüitativo;
- f) coexistência pacífica;
- g) igualdade de direitos e livre determinação dos povos;
- h) solução pacífica dos litígios;
- i) reparação das injustiças existentes pela imposição das forças que privem uma nação dos meios naturais necessários para seu desenvolvimento normal;
- j) cumprimento de boa-fé das obrigações internacionais;
- k) respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
- l) abstenção de todo intento de buscar hegemonia e esferas de influência;
- m) incremento da Justiça Social internacional;
- n) cooperação internacional para o desenvolvimento;
- o) livre acesso ao mar para os países sem litoral, dentro do marco dos princípios acima enunciados.

Capítulo II

Direitos e Deveres Econômicos dos Estados

Artigo 1

Todo Estado tem o direito soberano e inalienável de eleger seu sistema econômico, assim como seu sistema político, social e cultural, de acordo com a vontade de seu povo, sem ingerência, coação ou ameaça externas de nenhuma classe.

Artigo 2

1. Todo Estado tem e exerce livremente soberania plena e permanente, inclusive posse, uso e disposição, sobre toda sua riqueza, recursos naturais e atividades econômicas.
2. Todo Estado tem o direito de:

a) Regulamentar e exercer autoridade sobre os investimentos estrangeiros dentro de sua jurisdição nacional de acordo com as suas leis e regulamentos, e de conformidade com seus objetivos e prioridades nacionais. Nenhum Estado deverá ser obrigado a outorgar um tratamento preferencial à inversão estrangeira.

b) Regulamentar e supervisionar as atividades das empresas transnacionais que operem dentro de sua jurisdição nacional e adotar medidas para assegurar-se de que essas atividades ajustem-se a suas leis, regulamentos e disposições, e que estejam de acordo com suas políticas econômicas e sociais.

As empresas transnacionais não interferirão nos assuntos internos do Estado que ajudem. Todo Estado deverá, tendo presente seus direitos soberanos, cooperar com outros Estados no exercício do direito a que se refere este inciso.

c) Nacionalizar, expropriar ou transferir a propriedade de bens estrangeiros. Nesse caso, o Estado que adote essas medidas deverá pagar uma compensação apropriada, tendo presente suas leis e regulamentos aplicáveis a todas as circunstâncias que o Estado considere pertinentes. No caso em que a questão da compensação seja motivo de controvérsia, esta será resolvida conforme a lei nacional do Estado que nacionalize e pelos seus tribunais, a menos que todos os Estados interessados concordem, livre e mutuamente, em utilizar outros meios pacíficos sobre a base da igualdade soberana dos Estados e de acordo com o princípio de livre escolha dos meios.

Artigo 3

Na exploração dos recursos naturais compartilhados entre dois ou mais países, cada Estado deve cooperar sobre a base de um sistema de informação e consulta prévia com o objetivo de obter uma ótima utilização dos mesmos, que não provoque prejuízos aos legítimos interesses dos outros.

Artigo 4

Todo Estado tem o direito de praticar o comércio internacional e outras formas de cooperação econômica, independentemente de qualquer diferença de sistemas políticos, econômicos e sociais. Nenhum Estado será objeto de discriminação de qualquer natureza fundado nessas mesmas diferenças. Na prática do comércio internacional e de outras formas de cooperação econômica, todo Estado pode livremente escolher as formas de organização para as suas relações econômicas exteriores e realizar acordos bilaterais e multilaterais que sejam compatíveis com suas obrigações internacionais e com as necessidades da cooperação econômica internacional.

Artigo 5

Todos os Estados têm o direito de associar-se em organizações de produtos de matérias-primas, com o objetivo de desenvolver suas economias nacionais, obter um financiamento estável para seu desenvolvimento e, no cumprimento de seus propósitos, colaborar na promoção do crescimento constante da economia mundial, em especial acelerando o progresso dos países em desenvolvimento. Por isso, todos os Estados têm o dever de respeitar, abstendo-se de aplicar medidas econômicas e políticas que o possam limitar.

Artigo 6

Todos os Estados têm o dever de contribuir para o desenvolvimento do comércio internacional de mercadorias, em especial através de pactos e mediante a conclusão a longo prazo de acordos multilaterais sobre produtos básicos, segundo corresponda, e tendo presente os interesses de produtores e consumidores. Todos os Estados compartilham a responsabilidade de promover a circulação e acesso regular de todas as mercadorias a preços estáveis, remunerados e equitativos, contribuindo ao progresso equilibrado da economia mundial, levando em conta, especialmente, os interesses dos países em desenvolvimento.

Artigo 7

Todo Estado tem a responsabilidade primordial de promover o crescimento econômico, social e cultural e seu povo. Para isso, cada Estado tem o direito e a responsabilidade de eleger seus objetivos e meios de desenvolvimento, de mobilizar e utilizar integralmente seus recursos, de efetivar reformas econômicas e sociais progressivas e de assegurar a plena participação de seu povo no processo e benefícios do crescimento. Todos os Estados têm o dever, individual e coletivamente, de cooperar para a eliminação dos obstáculos que retardam essa mobilização e utilização.

Artigo 8

Os Estados devem cooperar para facilitar relações econômicas internacionais mais racionais e equitativas, e também estimular mudanças estruturais no contexto de uma economia mundial equilibrada, em harmonia com as necessidades e interesses de todos os países, em particular os países em desenvolvimento, e para esse propósito devem adotar medidas adequadas.

Artigo 9

Todos os Estados têm a responsabilidade de cooperar nas esferas econômicas, social, cultural, científica e tecnológica para promover o progresso econômico e social em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento.

Artigo 10

Todos os Estados são juridicamente iguais e, como membros iguais da comunidade internacional, têm o direito de participar plena e efetivamente no processo internacional de adoção de decisões para a solução dos problemas econômicos, financeiros e monetários mundiais, *inter alia*, através das organizações internacionais apropriadas, em conformidade com suas normas atuais ou futuras, e de compartilhar equitativamente os benefícios que surjam dessa situação.

Artigo 11

Todos os Estados devem cooperar para fortalecer e melhorar continuamente a eficácia das organizações internacionais na aplicação de medidas que estimulem o progresso econômico geral de todos os países, em particular dos países em desenvolvimento, e por isso, devem cooperar para adotá-las quando seja apropriado às necessidades variáveis da cooperação econômica internacional.

Artigo 12

1. Os Estados têm o direito de participar, com a aprovação das partes envolvidas, na cooperação sub-regional, regional e inter-regional, em seu propósito de alcançar seu crescimento econômico e social. Todos os Estados participantes nessa cooperação têm o dever de vigiar para que as políticas das organizações a quem pertencem correspondem às disposições desta Carta e tenham presente o mundo exterior, sejam compatíveis com suas obrigações internacionais e com as necessidades da cooperação econômica internacional e tenham em conta os legítimos interesses de terceiros países, especialmente dos países em desenvolvimento.

2. No caso de organizações a que os Estados interessados hajam transferido ou transfiram outras competências, no que se refere às questões que estão no âmbito da presente Carta, suas disposições se aplicarão também a essas organizações, de forma compatível com as responsabilidades desses Estados como membros de tais organizações. Estes Estados devem prestar sua cooperação para que as organizações cumpram com as disposições desta Carta.

Artigo 13

1. Todo Estado tem o direito de aproveitar os avanços e progressos da ciência e da tecnologia para acelerar seu desenvolvimento econômico e social.

2. Todos os Estados devem promover a cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia, assim como a transmissão de tecnologia, tendo devidamente em conta todos os interesses legítimos, inclusive, entre outros, os direitos e deveres dos titulares, fornecedores e beneficiários de tecnologia. Em particular, todos os Estados devem facilitar o acesso dos países em desenvolvimento aos avanços da ciência e tecnologia moderna, a transmissão de tecnologia e a criação de tecnologia autóctone em benefício dos países em desenvolvimento, segundo formas e procedimentos convenientes às economias e necessidades destes países.

3. Consequentemente, os países desenvolvidos devem cooperar com os países em desenvolvimento no estabelecimento, fortalecimento e crescimento de suas infra-estruturas científicas e atividades tecnológicas, de forma a ajudar a expandir e a transformar as economias dos países em desenvolvimento.

4. Todos os Estados devem cooperar na pesquisa, com o objetivo de desenvolver diretrizes ou regulamentações aceitas internacionalmente para a transferência de tecnologia, tendo plenamente em conta os interesses dos países em desenvolvimento.

Artigo 14

Todo Estado tem o dever de cooperar para a promoção de uma expansão e liberalização constante e crescente do comércio mundial e um melhoramento do bem-estar e do nível de vida de todos os povos, especialmente dos países em desenvolvimento. Em consequência, todos os Estados devem cooperar com o objetivo, *inter alia*, de eliminar progressivamente os obstáculos que se opõem ao comércio e a melhorar o quadro internacional no qual se desenvolve o comércio mundial; para esses fins, se farão esforços coordenados com o objetivo de solucionar, de forma equitativa, os problemas comerciais de todos os países, considerando os problemas comerciais específicos dos países em desenvolvimento. Para isto, os Estados adotarão medidas com o objetivo de conseguir benefícios adicionais para o comércio internacional dos países em desenvolvimento, de forma a obter para estes um aumento substancial de seus ingressos em divisas, a diversificação de suas exportações e a aceleração da taxa de crescimento do seu comércio. Tendo em vista suas necessidades em matéria de desenvolvimento, o decorrente aumento das possibilidades desses países de participar na expansão do comércio mundial e um equilíbrio mais favorável aos países em desenvolvimento na distribuição das vantagens resultantes dessa expansão, conseguindo um melhoramento substancial das condições de acesso aos produtos de interesse para os países em desenvolvimento e, quando seja apropriado, através de medidas que procurem obter preços estáveis, equitativos e lucrativos para os produtos primários.

Artigo 15

Todos os Estados têm o dever de conseguir um desarmamento geral e completo, através de um controle internacional eficaz, e de utilizar os recursos liberados como resultante das medidas efetivas de desarmamento para o desenvolvimento econômico e social dos países, deixando uma proporção considerável desses recursos como meios adicionais para financiar as necessidades de crescimento dos países em desenvolvimento.

1. É direito e dever de todos os Estados, individual e coletivamente, eliminar o colonialismo, o *apartheid*, a discriminação racial, o neocolonialismo e todas as formas de agressão, ocupação e dominação estrangeira, assim como as consequências econômicas e sociais destes, como condição prévia para o desenvolvimento. Os Estados que praticam essas políticas de coerção são, economicamente responsáveis perante os países, territórios e povos atingidos, quanto à restituição a plena indenização pela exploração e esgotamento dos recursos naturais, assim como pelos prejuízos provocados a esses recursos.

É dever de todos os Estados prestar-lhes assistência.

2. Nenhum Estado tem o direito de promover ou estimular investimentos que possam constituir obstáculo para a libertação de um território ocupado pela força.

Artigo 17

A cooperação internacional para o desenvolvimento é objetivo compartilhado e dever comum de todos os Estados. Todo Estado deve cooperar nos esforços dos países em desenvolvimento para acelerar o desenvolvimento econômico e social, assegurando-lhes condições externas favoráveis e dando-lhes uma assistência ativa, compatível com suas necessidades e objetivos de crescimento, com restrito respeito à igualdade soberana dos Estados e livre de quaisquer condições que prejudiquem sua soberania.

Artigo 18

Os países desenvolvidos devem aplicar, melhorar e ampliar o sistema de vantagens alfandegárias generalizadas, não-recíprocas e não-discriminatórias, aos países em desenvolvimento, em conformidade com as conclusões estipuladas e decisões aprovadas a este respeito, no âmbito das organizações internacionais competentes. Também, os países desenvolvidos devem seriamente estudar a possibilidade de adotar outras medidas diferenciais nas esferas possíveis e apropriadas, de modo que se ofereça, aos países em desenvolvimento, um tratamento especial e mais favorável, a fim de satisfazer suas necessidades, em matéria de comércio e desenvolvimento. Nas suas relações econômicas internacionais, os países desenvolvidos evitarão toda medida que tenha efeitos negativos sobre o acréscimo das economias nacionais dos países em desenvolvimento e que sejam promovidos pelas vantagens alfandegárias generalizadas e por outras medidas diferenciais, geralmente acertadas em seu favor.

Artigo 19

No propósito de acelerar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento e diminuir o abismo econômico entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, os países desenvolvidos deverão conceder um tratamento preferencial generalizado, sem reciprocidade e sem discriminação, aos países em desenvolvimento nas esferas da cooperação internacional em que seja possível.

Artigo 20

Os países em desenvolvimento, em seus esforços por aumentar seu comércio global, devem prestar a devida atenção à possibilidade de ampliar seu comércio com os países socialistas, concedendo a estes países condições comerciais que não sejam inferiores às concebidas normalmente aos países desenvolvidos com economia de mercado.

Artigo 21

Os países em desenvolvimento deverão esforçar-se em promover a expansão de seu comércio mútuo e, para isso, poderão, de modo compatível com as disposições atuais e futuras, e pelos procedimentos estabelecidos em acordos internacionais, conceder vantagens comerciais a outros países em desenvolvimento, sem estarem obrigados a outorgar essas vantagens aos países desenvolvidos, sempre que esses acordos não constituam impedimento à liberalização e expansão do comércio global.

Artigo 22

1. Todos os Estados devem responder às necessidades e objetivos geralmente reconhecidos ou mutuamente tratados nos países em desenvolvimento, promovendo maiores fluxos de recursos reais, desde todas as fontes, aos países em desenvolvimento, levando em conta quaisquer obrigações e compromissos contraídos pelos Estados interessados, com o objetivo de reforçar os esforços dos países em desenvolvimento para dinamizar seu crescimento econômico e social.
2. Neste contexto, em forma compatível com as finalidades e objetivos mencionados anteriormente, e levando em conta qualquer obrigação contraída a este respeito, devem realizar-se esforços por aumentar o volume nítido dos investimentos financeiros aos países em desenvolvimento, provenientes de fontes oficiais, e de melhorar seus termos e condições.
3. A corrente dos recursos de assistência para o desenvolvimento deve incluir assistência econômica e técnica.

Artigo 23

Para promover a mobilidade eficaz de seus próprios recursos, os países em desenvolvimento devem afiançar sua cooperação econômica e ampliar seu comércio mútuo, objetivando acelerar seu crescimento econômico e social. Todos os países, em particular os desenvolvidos, individualmente e por intermédio das organizações internacionais competentes das quais sejam membros, devem dar apoio e cooperação apropriada e eficaz.

Artigo 24

Todos os Estados têm o dever de conduzir suas relações econômicas mútuas, de maneira que levem em conta os interesses dos demais países. Em particular, todos os Estados devem evitar prejudicar os interesses dos países em desenvolvimento.

Artigo 25

Em apoio ao progresso econômico mundial, a comunidade internacional, em particular seus membros desenvolvidos, prestará especial atenção às necessidades e aos problemas peculiares dos países em desenvolvimento sem litoral, e também dos países insulares em desenvolvimento, assim como dos países em desenvolvimento menos adiantados, com o objetivo de ajudá-los a superar suas dificuldades particulares e colaborar para o seu desenvolvimento econômico e social.

Artigo 26

Todos os Estados têm o dever de coexistir na tolerância e conviver em paz, independentemente das diferenças de seus sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais, e de facilitar o comércio entre países com sistemas econômicos e sociais diferentes. O comércio internacional deve conduzir-se sem prejuízos de preferências gerais, não-recíprocas e não-discriminatórias, em favor dos países em desenvolvimento, sobre a base da vantagem mútua, dos benefícios eqüitativos e do intercâmbio do tratamento de nação mais favorecida.

Artigo 27

1. Todo Estado tem o direito de desfrutar plenamente dos benefícios do comércio mundial de invisíveis e de praticar a expansão desse comércio.

2. O comércio mundial, fundado na eficácia e no benefício mútuo e eqüitativo, que promove a expansão da economia mundial, é o objetivo comum de todos os Estados. O papel dos países em desenvolvimento no comércio mundial de invisíveis deve ser acrescentado e fortalecido de maneira compatível com as finalidades acima expressa, dando-se particular atenção às necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

3. Todos os Estados devem cooperar com os países em desenvolvimento nos esforços destes por incrementar a capacidade de gerar divisas de suas transações de invisíveis, conforme a potencialidade e necessidade de cada país em desenvolvimento e de tornar compatível com os objetivos acima mencionados.

Artigo 28

Todos os Estados têm o dever de cooperar para obter acordos nos preços das exportações dos países em desenvolvimento, em relação aos preços de suas importações, com o objetivo de promover relações de intercâmbio justas e eqüitativas para eles, de maneira que sejam compensadoras para os produtores e eqüitativas tanto para os produtores como para os consumidores.

Capítulo III

Responsabilidades Comuns para com a Comunidade Internacional

Artigo 29

Os fundos marinhos, oceânicos e seu subsolo, fora dos limites da jurisdição nacional, assim como os recursos das zonas econômicas exclusivas, são patrimônio comum da humanidade. Sobre a base dos princípios aprovados pela Assembléia Geral em sua Resolução 2749 (XXV), de 17 de dezembro de 1970, todos os Estados deverão assegurar que a exploração das zonas econômicas exclusivas e seus recursos se realize exclusivamente para fins pacíficos e que os benefícios que sejam derivados se repartam eqüitativamente entre todos os Estados, tendo presente os interesses e necessidades especiais dos países em desenvolvimento; mediante a realização de um tratado internacional de caráter universal que conte com a aprovação geral, estabelecer-se-á um regime internacional que seja aplicável à zona e seus recursos, e que compreenda um mecanismo internacional apropriado para fazer efetivas suas disposições.

Artigo 30

A proteção, a preservação e o melhoramento do meio ambiente para as gerações presentes e futuras é responsabilidade de todos os Estados. Todos os Estados devem tratar de estabelecer suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento em conformidade com essa responsabilidade. As políticas ambientais de todos os Estados devem promover e não atingir desfavoravelmente o atual e futuro potencial de crescimento dos países em desenvolvimento. Todos os Estados têm a responsabilidade de velar para que as atividades realizadas na sua jurisdição e sob seu controle não provoquem danos ao meio ambiente de outros Estados ou das zonas econômicas exclusivas, estabelecidas fora dos limites da jurisdição nacional. Todos os Estados devem cooperar na elaboração de normas e regulamentos internacionais na esfera do meio ambiente.

Capítulo IV

Disposições Finais

Artigo 31

Todos os Estados têm o dever de contribuir para a expansão equilibrada da economia mundial, tendo presente a estreita relação existente entre o bem-estar dos países desenvolvidos e o crescimento e incremento dos países em desenvolvimento, observando que a prosperidade da comunidade internacional no seu conjunto é decorrente da prosperidade de suas partes constitutivas.

Artigo 32

Nenhum Estado poderá empregar medidas econômicas, políticas ou de nenhuma outra índole, nem fomentar o emprego de tais medidas, com o objetivo de coagir outro Estado para obter dele a subordinação do exercício de seus direitos soberanos.

Artigo 33

1. Em nenhuma situação poderá ser interpretada a presente Carta num sentido que menospreze ou anule as disposições da Carta das Nações Unidas ou as medidas adotadas em cumprimento das mesmas.

2. Na sua interpretação e aplicação, as disposições da presente Carta estão relacionadas entre si, e cada uma delas deve interpretar-se no contexto das outras.

Artigo 34

Um tema da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados será incluído no programa do trigésimo período de sessões da Assembléia Geral e, desde esse momento, em cada quinto período de sessões. Assim se realizará um exame sistemático e completo da aplicação da Carta que englobe tanto os progressos realizados quanto as melhorias e adições que possam ser necessárias e apropriadas.

Nesse exame, deve-se-á observar a evolução de todos os fatores econômicos, sociais, jurídicos e de outra índole que tenham relação com os princípios em que se baseia a presente Carta e as suas finalidades.

2315º Sessão Plenária,

12 de Dezembro de 1974

CONVÊNIO DO PANAMÁ

CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO - SELA

Os Estados da América Latina, representados na Reunião Ministerial convocada para constituir o Sistema Econômico Latino-Americano, considerando:

Que é necessário estabelecer um sistema permanente de cooperação econômica e social intra-regional e de consulta e coordenação das posições da América Latina, tanto nos organismos internacionais como ante terceiros países e grupos de países;

Que a dinâmica atual das relações internacionais, nos campos econômico e social, torna igualmente necessário que os esforços e iniciativas realizados até o momento para alcançar a coordenação entre os países latino-americanos transformem-se num sistema permanente que pela primeira vez inclua todos os Estados da região, responsabilize-se pelos acordos e princípios que até o momento foram adotados conjuntamente pela totalidade dos países da América Latina e assegure sua execução por meio de ações concertadas;

Que tal cooperação deve realizar-se dentro do espírito da Declaração e do Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados e de forma congruente com os compromissos de integração assumidos pela maioria dos países da América Latina;

Que é imprescindível propiciar uma maior unidade dos países da América Latina, a fim de garantir ações solidárias no campo da cooperação econômica e social intra-regional, aumentar o poder de negociação da região e assegurar que a América Latina ocupe o lugar que legitimamente lhe cabe no seio da comunidade internacional;

Que é necessário que as ações de um sistema permanente de coordenação intra-regional, de consulta e de cooperação da América Latina, se desenvolvam com base nos princípios de igualdade, soberania, independência dos Estados, solidariedade, não intervenção nos assuntos internos, benefício recíproco e não discriminação e com base no pleno respeito aos sistemas econômicos e sociais livremente decididos pelos Estados;

Que é conveniente fortalecer e complementar os diversos processos latino-americanos de integração, mediante a promoção conjunta de programas e projetos específicos de desenvolvimento;

Que, em consequência, torna-se conveniente e oportuno criar um organismo regional para o cumprimento desses propósitos; e

Que na reunião do Panamá, realizada de 31 de julho a 2 de agosto de 1975, chegou-se a um consenso para criar o Sistema Econômico Latino-Americano,

Concordam em celebrar o seguinte Convênio Constitutivo:

Capítulo I

Natureza e Propósitos

Artigo 1

Os Estados signatários decidem constituir, mediante este instrumento, o Sistema Econômico Latino-Americano, daqui por diante denominado SELA, cuja composição, faculdades e funções se estipulam neste convênio Constitutivo.

Artigo 2

O SELA é um organismo regional de consulta, coordenação, cooperação e promoção econômica e social conjunta, de caráter permanente, com personalidade jurídica internacional, integrado por Estados soberanos latino-americanos.

Artigo 3

São propósitos fundamentais do SELA:

- a) promover a cooperação intra-regional, com o fim de acelerar o desenvolvimento econômico e social de seus membros;
- b) promover um sistema permanente de consulta e coordenação para a adoção de posições e estratégias comuns sobre temas econômicos e sociais, tanto nos organismos e foros internacionais, como frente a terceiros países e grupos de países.

Artigo 4

As ações do SELA se basearão nos princípios de igualdade, soberania e independência dos Estados, de solidariedade e de não intervenção nos assuntos internos, respeitando as diferenças de sistemas políticos, econômicos e sociais.

As ações do SELA deverão respeitar ainda as características próprias dos diferentes processos de integração regional e sub-regional, assim como seus mecanismos fundamentais e sua estrutura jurídica.

Capítulo II

Objetivos

Artigo 5

Os objetivos do SELA são:

1. Promover a cooperação regional, com a finalidade de alcançar um desenvolvimento integral auto-sustentado e independente, particularmente mediante ações destinadas a:

- a) propiciar melhor utilização dos recursos naturais, humanos, técnicos e financeiros da região através do fomento à criação de empresas multinacionais latino-americanas. Tais empresas poderão estar constituídas com capitais estatais, paraestatais, privados ou mistos cujo caráter nacional seja garantido pelos respectivos Estados-Membros e cujas atividades estejam à sua jurisdição e supervisão;
 - b) estimular níveis satisfatórios de produção e fornecimento de produtos agrícolas, energéticos e outros produtos básicos, prestando especial atenção ao abastecimento de alimentos e propiciar ações no sentido de coordenação de políticas nacionais de produção e fornecimento, com vistas a alcançar um política latino-americana nessa matéria;
 - c) estimular, na região, a transformação de matérias-primas dos Estados-Membros, a complementação industrial, o intercâmbio comercial intra-regional e a exportação de produtos manufaturados;
 - d) planejar e reforçar mecanismos e formas de associação que permitam aos Estados-Membros obter preços remunerados, assegurar mercados estáveis para a exportação de seus produtos básicos e manufaturados e aumentar seu poder de negociação, sem prejuízo do apoio necessário aos sistemas e mecanismos de coordenação e defesa dos preços das matérias-primas aos quais já pertençam países da área;
 - e) melhorar a capacidade de negociação para a aquisição e utilização de bens de capital e de tecnologia;
 - f) propiciar a canalização de recursos financeiros para projetos e programas que estimulem o desenvolvimento dos países da região;
 - g) fomentar a cooperação latino-americana para a criação, desenvolvimento, adaptação e intercâmbio de tecnologia e informação científica, assim como o melhor aproveitamento dos recursos humanos, de educação, ciência e cultura;
 - h) estudar e propor medidas para assegurar que as empresas transacionais se sujeitem aos objetivos do desenvolvimento da região e aos interesses nacionais dos Estados-Membros e intercambiar informações sobre as atividades de tais empresas;
 - i) promover o desenvolvimento e a coordenação dos transportes e das comunicações, especialmente no âmbito intra-regional;
 - j) promover a cooperação em matéria de turismo entre os Países-Membros;
 - k) estimular a cooperação para a proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente;
 - l) apoiar os esforços de ajuda aos países que enfrentam situações econômicas de emergência, assim como as que sejam provocadas por desastres naturais;
 - m) quaisquer outras ações afins às anteriores que contribuam para atingir o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.
2. Apoiar os processos de integração da região e propiciar ações coordenadas entre eles, ou deles com os Estados-Membros do SELA, em especial aquelas ações que tendam à sua harmonização e convergência, respeitando os compromissos assumidos dentro desses processos.
 3. Promover a formulação e execução de programas e projetos econômicos e sociais de interesse para os Estados-Membros.
 4. Atuar como mecanismo de consulta e coordenação da América Latina para a formulação de posições e estratégias comuns sobre temas econômicos e sociais frente a terceiros países, grupo de países e em organismo e foros internacionais.
 5. Propiciar, no contexto dos objetivos de cooperação intra-regional do SELA, os meios para assegurar um tratamento preferencial para os países de menor desenvolvimento relativo e medidas especiais para os países de mercado limitado e para aqueles cuja condição mediterrânea influi no seu desenvolvimento, levando em conta as condições econômicas de cada um dos Estados-Membros.

Capítulo III **Membros**

Artigo 6

São membros do SELA os Estados soberanos latino-americanos que assinem e ratifiquem o presente Convênio Constitutivo.

Artigo 7

O presente convênio ficará aberto à adesão dos demais Estados soberanos latino-americanos, que não o tenham assinado, os quais deverão depositar, para tal fim, junto ao Governo da Venezuela o respectivo instrumento de adesão. O Convênio entrará em vigor, para o Estado que a ele aderir, trinta dias após o depósito do respectivo instrumento.

Capítulo IV **Estrutura Orgânica**

Artigo 8

São órgãos do SELA:

- a) o Conselho Latino-Americano;
- b) os Comitês de Ação, e
- c) a Secretaria Permanente.

Artigo 9

O Conselho Latino-Americano é o órgão supremo do SELA e será integrado por um representante de cada Estado-Membro. Reunir-se-á normalmente na sede da Secretaria Permanente.

Artigo 10

Cada Estado-Membro tem direito a um voto.

Artigo 11

O Conselho Latino-Americano realizará uma reunião ordinária anual, em nível ministerial e poderá realizar reuniões extraordinária, em nível ministerial ou não, quando assim o decidir a reunião ordinária ou por solicitação de pelo menos um terço dos Estados-Membros. O Conselho poderá modificar por consenso, a proporção estabelecida no presente artigo.

Artigo 12

As reuniões ordinárias do Conselho Latino-Americano, em nível ministerial, serão precedidas de uma reunião preparatória. A convocatória de cada reunião extraordinária estabelecerá se a mesma será precedida por uma reunião preparatória.

Artigo 13

O Conselho poderá reunir-se com a presença de pelo menos a maioria dos Estados-Membros.

Artigo 14

O Conselho Latino-Americano elegerá para cada reunião, um Presidente, dois Vice-Presidentes e um Relator.

Artigo 15

São atribuições do Conselho Latino-Americano:

1. estabelecer as políticas gerais do SELA;
2. eleger e destituir o Secretário Permanente e o Secretário Permanente-Adjunto;
3. Aprovar seu Regulamento e o dos demais órgãos permanentes do SELA;
4. considerar e aprovar o relatório anual da Secretaria Permanente;
5. Aprovar o orçamento e os relatórios financeiros do SELA, assim como fixar as quotas dos Estados-Membros;
6. considerar e aprovar o programa de trabalho do SELA;
7. considerar os relatórios dos Comitês de Ação;
8. decidir sobre a interpretação do presente Convênio Constitutivo;
9. aceitar as emendas ao presente Convênio Constitutivo propostas pelos Estados-Membros;
10. examinar, orientar e aprovar as atividades dos órgãos do SELA;
11. aprovar posições e estratégias comuns dos Estados-Membros sobre temas econômicos e sociais, tanto em organismos e foros internacionais, como ante terceiros países ou grupos de países;
12. considerar as propostas e os relatórios que lhe submeta a Secretaria Permanente sobre matérias de sua competência;
13. decidir sobre a realização de reuniões extraordinárias;
14. decidir sobre o local em que se realizarão suas reuniões, caso não se realizem na sede da Secretaria Permanente;
15. aprovar os acordos operativos concertados pelo Secretário Permanente em função do disposto no artigo 31, inciso 8;
16. adotar as medidas necessárias para a execução do presente Convênio e examinar os resultados de sua aplicação;
17. decidir sobre os demais assuntos de seu interesse, relacionados com os objetivos do SELA.

Artigo 16

As atribuições previstas nos incisos 11 a 17 do artigo anterior poderão ser exercidas por uma reunião de nível não ministerial quando os Estados-Membros assim o decidam.

Artigo 17

O Conselho Latino-Americano adotará suas decisões:

- a) por consenso, no que se refere às atribuições estabelecidas nos incisos 1, 8, 9 e 11 do artigo 15 deste Convênio, e
- b) por maioria de dois terços dos membros presentes ou por maioria absoluta dos Estados-Membros, qualquer que seja a maior, no que se refere às atribuições estabelecidas nos demais incisos do mencionado artigo 15.

Quando um Estado-Membro considerar que um assunto compreendido no inciso 17 do artigo 15 é de fundamental importância para seus interesses nacionais e assim o comunicar ao Conselho, a decisão sobre a matéria será adotada por consenso.

Artigo 18

Os acordos e projetos concretos e específicos que se refiram a cooperação regional somente serão obrigatórios para os países que deles participem.

Artigo 19

O Conselho Latino-Americano não adotará decisões que afetem as políticas nacionais dos Estados Membros.

Artigo 20

Para realização de estudos, programas e projetos específicos e para o preparo e adoção de posições negociadoras conjuntas de interesse para mais de dois Estados-Membros, constituir-se-ão Comitês de Ação, integrados por representantes dos Estados-Membros interessados.

Artigo 21

Os Comitês serão constituídos por decisão do Conselho ou por decisão dos Estados interessados, que deverão comunicá-la à Secretaria Permanente para que esta o transmita aos outros Estados-Membros. Os Comitês, cuja função temporária terminará uma vez executadas suas tarefas específicas, estarão abertos à participação de todos os Estados-Membros.

A Secretaria Permanente poderá propor ao Conselho, a criação de Comitês de Ação.

Artigo 22

O financiamento dos Comitês de Ação ficará a cargo dos Estados-Membros que deles participem.

Artigo 23

Cada Comitê de Ação estabelecerá sua própria Secretaria, a qual na medida do possível, será exercida por um funcionário da Secretaria Permanente, com o fim de apoiar seus trabalhos e contribuir para a coordenação dos Comitês de Ação.

Os Comitês de Ação deverão, em todos os casos, manter a Secretaria Permanente informada sobre os progressos e resultados de seus trabalhos.

Artigo 24

O cumprimento dos objetivos que se referem à cooperação regional, através dos Comitês de Ação, somente será obrigatório para os Estados-Membros que deles participem.

Artigo 25

As atividades dos Comitês de Ação deverão ajustar-se aos objetivos gerais do SELA, não deverão ter efeitos discriminatórios, nem criar situações de conflito em prejuízo de outros Estados-Membros.

Artigo 26

Os Comitês de Ação submeterão à consideração do Conselho Latino-Americano, um relatório anual de suas atividades.

Os Estados-Membros poderão solicitar, quando o desejarem, informação à Secretaria Permanente, sobre o estado dos trabalhos dos Comitês de Ação.

Artigo 27

A Secretaria Permanente é o órgão técnico-administrativo do SELA e terá sua sede na cidade de Caracas, República da Venezuela.

Artigo 28

A Secretaria Permanente será dirigida por um Secretário Permanente ao qual estará subordinado o pessoal técnico e administrativo necessário para o desempenho das funções da Secretaria Permanente.

O Secretário Permanente exercerá a representação legal da Secretaria Permanente. Nos casos específicos determinados pelo Conselho Latino-Americano, atuará como representante legal do SELA. O Secretário Permanente será eleito por um período de quatro anos.

Poderá ser reeleito por um só vez, mas não por períodos consecutivos, e não poderá ser substituído por uma pessoa da mesma nacionalidade. Nas mesmas condições será eleito um Secretário Permanente-Adjunto, que não poderá ser da mesma nacionalidade do Secretário Permanente.

Artigo 29

O Secretário Permanente será cidadão e nacional de um dos Estados-Membros e participará com direito à palavra, mas sem voto, no Conselho Latino-Americano.

Artigo 30

O Secretário Permanente responderá perante o Conselho Latino-Americano pelo exercício adequado das atribuições da Secretaria Permanente. No desempenho de suas funções, o Secretário Permanente e o pessoal da Secretaria não solicitarão nem receberão instruções de Governo algum, nem de organismos nacionais ou internacionais.

Artigo 31

A Secretaria Permanente terá as seguintes atribuições:

1. exercer as funções do que seja incumbida pelo Conselho Latino-Americano e, quando lhe couber, pôr em execução suas decisões;
2. propiciar e realizar os estudos preliminares e tomar as providências necessárias para a identificação e promoção de projetos de interesse para dois ou mais Estados-Membros. Quando tais ações tiverem implicações orçamentárias, sua realização dependerá de disponibilidade de fundos para tais fins;
3. facilitar o desenvolvimento das atividades dos Comitês de Ação e contribuir para a coordenação entre eles, incluindo ajuda para realizar os estudos correspondentes;
4. propor ao Conselho, programas e projetos de interesse comum, sugerindo as formas de levá-los à prática e outras medidas, inclusive reuniões de técnicos, que possam contribuir para a melhor realização dos objetivos do SELA;
5. elaborar e submeter à consideração dos Estados-Membros o projeto de agenda para as reuniões do Conselho e preparar e distribuir os documentos relacionados com a citada agenda;
6. elaborar os projetos de orçamento e de programas de trabalho para submetê-los à aprovação do Conselho;
7. submeter à consideração do Conselho, em sua Reunião Ordinária, os relatórios financeiros do SELA;
8. mediante aprovação do Conselho, promover e concertar acordos para a realização de estudos, programas e projetos com organizações e instituições internacionais, especialmente os de caráter regional, e organizações nacionais de Estados-Membros e de terceiros países;
9. formalizar a convocação das reuniões dos órgãos do SELA;
10. arrecadar as contribuições dos Estados-Membros, administrar o patrimônio e executar o orçamento do SELA;

11. elaborar o relatório anual de suas atividades para submetê-lo à consideração do Conselho em sua reunião ordinária e coordenar a apresentação dos relatórios anuais dos Comitês de Ação, sem prejuízo dos relatórios que estes apresentam diretamente ao Conselho;
12. selecionar e contratar o pessoal técnico e administrativo da Secretaria.

Capítulo V

Ratificação e Vigência

Artigo 32

Cada Estado signatário ratificará o Convênio Constitutivo conforme seus respectivos procedimentos legais.

Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Governo da Venezuela, o qual comunicará a data de depósito aos Governos dos Estados que o tenham assinado e aos que por sua vez a ele tenham aderido.

Artigo 33

O presente Convênio entrará em vigor para os países que o ratifiquem quando a maioria absoluta dos Estados signatários tenha efetuado o depósito do instrumento de ratificação e, para os demais Estados signatários, a partir da data do depósito do respectivo instrumento de ratificação e na ordem em que forem depositados os referidos instrumentos.

As emendas ao Convênio, que sejam propostas por qualquer Estado-Membro, estarão sujeitas à aprovação pelo Conselho Latino-Americano. As emendas entrarão em vigor para os Estados que as tenham ratificado quando dois terços dos Estados-Membros tenham feito o depósito do instrumento respectivo.

Artigo 35

Este Convênio vigorará indefinidamente. Poderá ser denunciado por qualquer dos Estados-Membros, mediante comunicação escrita ao Governo da Venezuela, que a transmitirá sem demora aos demais Estados-Membros.

Transcorridos 90 (noventa) dias a partir da data em que o Governo da Venezuela receber a notificação de denúncia, este convênio cessará seus efeitos em relação ao Estado denunciante. O Estado-Membro cumprirá quaisquer obrigações, a que se haja comprometido antes de notificar sua denúncia, não obstante o fato de que as mesmas se estendam por um prazo posterior à data em que se haja efetuado a citada denúncia.

Capítulo VI

Disposições Gerais

Artigo 36

Os Estados-Membros do SELA custearão as despesas oriundas de seu funcionamento. O Conselho, ao aprovar o orçamento anual, fixará as quotas dos membros, de acordo com a fórmula que seja convencionada para esse fim.

Artigo 37

O SELA, seus órgãos, os funcionários da Secretaria Permanente e os representantes governamentais gozarão, no território de cada um dos Estados-Membros, da capacidade jurídica, privilégios e imunidades que sejam indispensáveis para o exercício de suas funções, para o que se celebrarão os acordos correspondentes com o Governo da Venezuela e os demais Estados Membros.

Artigo 38

São idiomas oficiais do SELA o espanhol, o francês, o inglês e o português.

Artigo 39

O presente Convênio ficará aberto à assinatura pelo período de trinta dias, a partir de 17 de outubro de 1975.

Artigo 40

Este Convênio será registrado na Secretaria Geral das Nações Unidas por meio do Governo da Venezuela.

Em fé do qual, os Plenipotenciários que o assinam havendo depositado seus Plenos Poderes, encontrados em boa e devida forma, firmam o presente Convênio Constitutivo em nome de seus respectivos Governos. Feito na cidade do Panamá, República do Panamá, aos dezessete dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, em um original nos idiomas espanhol, francês, inglês e português, sendo os ditos textos igualmente válidos.

O Governo da Venezuela será o depositário do presente Convênio Constitutivo e enviará cópias devidamente autenticadas do mesmo aos Governos dos demais países signatários e aderentes.

(Seguem-se as assinaturas)

BASES PARA UNA ESTRATEGIA DE SEGURIDAD E INDEPENDENCIA ECONÓMICA DE AMÉRICA LATINA*

América Latina no podrá superar su actual vulnerabilidad externa sin replantear su inserción en la economía internacional y sin tomar suficientemente en cuenta la experiencia que surge de numerosos hechos políticos recientes, que ponen en claro las limitadas esperanzas que cabe cifrar, al menos en la etapa actual, en la cooperación internacional bilateral con los países industrializados.

Mientras no lo haga, seguirá soportando una parte desproporcionada del costo del proceso de integración de las economías centrales y su crisis actual, o seguirá sufriendo las consecuencias del proceso de ajuste que dichas economías tendrán que encarar para superar su crisis actual.

Todo indicaría que el camino más apropiado es la adopción de una estrategia común al conjunto de países de la región, cuyas dos grandes vertientes deben ser, por una parte, el refuerzo de la seguridad económica colectiva, y por otra, la rápida puesta en marcha de un programa de acción destinado a reforzar la cooperación y la integración económica regionales.

Seguridad e independencia económica regionales constituyen dos eslabones de una misma cadena. A medida que se alcancen más altos niveles de desarrollo económico y social, la mayor autonomía que de ellos pueda derivarse, otorgará un mayor poder de presión o disuasión a los mecanismos de seguridad regionales. A su vez, la eficacia de los mecanismos y acciones que se prevean para defender la seguridad económica, estará dada por la medida en que la dependencia, como factor de vulnerabilidad de la región, sea cada vez menor.

El objeto de este documento es sugerir los rasgos y los elementos principales de esa estrategia. De allí que los análisis sectoriales que siguen deban ser considerados, básicamente, como sugerencias indicativas de lo que puede ser la esencia de dicha estrategia. Su conformación definitiva depende de la apreciación que hagan los gobiernos de los Estados miembros de la situación por la que atraviesa la región, de sus perspectivas y de sus posibilidades de poner en práctica los diferentes elementos que aquí se sugieren.

A. EL REFUERZO DE LA SEGURIDAD ECONÓMICA COLECTIVA DE AMÉRICA LATINA

Las medidas punitivas tomadas por la Comunidad Económica Europea y por otros países industrializados con ocasión del Atlántico Sur, han causado serios perjuicios a la República Argentina. Además, algunas de estas medidas terminaron afectando también a otros países latinoamericanos que no eran parte en el conflicto pero que habían expresado su apoyo a la causa argentina.

Esas medidas y estos hechos no tienen precedentes y constituyen una grave amenaza para la seguridad económica de los países en desarrollo en general y de los Estados miembros del SELA en particular:

a) porque son contrarios al derecho internacional y entran en colisión con normas aceptadas por los propios países que las han puesto en práctica y, en particular, con las siguientes;

i) el Artículo 41 de la Carta de las Naciones Unidas

ii) el Artículo 32 de la Carta de Derechos y Deberes Económicos de los Estados

iii) el Artículo I del Acuerdo General de Aranceles y Comercio¹

b) porque constituyen una acción de coerción económica de parte de una serie de países industrializados en apoyo de una potencia colonial en conflicto con un país en desarrollo, con el agravante de que, en el caso de la mayoría de dichos países, la adopción de tales medidas constituye una injerencia en un conflicto que nos los afecta directa ni indirectamente;

c) porque implican una utilización indebida de diversos instrumentos de las relaciones económicas internacionales y plantean el riesgo de que sean utilizados crecientemente con fines políticos;

d) porque sientan un precedente extremadamente grave, que el día de mañana puede reiterarse en otro conflicto de cualquier naturaleza que enfrente a un país en desarrollo con un país industrializado, y

e) porque han derivado en la extensión de la coerción hacia países latino-americanos ajenos al conflicto, aparentemente por el sólo hecho de haber declarado su solidaridad con una de las partes.

Es el caso de preguntarse si esta manera de proceder habría sido posible si los países latinoamericanos hubiesen estado política, económica e institucionalmente preparados para reaccionar conjuntamente y hacer frente de inmediato a decisiones tan arbitrarias. Obsérvese que en el caso de la CEE, los países miembros iniciaron consultas inmediatamente después de comenzado el conflicto y acordaron rápidamente la aplicación de sanciones a la República Argentina. Ello fue posible porque en el marco de la comunidad existen varios mecanismos de consulta y de coordinación entre los países miembros que van, según la naturaleza y urgencia de los problemas, desde la consulta entre los directores o secretarios generales de los Ministerios de Relaciones Exteriores hasta la reunión de jefes de Estado o de Gobierno, pasando por las sesiones casi diarias del Consejo de Representantes Permanentes ante las Comunidades Europeas, en Brusela, y las reuniones regulares de los Ministerios de Relaciones Exteriores o de otras carteras². Y si bien en este caso es cierto que

el apoyo que algunos de los países miembros dieron a aquellas medidas estaba orientado a reforzar una solidaridad que se estaba debilitando por problemas relacionados con el funcionamiento de la CEE, no puede decirse lo mismo acerca del apoyo que les brindaron otros países que no pertenecen a las comunidades, pero que pusieron de manifiesto la cohesión que existe entre la mayoría de los países industrializados cuando el adversario es un país en desarrollo.

Éste no fue el caso de los países latinoamericanos. Si bien es cierto que las expresiones y declaraciones de solidaridad con Argentina de parte de la inmensa mayoría de los países de la región no se hizo esperar, no es menos cierto que esta solidaridad fue inicialmente el reflejo de una acción coordinada y que su materialización se llevó a cabo de una manera dispersa y sin poder concretarse con la rapidez que exigían las circunstancias.

Es un caso muy claro de unidad, por un lado, y de dispersión por otro, que debiera ser objeto de examen y decisión, pues significa un precedente muy serio que hace aconsejable algún tipo de medida colectiva de los países latinoamericanos dirigida a poner en claro que no aceptarán nuevamente ser víctimas de acciones de este tipo y que les opondrán toda la resistencia que sea posible, de modo que las relaciones económicas internacionales continúen siendo un instrumento de desarrollo y de consolidación de la paz y no un factor indebido de coerción de ningún miembro de la comunidad internacional.

Evidentemente se necesita un contrapeso regional cuya mera existencia constituya un factor a ser tenido en cuenta por terceros países al momento de tomar decisiones que puedan afectar a un país latinoamericano.

Esto sólo podrá hacerse mediante el establecimiento de un mecanismo de seguridad económica colectiva, dirigido a facilitar la rápida adopción de medidas comunes de defensa y respuesta en caso de que uno o más países de la región vuelvan a verse ante una situación como la experimentada por la República Argentina.

La noción de seguridad colectiva responde quizá al nivel más elevado de solidaridad entre los miembros de un grupo determinado pues implica que en el caso de agresión a uno de ellos, todos los restantes se consideran agraviados. La consecuencia inevitable de dicho agravio, es que la reacción frente al mismo debe ser colectiva.

Construir esta solidaridad a nivel latinoamericano cuando el edificio de la cooperación está aún en sus comienzos, podría parecer utópico. Sin embargo, la solidaridad evidenciada por la mayoría de los países de la región ante las sanciones impuestas a la República Argentina, abre las puertas a la posibilidad de establecer un sistema permanente de seguridad económica colectiva regional. Por otra parte, el desarrollo mismo de este sistema contribuirá a reforzar la edificación de aquella cooperación. En primer lugar, mediante la reafirmación de la identidad latinoamericana, y luego, al institucionalizar una solidaridad que los hechos han demostrado que existía más allá de muchas consideraciones circunstanciales.

Los mecanismos con que cuenta actualmente la región no son los más adecuados para hacer frente a situaciones de emergencia que representen peligros graves para cualquiera de los Estados miembros, para varios de ellos o para América Latina en su conjunto. El conflicto entre el Reino Unido y la Argentina no es sino un ejemplo que corrobora esta afirmación. Baste recordar que prácticamente en todas las reuniones del Consejo Latinoamericano se han presentado solicitudes de apoyo de distintos países enfrentados a situaciones de emergencia de distinta naturaleza. Estas situaciones pueden ocurrir en cualquier momento y muchas veces resultaría tardío e insuficiente el apoyo que puedan prestar los Estados miembros reunidos en el Consejo Latinoamericano del SELA, una vez al año.

Estas situaciones que requieren de la solidaridad latinoamericana, en el marco de su seguridad colectiva, son de dos tipos:

i) casos de medidas específicas adoptadas por países extrarregionales que tienen por objeto sancionar, coaccionar o presionar a un Estado miembro.

ii) casos de medidas adoptadas por países extrarregionales que no están específicamente dirigidas contra un Estado miembro, o circunstancias derivadas de la coyuntura económica internacional, cuyos efectos recaen de manera desproporcionada sobre uno o varios países miembros y crean situaciones de emergencia que atentan contra su autonomía y la estabilidad de su proceso de desarrollo.

Por consiguiente, se pueden presentar situaciones de naturaleza distinta, con efectos distintos, y que requieren de expresiones de solidaridad distintas. En ciertas circunstancias se trata de medidas cuyo origen es esencialmente político, pero que están proyectadas sobre la vida económica de la región. En otras situaciones se encuadran dentro del contexto de las asimétricas relaciones Norte-Sur.

Las situaciones descritas en los párrafos anteriores no deben confundirse con aquellas por las cuales atraviesan países afectados por desastres naturales, las cuales aconsejan la creación de un mecanismo de carácter permanente de socorro a dichos países. Este tema será tratado en otro punto de la agenda.

En lo que hace a los casos de sanciones económicas adoptadas por motivos esencialmente políticos contra un Estado miembro, si bien el Consejo Latinoamericano ha sido llamado a pronunciarse en más de una oportunidad, no existe hasta aquí ningún procedimiento ágil de consulta y acción que permita concretar la solidaridad regional en una respuesta colectiva oportuna y eficaz.

A diferencia de lo que ocurre en otras áreas del mundo, la experiencia latinoamericana en esta materia es muy escasa.³ Además, las iniciativas que se han adoptado en este campo, en el pasado, incluían a los Estados Unidos, país cuyos intereses, políticas y alianzas son distintos y en algunos casos opuestos a los latinoamericanos, lo cual conduce a contradicciones que debilitan o frustan dichas iniciativas, como se ha puesto de manifiesto dramáticamente con el reciente caso de la Argentina.

La reunión de Representantes Gubernamentales de Alto Nivel para considerar las medidas económicas coercitivas que un grupo de países industrializados ha aplicado contra un Estado miembro del SELA, que se llevó a cabo en Caracas en los primeros días de junio de 1984, pudo ser convocada siguiendo un procedimiento ad hoc. Su inmediata acogida fue una expresión del reconocimiento por parte de los países de la región de la gravedad de la situación planteada y de la necesidad de reaccionar frente a la misma. Pero nada asegura que este procedimiento, no obstante estar en precedentes institucionales, pueda ser el más adecuado para futuras situaciones.

Correspondería, entonces, que los Estados miembros del SELA analicen la vía para establecer un procedimiento de consulta frente a sanciones o medidas adoptadas por países extrarregionales que afecten los intereses económicos de un Estado miembro o de varios. Dicho procedimiento de consulta debería permitir la adopción de medidas de socorro y de defensa.

Ahora, bien, para que estas medidas puedan ser realmente eficaces, se requerirá que sean rápida y efectivamente instrumentadas por un número importante de países de la región y que se prevea la posibilidad de apoyar a los países que pudieran verse afectados, sea por consecuencia de las medidas tomadas o por las eventuales medidas de retorsión que adoptaran países extrarregionales.

Si las medidas que se tomaran fueran ineficaces, en el sentido de que tuvieran un valor sólo teórico (p.ej., suspensión de importaciones desde un país con el que no se comercia) o si su aplicación fuere atenuada o desnaturalizada por uno o más de los países que se comprometieran a adoptarlas, toda la acción perdería eficacia y la credibilidad de los países de la región se vería seriamente afectada.

Estas condiciones hacen necesario que, antes de adoptar cualquier decisión, los países miembros puedan analizar en común:

- i) la repercusión de las medidas que se propongan adoptar;
- ii) las posibilidades prácticas de adoptarlas y de establecer alguna forma de control colectivo sobre su aplicación;
- iii) el efecto que tendría la presión que pudieran tratar de ejercer sobre países de la región algunos de los países llamados a ser afectados por tales medidas.
- iv) el efecto que podrían tener eventuales medidas de retorsión y la capacidad de respuesta ulterior de los países latinoamericanos.

Un análisis de este tipo y la adopción de la clase de medidas que pudieran derivar del mismo, sólo podrán llevarse a cabo a muy alto nivel político. Por la misma razón, la convocatoria de un órgano de tal nivel no podría efectuarse sino bajo ciertas condiciones, en función de la gravedad de la situación.

Dicho órgano podría ser el Consejo Latinoamericano reunido como mecanismo de seguridad económica regional, en sesión extraordinaria y urgente a nivel de ministros de Relaciones Exteriores. Los representantes a la reunión, ministros o funcionarios de otro rango, serían designados en función de la solicitud de convocatoria que hagan el país o los países afectados y del resultado de las consultas que se realicen al respecto.

La creación de este mecanismo no requiere la adopción de un nuevo instrumento jurídico internacional ni la reforma del Convenio de Panamá. Bastaría que el Consejo Latinoamericano, en su VIII Reunión Ordinaria, adoptara una decisión por medio de la cual se estableciera ese mecanismo y se flexibilizara la disposición del Reglamento del mismo Consejo, según la cual la convocatoria debe hacerse con una anticipación no menor de diez días a la fecha prevista y siempre que cuente con el apoyo de un mínimo de dos tercios de los Estados miembro (Artículo 18).

B. EL PERFECCIONAMIENTO DE LA COOPERACIÓN ECONÓMICA

El segundo elemento de la referida estrategia es el perfeccionamiento de la cooperación y la integración económica regionales. Mucho es lo que ya se ha avanzado en la materia en los últimos años. Los procesos subregionales de integración (ALADI, Grupo Andino, Mercado Común Centroamericano, CARICOM), a pesar de que aún no han alcanzado los objetivos que inicialmente se habían propuesto, han facilitado en buena medida el incremento de los intercambios entre sus países miembros. Los organismos especializados regionales, como la OLADE, el Grupo de Países Latinoamericanos y del Caribe Exportadores de Azúcar (GEPLACEA), o los Comités de Acción del SELA, son instituciones que en más de un caso han servido de base al establecimiento de importantes programas de cooperación en áreas específicas, o en la creación de empresas multinacionales latinoamericanas cuya existencia era difícil de imaginar no hace muchos años. En el plano bilateral o en el de la cooperación subregional se ha avanzado mucho por el camino de la integración física o por el de la cooperación en torno a problemas delicados, como los que se plantean a los países de Centroamérica y del Caribe en materia de finanzas y energía.

Muchas áreas de actividad económica de una cierta complejidad que hace una o dos décadas, eran totalmente manejadas desde los centros, como los seguros y reaseguros o el transporte marítimo o aéreo, están hoy día viendo una creciente participación de nuestros países en los mismos. En ello han tenido mucho que ver el intercambio de experiencias, la cooperación y la complementación entre diversos países de la región.

En otros planos, los propios agentes económicos han ido muchas veces más allá de lo que los gobiernos estaban en condiciones de acordar colectivamente.

Al mismo tiempo, resulta evidente que aún estamos muy lejos de las metas que en materia de integración y cooperación se había fijado América Latina en los años sesenta. La crisis generalizada y las dificultades internas de muchos países de la región, más que un acicate han sido un escollo al avance del proceso de integración y cooperación. No es que éstas sean una panacea ni la base de la solución a los

problemas económicos de nuestros países. Sin embargo, tampoco puede ignorarse que si se hubiera avanzado por ese camino, la vulnerabilidad de la región frente a los factores externos que condicionan su desarrollo sería menor y que su potencial de crecimiento habría encontrado en ese proceso un marco de expansión que no se lo otorgan necesariamente los mercados nacionales.

Por otra parte, la integración, tal como se la concebía en los años sesenta, estaba esencialmente limitada a la eliminación de las barreras de comercio y preferentemente las barreras tarifarias. La experiencia de los distintos procesos subregionales puso en evidencia la necesidad de poner también el acento en todos aquellos aspectos de la cooperación en las relaciones económicas internacionales que acompañan al comercio y que lo hacen posible: financiamiento, transporte, seguros, promoción comercial, etc. En otros casos, se hizo evidente que el camino de la integración transitaba por el de la complementación sectorial y que, en más de un caso, requería de una adecuada planificación conjunta del desarrollo industrial. En todas estas áreas los distintos esquemas subregionales de integración han avanzado en forma desigual y, en algunos casos la cooperación a nivel latinoamericano ha trascendido dichos esquemas para alcanzar al conjunto de los países latinoamericanos.

En los años más recientes el SELA hizo su aparición como motor de una nueva etapa de refuerzo de la solidaridad y la cooperación económica intraregional y como medio de acrecentar el poder de negociación de América Latina para poder asegurarle que "ocupe el lugar que legítimamente le corresponde en el seno de la comunidad internacional". A siete años de la firma del Convenio de Panamá, puede decirse que el SELA se ha afianzado como una realidad dentro del proceso de complementación y concertación latinoamericano y que todo indica que si se concreta la voluntad de los gobiernos de los Estados miembros de entrar en una nueva etapa de la cooperación y la integración regionales, ésta tendrá que apoyarse en el SELA como la base institucional que la haga factible.

El lanzamiento de esta nueva etapa requerirá un avance simultáneo en todos los frentes de la cooperación latinoamericana. Sólo así podrá asegurarse que todos los países de la región obtengan beneficios adecuadamente distribuidos y que ninguno de los elementos que la componen al no estar presentes se convierta en un freno para el avance de los restantes. Un planteamiento de esta naturaleza no puede eludir el análisis de las posibilidades del perfeccionamiento de la cooperación y de la integración regionales que se presentan en diversos sectores.

1. Las posibilidades de revisar las relaciones comerciales de la región

Las exportaciones latinoamericanas en 1980 superaron los noventa mil millones de dólares. A pesar del volumen considerable que han adquirido, su participación en el comercio internacional es decreciente. En ello tiene una particular incidencia la caída de los precios de los principales productos de exportación de la región y el peso desproporcionado que ésta sufre del proceso de integración y de eliminación de barreras al comercio entre los países industrializados.

El comercio intralatinoamericano es posible que en los últimos años haya experimentado una mejoría, pero las cifras disponibles hacen suponer que la proporción del mismo (medido en término de exportaciones) no se aleja del porcentaje tradicional que varía entre el 15 y el 18 por ciento, según las fuentes que se toman en consideración.

En el actual contexto de crisis económica generalizada, el creciente proteccionismo de parte de los centros para ciertos productos y de liberalización selectiva del comercio para otros - de tal manera que la protección efectiva aplicada a las importaciones procedentes de los países en desarrollo es mayor que la aplicada al comercio entre países industrializados - hace aconsejable para América Latina analizar a fondo las posibilidades de diversificar y reorientar su comercio, en primer lugar, entre los propios países de la región, y en seguida, hacia el resto de los países en desarrollo.

Un estudio reciente⁴ de la Secretaría Permanente del SELA puso de manifiesto que una parte de los tres millones de dólares de exportaciones argentinas dirigidas hacia los países que le aplicaron sanciones económicas durante el reciente conflicto del Atlántico Sur, podrían llegar a ser absorbidas por los países latinoamericanos, dado que éstos importaban en su conjunto y de los mismos rubros, veinticinco veces más de lo que Argentina exportaba a los países que le aplicaron sanciones. Inversamente, del lado de las importaciones, quedó en evidencia que más de seis mil millones de importaciones argentinas procedentes de esos países también podrían, en un porcentaje elevado, ser provistas por países latinoamericanos que ya cuentan con una importante capacidad de exportación, o de producción, de los mismos productos que Argentina importa.

Y las conclusiones del análisis efectuado respecto del caso argentino, posiblemente podrían, extenderse a la mayor parte de los países de la región. Sólo que para que esta reorientación del comercio de América Latina sea posible se requiere contar con los instrumentos adecuados. Uno de ellos - pero por cierto no el único - es la preferencia arancelaria regional, ya contemplada en el Tratado Constitutivo de la ALADI y cuya instrumentación contribuiría a facilitar los nexos comerciales entre los países de dicha Asociación y entre éstos y el resto de América Latina. Punto este último de particular importancia, si se tiene en cuenta que el noventa por ciento del comercio intrarregional se realiza en el marco de las agrupaciones subregionales de integración.

Resulta poco probable que con los procedimientos extremadamente flexibles del Tratado de Montevideo 1980, se pueda llegar en un plazo prudente al establecimiento de la preferencia latinoamericana. Será el caso, entonces, de negociar y aplicarla con la sola

precaución - prevista en el Convenio de Panamá y el Tratado de la ALADI - de respetar los procesos subregionales de integración económica. Por lo demás, nada estaría más conforme con los objetivos del Convenio de Panamá que poner en marcha proyectos auténticamente regionales como el de una preferencia comercial latinoamericana.

La oportunidad también parece adecuada para profundizar incipientes acciones de cooperación con otras regiones en desarrollo. La CEPAL y la Comisión Económica para África, por ejemplo, han realizado estudios preliminares sobre las posibilidades de incrementar las corrientes de comercio entre ambas regiones.

Podría decirse lo mismo respecto a la cooperación Sur-Sur en el plano comercial de la que el Grupo de los 77 países en desarrollo se ha estado ocupando desde la adopción del Plan de Acción de Caracas para la Cooperación entre Países en Desarrollo.

2. La necesidad de fortalecer la cooperación en otras áreas para facilitar el incremento del comercio intrarregional

Ya se ha puesto de manifiesto que con la sola liberalización de las condiciones de acceso, o incluso mediante la complementación industrial, no será posible ampliar los intercambios intrarregionales. Para que esto pueda concretarse será indispensable hacer sensibles progresos en materias tales como el financiamiento de las exportaciones y especialmente las de bienes de capital, en el desarrollo y facilidades del transporte marítimo, en el mejor control de los seguros y reaseguros extendidos en la región y en materia de promoción del comercio.

América Latina ha adquirido una importante experiencia en todas estas áreas, especialmente por medio de las actividades de las agrupaciones de integración subregionales y gracias a la colaboración de los organismos técnicos regionales, tales como la CEPAL y, en algunos casos, incluso con la cooperación de algunas instituciones internacionales como la UNCTAD. Esta experiencia, sin embargo, no ha sido suficiente para remover los obstáculos que aún subsisten o para asegurar una expansión de dichas actividades acorde con las necesidades del comercio de la región. De allí la necesidad de poner cierto énfasis en el desarrollo de todas y cada una de estas áreas.

a) Financiamiento del comercio intrarregional

Un buen número de los países de la región cuenta con sus propios sistemas nacionales de financiación de exportaciones, en algunos casos, derivados de líneas de crédito especiales facilitadas por el BID, y los logros alcanzados en el marco de la ALADI, del Grupo Andino, del Mercado Común Centroamericano y de la Comunidad del Caribe, son dignos de destacarse.

Por otra parte, como fruto de la experiencia ya adquirida, también se encuentran a consideración de países de la región diversas medidas cuya instrumentación implicaría un fortalecimiento de la capacidad del sistema financiero regional para facilitar los intercambios intrarregionales. Entre dichas medidas, corresponde señalar las siguientes, cuya adopción no puede quedar fuera del marco de una estrategia como la que aquí se propone:

i) ampliar los montos de créditos recíprocos y plazos de compensación en el sistema de compensación de saldos y créditos recíprocos de la ALADI.

El éxito en el financiamiento de este sistema, que ha operado durante más de quince años, justifica ampliar el plazo de compensación de saldos hasta seis meses, de modo que haya sólo dos compensaciones por año. Ello requeriría ampliar también los montos de créditos recíprocos, de manera de evitar en lo posible pagos antes del final del periodo de compensación.

Al extender a seis meses el periodo de la compensación en el sistema de la ALADI éste resultaría idéntico al que se utiliza en el Mercado Común Centroamericano, de modo que desaparecería como elemento de conflicto. Ello también facilitaría un acuerdo rápido sobre las tasas de interés.

iii) Aumentar los montos y plazos de créditos del Acuerdo de Asistencia Financiera de Santo Domingo y extenderlo a toda la región.

Este acuerdo ha sido utilizado en diversas oportunidades por varios países y en todos los casos ha funcionado de manera satisfactoria. Sin embargo, los montos actualmente comprometidos en el Acuerdo son todavía muy poco significativos y los plazos de los créditos demasiado cortos. El aumento de los montos y la ampliación de los plazos facilitarían el financiamiento de balanza de pagos en América Latina y haría más expedito el comercio intralatinoamericano.

iv) Ampliar considerablemente las líneas de crédito a la exportación de bienes de capital establecidas por el Banco Interamericano de Desarrollo y mejorar sus condiciones. Estos créditos no han alcanzado aún las dimensiones deseables. Si se llega a acuerdos satisfactorios de producción integrada en el marco de los procesos subregionales de integración, la demanda de los créditos podría llegar a cifras considerables que excederían el límite global fijado por el Banco. Es de esperar que este límite pueda desplazarse y al mismo tiempo fijar condiciones que faciliten estas operaciones.

b) Seguros y Reaseguros

Un importante campo específico de cooperación latinoamericana está dado por las actividades de seguro y, sobre todo, reaseguro de los riesgos inherentes a las operaciones de exportación. Estos riesgos comprenden los propios de una operación de transporte, también

riesgos comerciales, principalmente el de incobrabilidad, y el llamado riesgo político. Buena parte de estos seguros y posiblemente la casi totalidad de los reaseguros son servicios prestados en muchos países de la región por entidades de fuera de la región.

Desde hace años, los países latinoamericanos han iniciado relaciones directas en materia de seguros y reaseguros entre ellos, con otros países del Tercer Mundo y países desarrollados de fuera de la región, sin pasar por las vías tradicionales (Inglaterra y Estados Unidos). Además, los intermediarios financieros aseguradores y reaseguradores privados y públicos de la región, cuentan con diversos mecanismos como FIDES (Federación Interamericana de Empresas de Seguros) y recientemente con ARELA (Asociación de Reaseguradores Latinoamericanos) y ALASECE (Asociación Latinoamericana de Organismos de Seguro de Crédito a la Exportación) que son aptos para las consultas permanentes.

c) Transporte Marítimo

Según las últimas cifras disponibles, correspondientes al año 1979, el volumen total del comercio exterior de los países miembros de la ALADI por vía marítima alcanzó a 445 millones de toneladas métricas (326 millones de exportación y 119 millones de importación) y el monto de los fletes a 10245 millones de dólares. Ningún otro renglón del comercio exterior de América Latina es de tal magnitud. Se estima que, dados el incremento del movimiento marítimo y el aumento de los fletes, esta cifra superaría en 1982 los 12 mil millones de dólares.

La participación de las banderas nacionales de la región en este tráfico alcanzó a 10,4% y la de los buques arrendados por empresas nacionales al 14,3% en materia de volumen de cargas, mientras que en el monto de los fletes fue de 20,2% y 9,3%, respectivamente. Esto es, las empresas extranjeras transportaron en 1979 el 75,3% de la carga (335 millones de toneladas) y percibieron el 70,5% de los fletes, o sea, 7225 millones de dólares, a los que habría de sumar 953 millones de dólares por concepto de arriendo de naves fletadas por empresas nacionales.

Por otra parte, en 1980 las flotas latinoamericanas representaban el 2,33% del tonelaje mundial, en tanto que el comercio internacional de estos países equivalía al 9,2% de las mercancías embarcadas y al 3,4% de las desembarcadas en el mundo. En resumen, las marinas mercantes de la región carecen del potencial necesario para cubrir la demanda presente y menos aún para atender la futura expansión de su comercio exterior y, en especial, la de su comercio recíproco.

En el último cuarto de siglo, todos los países latinoamericanos han adoptado medidas para promover el desarrollo de sus marinas mercantes. Dichas medidas se refieren principalmente a la reserva de una cuota sustancial de sus cargas de comercio exterior, a la exclusividad de los embarques de las mercaderías adquiridas por los entes estatales o que gocen de franquicias fiscales, o a exenciones tributarias para las empresas navieras o para las cargas transportadas bajo bandera nacional. Otra forma de protección y fomento de las flotas nacionales la constituyen los convenios bilaterales de transporte marítimo.

3. El potencial de colaboración en otras áreas

En áreas como la integración física, el desarrollo científico y tecnológico y la colaboración en el campo de la energía, la región cuenta con importantes programas de cooperación que están en marcha y que aquí no cabe sino alentar, dadas las repercusiones que puedan tener sobre el futuro del desarrollo y la integración de América Latina.

Hay otros sectores de actividad económica como la siderurgia y la hidroelectricidad que ilustran el potencial de cooperación existente entre países de la región y que podría concretarse en acciones tanto de corto como de mediano plazo. Así, por ejemplo, para productos o grupos de productos en que hay una amplia oferta exportable o una capacidad productiva insuficientemente ocupada, se plantea la alternativa de identificar y perfeccionar acuerdos específicos entre dos o más países de la región que lleven a desarrollar aquel potencial. Del mismo modo, se puede pensar en el caso de bienes que requieran de una demanda amplia y estable, como son los bienes de capital complejos, y algunos servicios como los de consultoría e ingeniería, respecto de los cuales ya es importante lo que se está haciendo en materia de cooperación en la región, así como es enorme el potencial de acciones conjuntas que se proyectan para los años venideros, si se sabe ser previsor y se establecen desde ya los mecanismos de cooperación indispensables.

Queda, por último, un tema particularmente sensible para el futuro del desarrollo económico y social de América Latina y respecto del cual resulta imprescindible una rápida y eficiente acción conjunta de la mayor parte de los países de la región: la seguridad alimentaria regional. Tema que no podría estar ausente por su importancia para el futuro económico y social de la región, en el diseño de una estrategia como la que aquí se sugiere.

a) Desarrollo hidroeléctrico

La importancia de la demanda de equipo hidroeléctrico de América Latina se puede apreciar por el hecho de que en el decenio de 1980 se proyecta una capacidad agregada de más de 87 mil MW (esta cifra incluye principalmente las plantas de más de 100 MW). De acuerdo a un estudio que está elaborando la CEPAL, América Latina habría logrado ya la capacidad tecnológica necesaria para producir

la casi totalidad de los bienes necesarios para asegurar ese desarrollo hidroeléctrico. Y lo que es más sugerente, esto no atañe solamente a los países más grandes, sino a los medianos y pequeños, que están en condiciones de participar con su propia industria en una proporción ponderable de cada complejo. Argentina y Brasil tienen ya el potencial adecuado para producir localmente los generadores y las turbinas. Las empresas de los países medianos de la región y de algunos de los pequeños podrían - especialmente si trabajan de manera conjunta con otras empresas latinoamericanas de mayor experiencia - fabricar partes tales como las tuberías de presión, las compuertas de sector (que no sean de muy grandes dimensiones), las estructuras del puente grúa, y naturalmente numerosas otras estructuras de menor complejidad tecnológica, así como hacerse cargo en forma creciente de la obra civil y de los servicios de planeamiento y consultoría de las plantas que se instalan en sus propios países.

b) Siderurgia

Otro caso que merece particular mención es el relativo a la industria siderúrgica. Se presenta en este sector un interesante campo de cooperación ya que algunos países latinoamericanos importan acero en cantidades ingentes, mientras otros tienen capacidad ociosa.

Por otra parte, los proyectos cuya puesta en marcha se prevé dentro del próximo decenio (luego de un análisis de probabilidad de que ellos se completen) superan en conjunto la cifra de 40 millones de toneladas anuales de capacidad agregada. Esto implica un requerimiento masivo de equipos y servicios de ingeniería que, en proporción muy alta, la propia región ya está en condiciones de abastecer. Sin embargo, al respecto cabe aclarar que una parte muy significativa de la demanda total de equipo se concentra en Venezuela, Brasil, México y Argentina, así como que la oferta procede principalmente de estos últimos. Adicionalmente, las corrientes comerciales previsibles, en lo que a intercambio de acero se refiere, se producirían también entre estos cuatro países.

Es de observar, sin embargo, que la principal limitación al desarrollo de la cooperación regional en esta área, no es de carácter técnico sino financiero. De allí la importancia que adquiere el perfeccionamiento de los sistemas regionales de financiamiento de bienes de capital y de compensación de saldos comerciales a los que se ha hecho referencia en la sección anterior.

c) Cooperación en los servicios de consultoría e ingeniería

El desarrollo de servicios de consultoría, ingeniería y construcción de los países de la región ligado al proceso de su integración, puede constituir no sólo una fuente importante de ahorro de divisas, sino que también puede resultar en un paliativo al éxodo de profesionales con formación superior que afecta a muchos países latinoamericanos y abrir la puerta a la exportación sistemática de bienes de capital y de tecnología dentro de la región.

De todos modos, todos los países por cierto que en distinto grado y profundidad, cuentan con experiencias en las tecnologías de los sectores más característicos de su estructura económica. De allí la necesidad de identificar los instrumentos que hagan factible la combinación de las mencionadas capacidades para aprovechar mejor los recursos nacionales de ingeniería y consultoría, dentro y fuera de la región. Si se alcanza esa finalidad, se abrirán nuevas opciones para incrementar el empleo de bienes de capital producidos en países latinoamericanos, dado que el origen del diseño y de los proyectos de ingeniería y construcción condicionan de manera determinante la procedencia de esos bienes.

Un ejemplo significativo de este tipo de cooperación han sido las obras hidroeléctricas binacionales de Salto Grande (Argentina-Uruguay) e Itaipú (Brasil-Paraguay), casos en los cuales se han formado gigantescos consorcios entre empresas de consultoría, ingeniería y construcción de ambos pares de países.

Experiencias que sería posible extender a otros casos de cooperación binacional, pero que también resulta necesario consolidar mediante la promoción de empresas multinacionales de consultoría e ingeniería y de facilidades para su participación en los proyectos de los diversos países de la región.

d) El establecimiento de un sistema de preferencias regionales para licitaciones públicas

La mayor parte de las grandes obras de infraestructura y de las inversiones de mayor volumen en bienes de capital que se realizan en la región, pasan por las manos del Estado o de empresas públicas. En algunos casos se trata de inversiones efectuadas por empresas privadas que cuentan con financiamiento oficial o con financiamiento externo con garantía oficial. En ambos casos, las licitaciones oficiales y los llamados a concurso de oferta son los procedimientos habituales de selección de la fuente de abastecimiento de la mayor parte de dichos bienes de capital. Esto pone de relieve la importancia que puede adquirir para el incremento de los intercambios intrarregionales, el poder contar con un sistema de preferencias regionales en las licitaciones públicas en las que se llama a participar a firmas extranjeras.

Un acuerdo regional en la materia podría incluir los siguientes elementos: i) labligación de circular los pliegos de condiciones a todos los países miembros del acuerdo con la antelación suficiente; ii) el establecimiento de un margen preferencial que pueda variar en función

de los montos de los contratos; iii) el establecimiento de un sistema de financiamiento de los márgenes preferenciales para aquellos países de la región que fueron menos favorecidos por el funcionamiento del sistema.

Los países miembros de la Asociación del Sudeste Asiático (ASEAN) han establecido un sistema regional de esta naturaleza. Si América Latina hiciera lo mismo, ambas regiones podrían colaborar para que las principales instituciones internacionales de financiamiento de proyectos de esta naturaleza - es decir el Banco Mundial y los bancos regionales de desarrollo - se plieguen a aceptar la existencia de tal preferencia regional en la misma forma, aunque con porcentajes diferentes, en que ya están aceptando márgenes preferenciales en favor de los proveedores nacionales, en el caso de operaciones o proyectos financiados por dichas instituciones.

e) La seguridad alimentaria regional

La dependencia alimenticia en que América Latina ha venido cayendo progresivamente, no sólo es un problema grave para su desarrollo sino una amenaza para su autonomía. Más aún: las proyecciones para los próximos decenios son inquietantes, pues de no producirse modificaciones importantes en la evolución de la producción y en la satisfacción de la demanda de alimentos en la región, su vulnerabilidad irá en constante aumento.

Si se toma a América Latina en su conjunto, se observa una decadencia progresiva del coeficiente de autosuficiencia de productos agroalimentarios básicos. A mediados de la región ya no era suficiente en trigo, legumbres y lácteos. Para 1980 se había perdido la autosuficiencia en arroz y cereales secundarios y continuaba reduciéndose el grado de autosuficiencia en legumbres y leche. De no variar estas tendencias, hacia fines del siglo si bien la región sería autosuficiente en aceites vegetales y carne vacuna, el grado de autoabastecimiento de cereales, legumbres y lácteos continuará descendiendo y la región ya no será autosuficiente en carnes ovinas.

Para colmar la brecha entre la oferta y la demanda regionales, América Latina ha recurrido de manera creciente a las importaciones de alimentos y, a mediados de la década pasada, sufrió de manera incuestionable las consecuencias de un esquema de comercio internacional de dichos productos que le es particularmente desfavorable.

Si bien nada podrá reemplazar el incremento de la producción nacional para alcanzar la seguridad alimentaria de cada país de la región, esto también tiene sus límites, dictados por las posibilidades ecológicas de la producción, por las condiciones de su organización y por la capacidad de inversión de cada uno de dichos países. De allí que los esfuerzos nacionales por incrementar la producción deban ser complementados por una adecuada reorientación del comercio de alimentos, de insumos básicos y de elementos tecnológicos inherentes al proceso productivo dentro de la región, de tal modo que la demanda regional pueda convertirse en un factor adicional de promoción de la producción en aquellos países que están en condiciones de generar excedentes. Esto requerirá pasar del débil comercio intrarregional actual a un sólido sistema de intercambios agroalimentarios en América Latina.

Esta será una condición indispensable y una vía estratégica para romper la peligrosa dependencia extrarregional, especialmente en momentos en que países o grupos de países industrializados cuentan con elaborados políticas alimentarias que les permiten no sólo asegurarse un creciente autoabastecimiento sino, además, disponer de sus excedentes como un elemento de distorsión de los mercados internacionales en su beneficio y, eventualmente, de presión y condicionamiento sobre los países deficitarios.

Una estrategia de seguridad alimentaria a escala internacional tendrá que descansar, entre otros elementos, sobre un decidido esfuerzo de incremento de la producción nacional donde sea posible, sobre una adecuada redistribución de ingresos que permita cubrir los requerimientos alimenticios de la totalidad de la población y sobre un programa regional de cooperación en materia de desarrollo de la producción, aumento de intercambios, creación de reservas nacionales y regionales o subregionales, y que disponga de los recursos financieros necesarios para emprender una tarea de esta magnitud.

Esta estrategia deberá concretarse en el sistema de seguridad alimentaria regional, cuya adopción pasa por el establecimiento del Comité de Acción sobre Seguridad Alimentaria Regional, que se espera sea decidida por el próximo Consejo Latinoamericano, con la más amplia participación posible de Estados miembros.

C. EL PAPEL DEL SELA EN LA CONCERTACIÓN Y EJECUCIÓN DE UNA ESTRATEGIA DE SEGURIDAD COOPERACIÓN E INTEGRACIÓN ECONÓMICAS REGIONALES

El SELA ha surgido como una oportunidad sin precedentes en la región para consolidar y afianzar la red de intereses comunes de los países latinoamericanos, única base seria de una solidaridad real. Sin embargo, el SELA existe desde 1975 y todavía no ha sido plenamente utilizado para los grandes fines que presidieron su nacimiento.

Es verdad que en el SELA se han dado algunos pasos importantes en el camino de la cooperación regional y que los Estados miembros han avanzado mucho en la coordinación de posiciones en sus relaciones económicas externas. Pero en materia de cooperación e integración económica regionales es muchísimo lo que resta por hacer.

De allí la importancia de la adopción de una estrategia que consolide la seguridad económica colectiva y que ponga en marcha un plan de acción que sirva de base a la construcción de esa solidaridad real. Y por ello resulta necesario disponer de un mecanismo institucional más ágil que las reuniones anuales del Consejo Latinoamericano.

Además, el plan de acción aquí evocado comprende una serie de elementos distintos por su naturaleza técnica y que requieren ser considerados en diversos foros u organismos. Si el Consejo Latinoamericano se limitara a recomendar a cada uno de dichos organismos técnicos que acelerara la ejecución de las medidas que comprende este plan de acción, quizás no se avanzaría mucho sobre lo ya actuado. Por ello, resulta necesario establecer un órgano temporal *ad hoc* constituido por representantes gubernamentales de alto nivel que responda de sus actuaciones ante el Consejo Latinoamericano y que, en un lapso razonable, pueda asegurar que los diversos elementos que este plan de acción sean puestos en marcha o que al menos se establezcan los mecanismos y procedimientos necesarios. Si los Estados miembros deciden en la Octava Reunión Ordinaria del Consejo Latinoamericano adoptar esta estrategia, sería conveniente que indicaran cuáles son los elementos o áreas del plan de acción que se presentan en este documento, u otros en que sería necesario concentrar los esfuerzos de cooperación e integración en los años venideros.

Al mismo tiempo, sería conveniente que el Consejo Latinoamericano estableciera dicho Comité de Representantes Gubernamentales de Alto Nivel y que encomendara la tarea señalada arriba. Los Estados miembros deberían designar sus representantes en el mismo y llevar a cabo la primera reunión a la brevedad posible. La Secretaría Permanente podría ser encargada de presentar a la primera sesión de dicho Comité con la colaboración de los organismos técnicos latinoamericanos o de las agrupaciones subregionales de integración, un programa de trabajo detallado sobre cada una de las medidas o áreas de cooperación que el Consejo hubiera identificado como formando parte de la estrategia.

Dicho programa incluiría la realización de los estudios previos que fueran necesarios, por parte de la Secretaría Permanente o de otras instituciones latinoamericanas; la convocatoria de grupos de expertos gubernamentales *ad hoc* para tratar ciertos temas; y el pedido de convocatoria de otros organismos latinoamericanos para que consideren las medidas respecto de las cuales tienen una responsabilidad específica. Este proyecto de programa de trabajo detallado debería incluir un calendario y las necesarias previsiones presupuestarias que lo hicieran factible.

El Comité de Representantes Gubernamentales de Alto Nivel aditaría el programa de trabajo definitivo y tomaría necesarias para asegurar su instrumentación. Posteriormente, se ocuparía de su seguimiento en forma regular y de la preparación de las medidas que fueran necesarias para que el Consejo Latinoamericano u otros organismos latinoamericanos con responsabilidades específicas en determinada materia hicieran posible la instrumentación de cada uno de los elementos que forman parte del plan de acción.

Una iniciativa de esta naturaleza también requeriría que el Consejo Latinoamericano solicitara a los distintos organismos técnicos latinoamericanos que pusieran a disposición del Comité y de la Secretaría Permanente todos los recursos que fueran necesarios para asegurar la adecuada instrumentación de aquél. Finalmente, también sería necesario que el Consejo Latinoamericano contemplara las medidas presupuestarias que se requiriesen para asegurar el funcionamiento del Comité y para hacer frente a las tareas considerables que la puesta en marcha de la estrategia implicará para la Secretaría Permanente y para otros organismos de la región.

Todo esto requerirá un alto grado de coordinación entre las diversas instituciones latinoamericanas llamadas a participar en la instrumentación de esta estrategia. Esto debiera hacerse respetando a la vez la autonomía de las mismas y la necesidad de una cierta centralización en la conducción del proceso de formulación de políticas y medidas de naturaleza diversa que requieren una creciente interrelación para que sean realmente eficaces.

Todo ello configura un cuadro que permite mirar al SELA el organismo adecuado e idóneo para servir de marco a los esfuerzos comunes de América Latina. Una reglamentación ágil del Consejo Latinoamericano y una interpretación funcional del Convenio de Panamá bastarían para darle al SELA esa nueva capacidad que le permita moverse con eficiencia como intérprete genuino de los intereses comunes de América Latina y promotor de la creación de una verdadera comunidad latinoamericana. El SELA estará llamado así a ser el foro por excelencia de América Latina y el crisol donde debería fraguarse esa unidad latinoamericana que las experiencias y lecciones de la actual coyuntura señalan en toda su necesidad y apremio.

Notas

* Documento del Sistema Económico Latinoamericano. (SELA)

1. Véase al respecto el documento de la Secretaría Permanente: "Medidas de coerción económica contra un país miembros. Su repercusión en las relaciones Norte-Sur." (SP/CL/VIII.O/DT.No.30.)
2. Véase al respecto el documento de la Secretaría Permanente: "Las relaciones externas de las Comunidades Europeas y América Latina." (Documento SP/CL/VIII.O/DI.No.1.)
3. Cabe señalar aquí que no sólo los países industrializados - en el marco de la CEE o en el de los tratados de defensa mutua - cuentan con sistemas de consulta para situaciones como las que aquí interesan. Varios grupos de países en desarrollo, como la Organización de la United Africana, la Liga Árabe, el Consejo de los Países del Golfo, la Asociación del Sudeste Asiático (ASEAN) disponen de mecanismos de ésta o semejante naturaleza.
4. Documento SP/CAARA/I.O/DT No. 5, "Posibilidades de reorientación del comercio argentino hacia los países latinoamericanos".

DECLARACIÓN DE QUITO

Los Jefes de Estado o de Gobierno y los Representantes Personales de los Jefes de Estado o de Gobierno de América Latina y del Caribe, reunidos en la ciudad de Quito, del 12 al 13 de enero de 1984, en la Conferencia Económica Latinoamericana convocada a iniciativa del Señor Presidente Constitucional del Ecuador, Doctor Osvaldo Hurtado -iniciativa que todos los Gobiernos de la región acogieron con reconocimiento y entusiasmo -, y de conformidad con lo dispuesto en el Compromiso de Santo Domingo a fin de definir una respuesta latinoamericana y del Caribe ante la crisis económica que afecta la región, acordamos la siguiente.

DECLARACIÓN DE QUITO

1. Reafirmamos la hermandad y solidaridad de nuestros pueblos y su aspiración a vivir en el marco de los principios democráticos y reiteramos nuestra unidad en la diversidad y nuestro respeto al derecho soberano de todas las naciones de América Latina y el Caribe a transitar, en paz y libertad y exentos de todo tipo de intervención externa, sus propios caminos en los ámbitos económico, social y político, rechazando medidas económicas discriminatorias o coercitivas por motivos políticos, y asegurando el pleno ejercicio de los derechos humanos y de los beneficios del progreso para todos sus habitantes, en un ambiente ausente de presiones, amenazas y agresiones externas.
2. Reiteramos nuestro compromiso de eliminar definitivamente el recurso a la amenaza o al empleo de la fuerza en la solución de los conflictos internacionales. Insistimos en nuestro llamado en favor del desarme que permita reasignar los recursos dilapidados en la carrera armamentista y en armamentos hacia objetivos que contribuyan a fortalecer el desarrollo de todos los pueblos del mundo. Los problemas de la paz y del desarrollo tienen una vinculación esencial puesto que sin paz, el desarrollo no podrá lograrse, y sin desarrollo, la paz será siempre precaria.
3. Manifestamos nuestra preocupación por el recrudecimiento de las tensiones que dominan las relaciones internacionales y envuelven ya a numerosas zonas del planeta, lo cual constituye una seria amenaza a la paz mundial. América Latina y el Caribe rechazan ser escenario de enfrentamientos ajenos y creen firmemente que los problemas de la región deben y pueden solucionarse en su propio ámbito, asegurando que el espacio latinoamericano sea una zona de paz.
4. Rechazamos el intervencionismo que ha tenido recientes y dramáticas manifestaciones en la región y afirmamos la necesidad de encontrar una solución negociada a los problemas de Centroamérica cuyo origen reside en las condiciones económicas, sociales y políticas que prevalecen en la zona, para lo cual brindamos todo nuestro respaldo político al Grupo de Contadora. Además, reconocemos que actualmente los países del área centroamericana padecen, con acentuada intensidad, los problemas económicos que afectan a América Latina y el Caribe. En consecuencia, expresamos nuestro respaldo al Comité de Acción de Apoyo al Desarrollo Económico y Social de Centroamérica (CADESCA), mecanismo regional latinoamericano recientemente creado en el SELA para coadyuvar, entre otros propósitos, en la movilización de recursos para el desarrollo económico y social dirigido a la solución de los principales problemas de los pueblos centroamericanos.
5. América Latina y el Caribe enfrentan la más grave y profunda crisis económica y social del presente siglo, con rasgos singulares y sin precedentes.
6. Frente a los retrocesos económicos y sociales de los últimos años a que ha conducido esta crisis, exponemos ante la opinión pública internacional nuestra honda preocupación por las condiciones prevalecientes en la economía mundial que afectan gravemente al desarrollo y la estabilidad de la región.
7. La crisis demanda soluciones urgentes, a través de acciones conjuntas, fundadas en la cooperación regional y en la concertación de posiciones comunes, destinadas a fortalecer la capacidad de respuesta de la región. Esta respuesta debe atender en forma inmediata a las situaciones coyunturales más críticas y, al propio tiempo, inscribirse en una perspectiva de mediano y largo plazo con el fin de atender también a las causas estructurales de la crisis, incrementando y haciendo más efectiva la cooperación internacional para desarrollo en condiciones acordes con el alcance y gravedad de la actual crisis económica.
8. Esta crisis ha tenido su origen en factores internos y externos y su superación depende, en gran medida, de estos últimos, que escapan al control de nuestros países y limitan seriamente las opciones que tenemos para superarla. Las políticas económicas de algunos países industrializados han afectado severamente a los países en desarrollo y en particular a los de la región; en virtud de la vulnerabilidad y dependencia de sus economías y de su creciente participación en las relaciones económicas internacionales. Tales políticas han provocado el deterioro constante de los términos del intercambio, la caída del comercio, el aumento excesivo de las tasas de interés y la brusca reversión del flujo de capitales. En este marco se inscribe el peso abrumador de nuestro endeudamiento externo.
9. Los efectos más perniciosos de esta situación, en el ámbito social, se manifiestan en el aumento del desempleo a cifras desconocidas en nuestra historia, en la caída sustancial de los ingresos personales reales y en el severo deterioro de los niveles de vida de la población, con graves y crecientes consecuencias para la estabilidad política y social de nuestros pueblos y cuya persistencia, a su vez, ocasionaría mayores efectos negativos en nuestras economías.

10. A fin de dar a la región mayor autonomía, estamos dispuestos a movilizar el potencial de recursos humanos y materiales con que cuentan América Latina y el Caribe para articular una respuesta conjunta ante la crisis que nos afecta, impulsando y coordinando la gestión de las instituciones regionales a cuyo propósito comprometemos toda nuestra voluntad política.
11. Los ajustes con consecuencias depresivas prolongadas sobre la producción, el empleo y los niveles de vida no son compatibles con los objetivos perseguidos. Por ello, se requiere de la comunidad internacional acciones convergentes que permitan a los países de la región restaurar prontamente las condiciones para la reanudación del desarrollo.
12. La respuesta de América Latina y el Caribe a la crisis se fundamenta en la necesidad de complementar el esfuerzo de cada país y de aquellos realizados en el plano subregional a través del fortalecimiento de la cooperación y la integración regionales.
13. Esta respuesta requiere la firme y resuelta participación de todos los sectores nacionales de nuestros países y logrará sus propósitos solamente si los beneficios que de ella se deriven se extiendan en forma plena y efectiva a los grupos rurales y urbanos marginados que deberán quedar completamente integrados al proceso de desarrollo a fin de alcanzar una vida digna. En este contexto, cobra especial vigencia y se ratifica el propósito de apoyar, entre otros aspectos, aquellas acciones encaminadas a lograr y mantener la seguridad alimentaria regional.
14. Sin embargo, los esfuerzos propios de la región no son suficientes para superar la crisis. Es indispensable que se complementen y refuercen con un importante apoyo externo, principalmente en las áreas del comercio y del financiamiento.
15. Existe una íntima e inseparable vinculación entre comercio exterior y financiamiento internacional. Sólo el manejo conjunto de los dos factores que, entre otros efectos, permita el aumento de la capacidad de pago de nuestros países, capacidad a la cual tiene que adecuarse el servicio de la deuda, contribuirá a una solución positiva al problema del endeudamiento externo.
16. La actitud de los gobiernos de América Latina y del Caribe, al reconocer y asumir sus obligaciones, reclama de parte de los gobiernos de los países acreedores, de los organismos financieros internacionales y de la banca privada internacional, una actitud de corresponsabilidad en la solución del problema de la deuda externa teniendo en cuenta, además, sus implicaciones políticas y sociales. En consecuencia, se requieren criterios flexibles y realistas para la renegociación de la deuda, incluyendo plazos, períodos de gracia y tasas de interés, compatibles con la recuperación del crecimiento económico. Sólo de esta forma podrá garantizarse la continuidad en el cumplimiento del servicio de la deuda.
17. Advertimos que no es justo ni racional que los países de la región se hayan convertido en exportadores netos de capital, agravando de este modo su precaria situación económica, lo que finalmente resultará contrario a los propios intereses de los países industrializados y de la comunidad mundial.
18. Además, señalamos que en el desajuste entre las políticas fiscales y monetarias de determinados países industrializados, se encuentra el origen de la elevación de las tasas de interés reales que ha persistido a pesar del abatimiento de la inflación, provocando un agravamiento muy severo de la actual situación, por lo cual requerimos que la comunidad internacional promueva los ajustes que eliminen las causas de esta distorsión.
19. Reiteramos la necesidad urgente de adoptar medidas encaminadas a la reforma del sistema monetario y financiero internacional.
20. De manera concurrente con la agudización de los problemas financieros, presenciamos el estacamiento y aún el retroceso de los niveles del comercio mundial, que dejó recientemente de jugar su papel de impulsor de la economía y redujo drásticamente su aporte a las disponibilidades de divisas de los países en desarrollo. La reducción de las importaciones de los países en desarrollo forzada por la crisis, deprimió aún más los niveles de intercambio y provocó una contracción de sus economías.
21. Comprobamos con preocupación la intensificación de las acciones proteccionistas de las naciones industrializadas, que cerraron en gran medida sus mercados a las exportaciones procedentes de nuestros países, a pesar de que los volúmenes exportados no provocaron los problemas internos en los mercados de esos países. Reiteramos la urgencia de que los países industrializados se abstengan de imponer nuevas barreras proteccionistas y procedan al desmantelamiento de las existentes.
22. Sostenemos que deben revertirse las acciones orientadas a limitar el acceso a los mercados y a restringir el alcance del Sistema General de Preferencias, a través de la aplicación de criterios limitativos y discriminatorios, como el de graduación, de cuotas y de exigencias de reciprocidad.
23. Los precios de los productos básicos de exportación se deprimieron a niveles sumamente bajos, provocando, para la región, deterioros excesivos de sus términos de intercambio. En este sentido, nos proponemos adoptar e impulsar las acciones multilaterales necesarias para la estabilización dinámica de los precios, asegurando el mejoramiento de los niveles de ingresos por exportaciones.
24. Hacemos un llamado formal a los dirigentes de los países industrializados sobre la gravedad de la situación económica de la región, su alto costo social y la necesidad de participar urgentemente en medidas que permitan enfrentar la crisis, directamente a través de sus gobiernos y de los organismos internacionales.
25. Significación especial adquiere el sector de la energía como apoyo al desarrollo económico y social de nuestros pueblos. La región incrementará sus esfuerzos para alcanzar y mantener un amplio grado de autoabastecimiento energético, con autonomía tecnológica. En este sentido, se reconoce la importancia de apoyar a la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), en la consecución de sus objetivos y en la realización del Programa Latinoamericano de Cooperación Energética (PLACE).

26. Hacemos presente a la comunidad internacional nuestro convencimiento de que si América Latina y el Caribe recuperan la senda de su desarrollo económico, serán nuevamente elemento dinámico en la necesaria y sana reactivación de la economía mundial.

27. Finalmente, manifestamos, dentro del espíritu de la Plataforma de Buenos Aires, nuestra voluntad de reforzar la unidad de los países en desarrollo y de promover una estrategia conjunta de reactivación y desarrollo en la economía mundial.

Consideramos que esta solemne ocasión evidencia un propósito permanente de nuestros países para mantener, superando toda clase de obstáculos, la unidad regional, que es requisito esencial de nuestro desarrollo.

Hemos acordado una respuesta que encierra desafíos y promesas. Su ejecución está obviamente subordinada a la eficiencia de nuestra capacidad negociadora, y a la seriedad con que las instituciones y organismos regionales y subregionales cumplan los encargos que aquí les hacemos.

En este sentido, solicitamos atentamente al Excelentísimo Señor Presidente Constitucional del Ecuador, Dr. Osvaldo Hurtado L., que la Declaración de Quito que aquí adoptamos sea enviada formalmente a los Jefes de Estado o de Gobierno de los países en desarrollo miembros del Grupo de los 77 y a los jefes de Estado o de Gobierno de los países industrializados, así como a las instituciones y organismos regionales e internacionales correspondientes.

Solicitamos a los organismos subregionales y regionales pertinentes que preparen informes sobre los avances alcanzados en la ejecución de las acciones y tareas a ellos encomendadas y los remitan a la Reunión Ordinaria del Consejo Latinoamericano del SELA para proceder a un análisis y evaluación de la marcha del Plan de Acción.

Agradecemos al Pueblo y al Gobierno del Ecuador por su magnífica hospitalidad y a Quito por ser marco histórico de esta Conferencia.

PLAN DE ACCIÓN

I. FINANCIAMIENTO

1. Deuda Externa

a) Criterios Básicos:

La responsabilidad del problema de la deuda externa debe ser compartida tanto por los países deudores como por los países desarrollados, la banca privada internacional y los organismos financieros multilaterales.

La responsabilidad de los países de América Latina y el Caribe ya ha sido asumida a través de ajustes extraordinarios en sus economías y de enormes esfuerzos para cumplir con sus compromisos internacionales, a pesar del alto costo social, político y económico que ello ha significado.

Por esas circunstancias, y por la necesidad de mantener niveles adecuados de desarrollo en América Latina y el Caribe y evitar crisis mayores del sistema económico y financiero internacional, se deriva la coincidencia práctica del interés por parte de los actores mencionados en la solución urgente del problema de la deuda externa de la región.

Por otro lado, la estrecha vinculación entre el comercio y el financiamiento exige también, que cualquier solución al problema de pagos, conjugue adecuadamente ambos factores y revista un carácter permanente.

El proceso de ajuste deberá operar en el futuro a través del aumento de las exportaciones en precio y en volumen, y de la reducción de las tasas reales de interés y no en una limitación adicional de importaciones vitales para el proceso de reactivación económica interna.

La magnitud de la recesión económica regional y la permanencia de factores externos adversos, hacen imperativo que los arreglos y negociaciones sobre la deuda externa que celebren individualmente nuestros países en el futuro, concilien la exigencias del servicio de la misma con las necesidades y objetivos del desarrollo de cada país, mediante la reducción al máximo del costo social de los procesos de ajuste en curso.

Fundados en estas consideraciones, adoptamos los siguientes criterios básicos:

- i) En las renegociaciones de la deuda externa no se deben comprometer los ingresos provenientes de las exportaciones más allá de porcentajes razonables, compatibles con el mantenimiento de niveles adecuados de la actividad productiva interna, considerando las características propias de las economías de cada país;
- ii) Se deben incorporar fórmulas para reducir los pagos por concepto del servicio de la deuda, mediante la reducción drástica de los intereses, comisiones y márgenes por todo concepto, que aumentan considerablemente los costos de refinanciamiento. Asimismo, se deben explorar mecanismos para estabilizar en el tiempo el monto de recursos que se asignan al servicio de la deuda, conforme el perfil de pagos de cada país;
- iii) Es necesario convenir plazos y vencimientos sustancialmente más largos que los actuales y períodos de gracia más amplios, y examinar, con la mayor urgencia, la posibilidad de transformar una porción considerable de la deuda acumulada en obligaciones de largo plazo, para lo cual deberá contarse con la cooperación de los gobiernos de países desarrollados y de los organismos financieros internacionales;

iv) Se debe asegurar, para todos los países de la región, el mantenimiento de un flujo neto, adecuado y creciente de nuevos recursos financieros tanto públicos como privados, a través del otorgamiento de créditos comerciales y financieros adicionales, como un componente esencial de las renegociaciones de la deuda externa y para garantizar el proceso de desarrollo económico y social de los países de América Latina y el Caribe;

v) Asimismo, con el objeto de fortalecer la capacidad de pago de nuestros países, los procesos de renegociación de la deuda deberán ser acompañados por medidas comerciales indispensables para mejorar las condiciones de acceso de los productos de exportación de América Latina y el Caribe en los mercados mundiales y la eliminación de las crecientes prácticas proteccionistas por parte de los países desarrollados.

b) Intercambio de información y asistencia técnica:

Consideramos que es necesario que los Ministerios de Finanzas, Economía o Hacienda y los Bancos Centrales de los países de la región establezcan intercambios efectivos, directos y confidenciales de la información sobre las condiciones en que se den la refinanciación y la reprogramación de la deuda externa de dichos países.

Asimismo, recomendamos que cuando algún país o países de la región lo soliciten, los organismos internacionales competentes como el SELA, el CEMLA, la CEPAL, la UNCTAD y el PNUD, así como los gobiernos de los países de la región, presten asistencia técnica para la renegociación de la deuda externa, utilizando la capacidad y experiencia disponibles con la oportunidad y urgencia con la cual sea requerida.

Finalmente, recomendamos a los Ministros de Finanzas, Economía o Hacienda y Presidente de los Bancos Centrales de América Latina y el Caribe que se reúnan cuando las circunstancias lo requieran o que, en las reuniones que celebren, incluyan la consideración específica de los problemas y el intercambio de información sobre la deuda externa.

2. Mecanismos de apoyo a la expansión del comercio intrarregional

a) Fortalecimiento de los mecanismos de compensación:

Convenimos en que es indispensable perfeccionar y ampliar la cobertura de los actuales sistemas de pagos y créditos recíprocos de la región, recogiendo la experiencia de los sistemas regionales de compensación y apoyo financiero transitorio, para lo cual será conveniente la ampliación de sus modalidades de intervención, a fin de profundizar la cooperación financiera entre los países de la región.

En estos esquemas se buscará alcanzar los siguientes objetivos básicos:

- i) Una mayor reducción en la utilización de divisas convertibles en las transacciones de bienes y servicios de la región;
- ii) Diseñar y poner en práctica mecanismos financieros coadyuvantes al incremento del intercambio en el área, y
- iii) Desarrollar mecanismos viables que puedan servir de base para la captación de recursos extrarregionales.

Debe destacarse la vinculación de los mecanismos de compensación multilateral de pagos con las negociaciones comerciales y la constitución de modalidades de captación de recursos extrarregionales que permitan acompañar la promoción generalizada del comercio entre nuestros países.

Acordamos fortalecer y prestar el más amplio respaldo a los mecanismos financieros de compensación y de cooperación monetaria que sirven a los países de la región.

Además, en el examen de fórmulas que traten la posibilidad de la incorporación de otros bancos centrales no miembros de los actuales esquemas subregionales, recomendamos la consideración de los siguientes objetivos generales:

- i) Compensación multilateral de saldos de las transacciones cursadas por intermedio del sistema;
- ii) Financiamiento de determinadas situaciones de iliquidez internacional, mediante el otorgamiento de créditos calificados, la emisión de instrumentos monetarios internacionales y la captación de recursos financieros;
- iii) Desarrollo del proceso de integración económica regional facilitando los intercambios comerciales y financieros; y
- iv) Procedimientos de reajuste para los desequilibrios generados por los intercambios regionales, por intermedio de compromisos comerciales ampliados, así como por mecanismos financieros específicos.

Estos objetivos serán considerados en el marco del mantenimiento y fortalecimiento de los mecanismos subregionales de apoyo transitorio a los déficit producidos por el comercio interregional, los cuales contribuyen a dar liquidez a las transacciones de bienes y servicios entre los países del área.

Recomendamos que la ALADI, en coordinación con los demás organismos financieros regionales, presente, a la brevedad posible, el estudio relativo a la posibilidad de establecer un Fondo de Reservas para financiar desequilibrios de balanza de pagos.

Recomendamos a los países miembros del Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos de la ALADI y del Acuerdo de Santo Domingo que busquen completar el examen de fórmulas que permitan la adhesión a ellos de otros bancos centrales de los países de la región y recomendar a estos últimos que estudien la posibilidad de completar el correspondiente proceso de concertación de líneas de crédito bilaterales.

b) Mecanismos de apoyo financiero al comercio intrarregional:

Consistentes con el objetivo de expandir nuestro comercio a nivel regional, consideramos necesario fortalecer y desarrollar los mecanismos de financiamiento de las exportaciones y en este sentido encomendamos al SELA, a la CEPAL, a la ALADI, y al CEMLA,

con el BLADDEX y los organismos financieros subregionales que realicen un estudio para identificar y ampliar el alcance de los actuales mecanismos de financiación e identificar nuevos instrumentos intrarregionales de fomento de las exportaciones dentro del área y hacia terceros países.

Este estudio será considerado en una reunión técnica que celebrarán los responsables gubernamentales de financiamiento del comercio exterior, conforme a la Decisión No. 174 del Consejo Latinoamericano del SELA.

3. Relaciones económicas internacionales

Las serias dificultades que enfrentan actualmente los países de América Latina y el Caribe están estrechamente relacionadas con las deficiencias estructurales del sistema de relaciones económicas internacionales en las esferas monetaria, financiera y comercial. En ese contexto, reafirmamos los planteamientos formulados por el Grupo de los 24 relativos a la urgente necesidad de reformar el sistema monetario y financiero internacional con el fin de lograr un marco institucional de carácter universal más equitativo que facilite el desarrollo ordenado de la economía mundial. De igual manera, reafirmamos nuestro apoyo a las propuestas acordadas en instancias regionales e interregionales y sucesivamente planteadas en distintos foros internacionales por América Latina y el Caribe recogidas en las resoluciones de la Plataforma de Buenos Aires y en la Reunión Ministerial de Coordinación Latinoamericana de Cartagena.

En las presentes circunstancias, consideramos de especial importancia la adopción de las siguientes medidas en las áreas monetarias y financiera, del comercio y del financiamiento al desarrollo:

a) Sistema monetario y financiero:

- i) Incrementar los recursos del Fondo Monetario Internacional en concordancia con las necesidades de asistencia financiera a los países en desarrollo; y propiciar que el FMI participe transitoriamente en los mercados financieros internacionales para captar recursos adicionales;
- ii) Emitir nuevos Derechos Especiales de Giro en magnitudes compatibles con las necesidades de liquidez internacional y las dificultades de pagos de los países en desarrollo, y transformar los DEG en el principal activo de reserva;
- iii) Revisar los criterios de condicionalidad del FMI que en la situación actual puedan perjudicar nuestra estabilidad y desarrollo, de manera que se dé mayor importancia a la expansión de la producción y el empleo y se tengan plenamente en cuenta las prioridades de desarrollo de los países y sus limitaciones de orden político y social a fin de enfrentar en forma realista las necesidades de ajuste interno que impone la actual recesión económica mundial;
- iv) Ampliar y flexibilizar el acceso a los recursos del FMI, en especial mediante el incremento de la capacidad de giro como porcentaje de cuota;
- v) igualmente, propondremos en el FMI que esa institución ejerza efectivamente sus funciones de Vigilancia sobre las políticas económicas de los países industrializados para posibilitar una mejor coordinación de dichas políticas a fin de asegurar que el proceso de ajuste sea equitativo.

b) Comercio:

La expansión de las exportaciones de América Latina y el Caribe hacia los mercados de los países industrializados es un factor indispensable, no sólo para fortalecer la capacidad de pago de nuestros países, sino también para asegurar un desarrollo sostenido y estable de la región.

Por ello es que reclamamos de parte de los países desarrollados urgente eliminación de las crecientes medidas proteccionistas que traban y limitan el comercio mundial.

Asimismo, el concepto de graduación financiera y comercial que es aplicada a la región en distintos mercados y organismos económicos internacionales y en ciertas relaciones bilaterales, debe ser eliminado por injusto y porque éste no es compatible con los requerimientos para el desarrollo de nuestros países y limita su capacidad de pago.

c) Financiamiento del desarrollo:

Es necesario aumentar sustancialmente los recursos del Banco Interamericano de Desarrollo y del grupo del Banco Mundial, recomendando a este último que incremente la proporción de los recursos que canaliza hacia América Latina y el Caribe. Las políticas de estos organismos en el otorgamiento de créditos deben tener la necesaria flexibilidad para adecuarse a las políticas nacionales y a las prioridades de desarrollo de los países miembros y en este contexto recomendamos:

- i) Las medidas adoptadas por el Banco Interamericano de Desarrollo y el Banco Mundial destinadas a establecer programas de acción especial han redundado en beneficios para la región; sin embargo, ambas instituciones deberían reforzar las acciones tendientes a una aceleración de los desembolsos, reduciendo las exigencias de contrapartidas en fondos locales;
- ii) Incorporar, en las políticas operativas de las instituciones financieras que dirigen sus recursos al área, el principio de que los préstamos por programa aumenten significativamente. Además, estas instituciones deberán aumentar sensiblemente los recursos financieros que apoyan proyectos de desarrollo multinacionales;
- iii) Expandir el papel del BID en el fortalecimiento de los mecanismos de cooperación e integración regional. En este sentido se deberá prever un aumento en el financiamiento destinado a los proyectos o programas de desarrollo vinculados con la expansión de las exportaciones y los programas que conduzcan al fortalecimiento de los mecanismos financieros y monetarios regionales;

iv) A la luz de la brecha financiera existente en América Latina y el Caribe, se consideran insuficientes los fondos acordados bajo la VI Reposición de Recursos del Banco Interamericano de Desarrollo. Dado lo anterior, recomendamos su pronta ampliación.

Resulta importante, además, incrementar los recursos de los mecanismos de cooperación financiera y técnica del sistema de las Naciones Unidas, y asegurar mayores flujos de recursos concesionales a los países de América Latina y el Caribe por parte de dichos mecanismos.

Asimismo, en lo que respecta a los organismos financieros subregionales y la banca de fomento a nivel nacional, recomendamos:

i) Promover el incremento del flujo de recursos externos adicionales hacia proyectos de inversión, mediante arreglo de cofinanciamiento que puedan convenir las instituciones multilaterales y los mecanismos subregionales de financiamiento del desarrollo latinoamericano con la banca privada internacional;

ii) Permitir, por medio de los instrumentos legales apropiados el aporte en común de recursos latinoamericanos para proyectos de interés compartido, bajo la forma de capital y tecnología, a través del mecanismo de coinversión con la participación de instituciones financieras nacionales o subregionales y empresarios o inversionistas regionales y/o extrarregionales.

A este efecto, consideramos de especial interés brindar el apoyo necesario a las acciones que se vienen llevando a cabo para promover el establecimiento de mecanismos de coinversión intrarregional, como forma de contribuir a la integración regional latinoamericana.

II. COMERCIO

1. Compromiso sobre restricciones no arancelarias al comercio intralatinoamericano

Adoptamos el compromiso de no introducir a partir de la presente fecha, nuevas restricciones no arancelarias a las importaciones originarias de América Latina y el Caribe y de eliminar o atenuar las existentes en forma progresiva, mediante negociaciones cuyos criterios, plazos y procedimientos nos comprometemos a adoptar en el transcurso del presente año. El cumplimiento de este compromiso no significará modificación de nuestras obligaciones contraídas mediante acuerdos multilaterales o bilaterales relativos al comercio. Nos consultaremos cuando se presenten situaciones de emergencia que puedan dificultar el cumplimiento de este compromiso.

Para efectos de este acuerdo, no serán consideradas como restricciones adicionales al comercio las modificaciones a la estructura de la protección no arancelaria que pudiera verse obligado a adoptar cualquiera de nuestros países, con el fin de utilizar racionalmente sus reservas de divisas o adecuar la protección que requieran sus industrias frente a la cambiante situación económica internacional y teniendo en cuenta que dichas modificaciones serán coyunturales y de carácter temporal y consistentes con sus obligaciones en el marco de los acuerdos regionales de integración cuando corresponda.

El Consejo Latinoamericano del SELA, en su X Reunión Ordinaria, decidirá sobre las negociaciones de que trata esta sección y sobre el procedimiento para evaluar sus resultados, con la participación de los secretarios de los esquemas de integración de América Latina y el Caribe.

2. Incremento del intercambio de bienes y servicios entre los países latinoamericanos y del Caribe

a) Preferencia arancelaria regional latinoamericana:

Convenimos en la necesidad de que los países de la región beneficien su comercio recíproco mediante el establecimiento de una preferencia arancelaria de tal magnitud que pueda desviar y crear corrientes comerciales hacia América Latina y el Caribe, tomando en cuenta la diversidad de niveles de desarrollo de los países de la región.

En consecuencia, instamos a los países miembros de la ALADI a que culminen, durante 1984, las negociaciones tendientes al establecimiento de la preferencia arancelaria regional prevista en el Artículo 5 de Tratado de Montevideo de 1980, de acuerdo con la Resolución No. 5 del Consejo de Ministros, mediante un Acuerdo de Alcance Regional, abierto a la adhesión de los países latinoamericanos y del Caribe no miembros de la ALADI.

Para esos efectos, la ALADI llevará a cabo consultas con los demás países latinoamericanos y del Caribe y con los organismos subregionales de integración, con la finalidad de informar sobre los avances registrados en dichas negociaciones.

Los países latinoamericanos y del Caribe no miembros de la ALADI podrán negociar y participar en dicho Acuerdo, con la finalidad de instrumentar la Preferencia Arancelaria Latinoamericana a la que se refiere el Artículo 24 del Tratado de Montevideo de 1980.

En tanto ello se logre, acordamos que cada país establezca, sin que implique una negociación, una lista de productos a los cuales estaría dispuesto a aplicar de inmediato una preferencia arancelaria significativa y en función de las posibilidades de producción de cada país y de sus distintos grados de desarrollo.

Estas preferencias se revisarán a la luz de los avances registrados en las negociaciones tendientes a la puesta en vigor de la Preferencia Arancelaria Latinoamericana.

Las preferencias a que se refieren los párrafos anteriores no significarán consolidación de gravámenes ni impedirán que los países participantes lleven a cabo reformas de sus estructuras arancelarias en función de decisiones de política económica general.

Los países latinoamericanos y del Caribe adoptarán las providencias que correspondan para otorgar estas preferencias, de conformidad con los convenios multilaterales, bilaterales o subregionales de que formen parte.

b) Negociaciones comerciales:

Convenimos en intensificar las negociaciones comerciales en forma bilateral o multilateral entre nuestros países, con el fin de procurar un incremento acelerado del comercio intrarregional. En este sentido, exhortamos a los países de la región a utilizar el Artículo 25 del Tratado de Montevideo de 1980.

c) Compras estatales:

Convenimos en promover, por medio de acuerdos bilaterales o multilaterales, en el marco de los esquemas de integración, mecanismos operativos que permitan aprovechar la capacidad estatal de compra, mediante la orientación hacia proveedores regionales de nuestras importaciones. Para tal fin, los esquemas de integración deberán concluir, en el plazo más breve posible, las consultas necesarias para poner en práctica los mecanismos operativos mencionados con la participación de los países que no forman parte de ningún proceso de integración.

Convenimos en la necesidad de aplicar, cuando la adquisición de bienes y servicios se haga por medio de licitación pública, una preferencia regional en favor de proveedores y empresas latinoamericanas y del Caribe. Para tales efectos se deberán realizar los estudios necesarios para poner en práctica dicha preferencia, en la medida en que las legislaciones nacionales vigentes y los compromisos internacionales de cada país lo permitan.

Dichos estudios, que serán elaborados por la Secretaría Permanente del SELA con la colaboración de los organismos regionales e internacionales competentes, serán sometidos a la decisión del Consejo Latinoamericano del SELA y contemplarán, entre otros, los criterios siguientes:

- i) Posibilidad de establecer, en las bases y pliegos de las licitaciones, que, en igualdad de condiciones de ofertas, la entidad compradora aplicará la Preferencia Regional en favor de ofertas de las empresas latinoamericanas y del Caribe;
- ii) Posibilidad de establecer en las bases y pliegos de las licitaciones, que la entidad compradora retenga el derecho de pedir a la empresa latinoamericana cuya oferta haya quedado en segundo lugar, que iguale las condiciones de la primera, en cuyo caso se le adjudicará la licitación;
- iii) Otras posibles cláusulas diferenciales en favor de las empresas latinoamericanas.

d) Aprovechamiento de la demanda y la oferta regionales de bienes:

i) Convenimos en la necesidad de aprovechar la demanda y oferta regional de bienes para los siguientes fines;

- facilitar las compras y ventas de la región, tanto en la propia región como en el mercado internacional;
- profundizar la industrialización latinoamericana;
- propiciar la mayor participación de empresas regionales en la provisión de los equipos requeridos por los países latinoamericanos y del Caribe.

En este sentido y teniendo en cuenta que la demanda de bienes de capital en el sector de generación eléctrica presenta condiciones favorables para iniciar acciones conjuntas, según estudios de la CEPAL, encomendamos a las secretarías de dicho organismo y de la OLADE que, en el curso de 1984, adopten las medidas necesarias con el fin de precisar y poner gradualmente en marcha los mecanismos concretos idóneos para aprovechar la demanda regional de bienes en este sector.

ii) Asimismo, fomentaremos la creación de nuevas empresas multinacionales latinoamericanas de comercialización y el fortalecimiento de las existentes, con el fin de aprovechar debidamente la capacidad de negociación proveniente de demandas y ofertas conjuntas de bienes;

iii) Para evitar la duplicación de esfuerzos y el uso más adecuado de recursos en la esfera de la información, requerimos de los organismos regionales y subregionales que se ocupan de esta materia que coordinen, con efectividad, sus tareas y programas en el ámbito del SELA, a fin de proporcionar a la región un sistema eficaz de información comercial.

e) Medidas proteccionistas y discriminatorias aplicadas a las importaciones latinoamericanas:

Encomendamos al Consejo Latinoamericano del SELA que, en su X Reunión Ordinaria, avance en la consideración de las acciones que América Latina y el Caribe deben adoptar para contrarrestar las medidas proteccionistas y discriminatorias de los países industrializados que afectan las exportaciones latinoamericanas. Dichas acciones se fundarán en los estudios que al respecto han llevado a cabo la UNCTAD y la CEPAL.

En el mismo sentido, y en el espíritu de las decisiones 112 y 113 del Consejo Latinoamericano del SELA deberán ser consideradas las medidas económicas de carácter coercitivo que se aplican en contra de los países de América Latina y el Caribe.

f) Intercambio compensado y acuerdos de complementación económica:

Encomendamos a la Secretaría General de la ALADI que, con la colaboración de la CEPAL y de la UNCTAD y en consulta con los órganos técnicos de los esquemas subregionales de integración, concluya el análisis de las oportunidades existentes para el intercambio compensado, con la participación de todos los países latinoamericanos y del Caribe, e informe al respecto a los gobiernos por conducto de la Secretaría Permanente del SELA.

Del mismo modo, deberá procederse a propiciar la más amplia complementación económica entre todos los países de la región, teniendo especialmente en cuenta las posibilidades que ofrecen los Artículos 11 y 25 del Tratado de Montevideo de 1980.

3. Acciones para promover el comercio intrarregional

Encomendamos a los órganos apropiados de los esquemas regionales y subregionales de integración que, en coordinación con el SELA, examinen la instrumentación de las acciones a que se refiere este capítulo, adopten las decisiones operativas correspondientes y promuevan otras iniciativas que aplén el comercio intrarregional.

Solicitamos a la Secretaría Permanente del SELA que, dentro de su marco institucional y teniendo en cuenta las decisiones 125 y 174 del Consejo Latinoamericano, realice consultas periódicas entre los funcionarios responsables del Comercio Exterior de los países latinoamericanos y del Caribe, para promover otras iniciativas que amplíen el comercio intrarregional tales como acuerdos de colaboración entre los sectores productivos y comerciales de la región.

Finalmente, el Consejo Latinoamericano del SELA, en su X Reunión Ordinaria, examinará la posibilidad de convocar una conferencia especializada de comercio exterior.

III. SEGURIDAD ALIMENTARIA REGIONAL

1. Consideramos necesario que todos los Estados de América Latina y del Caribe entren a formar parte del Comité de Acción sobre Seguridad Alimentaria Regional (CASAR) del SELA, cuyo objetivo es el de establecer y afianzar el sistema de seguridad alimentaria regional.

2. En torno a un objetivo tan trascendental y para evitar duplicación de esfuerzos y alcanzar el uso más adecuado de recursos, hacemos un llamado a todos los organismos internacionales, regionales y subregionales que se ocupan en América Latina de la alimentación y producción de alimentos, para que coordinen con efectividad sus esfuerzos y programas en el ámbito de dicho Comité y en torno al referido sistema de seguridad alimentaria regional. Este llamado es de particular importancia con el fin de proporcionar a la región, lo antes posible, una red eficaz de información alimentaria y un esquema de cooperación entre entes nacionales de comercialización de alimentos.

3. Como apoyo a la integración y consolidación del sistema de seguridad alimentaria regional, se subraya la necesidad de que cada uno de nuestros países formule planes alimentarios nacionales que fomenten la producción de alimentos básicos y mejoren su distribución y consumo. Para facilitar el logro de este objetivo, consideramos muy importante intercambiar experiencias nacionales en el ámbito del CASAR.

4. Reconocemos, asimismo, que la efectividad de un sistema regional dependerá también de los esfuerzos que se realicen a nivel subregional. Ponemos énfasis, por lo tanto, en la necesidad de que tal sistema regional apoye y complemente los proyectos y programas subregionales existentes.

5. Con el fin de lograr un mayor autoabastecimiento regional de alimentos básicos, decidimos dar prioridad al intercambio de alimentos en todas las acciones consideradas por la Conferencia respecto a la promoción del comercio intrarregional, incluyendo el transporte, la eliminación de barreras, el establecimiento de la Preferencia Arancelaria Regional y, en su caso, el financiamiento.

6. Esperamos que todos los Estados de América Latina y el Caribe que aún no forman parte, se incorporen a la Empresa Multinacional Latinoamericana de Comercialización de Fertilizantes (MULTIFERT S.A.) y a que utilicen plenamente sus servicios. Igualmente esperamos que dichos Estados ingresen a la Organización Latinoamericana de Desarrollo Pesquero (OLDEPESCA) para que entre en vigencia su Convenio constitutivo e inicie sus actividades a la brevedad posible.

IV. COOPERACIÓN ENERGÉTICA

Convenimos en la necesidad de intensificar la cooperación para lograr el autoabastecimiento energético regional con autonomía tecnológica. Para tales fines, se deberá fortalecer la capacidad de la región para aumentar y diversificar la producción y racionalizar el consumo de energía, con el objeto de apoyar su desarrollo económico, reducir su dependencia de un número limitado de fuentes energéticas, superar su vulnerabilidad frente a los mercados extrarregionales e incrementar el coeficiente de tecnología y de bienes de capital originarios de América Latina y el Caribe en los procesos de producción, transformación y distribución.

Para cumplir tales objetivos, se emprenderán las siguientes acciones:

- i) Fortalecer el sistema de planificación energética como instrumento para consolidar el desarrollo económico de la región. Si bien el esfuerzo fundamental corresponde a cada país, la cooperación y el intercambio de experiencias adquieren particular significación;
- ii) Agilizar el intercambio de información en el campo energético para lo cual se hace necesario que la OLADE ecele el establecimiento del proyecto del Sistema de Información Energética Latinoamericana (SIELA);
- iii) Ampliar y mejorar el suministro de energía desde la región con el objeto de alcanzar niveles óptimos de autoabastecimiento regional y promover la ampliación de los convenios sobre pagos y créditos recíprocos en el sentido de negociar la inclusión en ellos de las transacciones interregionales de productos energéticos y petroquímicos;
- iv) Promover nuevos acuerdos de cooperación energética e identificar proyectos energéticos multinacionales que impulsen la integración entre los países de la región. En materia de hidrocarburos, se procurará incrementar la capacidad de almacenamiento y auspiciar mejoras

de las refinerías en los países de la región. Para ello se utilizarán, entre otros, fondos provenientes de dichos acuerdos, así como empresas de ingeniería, construcción e insumos industriales de la región.

Estos nuevos acuerdos deberán contar con estabilidad y permanencia con el fin de facilitar la planificación tanto del desarrollo energético como del comercio intrarregional.

- v) Auspiciar la creación de flotas petroleras multinacionales latinoamericanas que incorporen los recursos navieros de la región;
- vi) Propiciar acuerdos entre las empresas estatales de la región relacionadas con la energía para fortalecer su capacidad tecnológica y de abastecimiento de bienes de capital, aprovechando los avances existentes en la zona;
- vii) Promover la canalización de recursos financieros internacionales, en especial hacia el desarrollo y la utilización de fuentes de energías nuevas y renovables, para ampliar y diversificar la base energética de los países de la región;
- viii) Fortalecer a la OLADE para el logro de sus objetivos y, en particular, para la ejecución del Programa Latinoamericano de Cooperación Energética (PLACE) para cumplir con las nuevas tareas que se deriven de las acciones acordadas por esta Conferencia;
- ix) Encomendar a la Secretaría Permanente de la OLADE que presente un informe a la consideración del Comité de Ministros en su próxima reunión de marzo a fin de que dicho Comité realice el seguimiento de las acciones en materia de energía.

V. SERVICIOS

Conscientes de la importancia creciente del sector de los servicios para el proceso de desarrollo económico de los países de la región y teniendo en cuenta la necesidad de adoptar posiciones conjuntas y coordinadas en los organismos internacionales que sean efectivamente competentes para tratarlo, consideramos necesario:

- i) Reafirmar la necesidad de adoptar una posición conjunta de la región en relación con el tema del comercio internacional de servicios, para cuyo efecto se ha convocado una Reunión de Coordinación Latinoamericana de conformidad con la Decisión 153 del Consejo Latinoamericano del SELA;
- ii) Coordinar la posición de los países latinoamericanos y del Caribe en torno a iniciativas o acciones que puedan hacer viable el legítimo proceso de desarrollo de tecnologías autóctonas en la región, de acuerdo con los intereses nacionales de nuestros países especialmente en lo que toca a las tecnologías más avanzadas;
- iii) Mancomunar esfuerzos para definir y poner en ejecución mecanismos apropiados para la difusión y transferencia de las nuevas tecnologías a los usuarios directos en los diferentes campos productivos;
- iv) Realizar consultas entre nuestros países y con los organismos regionales y subregionales, con el fin de identificar áreas específicas que propicien la promoción de esquemas de cooperación regional y subregional en materia de servicios, en especial en los sectores de transporte, seguros y reaseguros;
- v) Conceder, en la ejecución de proyectos nacionales o multinacionales, un tratamiento preferencial a las empresas nacionales suministradoras de servicios de los países de América Latina y el Caribe, en especial a las empresas de consultoría e ingeniería;
- vi) Solicitar al Banco Interamericano de Desarrollo que adopte las providencias necesarias para establecer sistemas que coadyuven la reducción del costo de los seguros y reaseguros en la región, teniendo en cuenta aquellos comprometidos en la ejecución de los proyectos financiados por dicho Banco.

En las consultas y acciones que se emprendan para el cumplimiento de lo que se dispone en este capítulo se tendrá en cuenta la diversidad de las legislaciones nacionales en algunas de las áreas relacionadas con los servicios.

PROPUESTA DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE PARA UNA SOLUCION DEL PROBLEMA DE SU DEUDA EXTERNA ADOPTADA EN LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE DEUDA EXTERNA

(Caracas, 18 al 22 de junio de 1990)

RESOLUCION N° 1

La Conferencia Regional sobre Deuda Externa reunida en Caracas, Venezuela, los días 18 al 22 de junio de 1990.

RESUELVE:

UNICO: Aprobar la "Propuesta de América Latina y el Caribe para una Solución del Problema de su Deuda Externa", que se anexa.

1. INTRODUCCION

1. No hay futuro para América Latina y el Caribe sin desarrollo económico. La crisis actual castiga duramente los niveles de vida de la población, marginando cada vez mayores sectores y constituye una amenaza para su crecimiento económico futuro. En muchos países está en juego no sólo la estabilidad de los regímenes democráticos sino la subsistencia de un sistema de convivencia social y su propia viabilidad como naciones. Los Gobiernos de América Latina y el Caribe han reiterado su decisión de cumplir el compromiso con sus propias naciones de impulsar el desarrollo para asegurar la paz y la prosperidad de sus pueblos y con ello crear también un ambiente económico que permita atender sus obligaciones externas.

2. La crisis del endeudamiento externo ha convertido a la década de los ochenta en el decenio perdido para el desarrollo de la región. La situación externa, caracterizada por el elevado servicio de la deuda externa y con limitado acceso al financiamiento externo fresco, ha agravado los complejos desequilibrios estructurales que caracterizan a la región, en particular en lo relativo a los bajos niveles de inversión, el serio deterioro de los salarios reales, la declinación del producto medio por habitante y el incremento sostenido de la inflación. Desde 1982 hasta finales de 1989, América Latina y el Caribe habrán transferido a los países industrializados cerca de 250 mil millones de dólares por concepto de servicio de la deuda. A pesar de este enorme drenaje de recursos al mundo desarrollado la deuda regional habrá crecido, en el mismo período, aproximadamente en 100 mil millones de dólares. Se estima que la deuda externa total de América Latina y el Caribe ascendió, hasta 1989, a cerca de 434 mil millones de dólares, monto que representa el 300 por ciento del valor de las exportaciones realizadas por el conjunto de nuestros países en dicho año y significa el 51 por ciento del Producto Bruto regional. A esta transferencia se ha sumado la inestabilidad que generan los desequilibrios macroeconómicos de las economías industrializadas, su creciente proteccionismo, el progresivo deterioro de los términos del intercambio y las permanentes y agotadoras negociaciones de la deuda externa.

3. Han sido múltiples los esfuerzos de los acreedores por enfatizar las diferencias, especificidades y características propias de la deuda externa de los distintos países que conforman América Latina y el Caribe, para poder dar sustento al tratamiento bilateral del problema. Si bien es cierto que la dimensión, estructura, origen y fuentes de financiamiento de cada una de las deudas de los países son distintas, también es verdad que no existen bases sólidas para distinguir entre las diversas subregiones o entre los diferentes países o grupos de países en lo que se refiere al peso relativo del endeudamiento y a las consecuencias que el mismo ha ocasionado en la totalidad de la región. La remesa de recursos financieros al exterior, por concepto del servicio de la deuda externa, ha afectado a todos los países en cuanto a su incidencia negativa sobre los ritmos de inversión, crecimiento, desequilibrios fiscales y desajustes macroeconómicos, presiones inflacionarias, transferencias netas de recursos, dificultades en mantener niveles adecuados de importaciones y en particular sobre los niveles de vida de sus poblaciones.

4. La presente propuesta toma en consideración las dificultades confrontadas por América Latina y el Caribe como resultado de la situación de la deuda externa. En tal sentido, enfoca el problema y su solución de acuerdo a los diferentes tipos de deuda, lo que permite incorporar a todos los países y reflejar sus intereses en lineamientos concertados de acción en materia de deuda externa.

5. Transcurridos ocho años desde el estallido de la crisis del endeudamiento, todos los actores involucrados en el problema comienzan ahora a reconocer que la deuda es impagable bajo las actuales condiciones. Los fracasados intentos de arreglos definitivos obtenidos en este período con los bancos comerciales y el castigo de las carteras así lo reflejaron. Esta imposibilidad de pagar ha llevado a los países de la región a realizar a título individual continuas renegociaciones limitadas en cuanto a su alcance y a aceptar resultados insuficientes. Por parte de América Latina y el Caribe ha privado la acción individual sobre la colectiva. Aun cuando, en determinados casos, pueden haberse obtenido resultados favorables, a nivel regional la situación se deterioró, en la medida en que la deuda creció y los problemas se agravaron. Esta experiencia demuestra la necesidad de emprender un nuevo esfuerzo sobre bases concertadas a nivel regional orientado a lograr soluciones estables y justas al problema del endeudamiento externo.

Asimismo, la experiencia indica que la instrumentación de los programas de ajuste los criterios de condicionalidad vinculados con el tratamiento ortodoxo de la deuda externa regional, en la mayoría de los casos han sido contradictorios con los objetivos de desarrollo de nuestros países y han ocasionado un alto costo económico, social y político, como lo demuestra el retroceso de todos los indicadores sociales en la región, así como las tensiones que han afectado a varios países, poniendo en peligro la estabilidad del sistema democrático.

7. América Latina y el Caribe no rechazan la necesidad de ajustes y reformas estructurales en sus economías y políticas de desarrollo. Existe la conciencia de que sin una modernización del aparato productivo la región no podrá insertarse en un mundo altamente competitivo, a la vez que reiniciar la senda del desarrollo. Corregir los desequilibrios macroeconómicos controlar la inflación y reducir los déficits fiscales, constituyen esfuerzos que América Latina y el Caribe han venido efectuando a lo largo de la década. Sin embargo,

en la mayoría de los casos, estos esfuerzos se han visto seriamente menoscabados y en algunos casos anulados por un entorno económico externo adverso, fuera de nuestro control. En el futuro, los desequilibrios económicos deberán ser corregidos de acuerdo con los objetivos, criterios e intereses de los países de la región y no a costa del sacrificio del desarrollo y bienestar de su población. Las reformas y ajustes económicos exigen como condición necesaria, la reducción de la transferencia de recursos para servir la deuda, lo que permitiría canalizarlos hacia la instrumentación de sus programas de desarrollo, e implica también un cambio radical en los conceptos actuales de condicionalidad.

8. La presente propuesta de América Latina y el Caribe se basa principalmente en la premisa de que no hay solución al problema de la deuda externa de la región sin una reducción sustancial del monto de la deuda y su servicio, que lleve a una drástica disminución de la transferencia de recursos al exterior. En este sentido, el vínculo entre el saldo y el servicio de la deuda y la capacidad de pago de cada país constituye un criterio fundamental para la solución duradera del problema del endeudamiento externo.

9. América Latina y el Caribe postulan la necesidad de un esfuerzo conjunto y una solución concertada al problema del endeudamiento externo. De la misma surgirán beneficios tanto para los países deudores como para los acreedores, los que verán reanimada la producción, las exportaciones y el empleo como efectos inmediatos. La presente propuesta incorpora una serie de elementos que reflejan las realidades económicas, políticas sociales derivadas del problema de la deuda externa, e invita a reconocer la corresponsabilidad de todas las partes involucradas y a encontrar una solución equitativa y definitiva. Desaprovechar esta oportunidad ahora, conducirá irremediablemente a posiciones radicales, con costos muy elevados para ambas partes y confrontaciones que hemos evitado en el pasado y que no deseamos en el futuro.

10. La aplicación de los elementos fundamentales de la presente propuesta, al derivar en un alivio sustancial respecto a sus compromisos externos, tendría como consecuencia una nueva viabilidad política, económica y social de los países de la región, a la vez que posibilitaría la canalización regular y predecible de recursos para el desarrollo. Otro nuevo ingrediente que surgiría como resultado de la concertación, se refiere a la credibilidad, hoy inexistente, con respecto al cumplimiento futuro del servicio de la deuda por parte de América Latina y el Caribe.

11. Desde el inicio de la crisis de la deuda, América Latina y el Caribe han planteado de manera reiterada el carácter político del tema y la necesidad de que, sobre la base del principio de la corresponsabilidad entre acreedores y deudores, se logre una solución justa, equitativa y duradera del problema. La Conferencia Económica Latinoamericana de Quito de 1984 y el Consenso de Cartagena son hitos en la conformación de una posición conjunta de la región que hoy se concreta en la presente Propuesta.

II. PRINCIPIOS BASICOS

12. Los propósitos de la presente iniciativa consisten en reducir significativamente la transferencia de recursos financieros al exterior; revertir progresivamente la tendencia observada en la década pasada, en virtud de la cual la región se convirtió en exportadora de capitales, a fin de obtener financiamiento externo fresco destinado a la ejecución de proyectos de inversión; y, corregir la situación de altos niveles de endeudamiento externo, con el propósito de lograr la estabilidad económica y financiera necesaria para retomar la senda del desarrollo económico y social. Esta es condición indispensable para que América Latina y el Caribe puedan crecer, elevar los deprimidos niveles de inversión e importaciones, expandir y diversificar las exportaciones, modernizar el aparato productivo, recuperar el dramático rezago social, asegurar el bienestar de sus pueblos y normalizar sus relaciones con los mercados financieros internacionales. Es imprescindible que, en la presente década, la región defina, en función de los crecientes desafíos internos y los rápidos y profundos cambios en el escenario internacional, una identidad propia y autónoma, que le permita defender con eficacia sus intereses y derechos, fortalecer y consolidar el sistema democrático y mejorar su participación en la economía internacional.

13. Los siguientes principios constituyen el núcleo central de la posición latinoamericana y caribeña en materia de deuda externa:

- a. El endeudamiento externo trasciende el marco económico-financiero para constituirse en un problema de dimensión política que afecta la estabilidad y la seguridad regional.
- b. La urgente necesidad para la región de retomar la senda del desarrollo económico y social. Para tales efectos es imperativo un crecimiento promedio real de las economías, al menos similar al obtenido en las décadas del 60 y del 70, del 6% anual, lo que significa una importante elevación en las deprimidas tasas de inversión de la región.
- c. La necesidad de lograr una transferencia neta positiva de recursos hacia la región. Para la consecución de tal objetivo, dentro del conjunto de los esfuerzos requeridos para reactivar el desarrollo, incrementar el ahorro interno regional, expandir las exportaciones y el acceso a nuevos recursos financieros tanto de la banca comercial, organismos financieros multilaterales, inversión extranjera directa y fondos provenientes de países industrializados superavitarios es indispensable una reducción significativa de la deuda y de su servicio. A tales efectos se contemplan disminuciones tanto del valor nominal del principal como la fijación de techos en las tasas de interés.
- d. La necesidad de enfocar el problema de la deuda y su solución refiriéndose a los distintos tipos de deuda: con la banca comercial, con los gobiernos acreedores, con los organismos financieros multilaterales, y por último, la deuda intrarregional.
- e. El reconocimiento de la corresponsabilidad de las partes involucradas en la búsqueda de una solución equitativa y definitiva al problema del endeudamiento externo.
- f. Los objetivos de desarrollo, la capacidad de pago y el valor de mercado de la deuda de cada país constituyen criterios fundamentales para la solución duradera al problema del endeudamiento externo.

g. Una particular atención deberá asignarse en el curso de las negociaciones al otorgamiento de un tratamiento especial y prioritario a los países de menor desarrollo relativo de la región.

h. La necesidad de reforzar la unidad y solidaridad en materia de deuda externa en el marco del SELA como el foro político y técnico de coordinación y concertación regional en esta materia.

III. ELEMENTOS PRINCIPALES

14. La comunidad internacional acepta hoy la necesidad de reducir el valor nominal y el servicio de la deuda externa de los países de América Latina y el Caribe para lograr una solución duradera al problema del endeudamiento que permita la reactivación de su desarrollo. Un paso importante en esta dirección, lo constituyen la iniciativas y medidas encaminadas a reducir el monto y el servicio de la deuda o aliviar la carga de la deuda de los países de la región.

15. El marco de solución contenido en la propuesta regional enfoca el problema refiriéndose a los diferentes tipos de deuda de mediano y largo plazo: con la banca comercial, con los gobiernos acreedores, con los organismos financieros multilaterales y, por último, la deuda intrarregional.

16. La presente propuesta contiene principios y elementos que constituyen lineamientos concertados de acción en materia de deuda externa para los países de América Latina y el Caribe, destinados a facilitar una acción regional frente a los acreedores de acuerdo a modalidades operativas a definirse oportunamente. Tales lineamientos se aplicarán en un contexto de negociación caso por caso, que tome en cuenta las individualidades de cada país de la región, permitiéndose flexibilidad en cuanto a las medidas específicas relativas al logro de los principios, objetivos básicos y elementos principales contenidos en esta iniciativa.

17. No obstante la reducción de la carga actual del endeudamiento externo, que se generaría a través de esta propuesta, las metas de crecimiento regional podrían verse fortalecidas al ser apoyadas con recursos adicionales continuos y previsibles, tanto de la banca comercial, organismos financieros internacionales, inversión extranjera directa y fondos provenientes de países industriales superavitarios, que permita una transferencia neta positiva para la región.

Objetivo Central

18. El desafío actual de América Latina y el Caribe, como ya se mencionó, consiste en retomar la senda del desarrollo económico, atendiendo el dramático rezago social que ha caracterizado a los años ochenta y las tendencias negativas que se perfilan para la presente década. Para tales efectos, América Latina y el Caribe necesitarán un crecimiento promedio real de sus economías semejante al obtenido entre 1961 y 1980 del 6 por ciento anual. Entre 1981 y 1989, la región creció a niveles inferiores al 1,5 por ciento y en los últimos años han sido menores al 1 por ciento. Para lograr nuevamente ritmos históricos de crecimiento del conjunto de estos países la limitante principal es el insuficiente financiamiento externo. A tal efecto se han realizado análisis detallados por parte de la Secretaría Permanente del SELA acerca de la posible evolución de dichas fuentes de financiamiento, concluyéndose que la brecha existente no se podrá colmar, por lo menos en el mediano plazo, bajo supuestos de obtener volúmenes importantes de dinero fresco, caídas drásticas en las tasas de interés, inversiones extranjeras directas, reactivación significativa del comercio, retorno de capitales expatriados o mayores sacrificios en el consumo interno.

Reducción de las transferencias

19. Los análisis anteriores llevan a sugerir que para que la región pueda retomar la vía del crecimiento, es necesario reducir las transferencias regionales a una cuarta parte de los montos que actualmente remite al exterior, equivalentes en realidad al 4 por ciento del producto interno bruto regional y así podrá liberar recursos necesarios, que junto con niveles adecuados de ahorro interno y un previsible limitado ahorro externo, permitan sustentar el empleo y el crecimiento futuros. Para estos objetivos, según análisis realizados por las Secretarías de CEPAL y el SELA, se considera necesario reducir al 25 por ciento el monto actual de las transferencias por concepto de servicio de la deuda, para lo cual existen varias alternativas¹. Una posibilidad consistirá en una reducción combinada del valor del principal y de las tasas de interés en montos tales que los pagos no excedan el 25 por ciento de las transferencias actuales.

A. DEUDA CON LA BANCA COMERCIAL

20. La propuesta regional para reducir significativamente la transferencia de recursos al exterior, se basa en la concertación de acciones con respecto a: (i) una disminución del valor nominal del principal de la deuda; (ii) una tasa de interés fija inferior a la del mercado; (iii) la sustitución de la totalidad de las acreencias de mediano y largo plazo con la banca comercial, por la emisión de nuevos instrumentos de larga maduración con valor garantizado (bonos); y (iv) la introducción de modificaciones en las regulaciones bancarias tendientes a facilitar tales mecanismos.

Reducción del Principal

21. Atendiendo a las distintas situaciones de cada país, el valor nominal de la totalidad del principal de la deuda de mediano y largo plazo con la banca comercial se reducirá en un monto sustancial, teniendo en cuenta el valor de la deuda en el mercado secundario, sus objetivos de desarrollo y su capacidad de pago.

22. El pago del servicio de la deuda en mora, recibirá un tratamiento semejante al indicado en el párrafo anterior.

Bonos de Largo Plazo

23. Los nuevos títulos de la deuda, serían emitidos por el valor de la deuda nominal descontada. Tales títulos consistirían en bonos de larga maduración que cubrirían toda la deuda a la fecha de corte y cuyos plazos de vencimiento serán de al menos 35 años². La cancelación de los bonos se efectuaría al vencimiento de los plazos, salvo que los países deudores expresasen su intención de redimirlos anticipadamente.

Garantías

24. Los bonos serían garantizados, en cuanto al pago del capital, por los propios países emisores a través de la constitución de un fondo destinado a amortizar dichos instrumentos a su vencimiento, o en fecha anterior, a opción del país emisor.

25. Cada país deudor emisor constituiría su propio fondo de garantía, o participaría en un fondo fiduciario creado para tal propósito en el Banco Interamericano de Desarrollo o en las instituciones financieras subregionales, aportando depósitos anuales que inicialmente corresponderían a no más del 1 por ciento del valor de los bonos³.

26. Se entiende que la garantía se extiende a aquellos instrumentos que representan una reducción en el valor nominal de la deuda. Para el flujo de dinero fresco se recomienda que éste no dependa de garantías a fin de favorecer cuanto antes el regreso a los mercados voluntarios.

Rendimiento de los Bonos de Largo Plazo

27. Los bonos devengarían una tasa de interés fija, inferior a la de mercado, a ser negociada. Es necesario contar con tasas de interés fijas, de otra forma, alzas en las mismas anularían el beneficio obtenido mediante la reducción del valor nominal de la deuda.

Soluciones Alternativas o Complementarias

28. Aquellos países que no encuentren la propuesta general adecuada a sus características, explorarán formas alternas o complementarias con la banca comercial, entre otras: recompras directas en efectivo, dinero fresco, conversión de deuda en capital, canje de deuda por bonos a largo plazo con tasa de rendimiento fluctuante, todo esto dentro del objetivo principal de asegurar un flujo adecuado de recursos que garantice altas tasas de crecimiento económico y mayores niveles de bienestar social.

Regulaciones Bancarias

29. El esquema anterior se vería facilitado en la medida en que las disposiciones establecidas en los países acreedores para regular las operaciones bancarias y financieras se adecuaron para permitir un tratamiento contable y fiscal, que estimule de manera efectiva la participación de la banca comercial, acorde con los mecanismos de la propuesta. Las medidas a ser negociadas y eventualmente adoptadas por parte de los gobiernos de los países acreedores, son las siguientes:

- a. Permitir a los bancos absorber contablemente, en diez años, las pérdidas resultantes de su participación en operaciones de reducción de deuda, a diferencia de las disposiciones actuales que imponen el registro en un año de dichas pérdidas. La aplicación de esta medida tiene como precedente en los Estados Unidos, el tratamiento concedido a los agricultores en situaciones adversas.
- b. Si bien sería deseable una mayor coordinación y armonización por parte de los países acreedores en cuanto a los aspectos contables y regulatorios para incentivar la participación de la banca en el esquema planteado en la presente propuesta, existen divergencias importantes, tanto conceptuales como operativas, en las regulaciones de los principales países acreedores, lo que pudiera requerir enfoques distintos según la fuente de financiamiento, por ejemplo:
 - i. En países de Europa y Canadá donde se han efectuado significativos niveles de aprovisionamiento, con altos estímulos fiscales previamente otorgados para tales reservas, deberían ser mantenidas tales concesiones para aquellos bancos que participen en esquemas de reducción de deuda y de su servicio, o efectúen un aporte sustancial de nuevo financiamiento.
 - ii. En países donde se han concedido limitados o nulos estímulos para aprovisionamientos, corresponderá adoptar una política diferencial para los niveles de reservas requeridas, con niveles mayores aplicados a bancos acreedores de la región no participantes en esquemas de reducción de deuda y de su servicio o en la concesión de nuevos fondos. Este mecanismo es particularmente relevante para los Estados Unidos.
 - iii. En el caso de Japón, se requiere mantener la flexibilidad actual que permite a los bancos de ese país su participación en esquemas de reducción de deuda, así como continuar proporcionando incentivos fiscales para estimular acciones en tal sentido.
- c. Las disposiciones regulatorias contables y fiscales de los países acreedores debieran ser lo más claras y transparentes posibles, a fin de facilitar los procesos de negociación de reducción de la deuda y su servicio.
- d. En caso que la banca comercial eludiera su responsabilidad en la solución al problema de la deuda, podría evaluarse la opción de aplicar el Artículo VIII 2 (b) del Convenio Constitutivo del Fondo Monetario Internacional, para autorizar controles de cambio para la remisión del pago de intereses al exterior por parte de los países deudores, implicando un nivel apropiado de reducción del servicio de la deuda que libere recursos para el crecimiento, en el contexto de los programas acordados entre el FMI y los países deudores.

Cambios en las Cláusulas de los Contratos de Préstamo

30. La eliminación de las cláusulas que impiden a los Estados recomprar directamente sus propias deudas y una mayor flexibilidad de las cláusulas bancarias, incluyendo la dispensa general de las relativas a distribución de pagos (sharing of payments), igualdad de rango y prelación de pagos (pari-passu) y la correspondiente a las obligaciones de no otorgar tratamiento preferencial a ningún banco en detrimento de los demás (negative pledge), reducirán la complejidad y demoras en los arreglos de cada país con la banca comercial.

31. Diversas cláusulas contractuales han sido objeto de aplicación e interpretación en ocasiones perjudiciales para los países deudores, no permitiéndoles contar con la flexibilidad necesaria en las negociaciones de reducción de la deuda y su servicio. Por lo tanto, la eliminación o modificación sustancial de muchas de ellas, en adición a las indicadas en el párrafo 34, parecería ser un elemento fundamental para futuros arreglos.

32. La experiencia de los últimos años ha venido señalando las diferentes dispensas de cláusulas contractuales en casos concretos que se han logrado con la banca comercial para realizar operaciones de conversión de deuda bajo las diferentes modalidades o menú de opciones empleados por los países de la región, lo que confirma la posibilidad de flexibilización de dichas cláusulas, en los términos planteados en la presente propuesta.

Instrumentos de Mercados de Capital

Deuda Privada no Bancaria

33. En el caso de las emisiones de bonos a mediano plazo, si bien se respetarían los términos originales de estos instrumentos, un país emisor podría necesitar refinanciamiento para el servicio de la deuda respecto a estos bonos. Estos refinanciamientos podrían ser más rápidamente obtenidos en tanto tuvieran el apoyo o garantía de las agencias de crédito a la exportación, gobiernos acreedores o instituciones financieras multilaterales.

B. DEUDA OFICIAL CON GOBIERNOS ACREDORES

34. Las negociaciones entre los gobiernos acreedores y los países deudores de América Latina y el Caribe, debieran dirigirse hacia el logro de un resultado coincidente con los requerimientos objetivos de los países deudores de la región de reducir significativamente las transferencias de recursos al exterior y de incrementar los nuevos recursos con el fin de alcanzar la tasa de inversión requerida. Es imprescindible que las negociaciones en el Club de París se caractericen por una nueva flexibilidad, que incluya reducciones sustanciales del monto de la deuda; y, reformule las excesivas exigencias y requisitos de condicionalidad que actualmente se imponen a los deudores en el marco de las reprogramaciones. El punto de partida sería, tomando como base las opciones de Toronto acordadas en la XIV Conferencia Cumbre de Países Industrializados, celebrada del 19 al 21 de junio de 1988, para la reestructuración de la deuda oficial de los países africanos de bajos ingresos al sur del Sahara, ajustarlas a las realidades de los países deudores de la región. En este contexto debiera asegurarse que la Comunidad Internacional automáticamente otorgue los mismos términos de Toronto ofrecidos a los países africanos al sur del Sahara, a aquellos países de América Latina y el Caribe que califiquen para ello. Como se recordará, dichas opciones consisten en las siguientes alternativas: (a) cancelación contable parcial de obligaciones del valor nominal de la deuda, (b) tasas de interés de carácter concesionario, y (c) períodos de reembolsos más largos. No se excluye la condonación de montos sustantivos de la deuda bilateral.

35. Otros acuerdos concretos adicionales a ser establecidos en el marco del Club de París, se refieren a lo siguiente: (a) reestructurar para todos los deudores la totalidad de la deuda previamente reescalada, (b) extender la fecha de corte ("cut-off date"), (c) eliminar los intereses de mora vencidos y reducir los que estén en vencimiento, (d) establecer como criterio para la reestructuración de la deuda el comportamiento de las exportaciones de los países de América Latina y el Caribe, por el efecto negativo de las restricciones comerciales, para determinar la capacidad de pago, (e) reducir los pisos de las tasas de interés del Consenso de la OCDE, (f) restablecer la plena cobertura de los créditos a la exportación, (g) cuando un país deudor por la situación económica interna o de balanza de pagos suspenda sus pagos al exterior e inicie un proceso de renegociación, no deberán alterarse las condiciones ni suspenderse la cobertura de seguro de crédito a la exportación, y (h) rebajar el costo de la cobertura del seguro de crédito a la exportación.

36. Los países acreedores deberán adecuar las disposiciones legislativas y administrativas, así como los acuerdos y entendimientos pertinentes a fin de permitir el funcionamiento de la mecánica operativa descrita y en particular, se recomienda que los países acreedores flexibilicen su modus operandi, a fin de permitir la reestructuración de proyectos específicos.

Asistencia Oficial para el Desarrollo

37. Los países acreedores, al conceder fondos de Asistencia Oficial para el Desarrollo hacia América Latina y el Caribe, procurarán: (a) otorgar nuevos recursos concesionales en montos significativos; (b) sustituir su asignación de empréstitos por donaciones, al menos, durante la presente década; (c) acordar un ajuste retroactivo en los términos de los préstamos concedidos para convertirlos ya sea en donaciones o en préstamos en términos más concesionales que los actuales; (d) canalizar parte de la Asistencia Oficial para el Desarrollo en la forma de una sustitución de las acreencias a países deudores sujetos a la aplicación de tasas de mercado en los organismos financieros internacionales, incluyendo a las microeconomías caribeñas que sufren el impacto de la graduación.

38. Los países de la región que contribuyen con recursos a la Asociación Internacional de Fomento, realizarán las acciones del caso a efectos de lograr que tales aportes contribuyan al financiamiento de proyectos a los países de América Latina y el Caribe que resulten elegibles para la obtención de recursos de la AIF.

C. DEUDA CON ORGANISMOS FINANCIEROS MULTILATERALES

1. Banco Mundial y Banco Interamericano de Desarrollo

39. Las negociaciones con los gobiernos de los países acreedores deberán promover modificaciones sustanciales en las políticas y procedimientos de las instituciones financieras multilaterales indicadas a fin de que éstas: (a) aseguren un volumen suficiente de desembolsos nuevos para lograr transferencias netas positivas de recursos a los países de la región; (b) asuman una actitud positiva hacia un tratamiento de las deudas contraídas con tales organismos, que permita extender en la práctica los vencimientos actuales; (c) reafirmen su función de instituciones promotoras del desarrollo, evitando vulnerar ámbitos de exclusiva competencia de los gobiernos nacionales; y (d) cooperen con los países deudores apoyando sus propuestas en la negociación con la banca comercial.

40. En las anteriores negociaciones debería otorgarse un tratamiento especial y prioritario a aquellos países cuya deuda con los organismos financieros multilaterales represente un porcentaje alto, o cuando constituya un peso significativo de su deuda total, de forma tal que permita cumplir con el objetivo de revertir la transferencia negativa de recursos hacia tales instituciones, a través de la sustitución de la cartera actual a tasas de mercado de los países afectados, por una ampliación del financiamiento concesional.

41. Particular atención deberá asignarse en el curso de las negociaciones a corregir las políticas operativas de dichas instituciones con el fin de: (a) aliviar los criterios de condicionalidad para el otorgamiento de préstamos, respetando las prioridades establecidas en las políticas económicas y sociales de los países de América Latina y el Caribe y eliminando la inconveniente práctica de la condicionalidad cruzada; (b) reducir sustancialmente la comisión de compromiso; (c) buscar fórmulas que atenúen la incertidumbre y reduzcan los riesgos cambiarios que implica trabajar con una canasta de monedas cuya posición varía permanentemente en el mercado internacional; (d) incrementar la relación entre el capital y el límite de las operaciones de crédito; y (e) agilizar los procedimientos de aprobación y desembolso de los préstamos; y (f) flexibilizar los requerimientos de contrapartidas nacionales.

2. Fondo Monetario Internacional

42. El problema que plantean las obligaciones financieras en mora, por parte de diversos países deudores con el FMI, debe seguir siendo abordado bajo criterios constructivos que permitan corregir dichos atrasos. En tal sentido, el FMI debe considerar, además, nuevas formas de financiamiento a los países con severos problemas de balanza de pagos que los llevan a incurrir en atrasos en el pago de sus obligaciones para que puedan abandonar la categoría de inelegibles.

43. Debiera acordarse una asignación extraordinaria de Derechos Especiales de Giro con miras a apoyar, entre otros propósitos, operaciones de reducción de la deuda de los países en desarrollo. Asimismo, es imprescindible contar con un aumento de las cuotas en el FMI, superior al recientemente acordado y reducir el plazo estipulado para la próxima revisión de cuotas para antes de 1993, con el propósito de asistir en forma adecuada a las necesidades de los países de la región, a la vez que ampliar y flexibilizar el acceso a dichos recursos.

44. Debe darse una amplia consideración a las posibilidades de movilizar recursos existentes actualmente en el FMI que podrían dirigirse a apoyar esquemas de reducción de deuda. Entre ellos se encuentra la capacidad prestable no utilizada, recursos de oro inmovilizados, fondos del Acuerdo General de Préstamos y la posibilidad de ampliar la capacidad de endeudamiento de los países en relación a sus cuotas actuales.

45. El cumplimiento de la condicionalidad del FMI requiere ser vinculado a las condiciones del entorno externo, a las características estructurales que se pretende resolver en el mediano y largo plazo y a las limitaciones políticas, sociales y administrativas presentes en los países de la región. Es ahora evidente que los criterios de condicionalidad deben orientarse a viabilizar el desarrollo.

IV. OTRAS ACCIONES COMPLEMENTARIAS A DESARROLLAR POR AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

D. VINCULO DEUDA-COMERCIO

46. Debe definirse un conjunto de criterios que vinculen de manera efectiva la renegociación y reducción de la deuda con los resultados de negociaciones bilaterales o multilaterales de comercio, de tal forma que se establezca un vínculo práctico entre la deuda y el comercio, el cual incide en la capacidad de pago. En especial se debe evitar que medidas aplicadas por países desarrollados en las esferas monetarias y financieras anulen o menoscaben los beneficios comerciales, actuales o futuros derivados de negociaciones comerciales bilaterales o multilaterales, en especial en el marco de la Ronda Uruguay.

E. DEUDA INTRARREGIONAL

47. Los elementos de la propuesta identificados anteriormente van al encuentro de una solución de fondo y duradera que puedan ser objeto de negociación con los acreedores internacionales. Paralelamente a estos esfuerzos dirigidos hacia afuera de la región, es fundamental resolver el problema que plantea la deuda intrarregional para muchos países de América Latina y el Caribe. A tal efecto, debe proseguirse el esfuerzo y la voluntad manifestada por los principales acreedores de nuestra propia región por reducir el monto de la deuda y su servicio. Esto a su vez le daría mayor credibilidad y sustento al planteamiento latinoamericano hacia el exterior y a nivel regional contribuiría al fortalecimiento del espíritu de solidaridad y cooperación regional.

48. Los criterios identificados hasta el presente para reducir la deuda intrarregional son coincidentes con los expuestos en los anteriores capítulos.

49. La aplicación de los mecanismos identificados en el marco del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política -Grupo de Río) redundará en un sustancial alivio de la deuda intrarregional y su servicio. Tales mecanismos se refieren a:

a. Reducción de Nivel de Deuda

- Compra de títulos de deuda con descuento
- Conversión de deuda por inversión
- Conversión de deuda a moneda local

b. Reducción del Servicio

- Pago parcial o total de intereses con papel de deuda del país acreedor.
- Compatibilidad entre el servicio de la deuda y la capacidad de pago del país deudor.
- Concesión de plazos más largos ante la falta de pago.
- Pago con exportaciones
- Liquidación de deuda con moneda local

c. Club de Río

- Los países interesados podrían organizar, con carácter voluntario en base al tratamiento caso por caso, un proceso de negociación conjunta de un deudor con algunos de sus acreedores.

50. Dentro de los propósitos señalados en esta materia debe considerarse, además, frente a una flexibilización de los acreedores regionales, la preferencia para el pago de las deudas contraídas entre los países de la región.

51. Los elementos incorporados en el presente planteamiento para el tratamiento de la deuda con los organismos financieros multilaterales (párrafos 40 a 42) podrán considerarse en el ámbito de los organismos financieros subregionales, en los casos procedentes.

52. La flexibilidad establecida por parte del Grupo de Río en lo referente al tema de la deuda intrarregional, permite asimismo, plantear algunas modalidades que podrían ser incorporadas en el tratamiento del tema:

a. Fortalecimiento de Intercambio Compensado

Vinculado a los acuerdos de reestructuración se definirá un programa de intercambio compensado que incluya un plan de pagos.

b. Programa de coinversión

Los acuerdos de inversión industrial bilateral ofrecen la oportunidad de que en el marco de una coinversión o empresa conjunta, se contabilice una parte de la deuda como la aportación que corresponda al país acreedor.

c. Asistencia Técnica

En los programas bilaterales de cooperación técnica, parte de la asistencia técnica podría asumirse como gasto de contrapartida por el país deudor y cargarse a éste como pago de su deuda.

d. Compras Gubernamentales

En la medida de lo posible, o en casos pertinentes, los países acreedores del Club de Río podrían establecer preferencias en sus compras gubernamentales en países deudores y los pagos serían financiados con mecanismos que impliquen el pago de deuda o simplemente contabilizarlos como tal.

Notas

1. Ver estudio conjunto CEPAL/SELA "Crecimiento Económico y Endeudamiento Externo en América Latina y el Caribe: La propuesta de Reducción de la Deuda de la Secretaría Permanente del SELA en contraste con un financiamiento externo restringido". Abril de 1990.

2. Estudios de la Secretaría Permanente del SELA muestran que con un depósito del 1% anual a una tasa de interés de sólo el 5,2% en un período de 35 años, sería suficiente para amortizar en su totalidad el vencimiento de los bonos que se emitieran en base a una reducción del 50% de su valor nominal.

3. Ver nota de página anterior.